



**Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**

Camila Massaro Cruz de Góes

**Gramsci e a dialética da tradução na América Latina:
o caso das revistas *Pasado y Presente* e *Presença***

Campinas

2020

**Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**

Camila Massaro Cruz de Góes

**Gramsci e a dialética da tradução na América Latina:
o caso das revistas *Pasado y Presente* e *Presença***

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos
exigidos para a obtenção do título de Doutora em Ciência Política.

Orientador: Alvaro Gabriel Bianchi Mendez

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA
TESE DEFENDIDA PELA ALUNA CAMILA MASSARO
CRUZ DE GÓES E ORIENTADA PELO PROF. DR. ALVARO
GABRIEL BIANCHI MENDEZ.

Campinas

2020

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

G554g Góes, Camila Massaro Cruz de, 1990-
Gramsci e a dialética da tradução na América Latina : o caso das revistas
Pasado y Presente e Presença / Camila Massaro Cruz de Góes. – Campinas,
SP : [s.n.], 2020.

Orientador: Alvaro Gabriel Bianchi Mendez.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas.

1. Gramsci, Antonio, 1891-1937. 2. Intelectuais. 3. Política e cultura -
América Latina. I. Bianchi, Alvaro, 1966-. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Gramsci and the dialectic of translation in Latin America

Palavras-chave em inglês:

Intellectuals

Politics and culture - Latin America

Área de concentração: Ciência Política

Titulação: Doutora em Ciência Política

Banca examinadora:

Alvaro Gabriel Bianchi Mendez [Orientador]

André Kaysel Velasco e Cruz

André Vitor Singer

Lincoln Ferreira Secco

Martín Cortés

Data de defesa: 21-12-2020

Programa de Pós-Graduação: Ciência Política

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: 0000-0002-2305-201X

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/1457012097470940>

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

A Comissão Julgadora do trabalho de Defesa de Tese, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, se reuniu em sessão pública realizada em 21 de dezembro de 2020 e considerou a candidata Camila Massaro Cruz de Góes aprovada.

Prof. Dr. Alvaro Gabriel Bianchi Mendez (orientador)

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Estadual de Campinas

Prof. Dr. André Kaysel Velasco e Cruz

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Estadual de Campinas

Prof. Dr. André Vitor Singer

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Lincoln Ferreira Secco

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Martín Cortés

Instituto del Desarrollo Humano
Universidad Nacional de General Sarmiento

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

**À memória de meu tio,
José Fábio Góes,**

*“baú enorme e bonito
só de coisas preciosas
topázios coloridos
sementes de memórias”,*

**pela magia que persiste
em nossas tardes de domingo.**

Agradecimentos

Inicialmente, agradeço ao Prof. Alvaro Bianchi, pela orientação rigorosa e atenta, e pela paciência com uma orientanda às vezes ausente, às vezes ansiosa demais. Sobretudo, pela liberdade que tive na escrita e pela interlocução que, iniciada há mais de uma década, só pôde amadurecer com o tempo graças a sua franqueza. Sou grata por isso e por ter-me apresentado logo no início de minha formação, com entusiasmo, os caminhos instigantes da pesquisa histórica em teoria política e o pensamento de Antonio Gramsci.

Ao Prof. André Kaysel, agradeço a amizade e o diálogo sempre produtivo, por me chamar a atenção no exame de qualificação para a necessidade de levar adiante, e descobrir na escrita, o que parecia resistir como promessa. Agradeço também ao Prof. Fábio Querido que, ao ler-me insegura nas entrelinhas do texto de qualificação, de forma generosa me ajudou a ver um caminho que a minha própria escrita indicava.

Não poderia deixar de registrar meu agradecimento especial ao Prof. Bernardo Ricupero, pelo estímulo inicial a esta pesquisa, pela sugestão do tema e oportunidades de discuti-lo nos espaços que cultivava seu trabalho sobre o pensamento político brasileiro e latino-americano. Aproveito para estender este agradecimento ao Grupo de Pesquisa Pensamento e Política no Brasil da USP, de cujas discussões desde 2013 alimento-me no desafio permanente de construir um ponto de vista. Ao prof. André Singer, sou extremamente grata pelo incessante convite a pensar, pelo compromisso com a pesquisa científica e pelo admirável trabalho engajado na construção de espaços coletivos abertos e democráticos. Nesse sentido, agradeço também ao Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic), coordenado pelo Prof. Singer, pelo ambiente seguro e fértil onde nossas reflexões puderam se enraizar.

Registro o meu agradecimento aos professores que integraram a banca de defesa – além de Kaysel e Singer, Lincoln Secco e Martín Cortés, por lerem com atenção e generosidade este trabalho e por me colocarem perguntas fundamentais que me acompanharão ainda por muito tempo. Expresso a minha enorme gratidão ao Laboratório de Pensamento Político da Unicamp (Pepol), do qual faço parte desde 2009, pelos ciclos de discussão e precioso acúmulo de aprendizados do qual esta pesquisa de doutorado muito se beneficiou. Sou especialmente grata à Profa. Daniela Mussi, querida colega com quem sempre aprendi muito nas oportunidades de trabalho conjunto – na escrita de textos e no proveitoso período em que estive na revista *Outubro*; a Renato César, por me ajudar a localizar a revista *Izquierda Nacional*, enquanto estava na Argentina; a Sydney Melo,

com quem dividi, além dos espaços do Pepol, as salas de aula, as alegrias e as aflições do processo de doutoramento e a Isabella Meucci, pela disposição carinhosa e tardes agradáveis de conversa nesta trajetória.

Pelo suporte financeiro para a realização desta tese de doutorado, agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) (Processo no 2016/09904-8). Agradeço, bem como, a bolsa de cooperação internacional concedida pela Vice-Reitoria de Relações Internacionais da Unicamp (Edital 26/2016) que permitiu estágio de pesquisa à Fondazione Istituto Gramsci em novembro/ dezembro de 2016. A Francesco Giasi e Giuseppe Vacca, agradeço a recepção generosa e disponibilização de toda estrutura necessária à minha pesquisa durante o período em Roma.

Pude entrar em contato com documentos essenciais para realização desta tese durante o estágio de pesquisa realizado em março de 2019 no Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas (CeDInCI), em Buenos Aires. Agradeço enormemente à equipe de trabalho e ao diretor do CeDinCi, Horácio Tarcus, que ministrou em agosto de 2017 um proveitoso minicurso, sobre a recepção e circulação das ideias de esquerda na América Latina, no Instituto de Estudos Avançados da USP. Amplio minha gratidão também aos professores e professoras do Departamento de Ciência Política na Unicamp, em especial ao Prof. Sebastião Velasco e Cruz, à Profa. Luciana Tatagiba e ao Prof. Wagner Romão, bem como à Profa. Eunice Ostrensky, do Departamento de Ciência Política da USP, com quem aprendi muito nas disciplinas cursadas durante o doutorado. Aos funcionários do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, registro minha gratidão pelo trabalho inestimável dedicado aos alunos de Pós-Graduação.

Aos amigos e amigas, sempre presentes no meu coração, pelo amor fraternal e solidariedade de sempre, agradeço profundamente a Isabela Maia, Paulo Koba, Raquel Tuyá, Camila Leite, André Lúcio e Gabriela Hesz – de vocês provêm sólidos fios que ajudam a tecer minha história e humanizam-me o mundo, tornando-o mais aberto, mais bonito e mais feliz. Em especial, destaco os que me acompanharam mais fundo nas angústias e transformações deste período. A Stefania Relva, amiga ausente, mas de lealdade profunda, pela escuta afetuosa em momentos difíceis e pela insistência na diferença, que me ajuda a respirar e ganhar distância de mim. A Thais Pavez, com quem não canso de aprender as virtudes de uma amizade radicalmente livre, por me ajudar a circunscrever as questões fundamentais e jamais se apaziguar com respostas parciais, agradeço pela companhia carinhosa e inspiração neste percurso. A Rafael Cesar, pela

improvável amizade que se tornou irmandade, pela plenitude de uma parceria que suspende os marcos do tempo, por me ajudar a pensar em contraponto e por manter firme a esperança.

Por me devolverem semanalmente, às tardes de domingo, o universo doce e alegre da infância, agradeço minha família pela incrível rede de apoio que não cessou em oferecer-me estímulo e torcida mesmo nos momentos mais difíceis, em que as distâncias e saudades se impuseram sobre nós dolorosamente. Aos meus amados primos e primas, agradeço em especial por não recusarem a uma herança tão assustadora quanto linda, por levarem adiante “isso” que é tão nosso e é tão difícil de nomear. Ao meu irmão, Gabriel, agradeço a companhia das viagens mais longínquas e intensas, por emprestar-me as palavras quando não as consigo encontrar, como as da dedicatória desta tese. Aos meus pais, Camilo e Silvia, agradeço o amor incondicional que, ao correr por entre a distância de nossas vilas, só se tornou mais nítido e vibrante. Ao tio Binho, saudade tremenda, agradeço por lembrar-me em sonho que ainda vive em mim.

Agradeço, por fim, a Rafael Cruz – pela realidade de seu amor, a construir um lugar nosso no mundo, de onde tanto cultivamos, produzimos e desejamos. Não fosse a sua presença a iluminar, nos momentos mais escuros, esse nosso caminho, esta tese não teria germinado.

Por eso repito que no debemos temer y que debemos pensar que nuestro patrimonio es el universo: ensayar todos los temas, y no podemos concretarnos a lo argentino para ser argentino porque o ser argentino es una fatalidad y en ese caso lo seremos de cualquier modo, o ser argentino es una mera afectación, una máscara.

Creo que si nos abandonamos a ese sueño voluntario que se llama la creación artística, seremos argentinos y seremos, también, buenos o tolerables escritores.

JORGE LUIS BORGES

O que se deve exigir do escritor, antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne o homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço.

MACHADO DE ASSIS

Resumo

Esta tese apresenta como objeto central o periódico argentino *Pasado y Presente* (1963-1965/1973) e a revista brasileira *Presença* (1983-1992). Ambas as empreitadas reuniram intelectuais de inspiração marxista que buscaram oferecer um espaço de elaboração crítica dos dilemas postos pelos contextos de desdemocratização ou democratização no qual se localizavam, de modo autônomo a direções partidárias. A despeito do hiato de duas décadas, consideramo-nas comparáveis conforme os seguintes objetivos comuns: 1) repensar a história de seus países a partir de analogias histórico-culturais promovidas por categorias gramscianas e 2) mobilização destas mesmas categorias modificando o seu sentido original ou o ampliando de modo a produzir novas interpretações. Assim, a produção dos gramscianos argentinos e brasileiros será analisada com o objetivo de desenvolver o que denominamos parâmetros da tradutibilidade – 1) aproximação de culturas através da analogia histórica e 2) invenção categorial. Buscaremos demonstrar o percurso por meio do qual os coletivos editoriais se constituíram, a forma particular através da qual se apropriaram de grandes concepções gerais – do pensamento de Gramsci em especial, mas também das prévias vertentes nacionais – e, por fim, avaliar o alcance de seus resultados. Com isso, nossa intenção é contribuir para a reflexão geral a respeito das condições de produção teórica – ou seja, das possibilidades de tradução – em contextos nacionais considerados periféricos, a partir da recepção da obra gramsciana.

Palavras-chave: Antonio Gramsci; Intelectuais; Política e cultura - América Latina.

Abstract

This work presents the Argentine journal *Pasado y Presente* (1963-1965/ 1973) and the Brazilian journal *Presença* (1983-1992) as its central object. Both attempts brought together Marxist-inspired intellectuals who sought to offer a space for critically elaborating the dilemmas posed by the contexts of de-democratization or democratization in which they were located, independently of party directions. Despite the two-decade gap, we consider them comparable according to the following common objectives: 1) rethink the history of their countries based on historical-cultural analogies promoted by Gramscian categories and 2) the mobilization of these same categories, modifying their original meaning or expanding it in order to produce new interpretations. Thus, the production of Argentine and Brazilian Gramscians will be analyzed in order to develop what we call different parameters of translatability - 1) approximation of cultures through historical analogy and 2) invention of categories. We will seek to demonstrate the path through which the editorial collectives were constituted, the particular way in which they appropriated great general conceptions – of Gramsci's thought in particular, but also of the previous national strands – and, finally, to evaluate the reach of their results. With this, our intention is to contribute to the general reflection regarding the conditions of theoretical production – that is, the possibilities of translation – in national contexts considered peripherals, from the reception of the Gramscian work.

Keywords: Antonio Gramsci; Intellectuals; Politics and Culture - Latin America.

Sumário

| | |
|---|------------|
| Introdução | 13 |
| Capítulo 1 – Desafios da tradução latino-americana: a tensa relação entre teoria e realidade | 32 |
| Angústia do intelectual engajado e serenidade da crítica | 32 |
| Teoria marxista e a “realidade rebelde” latino-americana..... | 43 |
| Capítulo 2 – Gramsci e a cultura comunista: a formação dos grupos editoriais.... | 60 |
| Gramsci e o comunismo argentino: a formação de <i>Pasado y Presente</i> | 60 |
| Gramsci e o comunismo brasileiro: a formação de <i>Presença</i> | 74 |
| Capítulo 3 – <i>Pasado y Presente</i> e a agenda de uma nova geração: desprovincialização da teoria e realidade argentina | 91 |
| Córdoba (1963-1965) | 91 |
| “Polêmica” | 100 |
| “ <i>Mundo Contemporâneo</i> ” | 129 |
| “ <i>Ideologia e cultura</i> ” | 137 |
| Buenos Aires (1973) | 142 |
| Capítulo 4 – <i>Presença</i> e a renovação frustrada: centralidade democrática e os caminhos da revolução passiva brasileira | 159 |
| São Paulo (1983-1986) | 159 |
| “ <i>Política</i> ” | 170 |
| “ <i>Cultura</i> ” | 196 |
| Rio de Janeiro (1986-1992) | 203 |
| “ <i>Política</i> ” | 204 |
| “ <i>Cultura</i> ” | 234 |
| Conclusão – As almas das revistas e os distintos alcances das traduções..... | 247 |
| Arquivos consultados | 257 |
| Bibliografia | 257 |
| Anexo 1 | 271 |
| Anexo 2 | 274 |

Introdução

Essa tese apresenta como objeto central os grupos de intelectuais ligados ao periódico argentino *Pasado y Presente* e à revista brasileira *Presença*. Atuantes em distintos momentos da segunda metade do século XX, as duas empreitadas reuniram intelectuais de inspiração marxista – em grande parte oriundos dos partidos comunistas – e que estiveram envolvidos com a recepção e a disseminação das ideias de Antonio Gramsci em seus países. Em comum, os gramscianos argentinos e brasileiros buscaram oferecer em sua atividade editorial um espaço plural de elaboração crítica aos dilemas postos pelos distintos contextos de desdemocratização ou democratização no qual se localizavam, de modo autônomo a direções partidárias. No caso argentino, o contexto era o dos anos 1960 e 1970. A primeira etapa da revista se deu em Córdoba e a publicação dos oito números, lançados entre 1963 e 1965, foi atravessada pelo golpe de 1966.¹ Já a segunda etapa compreendeu três números publicados em Buenos Aires no ano de 1973, em meio a dois processos eleitorais que culminariam no curto governo de Juan Domingo Perón. Poucos anos depois haveria ainda o golpe de 1976, o que levaria muitos de seus editores ao exílio. Já no Brasil, a revista *Presença* surgiu em 1983 e os dezenove números publicados até 1992 acompanharam o processo de transição democrática que colocaria fim às duas décadas de ditadura militar no país.

A despeito do hiato de duas décadas entre ambas as iniciativas, consideramo-nas comparáveis conforme os seguintes objetivos comuns: 1) repensar a história de seus países a partir de analogias histórico-culturais promovidas por categorias gramscianas, primeiramente pensadas para o caso italiano e 2) mobilização destas mesmas categorias modificando o seu sentido original ou ampliando-o de modo a produzir novas interpretações de seus países. Tendo isso em vista, lançaremos luz sobre a produção dos gramscianos argentinos e brasileiros reunidos nestes coletivos com o objetivo de demonstrar e desenvolver o que denominamos *distintos parâmetros da tradutibilidade*, quais sejam – 1) aproximação de culturas através da analogia histórica e 2) invenção categorial. Nesse sentido, as diferenças entre as revistas no que diz respeito aos diversos contextos nos quais surgiram e se desenvolveram serão importantes. Mais importantes, no entanto, serão as questões que dizem respeito aos precedentes teóricos de ambos os

¹ Em 28 de junho de 1966, um levante militar liderado por Juan Carlos Onganía derrubou o presidente Arturo Illia. O golpe deu origem a uma ditadura autodenominada “Revolução Argentina” que se estabeleceu como um sistema de tipo permanente.

grupos – na Argentina, já em 1951 há uma obra que buscava repensar a história local à luz dos escritos de Gramsci sobre o *Risorgimento* com *Echeverría* (Agosti, 1951). Embora posterior à experiência da *Pasado y Presente*, já em 1977 publicou-se o primeiro estudo de fôlego dedicado ao seu pensamento, *Los usos de Gramsci* de Juan Carlos Portantiero. No Brasil, movimento análogo precedeu a criação de *Presença*, mas duas décadas depois do caso argentino – em fins dos anos 1970, com *Liberalismo e Sindicato no Brasil* (Vianna, 1978) e começo dos 1980 com *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político* (Coutinho, 1981). Buscaremos demonstrar, portanto, a partir dos distintos pontos de partida, o percurso por meio do qual os coletivos editoriais se constituíram, a forma particular através da qual se apropriaram de grandes concepções gerais – do pensamento de Gramsci em especial, mas também das prévias vertentes nacionais – e, por fim, avaliar o alcance de seus resultados teóricos segundo os parâmetros da tradutibilidade. Com isso, nossa intenção será contribuir para a reflexão geral a respeito das condições de produção teórica – ou seja, das possibilidades de tradução – em contextos nacionais considerados periféricos,² a partir da recepção da obra gramsciana.

Vale destacar que, além dos latino-americanos, a partir dos anos 1960³ outros intelectuais afastados do centro europeu e movidos pelas indicações gramscianas,⁴ se engajaram em projetos com amplas ambições teóricas e políticas – sendo os “estudos subalternos” indianos,⁵ provavelmente, o maior exemplo deste movimento. Uma possibilidade para pensar a fortuna destes encontros nacionais com a obra de Gramsci passaria por entendê-lo como um “mestre da tradução”. Além de intervir de modo indelével no curso do marxismo mundial desde a periferia europeia, Gramsci propôs

² Gramsci mesmo sugeriu, desde textos pré-carcerários, a distinção entre Estados capitalistas avançados e Estados capitalistas periféricos. Os primeiros se caracterizariam por ter uma classe dominante com reservas políticas e organizativas, de modo que nem mesmo as crises econômicas gravíssimas teriam repercussões imediatas no campo político (Gramsci, 2004, p.379).

³ A inflexão do movimento comunista internacional – com a denúncia formal dos crimes de Stalin no XX Congresso do Partido Soviético (1956) – acompanhou também um movimento de abertura no âmbito do marxismo, que deixa de ter um centro hegemônico em Moscou e passa a ter maior aceitação no mundo acadêmico. A difusão dos escritos de Antonio Gramsci, portanto, está associada a um momento de inflexão das esquerdas.

⁴ Em *English Questions*, Perry Anderson (1992) explicita um processo análogo também no centro europeu, em meio ao contexto intelectual que rondou as origens da revista marxista britânica *New Left Review*. A empreitada como um todo, cuja iniciativa Anderson compartilha com Tom Nairn, devia também sua principal inspiração intelectual ao pensador italiano Antonio Gramsci – autor que ainda não era familiar à Inglaterra dos anos 1960. Tendo pouco dos seus textos traduzidos para o inglês, os *Cadernos do Cárcere* não faziam parte do universo intelectual do ainda pequeno setor da cultura socialista que se definia como marxista – situação que não era peculiar à Inglaterra.

⁵ Vale ressaltar que a intenção desta tese é ampliar uma pesquisa anterior sobre o encontro de Antonio Gramsci e a Índia no âmbito dos Estudos Subalternos. Naquele trabalho, investigamos a produção de conhecimento subalternista, bem como exploramos seus principais desdobramentos teóricos ao longo dos anos 1980 e 1990 (cf. Góes, 2018).

parâmetros metodológicos que, entre outras coisas, permitiram pensar o seu próprio processo criativo através da metáfora da tradução.⁶ Em carta de 1932, Gramsci acrescentava junto às competências do tradutor – de traduzir qualquer autor, político, historiador ou filósofo, de qualquer período histórico até os dias de hoje – a capacidade de traduzir também “os termos, *inclusive conceituais*, de uma determinada cultura nacional nos termos de outra cultura nacional” (Gramsci, 2001, p. 237-8, *grifos nossos*). Essa possibilidade de tradução conceitual pressupunha a existência de uma etapa comum de expressão cultural “fundamentalmente” idêntica, nos termos de Gramsci, mesmo que com linguagem historicamente diversa, determinada pela tradição particular de cada cultura nacional e de cada sistema filosófico (C. 11, § 47, p.1468).⁷

Ou seja, a tradução seria possível devido a um mesmo “fundo”, decorrente de um desenvolvimento real da civilização mundial e graças à colaboração de todos os povos, por “impulsos” nacionais (ibid., p.1470). Como consequência, estaria a impossibilidade de aplicação exata de um conceito a uma outra cultura, assumindo como válidos os termos da metáfora – não haveria ao menos uma palavra singular que fosse exatamente traduzível em outra língua. Se para um texto se tornar adequado ao público de leitores fosse necessária a “dupla ação de *traduzir* e ao mesmo *trair* o texto de origem” (Boothman, [2009] 2017, p. 780, *grifos do autor*), o mesmo se daria com os conceitos. Assim, o tradutor teria a possibilidade de exprimir “essencialmente” os mesmos conceitos do lugar de origem, desde que com a criação ou ampliação das categorias – muitas vezes sob a acusação de infidelidade –, para que ao mesmo tempo pudesse expressar “historicamente” as diferenças estruturais da sociedade em que se encontra. A tradutibilidade designaria, portanto, os modos pelos quais culturas de aparências radicalmente diversas e desconexas entre si poderiam exprimir “fundamentalmente” os mesmos conceitos (Boothman, 2004, p. 61).⁸ Junto a isso, a dimensão histórica e social seria imprescindível para que a metáfora

⁶ Sobre o assunto, cf. Tosel, 1981; Frosini, 2003; Ives, 2004.

⁷ Utilizaremos a edição crítica dos *Cadernos do Cárcere*, organizada por Valentino Gerratana e publicada em 1975 na Itália. Citaremos da seguinte forma: C. “X”, para o número do Caderno, § “Y”, para o parágrafo, e p. “Z” para a página na referida edição. Todas as traduções do italiano, do inglês e do espanhol serão realizadas pela autora.

⁸ Essa *metodologia de aproximação de culturas* encontra-se logo no início da seção do *Caderno 11* intitulada “Tradutibilidade das linguagens científicas e filosóficas” com a observação crítica de Lenin no IV Congresso da Internacional Comunista: “não soubemos ‘traduzir’ nas línguas europeias a nossa língua” (C 11, § 46, p. 1468). Como observou Boothman, nessa menção aparecia uma dupla operação da tradução: uma ação linguística operada pelos indivíduos e outra de natureza coletiva e social. A passagem da teoria à ação, por exemplo, demandaria alguma forma de tradução: “por um lado no que diz respeito à descrição e à teorização da mutação linguística, e por outro no que diz respeito à mutação não linguística” (Boothman, 2017 [2009], p. 780).

da tradução não ficasse confinada ao âmbito das ideias abstratas, e pudesse ser um antídoto à operação ideológica de cisão entre pensamento e realidade, teoria e prática. Em um dos parágrafos dos *Cadernos do Cárcere* voltado às classes subalternas,⁹ há um emprego da noção de “tradução” que ilumina este nexos fundamental:

Para a concepção histórico-política escolástica e acadêmica, é real e digno só o movimento [dos subalternos] que é consciente cem por cento e que antes é determinado por um plano minuciosamente traçado em antecedência ou que corresponde (o que é o mesmo) à teoria abstrata. *Mas a realidade é rica das combinações mais bizarras e o teórico que deve rastrear nesta bizarrice a prova de sua teoria, “traduzir” em linguagem teórica os elementos da vida histórica, e não vice-versa a realidade apresentar-se segundo o esquema abstrato.* Isto não vai acontecer jamais e, portanto, esta concepção não é mais que uma expressão de passividade (C. 3, § 48, p. 332, *grifos nossos*).

O papel do teórico seria, portanto, o de *traduzir a realidade*. O termo aparecia não apenas como a mediação necessária entre línguas e culturas, mas entre teoria e “vida histórica” ou, como sugere Boothman (2017 [2009], p. 780), entre teoria e prática. Também neste aspecto outro ângulo da formulação gramsciana chama a atenção: o único árbitro capaz de avaliar o sucesso ou não de uma tradução seria “uma comunidade ou, mais exatamente, as classes e as forças sociais populares da sociedade de destino” (ibid., p. 780). Isto é, a tradução de determinada realidade em teoria seria bem-sucedida na medida em que iluminasse *os dilemas políticos centrais e as forças sociais concretas desta sociedade*. Para Gramsci, isso só seria possível na filosofia da práxis que, ao tentar explicar outras filosofias, incorporando-as criticamente, promoveria uma tradução “orgânica e profunda”, ao passo que em outras filosofias poderia ser, com frequência, “um jogo de ‘esquematismos’ genéricos” (C. 11, § 47, p. 1470). A própria formulação do marxismo como *filosofia da práxis*, segundo Cospito (2017, p. 48), seria expressão da

⁹ Este parágrafo versa sobre o elemento da espontaneidade nos movimentos das classes subalternas, cuja expressão “pura” não existiria na história pois “coincidiria com a mecanicidade ‘pura’” (C. 3, § 48, p. 328). Apesar disso, Gramsci afirmava que a espontaneidade seria um elemento característico da “história das classes subalternas” e, mais especificamente, dos seus elementos mais marginais e periféricos, os quais nem mesmo poderiam suspeitar que sua história tivesse qualquer importância (ibid., p. 328). Haveria nos movimentos subalternos uma “‘multiplicidade’ de elementos de ‘direção consciente’”, sem que um predominasse ou superasse “o nível da ‘ciência popular’ de um determinado estrato social, do ‘senso comum’; ou mesmo da concepção de mundo [tradicional] deste determinado estrato” (ibid., p. 328). Essa unidade entre “espontaneidade” e “direção consciente” era, para Gramsci, nada mais que a “a ação política real das classes subalternas enquanto política de massa” (ibid., p. 330). Frente a esse fato, sob risco de consequências muito sérias e graves, a teoria moderna e os dirigentes políticos progressistas não deveriam se opor aos “sentimentos ‘espontâneos’” (ibid., p. 330). Isso porque, junto ao movimento “espontâneo” das massas, quase sempre se seguiria um movimento reacionário da direita da classe dominante que, frente à insatisfação das classes subalternas, se aproveitariam do enfraquecimento objetivo do governo para tentar golpes de Estado. A renúncia dos grupos responsáveis em dar uma direção consciente aos movimentos espontâneos, dificultando que esses pudessem se tornar um fator político positivo, seria uma das causas que levariam aos golpes de Estado (ibid., p. 330).

“originalíssima tradução” realizada por Gramsci para designar o nexos de identidade entre teoria e vida prática que se encontra no núcleo de seu pensamento.¹⁰

Em busca do fundo essencialmente comum, pressuposto na tradução, propomos como primeiro parâmetro para pensar a produção dos gramscianos latino-americanos a *analogia ou similitude histórico-cultural* estabelecida entre o mundo italiano analisado por Gramsci e a realidade latino-americana. Tendo demonstrado a etapa comum compartilhada entre as culturas, condição necessária para dar inteligibilidade ao conceito, seria necessário dar um passo adiante. Em um dos parágrafos do *Caderno 25*, dedicado à história dos grupos sociais subalternos, Gramsci mesmo alertou aos riscos de recorrer apenas ao “método da analogia histórica como critério de interpretação” (C. 25, §4, p. 2286). Embora levasse a resultados teóricos gerais ou circunstanciais, o critério de pesquisa deveria ir além das semelhanças, sempre atento às especificidades de cada grupo social em cada período singular.¹¹

¹⁰ Gramsci havia se voltado à letra de Marx para perseguir suas sugestões, dentre as quais sua noção de tradutibilidade. Como observou Ricupero (2018, p. 17), configurava uma “verdadeira obsessão” dos *Cadernos do Cárcere* “a observação de *A Sagrada Família* de que a filosofia clássica alemã corresponderia, em outros termos, à política levada a cabo pela Revolução Francesa”. Essa identidade entre a filosofia alemã e a política francesa, segundo Ricupero (2018, p. 17-18), estaria presente na famosa “11ª tese sobre Feuerbach”, em que o fundador do materialismo-histórico afirmara que “os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo” (Marx, 1982, p. 3). Ou seja, “a filosofia deveria ser realizada na política, como sintetizada na fórmula *filosofia da práxis*” (Ricupero, 2018, p. 18).

¹¹ Gramsci desenvolveu estes critérios em sua análise da obra *Elementi di “verità” e de “certezza” nella tradizione storica romana* de Ettore Ciccoti. Segundo Gramsci (C.3 §4, p. 2284), a maior parte dos problemas da história romana, no estudo de Ciccoti, referia-se aos eventos e instituições dos grupos sociais subalternos (tribuno da plebe, etc.). Assim, o método de “analogia” – entre subalternos e dominantes, bem como entre diferentes períodos históricos – afirmado e teorizado pelo autor poderia levar a resultados circunstanciais, porque, faltando autonomia política, as iniciativas defensivas dos grupos subalternos são restritas às leis próprias de necessidade, mais simples, mais limitadas e politicamente mais compressivas que as leis de necessidade histórica que dirigem e condicionam as iniciativas da classe dominante (ibid., p. 2286). Frequentemente os grupos subalternos seriam de outra raça, cultura e religião em relação aos dominantes e também frequentemente seriam uma mistura de raças diversas, como no caso dos escravos (ibid., p. 2286). A importância das mulheres na história romana seria similar àquela dos grupos subalternos, mas *só até certo ponto*; o “machismo” poderia ser em certa medida comparado ao domínio de classe, mas isso teria mais importância para a história dos costumes, segundo Gramsci, do que para a história política e social (ibid., p. 2286). Ou seja, as “leis de necessidade histórica” dos subalternos seriam muito distintas daquelas que dirigem e condicionam as iniciativas da classe dominante, que se alteram e se adaptam às diversas formações estatais: “Enquanto na Idade Média era possível uma aliança entre proletários e povo e ainda, o apoio dos proletários à ditadura de um príncipe, nada de similar ocorria no mundo clássico para os escravos. O Estado Moderno substitui ao bloco mecânico dos grupos sociais a sua subordinação à hegemonia ativa do grupo dirigente e dominante. Ou seja, abole algumas autonomias, que, entretanto, renascem de outra forma, como partidos, sindicatos, associações de cultura, etc.” (C. 25, §4, p. 2287). A interpretação gramsciana dos problemas referentes ao Estado Moderno parte da ideia de hegemonia, inicialmente elaborada por Lenin, ampliando-a junto ao par conceitual de subalternidade. Esse modo de abordar continuidades e rupturas dos distintos grupos sociais na história, especificando-os nas formas particulares de seu contexto nacional, junto à explicitação dos próprios critérios de investigação e teorização, exemplifica bem o método gramsciano.

A dupla operação que implica a tradução – expressão “fundamental” de um mesmo conceito de outra cultura ou período histórico e, ao mesmo tempo, invenção necessária às características estruturais e históricas da sociedade de destino – encontraria particularidades quando pensada em contextos nacionais de passado colonial, como no caso dos países que conformam a América Latina. Já no primeiro número da revista *Pasado y Presente*, o problema da influência inevitável das ideias europeias e a preocupação em entender as peculiaridades argentinas estavam colocados. José Carlos Chiaramonte denominava “europeísmo” a doutrina de importação europeia – considerada pedra angular da história cultural argentina – segundo a qual a cultura nacional se caracterizaria pela “total carência de originalidade” e “completa *imitação* do europeu”, vista mesmo como fator principal de todas as “desgraças nacionais” (Chiaramonte, PyP 1, 1963, p. 98)¹². Chiaramonte, em contrapartida, considerava a marca europeia uma característica nacional indiscutível, à qual perduraria o seguinte dilema:

se trata de saber se houve uma assimilação adequada do europeu, ou uma mera imposição artificial dessa cultura. E esse ponto de vista só é correto... na condição de que o modelo de desenvolvimento histórico da cultura europeia não se converta em um esquadro rígido para julgar a autenticidade de nossas manifestações culturais (Chiaramonte, PyP 1, 1963, p. 99).

A adesão ao polo europeísta fecharia “as possibilidades de uma compreensão mais cabal das particularidades do caso argentino”, bem como seriam ineficazes “as hiperbólicas teorizações sobre uma cultura argentina de caracteres indigenistas” (Chiaramonte, PyP 1, 1963, p. 99). A difícil tarefa seria, então, a de compreender as peculiaridades resultantes de uma determinada evolução histórica, sem perder de vista “certa identidade essencial com os países capitalistas típicos”, já que a Argentina, bem como os demais países americanos, constituiria “caso especial dentro do desenvolvimento do mundo capitalista” (Chiaramonte, PyP 1, 1963, p. 99).

A metáfora da tradução é especialmente interessante nestas circunstâncias, portanto, dada a influência europeia inevitável incutida pela colonização. Resultado desta direção cultural e política, boa parte da vida intelectual no continente latino-americano se estruturou em torno do falso dilema do “localismo” e do “cosmopolitismo”, tal qual formulado por Antonio Candido (2006 [1965], p.117). No primeiro caso, todo o mal estaria no exterior, supondo um fundo nacional “autêntico”, como se o rompimento

¹² Citaremos a revista *Pasado y Presente* como PyP “X”, “Y” para indicar, respectivamente, o número da revista e o ano de publicação.

conceitual com o centro pudesse equacionar as relações de subordinação efetiva. Em oposição, no polo cosmopolita, estaria a condição mental passiva e conformista da pura e consciente imitação dos padrões europeus.

Escapando aos limites postos pelo suposto problema, Candido lembrava que a colonização e o “transplante por vezes brutalmente forçado das culturas” fazia da influência metropolitana um fato inevitável na América Latina, vinculado à nossa dependência (Candido, 2017 [1986], p. 182). O ponto de vista de Candido se aproxima daquele proposto por Gramsci – o fundo “essencialmente” comum das culturas, dado pela perspectiva histórica da colonização, passava pelo reconhecimento da “inevitável dependência”. A esta constatação derivava o reconhecimento das culturas latino-americanas como parte de um universo cultural mais amplo, “que transborda as nações e os continentes, permitindo a comunicação das experiências e a circulação dos valores” (ibid., p. 183).

A participação das culturas latino-americanas ao universo imposto pela cultura europeia equivaleria ao que Candido formulou como “fecundação criadora da dependência”, o “modo peculiar dos nossos países serem originais” (ibid., p. 184). O suposto paradoxo resultante da consciência da realidade trágica da periferia seria, na verdade, o passo necessário à aspiração revolucionária e à maturidade. Roberto Schwarz demonstraria, além disso, os sentidos políticos do problema ideológico identificado por Candido. O problema da originalidade oposta à cópia como uma questão nacional ocultaria o problema real. Afinal, a quem interessaria a permanente constatação do “mal-estar” posto pelo descompasso entre ideias centrais e ambiente social periférico como um problema *nacional*?¹³ Essa homogeneização e diluição das diferenças ao tomar o mal-estar como um problema de todas as classes serviria, entre outras coisas, para camuflar a origem de classe do verdadeiro desconforto, oriundo da “dificuldade de conciliar

¹³ A respeito dessa operação esclareceria Schwarz: “A transformação de um modo de ser de classe em modo de ser nacional é a operação de base da ideologia” (Schwarz, 1987 [1979]a, p. 150). No ensaio “Pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da malandragem’”, o crítico comentava a hipótese de Antonio Candido, de que o modo de ser brasileiro se constituiria numa “dialética da ordem e da desordem” – a característica nacional, nesse caso, não derivaria da generalização de uma ideia da classe dominante, mas de uma classe oprimida, a dos homens livres e pobres, o que lançaria uma possibilidade de integração a um “mundo mais aberto”. Schwarz, por sua vez, recusava a hipótese de que a dialética da malandragem pudesse se opor ao espírito do capitalismo. Posteriormente, Francisco de Oliveira daria o nome de “jeitinho” a esse modo de ser brasileiro, contrapondo a tese de que este, na verdade, seria um “*atributo das classes dominantes brasileiras transmitido às classes dominadas*” (Oliveira, 2018 [2012], p. 139, *grifos nossos*). O drível que a classe dominante, no Brasil, conseguiu realizar em relação às leis, burlando-a de maneira competente e recorrente, teria se tornado, segundo Oliveira, em predicado dos dominados: “a burla é uma forma de adotar o capitalismo como solução incompleta na periferia do sistema” (ibid., p. 140).

moralmente as vantagens do progresso e do escravismo ou sucedâneos” (Schwarz, 1987, p. 47). A possibilidade de crítica e teorização, e ao mesmo de transformação da realidade, passaria por denunciar o falso dilema relativo à aplicação de categorias sociais europeias (Schwarz, 1999, p. 95).

A crítica às ideologias de “segundo-grau”, estabelecida nos países de passado colonial pelo liberalismo, através do discernimento de classe, iluminaria as possibilidades de uma atividade intelectual autônoma, sem a qual seria impossível “a superação da condição mental passiva, de consumidores crédulos do progresso das nações adiantadas (e também das atrasadas)” (ibid., p. 96). Para isso, seria necessário, segundo Schwarz, crítica e *invenção categorial* – nosso segundo parâmetro analítico – de modo a expressar a realidade concreta a qual o conceito se incorpora, “traindo” ou ampliando o sentido original.

Seria imprescindível, portanto, nestes contextos, uma leitura crítica das noções originárias do “centro” ou da “metrópole”, incluídas as de Karl Marx. Aos intelectuais latino-americanos inspirados nesta matriz teórico-política, a primeira dificuldade estaria na releitura das indicações marxianas para pensar o continente segundo um ponto de vista próprio.¹⁴ Pois, se é verdade, como afirmou Francisco de Oliveira, que o marxismo dispõe do “mais formidável arsenal de crítica à economia clássica”, é verdade também que teria falhado “em especificar-lhe as formas concretas, sobretudo em relação à periferia” (Oliveira, 2013 [2003], p. 126). Caberia ao teórico interessado em interpretar a vida histórica do continente, rico em “combinações bizarras”, um exercício contínuo de tradução que pudesse iluminar a atividade de suas classes e forças sociais concretas. Para isso, o trabalho deveria aproximar culturas centrais e periféricas, europeias e latino-americanas – de modo a iluminar uma linguagem política comum. Ao mesmo tempo, precisaria inventar ou ampliar categorias que comunicassem o idioma específico de cada país, alterando ou expandindo o sentido original dos conceitos.

A problemática, no caso do marxismo, não estaria restrita ao campo das ideias, mas estaria vinculada à realidade concreta, a qual se deseja transformar. A produção teórica, bem como a ação política, não poderia estar amarrada a “velhos esquemas, velhas

¹⁴ Estas dificuldades não são exclusivas ao marxismo, mas dizem respeito aos complexos problemas de migração de ideias e conceitos entre diferentes contextos nacionais, além das questões específicas que derivavam da relação de subordinação e dependência que pode ser estabelecida entre “ex-colônias” e “metrópole”. Estes processos não são novidades no campo da antropologia e história cultural, no qual a centralidade do problema foi incontornável. No caso do marxismo, entretanto, este debate aparece como parte de um esforço teórico e político, como contraposição a outras formas, consideradas dogmáticas ou mecanicistas, de lidar com a apropriação desta teoria geral a um determinado contexto.

linguagens e posições”, conforme Aricó defendia em seu manifesto presente no primeiro número de *Pasado y Presente*. Contra a rigidez dos esquemas europeizantes, identificados na direção do Partido Comunista Argentino (PCA), a emergência da *Pasado y Presente* se vincularia a três circunstâncias decisivas – o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética de 1956, a queda do peronismo em 1955 e a Revolução Cubana de 1959. Contra a suposta incompreensão histórica do núcleo dirigente do PCA, entendido como destacadamente stalinista, o grupo cordobês contrapunha o exemplo dos comunistas italianos, os quais teriam compreendido mais rapidamente o “descongelamento” do movimento iniciado com o XX Congresso e, por isso, empreendido com maior profundidade um processo de “desestalinização” (Aricó, PyP 2-3, 1963, p. 204).

A “imitação”¹⁵ dos comunistas italianos acompanhava o desafio particular aos gramscianos argentinos – dar nova interpretação ao “processo peronista”,¹⁶ o que caracterizaria fundamentalmente a formação da “nova esquerda” no país (Terán, 2013 [1991]). O grupo da *Pasado y Presente* recorreria à caracterização gramsciana de “bonapartismo” para interpretar o fenômeno, bem como à tentativa de delineá-lo como expressão maior da separação entre intelectuais e povo no país (Portantiero, PyP 1, 1963; Aricó, PyP 4, 1964). Segundo explicaria Aricó em fins dos anos 1980, em artigo para o sexto número da revista *La Ciudad Futura*, a utilização de categorias gramscianas pelo grupo pretendia ir além daquela realizada por Agosti, que não teria dado conta das condições particulares da Argentina, prendendo sua análise aos limites da analogia histórica e incorrendo em anacronismos.¹⁷ A superação ou não dos obstáculos enfrentados por Agosti será abordada nesta tese como hipótese a ser investigada, pois não seria o momento da analogia necessário ao passo posterior? A recorrência às categorias

¹⁵ Na *Pasado y Presente* n.2-3 encontram-se textos de comunistas italianos sobre o XXII Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Aqui, buscava-se, conscientemente, a *imitação* da atitude italiana. Se para uns, o XX e XXII Congresso significaria “a queda de um mundo de valores e mitos que santificava sua ação”, para outros – entre eles, o grupo da *Pasado y Presente* – “significava nada menos que a possibilidade de recuperar o mundo real” (Aricó, PyP 4, 1963, p. 243)

¹⁶ Para Carlos Altamirano (2011), o fenômeno peronista constituiria *centro de referência das mudanças da esquerda argentina nos anos que seguem a queda de Perón*. A interpretação inicial sobre os sentidos do “processo peronista” promovida pelos gramscianos argentinos – que, em síntese, entendiam ser a formação de um novo bloco de poder assentado na aliança de classes: a burguesia industrial e o proletariado – causaria uma “particular irritabilidade” para o partido, ainda preso aos “estereótipos do positivismo burguês” que destinaria uma “virulência obsessiva” contra tudo o que cheirasse “a populismo” (Aricó, PyP 4, 1963, p. 259).

¹⁷ Alexia Massholder confronta essa interpretação de Aricó afirmando que se trata de uma “operação de autolegitimação de Aricó para levantar-se como o porta-voz de Gramsci na América Latina e minimizar o papel de Agosti nesse sentido” (Massholder, 2014, p. 133-154). Também Adriana Petra argumentaria que Agosti teria sido um dos primeiros a escapar ao modelo europeísta da hegemonia stalinista na América Latina. Segundo a autora, “a irredutibilidade do problema argentino e a dinâmica dos modelos teóricos europeus adotou em Agosti a figura do drama” (Petra, 2017, p. 262-263).

gramscianas pelo grupo *Pasado y Presente* estabeleceria maior continuidade ou ruptura com as teses de Agosti?

Interessante notar que no mesmo número de *La Ciudad Futura*, um texto de Carlos Nelson Coutinho abordava a proficuidade da categoria de “revolução passiva” como forma de promover uma nova leitura do populismo brasileiro (Coutinho, 1987, p. 15). Aqui, a analogia era defendida como critério de interpretação.¹⁸ Embora não integrasse o núcleo organizativo de *Presença* – formada por Luiz Werneck Vianna, Marco Aurélio Nogueira, Maria Alice Rezende de Carvalho e Milton Lahuerta – as teses de Coutinho teriam um papel importante nas polêmicas abordadas na revista, também calcadas na analogia histórica com o processo do *Risorgimento* analisado por Gramsci.

Assim como no caso dos argentinos, os gramscianos brasileiros recorriam ao pensamento do marxista sardo como forma de articular uma crítica à direção do partido comunista brasileiro e às suas “fórmulas enrijecidas”¹⁹ (Nogueira, P. 1, 1983, p. 93).²⁰ Nesse sentido, Werneck Vianna defendia que a luta pelo socialismo deveria passar também pela luta das ideias – “não há como se organizar a concepção de mundo do movimento operário sem os intelectuais e sem uma forma superior de elaboração para o problema da cultura” (Vianna, P. 1, 1983, p.145). Desta forma, localizava-se o terreno no qual os intelectuais ao redor da publicação se encontravam – o texto articulava um pedido de renovação à esquerda brasileira tomada em sua totalidade²¹ e ao Partido Comunista Brasileiro em especial. Na *Presença* seguinte, Vianna reforçava o pedido de renovação contra o que denominou “vanguardismo messiânico”. Seria necessário retomar na história dos comunistas brasileiros a linha democrática e a abertura ao mundo das classes subalternas, sem as quais seria impossível requalificar a inscrição do PCB na sociedade e na política (Vianna, P. 2, 1984, p. 59). Esta linha democrática deveria ser buscada na

¹⁸ Conforme Coutinho o Estado brasileiro teria desempenhado historicamente o mesmo papel que o Piemonte havia desempenhado na análise de Gramsci, “substituindo às classes sociais em sua função de protagonistas do processo de transição e na tarefa de ‘dirigir’ politicamente às mesmas classes economicamente dominantes” (Coutinho, 1987, p. 16).

¹⁹ Em formulação de Marilena Chauí, em entrevista ao primeiro número, o modelo stalinista obrigaria “a política a entrar pela porta dos fundos da teoria” (Chauí, P. 1, 1983, p. 103). Nos termos de Leandro Konder, a história havia finalmente se rebelado contra o “triumfalismo” e sua concepção simplificadora, maniqueísta – “a prática desmoralizou a teoria que se considerava sua carcereira e fugiu por todas as janelas” (Konder, P. 1, 1983, p. 130).

²⁰ Citaremos a revista *Presença* como P. “X”, “Y” para indicar respectivamente o número da revista e o ano de publicação.

²¹ No campo intelectual, haveria uma necessidade de teorização que reconhecesse a complexidade da realidade, desafio lançado não só aos comunistas, como também crítica aos intelectuais do Partido dos Trabalhadores (Konder, P. 11, 1988, p. 17; Vianna, P. 12, 1988, p. 160). Havia a ideia de que faltariam partidos modernos aptos a traduzir para as classes subalternas “a modernidade social do seu ser numa opção política para toda sociedade” (Vianna, P.5, 1985, p. 45).

“Declaração de Março de 1958”,²² resultante do impacto do XX Congresso do PCUS de 1956, e na resultante reconfiguração do tema dos intelectuais ao longo dos anos 1960.

A recorrência às categorias de Gramsci, existente na *Presença*, seria motivo de críticas à “subserviência a modas importadas”, como é possível localizar nas páginas da própria revista sob a rubrica do “gramscismo”.²³ Para Maria Alice Rezende de Carvalho, a opção por Gramsci se deu num clima de “recusa hegemônica às generalizações”, junto a um relativismo e afirmação da problemática da singularidade (Carvalho, P.4, 1984, p. 111). Lançamos como hipótese, a despeito disso, a possibilidade de observar nos textos da *Presença* uma base comum de teses generalizáveis aglutinadas sob a categoria de “revolução passiva” – entendendo-a como forma de abordar nossas “anomalias” a partir do exemplo da transição italiana para o capitalismo moderno (Arantes, P.17, 1992, p. 144). Nesse sentido, buscava-se pensar o anacronismo ou descompasso das instituições e a política, resultantes da modernização autoritária e da precariedade característica à reprodução da ordem burguesa no Brasil.

Tendo isso em vista, quais analogias histórico-culturais com a matriz gramsciana foram estabelecidas pelos grupos da *Pasado y Presente* e *Presença* para pensar seus países? A apropriação de categorias plasmadas pela experiência italiana foi um momento importante à continuação ou constituição de um campo de problemas concretos na Argentina e Brasil? As categorias desenvolvidas por Gramsci para aproximar a Itália do modelo de revolução burguesa francês, a exemplo da revolução passiva, permitiu avançar uma produção teórica entre os gramscianos argentinos e brasileiros? Da comparação entre os variados “usos de Gramsci” (Portantiero, 1977) realizados pelos intelectuais de ambos os grupos, seria possível afirmar, como fez Giuseppe Vacca (2009a), que o encontro de Gramsci com essas culturas nacionais tenha possuído como característica geral a criação de novos projetos políticos e uma nova ideia da política?²⁴

²² Segundo a perspectiva de Vianna: “Como se sabe, a ‘Declaração de Março de 1958’, importou uma mudança de rumos, embora ambígua e contraditória, que alinhou o movimento dos comunistas em relação à democracia política e interrompeu – mas não a retórica – o sectarismo revolucionarista, conspiratório e golphista” (Vianna, P.1, 1983, p. 147).

²³ Na segunda *Presença* Renato Pompeu afirmava que tendo em vista o esgotamento da expansão do capitalismo e a criação de novas situações não analisadas por Gramsci, “seria necessário ir além de Gramsci, tal como foi necessário, nos países socialistas e capitalistas, ir além de Lenin” (Pompeu, P.2, 1984, p. 123). No terceiro número de *Presença*, de maio de 1984, Giannotti afirmava que “a corrida ao gramscismo” teria sido “muito adequada à dispersão de nossa intelectualidade” e que junto ao arejamento que teria produzido entre os marxistas teria havido uma “consequência desastrosa, qual seja, a de que as questões propriamente filosóficas (e em particular as lógicas) ficaram inteiramente esquecidas” (Giannotti, P.3, 1984, p. 39).

²⁴ Giuseppe Vacca, afirma ter sido assim “na Itália do pós-guerra”, “na Índia, tanto antes como depois do nascimento dos *Subaltern Studies*” e também “na América Latina, onde em alguns países, como na

Com essas perguntas de fundo, nossa proposta é avaliar a extensão da crítica e ambições teórico-políticas dos gramscianos argentinos e brasileiros reunidos em torno da revista *Pasado y Presente e Presença* segundo os distintos parâmetros da tradutibilidade – aproximação de culturas através da analogia histórica e invenção categorial. A escolha pelas revistas tem a intenção de acompanhar o processo de elaboração das hipóteses, os modos concretos de intervenção na conjuntura e seus desenvolvimentos teóricos e políticos sucessivos. Além disso, busca explorar as vias abertas para contraposição de ideias e realização de críticas segundo um ponto de vista próprio. Isso porque, tanto no caso argentino, quanto no brasileiro, a introdução do pensamento de Gramsci se deu primeiramente no interior dos Partidos Comunistas, onde os intelectuais envolvidos iniciaram sua formação político-intelectual. Nesse sentido, e de diferentes formas, o projeto editorial levado a cabo por ambas as iniciativas buscava uma relativa autonomia em relação às direções e estruturas partidárias.

A perspectiva desta tese não é novidade, proposta em termos de tradutibilidade, para pensar a produção dos marxistas e gramscianos latino-americanos. Em particular, no caso dos argentinos, a hipótese foi lançada por aqueles que seriam os próprios tradutores – José Aricó (1980, 2005) e Juan Carlos Portantiero (1985) – e, mais recentemente, levada adiante por Martín Cortés (2010, 2015). A comparação e o contraponto com os gramscianos brasileiros pretende se inserir nesta ampla agenda de pesquisa iniciada por Aricó. Entendemos, no entanto, que a sua hipótese – de que a “adoção” de Gramsci pelo pensamento latino-americano tenha sido vinculada ao fato das peculiaridades nacionais dos países da região encontrarem em suas sugestões teóricas, em seus conceitos fundamentais e em seu método de indagação, a possibilidade de serem universalizadas em um critério de interpretação mais geral (Aricó, 2014 [2005], p. 139) – possa ser melhor compreendida segundo os distintos *parâmetros da tradutibilidade* propostos.

A metáfora da tradução encontra bons alicerces na história do pensamento político.²⁵ Exponente da chamada “Escola de Cambridge” – central ao debate desde a

Argentina e no Brasil (...) teve um papel fundamental na renovação da história política dos grupos intelectuais, em favor das ‘revoluções democráticas’” (Vacca, 2009a, p.13).

²⁵ Interessa notar que no amplo campo da “circulação internacional das ideias”, outras metáforas foram propostas, como a das “viagens” em Edward Said (1983) e das “importações” em Bourdieu (2002). Said partiu da premissa que a vida cultural e intelectual é alimentada e sustentada por viagens, que por vezes tomam a forma de “influência reconhecida ou inconsciente, empréstimo criativo ou apropriação por

década de 1960²⁶ – John Pocock afirmava que uma pesquisa interessada na *linguagem* ou *linguagens da política* deveria requerer um método capaz de discriminar as diferentes relações através das quais conceitos abstraídos de uma tradição de comportamento poderiam modificar aquela tradição, e o comportamento com o qual eles estariam associados (Pocock, 2009 [1962], p. 12). Para isso, o historiador inglês recomendava “observar, primeiro, quais modos de criticar ou defender a legitimidade do comportamento político eram existentes, a quais símbolos ou princípios se referiam, e em qual linguagem e por quais formas de argumento procuraram alcançar seus fins” (ibid., p. 16).

Nesse sentido, Pocock abria a possibilidade de pensar uma tradição nacional de pensamento político, o que compreenderia um contexto linguístico a partir do qual linguagens diversas poderiam ser traduzidas.²⁷ A ideia de tradição, tal qual proposta por Pocock, pode nos ajudar a avaliar nos casos argentino e brasileiro a existência ou constituição de campos de problemas comuns, aos quais nossos intelectuais buscaram traduzir uma determinada ideia de política. A possibilidade de levar adiante essa hipótese

atacado” (Said, 1983, p. 226). Tal movimento não poderia ocorrer sem dificuldades, já que envolveria necessariamente um processo de representação e institucionalização diferentes daqueles existentes no ponto de origem. Em confluência, o sociólogo francês afirmava que as trocas internacionais de ideias estariam sujeitas a um certo número de fatores estruturais, o que poderia gerar uma série de mal-entendidos. Um deles derivaria do fato de que os textos circulam sem seus contextos, que não são importados junto ao campo de produção, o que faz com que sejam inseridos e reinterpretados de acordo com a estrutura de outro campo, o de recepção. Esse fato tornava ao mesmo tempo complicada e oportuna, na opinião de Said, qualquer abordagem que versasse sobre “a viagem das teorias”.

²⁶ Sabe-se desde fins do século XIX, com Hegel e a tradição historicista alemã, que a interpretação de pensadores políticos só poderia ser realizada com sucesso a partir de seus contextos históricos originais (Perreau-Saussine, 2007, p.106). Foi nos anos 1960 e 1970, entretanto, que o projeto de colocar as ideias políticas “em contexto” ganhou fôlego. Pistas para esse projeto se encontravam mesmo antes dos expoentes mais conhecidos da “Escola de Cambridge”, nas críticas endereçadas à interpretação Whig da história inglesa. Foi nesse sentido que, já em 1931, Herbert Butterfield endereçou sua crítica (*The Whig Interpretation of History*, 1931). Caberia, contudo, à edição de Peter Laslett acerca dos *Dois tratados sobre o governo* de John Locke, publicada em 1960, estabelecer o ponto de partida para a sistematização de uma agenda de pesquisa contextualista para o estudo das ideias políticas. Ao contextualizar a obra de Locke, Laslett revelou o público para o qual ela foi escrita e contra quem foi publicada (Bianchi, 2014, p.8). Com isso, determinou que a data da redação dos tratados havia antecedido a Revolução Gloriosa de 1688, ao contrário do que se pensava até então (ibid., p. 8). As obras de Butterfield e Laslett se tornaram a fundação de um entendimento do pensamento político como uma multiplicidade de atos de linguagem realizados por usuários de linguagens em contextos históricos (Pocock, 2009, p. viii).

²⁷ Alguns anos mais tarde, em “Meaning and Understanding in the History of Ideas” (1969), Quentin Skinner também elaborou proposições metodológicas que se pretendiam coerentes ao projeto do contextualismo linguístico. Skinner (1969) estava especialmente preocupado com a compreensão das obras em seus contextos linguísticos próprios, nos quais seria possível desvendar as verdadeiras intenções dos autores. De modo geral, suas proposições procuravam evitar o anacronismo, considerado um dos erros mais graves em que um historiador do pensamento poderia incorrer. O mais importante, para Skinner, era a busca da intenção do autor em “ser entendido”, bem como a intenção do “que deveria ser” entendido pelo leitor. Mas como lidar com a compreensão de textos quando esses passam a ser empregados em outros contextos nacionais?

está na forma com que, em dois sentidos primordiais, os textos são entendidos como eventos:

O primeiro é que eles são ações executadas em contextos de linguagem que os tornam possíveis, que os condicionam e restringem, mas que também modificam. O segundo sentido em que os textos fazem história é que os textos têm leitores e sobrevivem a seus autores. O autor, ao criar o texto, cria a matriz na qual os outros lerão e responderão (...). Nenhum texto é lido exatamente como seu autor pretendia que fosse lido; há um sentido em que o leitor reencena o texto, e isso nunca acontece duas vezes exatamente da mesma maneira. Pode-se dizer que a leitura é um ato de tradução: eu traduzo sua mensagem em minha compreensão dela (ibid., p. 114).

Ao considerar que os textos são eventos, Pocock esclarecia a forma como os contextos conformam e são conformados pelas ações humanas, não podendo serem delas dissociados. Os textos, enquanto atividades humanas, interfeririam e ao mesmo tempo seriam interferidos pelas possibilidades e limites de uma determinada conjuntura. O surgimento da revista *Pasado y Presente* em 1963, por exemplo, passa por uma compreensão do que foi o movimento de renovação e transformação interna do Partido Comunista Argentino (PCA), cuja maior expressão se encontra na figura de Héctor Agosti – o primeiro intelectual argentino a usar reflexões gramscianas para repensar a história argentina (Agosti, 1951) – bem como dos efeitos da Revolução Cubana e da crise de expectativas que o governo de Arturo Frondizi (1958-1962) havia criado no espectro liberal-democrático argentino.

Havia sido na Argentina, no âmbito do PCA, a primeira tentativa orgânica de inserção do pensamento de Gramsci na América Latina. Os escritos gramscianos foram traduzidos para o espanhol já nos anos 1950 com as edições Latauro das *Cartas desde la cárcel* e dos *Cuadernos de la cárcel*, e através do periódico argentino comunista *Cuadernos de Cultura* sob a direção de Agosti. Essa tradução e difusão em espanhol assumiria dimensões que dificilmente encontrariam paralelo em outras áreas linguísticas (Aricó, 1993 [1985], p. 26).

O marxista italiano fora introduzido nos anos 1950 – marcados pela ascensão do peronismo²⁸ e pelo golpe militar de 1955²⁹ – junto às intervenções de Palmiro Togliatti. Para além da interlocução entre comunistas, Gramsci entrava também através dos exilados do fascismo, que introduziram no país as obras de Rodolfo Mondolfo, Renato Treves, Benedetto Croce e Francesco de Sanctis (Aricó, 2005, p.94). O projeto cordobês da revista *Pasado y Presente* lançado em 1963 reuniu o núcleo de gramscianos associados a Agosti – Oscar del Barco, Samuel Kieczkovsky, Héctor Schmucler e José Aricó. A revista contou, portanto, com o apoio do PCA, que financiou os primeiros dois números. O nome do grupo foi escolhido simultaneamente por Aricó e Juan Carlos Portantiero, que acompanhava o grupo em Buenos Aires (Aricó, 2014 [1986], p. 21). Extraído do título de algumas notas de Gramsci, o grupo explicitava desde o início a sua principal fonte de inspiração teórica e política. No primeiro número da revista, que compreendeu o trimestre de abril a junho de 1963, à apresentação feita por Aricó precedia uma destas notas:

Passado e presente. Como e porque o presente é uma crítica do passado, bem como é sua “superação”. Mas o passado deve por isso ser jogado fora? É de se jogar fora aquilo que o presente criticou “intrinsecamente” e aquela parte de nós mesmos à qual isso corresponde. O que isto significa? Que devemos ter consciência exata desta crítica real e lhe dar uma expressão não só teórica, mas política. Ou seja, devemos ser mais aderentes ao presente, que nós mesmos contribuimos para criar, tendo consciência do passado e do seu continuar-se (e reavivar-se) (C. 1, § 156, p. 137, *grifos do autor*).

Aplicado à realidade argentina, isto significava partir das exigências impostas pela nova geração, sem por isso desconhecer ou negar o que havia sido feito até então, e incorporar à análise a “urgente e poderosa instância que nos impulsiona em forma permanente a refazer a experiência dos outros, a construir nossas próprias perspectivas” (Aricó, PYP 1, 1963, p.1). Esta era, por consequência, a expressão de um grupo de intelectuais “que se esforçando por aplicar o materialismo histórico e incorporando as motivações do presente, tentará soldar-se com um passado ao qual não repudia em sua

²⁸ Diversos autores trataram do tema da “ascensão do peronismo” na Argentina. Destaca-se o clássico estudo de Portantiero e Murmis, *Estudios sobre los orígenes del peronismo* (1971), o de Guillermo O’Donnell em *El Estado burocrático autoritario* (1982) e Oscar Ozlak em *La formación del Estado argentino* (1997). Para uma interpretação das relações entre Estado e sociedade na conformação do fenômeno peronista, conferir *Orígenes estatales del peronismo* (Campioni, 2007). Para Campioni, o peronismo surge como o momento culminante do lento processo de acumulação e concentração de diferentes tipos de “capital” do qual o Estado é ao mesmo tempo culminação e produto (Campioni, 2007, p. 17).

²⁹ Em 16 de setembro de 1955, uma ditadura civil-militar passa a governar a República Argentina, após derrubar o presidente constitucional Juan Domingo Perón, fechar o Congresso Nacional e depor membros do Supremo Tribunal. Após mais de dois anos, o governo passou ao Presidente eleito Arturo Frondizi, em 1º de maio de 1958, que também seria derrubado quatro anos mais tarde, em 1962.

totalidade, mas que tampouco aceita na forma na qual se oferece” (ibid., p.2). O conteúdo da revista não foi bem recebido pelo PCA e o grupo liderado por Aricó em Córdoba e por Portantiero em Buenos Aires foi expulso do partido em 1963.

A expulsão se deu, segundo a síntese de Aricó – em entrevista a Horácio Crespo e Antonio Marimón – primeiramente porque a revista criticava a posição do PCA frente ao peronismo,³⁰ por não ter conseguido enxergar os elementos novos e necessários que a concepção política peronista introduzia, entendendo-a como um fenômeno de “primitivismo das massas” que poderia ser liquidado com a aplicação de uma “política culta”. Em segundo lugar, por não ter compreendido que essa atitude frente ao peronismo impediu o partido de observar, ao mesmo tempo, que uma política de conquista destas massas passava necessariamente por um reexame de toda a situação nacional e pela busca de um novo tipo de vinculação entre mundo intelectual e mundo proletário e popular (Aricó, 2014 [1986], p. 24). Sem vinculação partidária, e ao mesmo tempo seguindo um caminho aberto por Agosti, o grupo *Pasado y Presente* seguiu sua atividade – continuou a publicar a revista até 1965, sendo retomada em 1973, quando dois de seus números são publicados em Buenos Aires.

Neste interregno de quase uma década, o grupo editorial permaneceu bastante ativo através da publicação dos *Cuadernos Pasado y Presente* que resultou em quarenta e oito volumes entre traduções e organizações de livros.³¹ Também em meados dos anos 1950, Gramsci foi introduzido ao pensamento comunista no Brasil como parte de um tímido processo de abertura iniciado com a publicação do relatório de Khrushchev sobre os crimes de Stalin em 1956 (cf. Dias, 1996). Segundo Lincoln Secco (2002, p. 27), a referência ao marxista sardo teria ficado restrita aos jornais e revistas do Partido Comunista Italiano (PCI) que chegavam ao Brasil ao longo dos anos 1960 (Secco, 2002, p.27). Foi neste período que se encontraram as primeiras edições da obra gramsciana, tendo Carlos Nelson Coutinho como principal tradutor.³² Segundo Coutinho, uma das

³⁰ Aricó associa aqui uma motivação política para a compreensão de sua expulsão, o que aventamos ser um caso de “ilusão biográfica”. Embora o desenvolvimento da “nova esquerda” argentina possa ser interpretado *a posteriori* como um movimento de recolocação do peronismo, como veremos no segundo capítulo, os debates registrados sobre a expulsão do grupo do PCA, em 1963, mostram que as discordâncias passavam mais por um debate teórico-filosófico do que propriamente político, como veremos no terceiro capítulo.

³¹ Os *Cuadernos* continuariam a ser publicados por mais uma década, incluindo o período de exílio mexicano, resultando ao todo noventa e oito volumes em 1983 (cf. Burgos, 2004, Cortés, 2015, pp.64-71).

³² “Em 1966, foi publicado o primeiro dos volumes projetados (*Cartas do cárcere*) e, a seguir, *Concepção dialética da história* (1966), nome escolhido para burlar a censura; *Literatura e vida nacional* (1966); *Maquiavel, a política e o Estado moderno* (1968); e *Os intelectuais e a organização da cultura* (1968). Luiz Mario Gazzaneo traduziu o primeiro dos volumes dos *Cadernos do cárcere* e Carlos Nelson Coutinho

primeiras pessoas a mencionar Gramsci no Brasil teria sido a arquiteta exilada do fascismo italiano Lina Bo Bardi, com quem conviveu na Bahia entre os anos de 1958 e 1964.³³

Já nos anos 1970, os conceitos gramscianos começaram a ser usados para repensar a cultura e a política brasileiras. A analogia histórica centrada na categoria de revolução passiva teria centralidade nos estudos realizados por Luiz Werneck Vianna e Carlos Nelson Coutinho – o que, segundo Alvaro Bianchi, teria permitido “ultrapassar os esquemas dualistas que dominavam a cultura brasileira das décadas precedentes” (Bianchi, 2015, p.100). Na hipótese de Francisco de Oliveira, o conceito de revolução passiva teria tido grandes resultados “de caráter mais geral”, como mobilizado por Vianna e Coutinho, mas não teria conseguido especificar “as condições latino-americanas, vale dizer, o estatuto de ex-colônias” (Oliveira, 2013, p. 126p. 126). Este estatuto, para Oliveira, seria o que lhes possibilitaria dar especificidade política e social à realidade latino-americana – o que, nos termos desta pesquisa, equivaleria à tradução.

O fato é que, empenhados em esclarecer os nossos “traços não clássicos”, a categoria gramsciana de revolução passiva continuaria a ter centralidade nos textos dos gramscianos brasileiros ao longo dos anos 1980. Foi nesta década que surgiram os primeiros estudos dedicados propriamente ao pensamento do marxista sardo (Coutinho, 1981), acompanhando o “particularíssimo” processo de abertura democrática que iria demarcar toda a experiência social brasileira (Nogueira, 1985, p.134).³⁴ Foi então que se

e Leandro Konder, os demais. Tanto o editor-proprietário da Civilização Brasileira como os tradutores dessa edição tinham vínculos com o Partido Comunista Brasileiro (PCB)” (Bianchi, 2007, p.7-8). Essas primeiras edições da obra gramsciana estão subordinadas à interpretação de Gramsci como um filósofo e crítico literário, no qual a dimensão estritamente política tinha peso secundário. Segundo Coutinho, as edições esgotaram-se com lentidão e dificuldade e a presença na produção intelectual brasileira daqueles anos foi praticamente inexistente ou, em poucos casos, “subterrânea” (Coutinho, 1993 [1985], p.104).

³³ Afirmou Coutinho (2006, p. 148): “Dona Lina foi para a Bahia, vinda de São Paulo, para organizar o Museu de Arte Moderna e o Museu de Arte Popular da Bahia, e agitou muito o meio cultural baiano. Ela foi a segunda pessoa que me falou de Gramsci, depois do Paulo Farias. Para Dona Lina, como a chamávamos carinhosamente, a Bahia era uma real expressão do que Gramsci chamava de “nacional popular”. Sobre o assunto, cf. Carranza, E. (2014) e Alves, A. (2014). Seria interessante em pesquisa posterior avaliar as possibilidades de interpretação da produção arquitetônica de Lina no Brasil como um exercício de tradução nos termos desta tese – uma vez estabelecida a identificação entre teoria e prática, aqui iluminada não só pelos textos, mas pela *forma* dos projetos. Nesse sentido, a *reconstrução crítica*, nos termos de Lina, que resultou no “Solar do Unhão” – complexo que abrigaria o Museu de Arte Moderna e o Museu de Arte Popular da Bahia – poderia ser entendida como exemplar da síntese de um ponto de vista informado por uma categoria gramsciana e um conteúdo nacional específico.

³⁴ Neste quadro instável e turbulento, o pensamento de Gramsci recebeu os mais diversos usos. Bianchi (2007, p.9) ressaltou nesse sentido que “Gramsci ocupou posições não apenas em partidos e organizações diferentes, como também em trincheiras antagônicas. Assim, é possível encontrá-lo tanto ao lado de Coutinho, que reivindicava o autor dos *Quaderni* como uma das fontes teóricas da renovação da esquerda e da revalorização da democracia, como junto a P. Rozemiro (1980), que, nas páginas da revista *Debate*, publicada no exílio, recorria ao conceito de transformismo para contestar Coutinho” (Bianchi, 2007, p.9).

formou a revista *Presença*, com Vianna e Coutinho entre os seus principais colaboradores. Inserida numa miríade de publicações em meio à esquerda brasileira, a revista reunia um grupo de intelectuais comunistas oriundos sobretudo do PCB. Apesar do espírito renovador, Armênio Guedes afirmava na carta editorial que a *Presença* pretendia “dar continuidade à tradição de outras publicações brasileiras que, no passado, mantiveram laços estreitos e foram porta-vozes do movimento operário e revolucionário, tais como *Movimento Comunista, Literatura, Diretrizes, Fundamentos, Estudos Sociais, Revista Brasiliense, etc.*” (Guedes, P. 1, 1983, p.8).

Inicialmente, o centro produtor da revista *Presença* localizava-se na cidade de São Paulo, sob coordenação editorial de Marco Aurélio Nogueira e com o auxílio de Milton Lahuerta, que em 1985 passou a assumir a editoria. Além de aglutinar variados intelectuais, um grupo de artistas também se vinculou à revista, dentre os quais se destacam César Teixeira, Jaime Prades, Zé Carratü, Laerte Coutinho e Milton Sogabe.³⁵ Em 1986, a revista se transferiu ao Rio de Janeiro, passando logo depois à editoria de Maria Alice Rezende de Carvalho. Nesse novo período, Luiz Werneck Vianna assumiria um papel central. Os dezoito volumes da revista foram publicados entre 1983 e 1992. Separada em eixos de política e cultura, a revista tratou de forma recorrente do problema da democracia e da renovação da esquerda, o que estava intimamente ligado ao contexto de redemocratização pelo qual passava o país.

Para cumprir com o objetivo de contribuir à compreensão das condições de produção teórica a partir da recepção da obra gramsciana nos casos da revista *Pasado y Presente e Presença*, a tese propõe um caminho que parte do ambiente geral até o mais específico. O primeiro capítulo, circunscrevendo a questão ao âmbito do marxismo latino-americano, abordará os desafios teóricos postos pela suposta “inadequação” existente entre as referências intelectuais europeias e o ambiente social periférico e de passado colonial do continente. Para isso, realizará uma análise das diversas categorias desenvolvidas para enfrentar tais desafios, especialmente em meio ao campo de inspiração marxista, segundo os parâmetros analíticos da tradutibilidade. O segundo capítulo apresentará a formação das revistas como tentativas de tradução das realidades

³⁵ Esse conselho de arte deixa de existir quando a revista passa para o Rio de Janeiro, entre o sétimo e o oitavo número. Parte desses artistas integrou o grupo “TupiNãoDá”, pioneiro coletivo do grafitti (Cf. “Grupo TupiNãoDá e o começo do Grafitti”, Disponível em: <http://besidecolors.com/tupinaoda/>. Acesso em 13/03/2020).

nacionais, buscando os nexos possíveis da relação entre seus projetos editoriais e as específicas recepções da obra de Gramsci na Argentina e no Brasil.

O terceiro capítulo concentrar-se-á em acompanhar nas hipóteses de interpretação da realidade argentina e em suas intervenções políticas, como o núcleo formado por José Aricó, Juan Carlos Portantiero, Hector Schmucler e Oscar Del Barco buscou traduzir a realidade argentina em linguagem teórica, ressaltando as analogias providas por categorias gramscianas – especialmente no que diz respeito ao fenômeno do peronismo. O quarto capítulo direcionar-se-á às intervenções conjunturais do núcleo editorial de *Presença*, reunido principalmente ao redor de Luiz Werneck Vianna, com olhar voltado às teses sobre a transição para a democracia, o papel dos partidos e o descompasso entre estrutura e superestrutura. Buscaremos salientar quais as estratégias realizadas para legitimar direta ou indiretamente usos de categorias inspiradas pelos escritos gramscianos, destacadamente a de “revolução passiva”. Por fim, nas considerações finais, buscaremos defender a hipótese de que as revistas possuem, grosso modo, nas incursões de José Aricó e Luiz Werneck Vianna, suas “almas”. Se as sequências de raciocínios de ambos os autores registram as tentativas de tradução, a comparação nos permitirá avaliar o alcance das interpretações das crises políticas pelas quais passavam a Argentina dos anos 1960 e 1970 e do Brasil dos anos 1980.

Capítulo 1 – Desafios da tradução latino-americana: a tensa relação entre teoria e realidade

Na América Latina, a difícil relação entre a matriz europeia das ideias e especificidades da realidade nacional parece ter causado uma “angústia” entre seus intelectuais.³⁶ Com o intuito de objetivar o mal-estar, diversas categorias e metáforas foram concebidas com a finalidade de medir o alcance da influência estrangeira e a qualidade peculiar das ideias gestadas no continente. Neste capítulo, abordaremos em particular o caso do marxismo. Com isso, procuraremos acessar a história de alguns dos dilemas que acompanharam as questões latino-americanas em meio a este amplo universo teórico e político.

Angústia do intelectual engajado e serenidade da crítica

De modo geral, tanto no que diz respeito às ideias políticas,³⁷ quanto no que toca à cultura, dois polos – que, nos termos de Antonio Candido (2006 [1965]), comporiam uma dialética entre “localismo” e o “cosmopolitismo”³⁸ – marcaram os extremos do esforço por construir um esquadro de nossa autenticidade. Entre estudiosos do marxismo na América Latina, é conhecida a denominação de Michel Löwy,³⁹ para quem as pontas

³⁶ Vale destacar que a “angústia” presente na busca por originalidade foi proposta por Harold Bloom em sua teoria da poesia. A tese de Bloom é a de que a história da poesia seria indistinguível da influência poética, já que os poetas fortes fariam a história “deslendo-se uns aos outros”, de maneira a abrir um espaço próprio (Bloom, 1973 [2002]).

³⁷ Em obra sobre as ideias políticas na Argentina, o teórico José Luis Romero comentava: “Nem na Argentina, nem no resto dos países hispano-americanos floresceu um pensamento teórico original e vigoroso em matéria política, nem seria verossímil que florescesse. (...) A parte que seja ou não original no plano doutrinário, o pensamento político de uma coletividade possui sempre um altíssimo interesse histórico; mas não somente enquanto é ideia pura, senão também – e às vezes mais – enquanto é consciência de uma atitude e um motor de uma conduta. Não é estranho que, se se pensa em alguns dos homens de maior significação intelectual no país, se advirta em seguida a estreita dependência de seu pensamento com respeito a suas fontes estrangeiras; mas se se examina a significação nacional de certas ideias – adquiridas ou não – e sua vibração na coletividade argentina, se descobrirá rapidamente que estão marcadas por um acento peculiar, ornadas por um nimbo de tons inconfundíveis que correspondem aos que iluminam nossa existência” (Romero, 2001, p. 10).

³⁸ Afirmava Candido: “Se fosse possível estabelecer uma lei de evolução da nossa vida espiritual, poderíamos talvez dizer que toda ela se rege pela dialética do localismo e do cosmopolitismo, manifestada pelos modos mais diversos. Ora a afirmação premeditada e por vezes violenta do nacionalismo literário, com veleidades de criar até uma língua diversa; ora o declarado conformismo, a imitação consciente dos padrões europeus. (...) pode-se chamar dialético a este processo porque ele tem realmente consistido numa integração progressiva de experiência literária e espiritual, por meio da tensão entre o dado local (que se apresenta como substância da expressão) e os moldes herdados da tradição europeia (que se apresentam como forma da expressão)” (Candido, 2006 [1965], p.117).

³⁹ Segundo Löwy: “O marxismo na América latina foi ameaçado por duas tentações opostas: o excepcionalismo indo-americano e o eurocentrismo. O excepcionalismo indo-americano tende a

da régua configurariam “tentações” – de um lado, estaria o *excepcionalismo indo-americano*, e de outro, o *eurocentrismo* (Löwy, 2012, p. 10). O primeiro tenderia a uma ideia de especificidade latino-americana irreduzível, enquanto o segundo se limitaria à transplantação mecânica para a América Latina dos modelos de desenvolvimento socioeconômico que haviam explicado a evolução europeia ao longo do século XIX.

Frente à desconcertante pressão exercida pelas duas “ameaças”, as palavras de José Carlos Mariátegui – reivindicando uma linguagem teórica própria ao socialismo no continente – foram muitas vezes evocadas: “*Ni calco ni copia*”, defendia o peruano, “*debe ser creación heroica*” (Mariátegui, 2010 [1928], p. 271-272).⁴⁰ A força da formulação, repetida à exaustão, parece estar na promessa de solução à angústia dos intelectuais engajados do continente, às voltas com a origem europeia das ideias e a realidade estranha que se pretende teorizar e transformar.⁴¹

No texto que abriga a máxima, proferida por ocasião do segundo aniversário da revista *Amauta*, que fundara em 1926,⁴² Mariátegui explicitava suas ambições: “queríamos que a *Amauta* tivesse um desenvolvimento orgânico, autônomo, individual e nacional. Por esse motivo, começamos procurando seu título na tradição peruana. *Amauta* não era para ser um plágio ou uma tradução. Tomávamos uma palavra inca para criá-la novamente” (ibid., p. 270, *grifos nossos*). A busca por uma linguagem própria e autônoma se opunha à ideia de tradução – que, colocada ao lado do plágio, sugeria certa equivalência entre os termos. Em outro trecho, contudo, Mariátegui contrapunha-se também ao intuito

absolutizar a especificidade da América Latina e de sua cultura, história ou estrutura social. Levado às suas últimas consequências, esse particularismo americano acaba por colocar em questão o próprio marxismo como teoria exclusivamente europeia. (...) Foi o eurocentrismo, mais do que qualquer outra tendência, que devastou o marxismo latino-americano. Com esse termo queremos nos referir a uma teoria que se limita a transplantar mecanicamente para a América Latina os modelos de desenvolvimento socioeconômico que explicam a evolução histórica da Europa ao longo do século XIX. Para cada aspecto da realidade europeia estudado por Marx e Engels – (...) – procurou-se laboriosamente o equivalente latino-americano, transformando assim o marxismo em um leito de Procusto, sobre o qual realidade era impiedosamente “recortada” ou “esticada” conforme as necessidades do momento” (Löwy, 2012, p. 10-11).

⁴⁰ Segue trecho: “Certamente não queremos que o socialismo seja uma cópia na América. Deve ser uma criação heroica. Temos que trazer à vida, com nossa própria realidade, em nossa própria língua, o socialismo indo-americano. Aqui está uma missão digna de uma nova geração” (Mariátegui, 2010 [1928], p. 271-272).

⁴¹ Ver, por exemplo, Nestor Kohan (2002) e Michel Löwy (2003).

⁴² Martín Cortés notou que, curiosamente, no mesmo período, o brasileiro Oswald de Andrade recorria a expediente similar ao peruano. Oswald assinava seus artigos da *Revista de Antropofagia* sob o pseudônimo de “Marxilar”. Segundo Cortés, “A união ocorrida entre a figura de Marx e a função fisiológica do maxilar revelou assim a aspiração que norteou a atualização literária do mito da antropofagia que Oswald realizou: em torno do ato de engolir o inimigo, é tecido um modo de pensar a cultura latino-americana. O inimigo é a cultura europeia, que não é desprezada ou descartada, mas devorada” (Cortés, 2011, p. 243, *grifos nossos*). Sobre a similaridade das reflexões de Oswald de Andrade e Antonio Gramsci, ver Ricupero (2019).

de “ser original a todo custo”, pois considerava um caminho inviável, uma mera “preocupação literária e anárquica” (ibid., p. 269).

Para o peruano, a herança europeia contida na ideia de socialismo seria incontornável e deveria ser defendida como forma de pensar e atuar independente dos nacionalistas e integrada ao movimento mundial.⁴³ Contra a pecha de eurocêntrico, advertiria em seus famosos *Sete ensaios...*: “e acho que não há salvação para a indo-América sem a ciência e o pensamento europeus ou ocidentais” (Mariátegui, 2009 [1928], p. 15). Seria necessário, portanto, se inscrever no mundo com “individualidade e estilo”, mas sem almejar “uma cultura ou um destino particular” (Mariátegui, 2010 [1928], p. 271). A complexidade do dilema, cravado nas dramáticas palavras de Mariátegui, requisitaria ações extraordinárias, *dignas de heróis*, para ser resolvida.

Interessante notar que o pensador peruano foi muitas vezes aproximado a Gramsci.⁴⁴ Na visão de José Aricó, ambos pertenceriam à estirpe “de *avis rara* que, em um estágio difícil e dogmático da cristalização da história do movimento trabalhista e socialista mundial, se esforçaram para estabelecer uma relação original e sem precedentes com a realidade” (Aricó, [1978] 2017, p. 446). Embora seja comum a valorização de uma “relação inédita e original” que Gramsci e Mariátegui teriam estabelecido com a “realidade”, são diversas as formas de caracterizar o fenômeno. Neste aspecto, por exemplo, os próprios autores recorreram à ideia de tradução com sentidos distintos. Se, para Gramsci, fosse entendida como um desafio iminentemente criativo, para Mariátegui, seguida do decalque e da cópia, seria vista como atividade paralela ou equivalente ao plágio. Mais do que combinar inspiração marxista e inventividade, a categoria empregada pelo peruano fazia supor um verdadeiro ato de salvação.

A experiência peruana corroborava um traço da vida intelectual em nações periféricas – a sensação de *dualidade*. Esta derivaria, segundo Paulo Arantes, de uma “divisão íntima” que oporia continuamente *sentimento nacional à imaginação europeia* (Arantes, 1992, p. 14-15). No entanto, diferentemente do país de Mariátegui,⁴⁵ a Argentina

⁴³ Afirmava Mariátegui: “O socialismo certamente não é uma doutrina indo-americana. Mas nenhuma doutrina, nenhum sistema contemporâneo é e nem pode ser. E o socialismo, embora tenha nascido na Europa, como o capitalismo, não é específico nem particularmente europeu. É um movimento mundial, do qual nenhum dos países que se movem dentro da órbita da civilização ocidental é sequestrado. Essa civilização conduz, com uma força e uns meios que nenhuma civilização dispôs, à universalidade. Indoamérica, nesta ordem mundial, pode e deve ter individualidade e estilo; mas não uma cultura ou um destino particular” (Mariátegui, 2010 [1928], p. 271).

⁴⁴ Entre os que realizaram esta aproximação ver, por exemplo, Aricó (2017 [1978]); Ricupero (2000); Tapia (2002); Löwy (2012).

⁴⁵ Omar Acha e Débora D’Antonio (2010, p. 211-12) problematizaram a tese de que o pensamento de José Carlos Mariátegui parece expor as características do marxismo latino-americano, pois sua perspectiva

e o Brasil não conheceram grandes civilizações pré-colombianas, o que dificultou, ou mesmo impossibilitou, “pensar num processo civilizador à margem da conquista europeia” (Candido, 2017 [1986], p. 213; Romero, 2001, p. 13).⁴⁶ Em ambos os países, o passado colonial teria conformado as linhas mestras que orientaram o desenvolvimento nacional e a vida intelectual posterior. Nestes casos, o mal-estar seria, portanto, congênito e não cederia facilmente. A metáfora da tradução, nesse sentido, pode ser um bom recurso para pensar a produção teórica para além da angustiante busca por autenticidade que rejeita ora influências, ora a própria realidade. Esforço este particularmente aflitivo nos casos argentino e brasileiro, em que a inescapável influência europeia se associa à ausência de uma cultura de “qualidade equivalente” à que foi imposta (Candido, 2017 [1986], p. 213).

Em todo caso, pode-se simplificar a busca por originalidade ou autenticidade como comportando dois sentidos principais. O primeiro derivaria sua legitimidade do rigor de interpretação das ideias ou autores em seus contextos ou textos originais. O segundo, valorizaria, ao contrário, a originalidade de uma teoria quanto mais específica ou nacional. Ambas as acepções acompanhariam certas anomalias ou desvios – a “infidelidade” ou “contaminação” seria ou da realidade, ou da teoria, consideradas anômalas. Sobre o assunto, Roberto Schwarz observou a existência mesmo de uma “dignidade mítica” em torno dessas noções – o que, em sua perspectiva, seria típica ao complexo de inferioridade colonial que acompanha a vida intelectual latino-americana (Schwarz, 1999, p. 26).

Por esse ângulo, a angústia revelaria justamente uma formulação ideológica do problema, confinando intelectuais a um exercício estéril do pensamento, numa espécie de limbo entre o original e a cópia, o verdadeiro e o falso. Por um lado, a acusação poderia ser feita àquele que traiu ou fez má leitura de uma teoria. Neste polo, a fidelidade estaria confiada à teoria *original*, feita doutrina. Por outro lado, haveria a “crítica antimimética”, no termo de Schwarz (1999, p. 26), em que a lealdade estaria destinada à especificidade nacional, e toda referência à teoria de origem europeia estaria relegada à *cópia*, aqui

estaria ligada à experiência peruana, sendo comunicável com situações afins, como a do México e Bolívia, mas não sendo válida para toda América Latina, por ele pensada como “Indoamérica”.

⁴⁶ A nacionalidade brasileira se configurou, segundo Candido, “mediante processos de imposição e transferência da cultura do conquistador apesar da contribuição (secundária em literatura) das culturas dominadas, do índio e do africano, esta igualmente importada” (2017, p. 213). De maneira análoga, para o caso argentino, Romero (2001, p. 13) afirmava ser a “era colonial” não só a etapa primeira, mas também a decisiva da nacionalidade argentina. Por diversas razões, o passado indígena careceria de significação perdurável “nessa região da esfera hispano-americana, e José Manuel Estrada pôde dizer sem exagero que ‘o povo argentino começa onde nossa raça colide com a indígena’” (Romero, 2001, p. 13).

contaminando a busca pela *autenticidade* a todo custo. Segundo Paulo Arantes, o que caracterizaria ambas as operações seria a existência de um mesmo “impulso mimético”, de procedência ora metropolitana, ora local (Arantes, 1994, p. 18). Em sua apreciação, a mimese, desde que consciente, e em etapa inicial, seria muito melhor do que uma “vida inteira de pastiches inconscientes” (ibid., p. 61).

Em sentido confluyente, nossa hipótese analítica sugere a coexistência entre “cópia” e “originalidade” a partir da metáfora da tradução. Os parâmetros da tradutibilidade, que combinam analogia histórica e invenção de categorias, se propõem possíveis antídotos às acusações de *cópia*, *traição* e *plágio*, por um lado, e à suposta busca pela *originalidade*, *fidelidade* e *especificidade nacional*, por outro. Nesses termos, uma primeira condição para a produção teórica na América Latina estaria no reconhecimento da necessária vinculação – ou inevitável mimese – à experiência europeia, conseqüente ao passado colonial e à forma de inscrição dos países periféricos ao capitalismo internacional.

A esta postura corresponderia a superação de uma “atitude de receio”, promovida pela “vaga sensação de irrelevância” – o âmagô do desconforto intelectual – que sustenta “um sistema de inibições, funcionando ao mesmo tempo como álibi e carapaça protetora” (Arantes, 1994, p. 22). Esse sistema tomaria como padrão interpretativo o capitalismo dos países desenvolvidos, segundo o qual as diferenças latino-americanas seriam vistas como “diminuição”:

o drama da era burguesa, e de modo geral o drama da cultura moderna, deram-se entre nós em termos europeus, de que entretanto diferiam um pouco, diferença esta que foi e é sentida como uma inferioridade. Nos sentimos por assim dizer *diferencialmente*, como não realizando o padrão ao qual no entanto pertencemos (Schwarz, 1987 [1979]b, p. 162, *grifos do autor*).

Esta teria sido a orientação segundo a qual “o que éramos era uma diferença em relação ao que não éramos, diferença que tinha de desaparecer o mais rapidamente possível” (ibid., p. 162).⁴⁷ Não seria uma solução suficiente, segundo Schwarz, recorrer ao método da “circunlocução”, tal como havia sido feito pelo Modernismo brasileiro, mediante o uso de outras palavras para dizer as mesmas coisas. Isso porque a recusa da teoria de proveniência europeia traria como consequência a perda de sistematicidade e de rigor expositivo (ibid., p. 162). Tratar-se-ia de outra formulação ideológica que impediria

⁴⁷ Conforme a conhecida formulação de Paulo Emilio Salles Gomes: “não somos europeus nem americanos do Norte, mas destituídos de cultura original, nada nos é estrangeiro, pois tudo o é. A penosa construção de nós mesmos se desenvolve na *dialética rarefeita entre o não ser e o ser outro*” (Salles Gomes, 1980, p. 77, *grifos nossos*).

o intelectual de se tomar a sério, autorizando-o a uma espécie de “meia seriedade” (ibid., p. 163).

Esse “absenteísmo compensatório”, como definiu Arantes (1994), só poderia levar “à *aceitação indiscriminada* ou à *ilusão de originalidade*” (Candido, 2017 [1986], p. 188, *grifos nossos*). Uma armadilha estaria na ilusão compensadora de, no campo das ideias, supor resolver um problema histórico e político.⁴⁸ Nesse sentido, a consciência da dependência⁴⁹ reorientaria a angústia pois, como afirmou Candido, “*quem luta contra obstáculos reais fica mais sereno e reconhece a falácia dos obstáculos fictícios*” (ibid., p. 188, *grifos nossos*). Nos marcos de nossos parâmetros, a consequência desta constatação é dupla. Enfatiza tanto a inevitabilidade do expediente de similaridade ou analogia imposto pela colonização e pela inserção dos países latino-americanos ao capitalismo mundial, como a necessidade de novas categorias, de modo a dar conta das novidades históricas do meio. Ou seja, da tensão entre os parâmetros configura-se uma *dialética da tradução*.

A segunda condição, por conseguinte, estaria em desvendar as raízes ideológicas do intuito de nacionalizar ou generalizar o mal-estar. Afinal, como demonstrou Schwarz, a “imitação” da burguesia latino-americana à europeia não seria a causa do sentimento aflitivo da “civilização imitada” (Schwarz, 1987, p. 47). Este ponto de vista comportaria uma visão idealista da história, na visão do historiador argentino Chiaramonte:

Se sustentamos que a inclinação europeísta das “elites” liberais é o fator de nossa dependência, estamos sustentando a primazia das ideologias no processo histórico. Estamos convertendo em explicação algo que necessita ser explicado previamente. E isto é o que aconteceu, no geral, em nossa história cultural. Em vez de enfrentar-nos a difícil tarefa de compreender as específicas peculiaridades, (...), de nossa cultura nacional, apelamos ao fácil expediente de assimilar nosso caso ao europeu e opinar, assim, de acordo com a “marca de fábrica” das doutrinas manejadas em nosso meio. Poderia chegar a se dizer, em resumo, que tudo reside em conquistar um *saldo favorável* para nossa cronicamente deficitária *balança de pagamentos* cultural, dado o excesso de *importação* europeia... (Chiaramonte, PyP 1, 1963, p. 100, *grifos do autor*).

⁴⁸ Conforme formulou Antonio Candido, superada a noção de “país novo” com grandes possibilidades para o futuro, seguiu-se a noção de “país subdesenvolvido”, com destaque à pobreza e à atrofia (Candido, 2017 [1986], p. 169). Oposto à euforia do primeiro prisma, o ponto de vista resultante permitia desmascarar o “precedente gigantismo de base paisagística” como “construção ideológica transformada em ilusão compensadora” (ibid., p. 171).

⁴⁹ Em sentido confluyente, Aniket Jaaware (2002, p. 742) formulou o conceito de “consciência pós-colonial”, que seria “caracterizada pela necessidade de criticar e trabalhar contra o colonialismo, e ao mesmo tempo mostrar a necessidade histórica e conceitual de usar as ideias do Ocidente, e a necessidade de negociar com o passado por um futuro melhor”.

O problema é que não haveria “saldo favorável” possível. A promessa contida na formulação de Candido a respeito da dialética da cultura brasileira, como movimento do negativo ao positivo, não se cumpriria.⁵⁰ A possibilidade de um sistema mundial de contribuições culturais nacionais singulares teria sido descartada pelo movimento histórico:

Ocorre que o concerto das nações civilizadas, de que aspirávamos fazer parte e a que esta dialética prometia conduzir, caiu em descrédito. Em lugar dele veio à primeira plana a história mundial do Capital, de que a colonização da América, o imperialismo de uns e a dependência econômica, política e cultural de outros, além de luta de classes, formam capítulos inseparáveis. A dialética do local, nacional, universal e categorias afins nem por isto fica sem propósito. Mas redefinem-se seus termos, e *desaparece a sua promessa de harmonização* (Schwarz, 1987 [1979]c, p. 169, *grifos nossos*).

Na verdade, Schwarz afirmava que a própria harmonização deste sistema estava baseada na reprodução de desigualdades e alienações. As singularidades nacionais não tinham que ver, portanto, com a *diversidade* das culturas, mas encontrariam seu lugar numa “história mais ampla, já não como originalidade a cultivar, mas como situação *de facto* e desvantajosa no sistema internacional” (ibid., p. 169). Ajuda-nos a iluminar o raciocínio se tomamos a interpretação que o crítico fez da obra de Machado de Assis:

(...) em nossa hipótese a brasilidade de Machado não reside em seu extraordinário trabalho de *notação local*, de que naturalmente depende, nem é anulada pelo *discurso universalista*, que é um estrato importante de sua literatura. Estas duas dimensões, que são dados palpáveis, compõem-se (com mais outras) em fórmulas e formas que as relativizam, de que são matéria dissonante, e que, elas sim, *traduzem* o “sentimento íntimo de seu tempo e país” a que Machado se refere (ibid., p. 172, *grifos nossos*).

Ainda a dialética descoberta por Candido, mas composta por uma “nova dualidade” – agora, a feição local do universal é vinculada a este mesmo universal, que assim particulizado deixa de sê-lo (Arantes, 1992, p. 19-20). A disparidade entre “padrão civilizatório” e “inculta paisagem local” deixava de refletir apenas o contraste entre dois mundos vinculados pela colonização para expressar “o resultado da persistência do

⁵⁰ Em outro texto, a dialética da cultura brasileira seria formulada por Candido nos seguintes termos: “o brasileiro não pode deixar de viver pendurado no Ocidente e ele deve tentar não viver pendurado no Ocidente. Ele tem que fazer uma cultura dele, mas a cultura que ele pode fazer é uma cultura pendurada no Ocidente” (Candido, 1980, p. 4). Desta forma, Candido expressava abstratamente, segundo Arantes, a lei de nossa vida intelectual a partir do “entrelaçamento dual entre o Mesmo e o Outro” (Arantes, 1992, p. 16). A formação da cultura brasileira seria dialética, portanto, pois “marcada pela tensão própria da *dupla fidelidade ao dado local e ao molde europeu*, um processo dual portanto de integração e diferenciação, de incorporação do geral para se alcançar a expressão do particular” (ibid., p. 17, *grifos nossos*). Nesse sentido, a tensão se resolveria em síntese e integração, a reconstrução local desaguardaria no universal – “o seu emprego exprime a continuidade do movimento do negativo ao positivo” (ibid., p. 19).

Antigo Regime num país que o capital ia refazendo” (ibid., p. 20). Sob o prisma negativo da dialética, o “mal-estar” da situação de dependência decorreria, sobretudo, da *estrutura social dos países e da segregação dos subalternos*, que conferiria à cultura supostamente “hegemônica” uma posição insustentável, contraditória com o seu autoconceito (Schwarz, 1987, p. 47).⁵¹ A angustiante sensação de que, no Brasil, “as ideias estavam fora de centro”, não seria um problema de “circulação” ou “importação” de ideias, fazendo supor um espaço livre de transações ideológicas ou culturais, cujos problemas e soluções derivariam de um nexos próprio ao campo intelectual. As pistas para a compreensão do desconforto tinham que ver, ao contrário, com as “relações de produção e parasitismo no país, a *nossa dependência econômica* e seu par, a *hegemonia intelectual da Europa*, revolucionada pelo Capital” (Schwarz, 2000, p. 30, *grifos nossos*).

Acrescente-se que o resultado teórico sobre a análise crítica dos efeitos nacionais – estes sim, originais – da hegemonia intelectual ou da dependência econômica não estaria restrito aos limites de um país, mas levaria a refletir sobre o conjunto, que é internacional:

O reconhecimento da vinculação se associa *ao começo da capacidade de inovar no plano da expressão e ao desígnio de lutar no plano do desenvolvimento econômico e político*. Inversamente, a afirmação tradicional de originalidade, com um sentido de particularismo elementar, conduzia e conduz a duas doenças de crescimento, talvez inevitáveis, mas não obstante alienadoras: *o culto do pitoresco e o servilismo cultural* (Candido, 2017 [1986], p. 186, *grifos nossos*).

Na escala de Candido, a perspectiva crítica dependeria da capacidade de equilíbrio numa linha cujas pressões induziriam à queda ora ao “culto do pitoresco”, ora ao “servilismo cultural”. No entanto, para sustentar o ponto de vista “de dois gumes”⁵² – conjugando nexos nacional e mundial – seria necessária ainda a consciência de que o processo dialético de tradução de noções políticas centrais para ambientes periféricos e de passado colonial comportaria uma série de desafios *que não se reduziriam à mera relativização da oposição local e universal, mas deveriam lidar com a política*, ou seja,

⁵¹ Esforço teórico análogo de compreensão da vida ideológica em contextos nacionais de passado colonial se encontra nas duas décadas que conformaram os Estudos Subalternos na Índia (Góes, 2018). Notadamente, a obra de Ranajit Guha em *Dominance Without Hegemony* (1997) propôs uma série de indicações teóricas para pensar as bases ideológicas do poder colonial indiano. Inspirado na unidade dialética do par conceitual gramsciano – hegemonia/ subalternidade – o historiador indiano buscou entender o funcionamento do poder através da relação de dominância e subordinação – dominância por coerção e persuasão; subordinação por colaboração e resistência. Tanto no caso indiano, quanto no brasileiro, o nexos ideológico da dominação abarcou a combinação ambivalente de noções políticas liberais com práticas pré-coloniais ou coloniais – e que resultaram numa “hegemonia espúria” (Guha, 1997).

⁵² Termo usado por Paulo Arantes (1995), em referência ao artigo de Candido, “Uma Literatura de dois Gumes”.

com “as reciprocidades perversas entre ex-colônia e nações imperialistas, subdesenvolvidos e desenvolvidos, periféricos e centrais etc.” (Schwarz, 2012, p. 170). Seria possível mesmo algo antes inimaginável. O exame crítico do capitalismo, em seu desenvolvimento desigual e combinado, também do ponto de vista cultural e político, é o que possibilitaria que “a cópia” pudesse resultar superior à “obra primeira”.⁵³ Isso significaria entender que:

Os latino-americanos *não estamos metafisicamente fadados à inferioridade da imitação*, já que também os europeus imitam (aí a relativização da originalidade). Mas seria mais cegueira não enxergar que a inovação não se distribui por igual sobre o planeta, e que se as causas dessas desigualdades não são metafísicas, talvez sejam outras. Além de esforço civilizatório, merecedor de aplauso, a utilização de um modelo com pressupostos sociais europeus era uma cópia sim, na acepção pejorativa, enquanto ele não fosse reciclado conforme as condições locais, quando então se livrava da feição postiça ou melhor, quando superava a inadequação entre a cultura contemporânea e as condições do lugar. *Assim, o “problema de filiação de textos e fidelidade a contextos”, com as contradições que engendra, abre para um espaço internacional, polarizado por hegemonia, desigualdade e alienação, onde encontramos as dificuldades históricas e coletivas do subdesenvolvimento. A questão da originalidade se redefine, para além do personalismo romântico, em termos sólidos e... originais* (Schwarz, 1999, p. 26, *grifos nossos*).

Se entendemos, portanto, que a realidade imposta pelo “espaço internacional” expressa determinadas relações de hegemonia também no campo das ideias, um desafio teórico estaria justamente em analisar as forças que incidem sobre a produção de desigualdade e alienação – ou seja, de subalternidade – em seus diversos níveis. Não haveria, para começar, o dilema propagado a propósito da “aplicação” de categorias sociais europeias – já que o procedimento seria “inevitável e indispensável” e ao mesmo tempo levaria a um “equivoco” (ibid., p. 95). O aparente paradoxo resultaria da particularidade dos países de passado colonial, cuja realidade embora diversa, não seria alheia às ex-metrópoles. Por isso, o conjunto das categorias oriundas da experiência europeia passaria a funcionar com “travejamento sociológico diferente” conformando uma “meia-vigência das coordenadas”: “(...) – uma configuração desconcertante e *sui generis*, que requer malícia diferencial por parte do observador – é um efeito consistente da gravitação do mundo moderno, ou do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo” (Schwarz, 1999, p. 95).

⁵³ “Há também a possibilidade de a *cópia* (no sentido de obra segunda, por oposição à obra primeira) resultar superior, o que relativiza a noção de *original*, retirando-lhe a dignidade mítica e abalando o preconceito – básico para o complexo de inferioridade colonial – embutido nessas noções” (Schwarz, 1999, p. 26).

Isto significaria assumir que a “circulação internacional” de ideias não ocorre sem pressões ou obstáculos, mas faz parte de um movimento constitutivo ao conflito hegemônico. E, como lembrou Gramsci, tal conflito não se configura apenas como “batalha de ideias”, mas corresponde a uma “determinada estrutura material” (C. 3, 49, p.333) – articula-se em verdadeiras “*fronts*”. As linhas de frente da batalha ideológica seriam formadas tanto por relações internas a um Estado-Nação, quanto estariam entrelaçadas às relações internacionais, resultando em novas combinações originais e historicamente concretas. Uma ideologia nascida num país mais desenvolvido, por exemplo, poderia difundir-se em países menos desenvolvidos, *incidindo no jogo local das combinações* (C. 13, §17, p.1585). Exemplar, nesse sentido, o caso do liberalismo, cuja combinação ambivalente com a escravidão no Brasil foi interpretada por Schwarz em seu famoso ensaio “Ideias fora do lugar”, avançando a compreensão do liberalismo *tout court* através da demonstração de sua efetividade e limites em solo nacional.

Mas, se o movimento das ideias no mundo se insere nos quadros de um conflito hegemônico, assumir o deslocamento do liberalismo à América Latina como análogo ao marxismo possuiria consequências bastante distintas – pois, ainda que “fora de lugar”, ou sem qualidade verossímil, *as ideias sempre têm alguma função*. A inspiração liberal em contextos coloniais e pós-coloniais cumpriu, segundo alguns de seus críticos,⁵⁴ com o objetivo de homogeneizar e diluir as diferenças de classe num ideológico “domínio da política” (Guha, 1997, p. ix), ocultando a existência de uma relativa autonomia dos subalternos ou camuflando a origem do verdadeiro mal-estar.⁵⁵ De modo oposto, é possível afirmar que a inspiração marxista se mostrou potente justamente quando foi capaz de *identificar a existência de uma relativa autonomia dos subalternos*⁵⁶ e de

⁵⁴ Ver nota 50.

⁵⁵ Como nos advertia Schwarz (2012), se o liberalismo não pode descrever a realidade de suas ex-colônias – sendo, por isso, “uma ideia fora do lugar” – isto não o impede de cumprir papéis fundamentais: “Por exemplo, ele permite às elites falarem a língua mais adiantada do tempo, sem prejuízo de em casa se beneficiarem das vantagens do trabalho escravo. Menos hipocritamente, ele pode ser um ideal de igualdade perante a lei pelo qual os dependentes e os escravos lutam. A gama de suas funções inclui a utopia, o objetivo político real, o ornamento de classe e o puro cinismo, mas exclui a descrição verossímil do cotidiano, que na Europa lhe dá a dignidade realista” (Schwarz, 2012, p. 171).

⁵⁶ Foi teorizando um aspecto importante identificado na Questão Meridional italiana – sua realidade nacional concreta – que Gramsci chamou a atenção para o fato de que a história das classes subalternas é necessariamente desagregada e sua ação é episódica. Existiria na atividade dessas classes uma tendência à unificação, ainda que em plano provisório, mas essa seria a parte menos aparente, evidenciada apenas quando a vitória fosse alcançada. Acrescentava-se que as classes subalternas sempre sofreriam a iniciativa da classe dominante, mesmo quando se rebelassem (C. 25, § 2, p. 2283-2284). Tendo isso em vista, *cada traço de iniciativa autônoma dos grupos subalternos, que geralmente assumem forma “espontânea”, seria de valor inestimável ao “historiador integral”*.

*desmistificar a manobra ideológica que busca dissolver as fronteiras entre as classes.*⁵⁷ A ênfase “no interesse material”, “nas divisões da sociedade” e no “nexo entre lógica econômica, alienação, antagonismos de classe e desigualdades internacionais” (Schwarz, 1999, p. 86) teria, portanto, um sentido eminentemente crítico. Mas, também nesse caso, haveria percalços. Junto ao anseio socialista ou revolucionário que genealogicamente acompanhou os ideais marxistas, restaria ao intelectual engajado o imprescindível desafio da *análise realista*.

Inspirado nas lições de Maquiavel, Gramsci alertara nos *Cadernos* para os riscos de não se partir da realidade para a observação histórico-política.⁵⁸ O primeiro deles seria expor como imediatamente atuantes causas que, ao contrário, atuavam com mediações, e o segundo seria afirmar que as causas imediatas são as únicas causas eficientes. Em um caso, tem-se excesso de “economicismo” ou de “doutrinarismo pedante”; em outro, excesso de “ideologismo”. Não é difícil visualizar no primeiro polo os riscos do eurocentrismo ou do marxismo feito doutrina, e no segundo, as ameaças do desejo por salvação nacional que acompanham o excepcionalismo latino-americano. Em um, superestimam-se as causas mecânicas; em outro, exalta-se o elemento voluntarista e individual. Se o erro fosse considerado grave na historiografia, muito pior seria, para Gramsci, na “arte política”, quando não se trata de reconstruir a história passada, mas de construir a história presente e futura. Os próprios desejos e as paixões baixas e imediatas seriam a causa do erro, na medida em que substituíssem a *análise objetiva*. Isto se

⁵⁷ Exemplar nesse sentido, Francisco de Oliveira, em *Elegia para uma re(li)gião*, indicava como essência do movimento de reprodução do capital a tendência à dissolução de diferenças “culturais”, regionais e de classe (Oliveira, 2008 [1977], p. 143). Segundo o sociólogo, embora a reprodução do capital seja por definição desigual e combinada, o processo carregaria consigo um sentido de homogeneização propiciado pela concentração e centralização do capital. Do ponto de vista territorial, por exemplo, esta tendência buscaria “borrar por inteiro as diferenças entre os vários segmentos do território nacional” (ibid., p. 146). Inspirado na análise da Questão Meridional italiana realizada por Gramsci, o raciocínio de Oliveira levava a seguinte questão – qual seria a tendência capitalista que havia feito desaparecer a especificidade da região Nordeste, fazendo sumir as consequências políticas da região em meio ao conflito hegemônico brasileiro? Vale destacar que para além dos casos analisados nesta tese, a analogia com a Questão Meridional italiana para teorizar fenômenos oriundos da especificidade do capitalismo brasileiro, bem como o olhar voltado às possibilidades de autonomia relativa das classes populares, também foi realizada por André Singer em *Os sentidos do lulismo* (2012). Indica-se a intenção de no futuro estudar a obra de Oliveira e Singer através dos parâmetros de tradutibilidade expostos nesta tese.

⁵⁸ O realismo político herdado de Maquiavel é mobilizado para afirmar a política como a capacidade de criar um *novo equilíbrio de forças*, tendo em mente que a realidade está em constante movimento e que um determinado equilíbrio pode ser substituído por outro a qualquer momento. Era necessário partir da realidade – da análise das relações de força nela contida – para poder dominá-la e superá-la: “A observação mais importante a ser feita sobre qualquer análise concreta das relações de força é a seguinte: tais análises não podem e não devem ser fins em si mesmas (a não ser que se trate de escrever um capítulo da história do passado), e só adquirem um significado se servem para justificar uma atividade prática, uma iniciativa da vontade” (C. 13, §17, p.1588).

verificaria não como “meio” consciente para estimular a ação, mas como *autoengano* (C. 13, §17, p.1580-1581).

Traduzir a realidade em linguagem teórica teria, portanto, o desafio de coincidir o desejo por transformação com a análise realista e o comprometimento crítico. No caso latino-americano, os riscos estariam em confinar o pensamento aos polos estabelecidos pelo localismo nacional, ou continental, e pelo cosmopolitismo europeísta, em que as ideias difundidas pelo marxismo se perdem na tradução e tornam-se ideologia. O sentimento de angústia, que marca a busca por originalidade a todo custo e a atitude de receio, poderiam então ser substituídos pela serenidade crítica, ainda que pessimista, própria dos que lutam “*contra obstáculos reais*” e reconhecem “*a falácia dos obstáculos fictícios*”. Assim, a intenção consciente de intervir politicamente conjugada à busca pela *verdade efetiva da coisa* não se confundiria com a ilusão de salvação nem com a sensação de irrelevância, ampliando o mundo sobre o qual poderia pensar o intelectual latino-americano.

Teoria marxista e a “realidade rebelde” latino-americana

Na tentativa de mapear o alcance das ideias marxistas no mundo e analisar como incidiram nos “jogos locais”, surgiram ao longo dos anos 1970 e princípios de 1980 diversas hipóteses sobre quais seriam as condições necessárias para que o marxismo superasse um suposto caráter “postiço”, “vulgar” ou “ideológico”.⁵⁹ A coletânea organizada por Hobsbawm em *História do Marxismo*, publicada a partir de 1974, é considerada exemplar nesse sentido (Tarcus, 2007, p. 55).⁶⁰ Os gramscianos argentinos José Aricó (1981) e Juan Carlos Portantiero (1982) foram os responsáveis pelos capítulos dedicados à história latino-americana,⁶¹ voltados a analisar quais seriam os momentos e personagens que contribuíram para modificar ou avançar os termos em que se colocava a possibilidade de teorização e transformação do continente, ainda nos marcos de um horizonte socialista.

⁵⁹ Cf. Anderson (1976), Droz, J. (1984-85) e Zanardo, Aldo (1974).

⁶⁰ O objeto da coletânea não foi definido como um “único marxismo específico, para não falar mesmo de um ‘verdadeiro’ marxismo contraposto a outros falsos e ‘desviantes’”, mas como “todas as estruturas de pensamento que se declaram derivadas de Marx ou influenciadas por seus escritos, incluindo mesmo as influências mais remotas, que nos levam longe da esfera dos pensadores, dos movimentos e das instituições que se definam marxistas” (Hobsbawm, [1974] 1980, p. 13).

⁶¹ Encontrados nos tomos dedicados ao “Marxismo na época da terceira internacional” e ao “Marxismo Hoje”, volumes 8 e 12 respectivamente da edição brasileira (tradução do original italiano por Carlos Nelson Coutinho, 1983-1989).

Aricó possui um lugar de destaque nesta querela, sendo o primeiro a produzir, desde fins dos anos 1970, uma série de estudos sobre as ideias de Marx e o marxismo na América Latina. A começar por *Mariátegui y los orígenes del marxismo latino-americano*, texto publicado em 1978, em que trabalhou a hipótese de que seria possível identificar nas críticas ao revolucionário peruano um problema central ao debate teórico, ideológico e político do movimento socialista e dos trabalhadores: “o velho e sempre atual problema do caráter ‘autônomo’ do marxismo” (Aricó, 2017 [1978], p. 446). O problema foi colocado por Aricó na seguinte perspectiva:

(...) A razão mais poderosa da atual crise do movimento socialista (que aparece na teoria como a “crise do marxismo”) reside na resistência obstinada da tradição comunista a admitir *o caráter crítico, problemático e, portanto, sempre sem solução da relação entre o marxismo e a cultura da época, à qual essa tradição classifica genericamente como “burguesa”*. É nessa polaridade conflituosa onde se sintetiza a exigência teórica e política permanente que tem o marxismo de medir-se com o desenvolvimento de situações históricas reais e com o mundo de ideias em que essas situações são expressas (ibid., p. 446, *grifos nossos*).

Segundo Aricó, portanto, o marxismo seria crítico na medida em que se aferisse às *situações históricas reais, bem como às ideias que as expressassem*. Era neste aspecto, inclusive, além da formação italiana e da morte prematura, que Mariátegui teria lhe evocado “irresistivelmente a esse grande *renovador da teoria política marxista* que foi Antonio Gramsci” (ibid., p. 446, *grifos nossos*). Era justamente nas consideradas “vacilações” de Mariátegui – seja com relação à fidelidade ao marxismo-leninismo (ou mesmo stalinismo), seja nas qualificações que pretendiam desvalorizá-lo como “aprista”, “populista” ou “soreliano” – que Aricó buscava rastrear as origens de um marxismo latino-americano (ibid., p. 447).

Em seguida, Aricó enfrentou também o desafio de estudar a interpretação de Marx sobre a América Latina em seus próprios escritos. No clássico *Marx y América Latina*, publicado pela primeira vez em 1980, o teórico argentino propunha uma “leitura crítica de Marx que, inspirada em seu pensamento” afirmasse “não obstante a necessidade de sua constante experimentação e recomposição teórica e política” (Aricó, 2010 [1980], p. 76). Ainda que fossem mais esparsas do que as sobre o mundo asiático, as notas marx-engelsianas sobre a América Latina não deveriam ser consideradas apenas como “circunstanciais, contraditórias e fortemente eurocêntricas” (ibid., p. 86). Este esquema interpretativo, em sua visão, apagaria “diferenças”, expulsando a “história de uma evolução que reconhece períodos, viragens, novos descobrimentos, perspectivas

diversas” (ibid., p. 86). Para Aricó (2010 [1980]), interessava primordialmente perguntar desde qual perspectiva Marx considerou esta parte do mundo.

“O marxismo na América Latina” não seria mais do que “uma expressão gramatical de uma dificuldade histórica real” (ibid., p. 84). A “perplexidade” de Marx não significaria, por isso, um exercício estéril, mas uma tentativa frutífera de alcançar uma definição mais articulada dos contornos precisos do problema. A partir dela, seria possível reconstruir toda a história do socialismo latino-americano. Aricó chegava à conclusão, por exemplo, de que o recurso à ideia hegeliana de “povos sem história” para se referir ao continente não seria um fundamento teórico, mas pertenceria melhor ao “profícuo e controvertido mundo das alegorias de Marx” (ibid., p. 149). Mais que ideológica, a noção possuiria uma implicação política que se fazia presente em seu “exacerbado antibonapartismo”, no qual seria “possível situar as razões políticas que provocaram a ressurreição da noção e esse tipo de escotoma sofrido pelo pensamento marxiano” (ibid., p. 150). Aricó propunha, enfim, que *a singularidade latino-americana* era ela mesma a razão mais importante da incompreensão de Marx, e de modo mais amplo, de todo movimento socialista.

Para assinalar essa singularidade de nossas formações nacionais, o argentino recorria ao conceito gramsciano de revolução passiva. Decorreria desse processo o nosso “caráter essencialmente estatal” e a rapidez com que, nessa região, as mobilizações de massas foram destruídas e isoladas. Esses seriam os elementos que teriam feito da América Latina um continente alheio à clássica dicotomia Europa e Ásia, “que atravessa a consciência intelectual europeia desde a Ilustração até os nossos dias” (ibid., p. 180). A saída apontada para os desafios impostos ao marxismo nesse contexto ecoava, mais uma vez, os escritos de Gramsci:

A introdução de um novo ponto de partida, uma nova perspectiva “desde baixo” dos processos históricos, nos quais a consideração das massas populares, de seus movimentos de constituição e de fragmentação, de suas formas expressivas, de suas vinculações com as elites intelectuais ou políticas, de sua homogeneidade interna, de seus mitos e valores, de *seu grau de sujeição ou autonomia*, deveria ser reivindicado como o único e verdadeiro critério marxista (ibid., p. 181, *grifos nossos*).

Na análise integrada à mencionada coletânea organizada por Hobsbawm, intitulada “O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional” (1987 [1981]), antes de adentrar a trajetória de Mariátegui como exemplar do marxismo no continente, mereceram destaque na análise de Aricó o caso do socialista argentino Juan B. Justo e o momento de difusão das ideias de Lênin. O capítulo compartilha algumas das

ideias publicadas um ano antes num ensaio dedicado a Justo (2017 [1980]), entendido como o primeiro a formular uma proposta de socialismo para a Argentina que partiria “*da explícita recusa de um modelo a imitar*”, em meio ao contexto do “marxismo canonizado” pela Internacional Comunista dos anos 1920⁶² (Aricó, 1987 [1981], p. 425, *grifos nossos*). Apesar disso, o “desdém em face das formas concretas que assumia na Argentina a incorporação das massas populares à luta política – formas obsessivamente identificadas com a incultura e o atraso”, teria o impedido de entender sua dinâmica real (ibid., p. 433). Aricó identificava no programa de Justo um deslize eurocêntrico. Naquele contexto, não teria sido o atraso, como reivindicou Justo, mas a modernidade capitalista o terreno em que se desenvolveu concretamente o processo de constituição das massas populares argentinas.

Outro momento privilegiado por Aricó foi o da introdução da perspectiva leninista no continente nas décadas de 1920 e 1930. As *Teses sobre a questão colonial*, redigidas por Lênin e M. N. Roy e aprovadas na Terceira Internacional, teriam tido o mérito de sublinhar “a autonomia da situação colonial e a respectiva necessidade de uma descentralização”, atribuindo à luta dos povos não-europeus um papel de primeira ordem, sem subordiná-la à vitória do proletariado metropolitano (Aricó, 1987 [1981], p. 437). No entanto, essa intuição de Lênin teria sido “esmagada” por uma tradição obreirista que, paradoxalmente, o leninismo havia contribuído para consolidar (ibid., p. 438). Essa tradição caracterizava-se pelo empenho na criação de partidos de composição essencialmente proletária, sem considerar que na “sociedade colonial” o proletariado era uma classe somente em formação e a constituição de partidos comunistas de tipo europeu era “irrealizável ou mesmo, às vezes, negativa” (ibid., p. 438).

A priorização por essa estratégia geral levava a uma redução ou desqualificação das realidades nacionais, o que impediu que o leninismo efetuassem, nas palavras de Aricó, “uma ‘*tradução*’ adequada às realidades específicas do mundo não-europeu” (ibid., p. 438, *grifos nossos*). A tradução, na perspectiva de Aricó, só seria possível no campo teórico do *reconhecimento nacional* e da *análise diferenciada*, possibilidade virtualmente aberta por Lenin, e que só teria sido elaborada de fato no continente latino-americano com José Carlos Mariátegui e o movimento peruano organizado em torno da revista *Amauta*. Para Aricó, portanto, a *criação heroica* reclamada por Mariátegui seria

⁶² Segundo Aricó, essa fase produziu efeitos contraditórios na América Latina, pois embora tenha permitido certo sucesso na organização das classes trabalhadoras, acabou por situá-las numa posição subalterna no contexto do bloco de forças orientadas para a modernização capitalista (Aricó, 1987 [1981], p. 424).

interpretada como *tradução*. Em sua perspectiva, teria se delineado em *Amauta* uma tentativa de resposta ao dilema diante do qual se havia detido o pensamento revolucionário, a partir da compreensão da questão nacional como ponto de partida obrigatório para toda reflexão sobre a possibilidade de um projeto de transformação. Esse foco na realidade nacional não deixaria de vir acompanhado, entretanto, de grande capacidade teórica, de conhecimento da realidade mundial e de uma posição crítica diante do próprio marxismo (ibid., p. 449). Em síntese, a possibilidade de um marxismo latino-americano residiria unificado em torno de duas “ideias-força”:

Em primeiro lugar, uma aguda consciência do caráter original, específico e unitário da realidade latino-americana; em segundo lugar, a aceitação do marxismo como universo teórico comum segundo o qual as sociedades latino-americanas, como qualquer outra realidade, poderiam ser descritas e analisadas, determinando suas possibilidades de transformação (ibid., p. 451).

Seria possível, portanto, pensar o sucesso de uma tradução no reconhecimento de certa especificidade nacional junto a uma posição de autonomia em meio a um universo teórico maior – no caso, o marxismo. Para Aricó, e a exemplo de Gramsci, Mariátegui teria sido o primeiro a congregar ambas as características. Alguns anos depois, em importante evento relacionado aos diversos usos submetidos pelo pensamento de Gramsci desde a década de 1950, que se deu em setembro de 1985 na cidade de Ferrara, organizado pelo Istituto Gramsci, Aricó avançava sua interpretação no que denominou a “Geografia de Gramsci na América Latina”.

Sua contribuição partia do princípio de que as ideias gramscianas, em fins dos anos 1980, já seriam parte da cultura da linguagem cotidiana das forças políticas de esquerda ou democráticas latino-americanas. Tendo isso em vista, seu projeto deveria lidar, ao menos, com três grandes dificuldades: 1) amplitude da difusão continental da obra gramsciana; 2) origem política dessa difusão e 3) “efeito da dependência” no que se referia à produção das ideias (Aricó, 1993 [1985], p. 28). Dando sequência à proposta iniciada em fins dos anos 1970, de pensar as possibilidades de um pensamento marxista latino-americano, Aricó chamava a atenção aos elementos que distinguiriam o continente da Europa. Também no caso de Gramsci, as ideias seriam provenientes deste “centro de produção da teoria”, que transportada à periferia, levaria à seguinte questão: “que decomposições e recomposições efetuamos sobre o corpo teórico gramsciano a fim de iluminar nossa realidade, de dar conta na teoria do que se produz na prática?” (ibid., p. 28).

A geografia de Gramsci na América Latina deveria supor, portanto, uma “reconstrução capaz de mostrar os vínculos evidentes entre os processos reais e o esforço de elaboração da teoria” (ibid., p. 28). Duas décadas depois, Aricó retomava o projeto em *La cola del diablo: itinerario de Gramsci en América Latina* (2005). Mais uma vez, destacava que Gramsci só poderia ser traduzido em chave latino-americana se fosse possível estabelecer algum *tipo de similitude ou sintonia histórico-cultural* entre o seu mundo e o nosso (Aricó, 2014 [2005], p. 114, *grifos nossos*). Nesse sentido, Aricó sugeria que o primeiro estudo de fôlego sobre o pensamento de Gramsci escrito por um latino-americano teria sido *Os usos de Gramsci* de Portantiero, publicado em 1977, pois teria se proposto a tarefa de encontrar uma chave de leitura que permitisse “basear a sua eficácia no fato de poder ser expressa nas línguas das situações particulares” (ibid., p. 115).

A “adoção” de Gramsci pelo pensamento latino-americano, na hipótese de Aricó, estaria vinculada à possibilidade de universalizar um critério de interpretação que incluísse a sua singularidade em uma “tipologia mais de acordo com a realidade das formações estatais” (ibid., p. 139). Assim, o teórico destacava as notas gramscianas sobre a “universalidade” de um princípio teórico, que insistiam “na necessidade de que ele apareça como uma expressão originária da realidade concreta a qual se incorpora”, não podendo ser, portanto, “o ponto de partida da investigação, senão um ponto de conclusão” (ibid., p. 139). Foi nesse sentido, segundo Aricó, que diversos gramscianos latino-americanos recorreram à noção de “revolução passiva”.

Em sua contribuição ao Seminário de Ferrara, em 1985, Carlos Nelson Coutinho também lançava luz a esse conceito, visto como capaz de fornecer importantes indicações para a análise dos processos de “modernização conservadora” que caracterizaram a história brasileira. O texto apresentado em setembro de 1985, e publicado no mesmo ano na revista italiana *Critica Marxista*, foi lançado pela primeira vez no Brasil em setembro de 1986 no oitavo número de *Presença*.⁶³ Coutinho afirmava, nessa ocasião, que a noção de revolução passiva era de “inestimável” utilidade para contribuir à especificação e à análise do caminho brasileiro para o capitalismo, no qual o Estado teria desempenhado frequentemente o papel de protagonista (Coutinho, P. 8, 1986, p.145). No Brasil, a transformação capitalista teria se dado graças ao acordo entre as classes economicamente dominantes, à exclusão das forças populares e à utilização permanente dos aparelhos repressivos e de intervenção econômica do Estado. Segundo Coutinho, *a analogia*

⁶³ Posteriormente, seria incluído na coletânea *Gramsci e a América Latina* organizada por Coutinho e Nogueira em 1993.

brasileira com a ideia de revolução passiva proposta por Gramsci seria de fácil demonstração, bastando documentar as principais transformações “pelo alto” que tiveram lugar no país: desde a Independência ao golpe de 1964, passando pela proclamação da República e pela Revolução de 1930, todas as soluções teriam tido um conteúdo elitista e antipopular (Coutinho, P. 8, 1986, p.145). Além da análise historiográfica, Coutinho demonstrava detidamente a “influência” de Gramsci no processo de autocrítica e de modernização da esquerda brasileira, destacando junto ao conceito de “revolução passiva” as noções de “transformismo”, “Estado ampliado” e “guerra de posição”, como veremos no quarto capítulo. Interessa-nos destacar por ora que, em sua concepção, os “tradutores” de Gramsci “em brasileiro” não poderiam esquecer de uma advertência metodológica retirada de um dos parágrafos dos *Cadernos*:

Ilitch [Lênin] não teve tempo de aprofundar sua fórmula, mesmo levando-se em conta que ele podia aprofundá-la só teoricamente, já que a *tarefa fundamental era nacional*, ou seja, requeria um reconhecimento do terreno e uma fixação dos elementos de trincheira e fortaleza representados pelos elementos de sociedade civil (...). Este terreno muda de Estado para Estado, como é evidente, mas precisamente isso requer um cuidadoso reconhecimento de caráter nacional (C. 7, §16, p. 866, *grifos de Coutinho*).

Ou seja, afirmava-se, como Aricó, a necessidade de reconhecimento do caráter nacional do desafio teórico-político da tradução. Ainda entre os intelectuais gramscianos que refletiram o próprio processo de teorização, soma-se Juan Carlos Portantiero.⁶⁴ Em seu destacado texto *Los usos de Gramsci*, entendido por Aricó como o primeiro estudo de fôlego sobre Gramsci no continente, Portantiero elencou alguns dos diversos usos aos quais teria sido submetido:

existe, por exemplo, um Gramsci precursor do “togliattismo”, isto é, da política moderada e prudente do comunismo italiano no segundo pós-guerra, considerada por alguns como uma reedição do que levava a cabo a socialdemocracia alemã nas vésperas da primeira guerra mundial (...) outro Gramsci, no extremo oposto, alimenta desde seus “escritos de juventude” uma visão espontaneísta dos processos revolucionários nos quais o papel da organização política, como instrumento da transformação social, estaria subordinado a um plano quase inexistente (Portantiero, 1977, p.11).

Segundo Portantiero, essas diversas possibilidades se deviam, por um lado, a um problema editorial que teria obstaculizado o conhecimento integral dos escritos de Gramsci e, por outro, à transformação de sua obra em um “espaço vazio, apto a receber

⁶⁴ Segundo sugere Frosini (2016), o teórico argentino teria se empenhado em traduzir a teoria gramsciana de hegemonia para a América Latina, o que analisaremos com maiores pormenores em sua notável atividade editorial nos próximos capítulos.

qualquer conteúdo, submetido a usos diversos segundo as necessidades de cada momento” (ibid., p. 12). Apesar do tom crítico, a ideia, nesse sentido, era valorizada por Portantiero que, nesse texto, deixava claro ter um “uso” próprio. Contrário às leituras de Gramsci nos anos 1950 e 1960, para o autor, a herança gramsciana se validaria na medida em que servisse de estímulo para uma “tarefa revolucionária concreta” (ibid., p.15).

A hegemonia, segundo propunha Portantiero, não existiria apenas em nível ideológico, mas se realizaria em relação às formas concretas que tiveram lugar na sociedade civil, na história de um determinado país entendida como existência concreta do Estado (ibid., p. 21). Desse modo, toda instituição da sociedade civil seria ambivalente. Enquanto estatal, seria um órgão de hegemonia da classe dominante, mas enquanto instituição que reunisse a população, seria sempre um lugar no qual se expressaria o conflito social. Se as classes subalternas fossem parte da história da sociedade civil e não do Estado, elas não estariam tampouco externas a ele, uma vez que passariam por toda uma série de experiências de organização que obrigariam a hegemonia dominante a redefinir o ponto de equilíbrio entre os seus interesses e os interesses das classes subalternas. A consequência deste ponto de vista é que o poder passava a ser pensado como uma relação de forças sociais que deveria ser transformado e não como uma instituição que deveria ser conquistada, tomada através de um “assalto” (ibid., p. 20). Essa transformação, por sua vez, só poderia vir de baixo. É nessa perspectiva que Portantiero reconstruiu todo o itinerário teórico gramsciano, tomando como matriz de todas as suas elaborações sucessivas a temática dos conselhos em Gramsci.

Alguns anos depois, no capítulo integrado à coletânea de Hobsbawm, destinado não mais ao pensamento de Gramsci apenas, mas ao “Marxismo latino-americano”, o problema “de escolher entre ‘aplicação’ do pensamento marxista à realidade latino-americana, tomando o marxismo como modelo universal, ou sua ‘produção’ direta pelas realidades locais”, foi visto como tendo ganhado um novo patamar nos anos 1960, cujo ponto de ruptura seria assinalado pela vitória da Revolução Cubana (Portantiero, 1989 [1982], p. 333). Seria esse o contexto no qual teria surgido o tema da “nacionalização” da teoria e a consideração da prática socialista “como uma continuação-superação da história popular”, em meio a uma grande ascensão das massas (ibid., p. 333).

Diferente de Aricó, Portantiero optou pela categoria de “nacionalização”, deslocando a ênfase para a dimensão eminentemente nacional do processo revolucionário cubano. Essa dimensão deveria ser considerada fundamental não só para a produção de teoria, mas também de uma “ação hegemônica”. O olhar voltado à ação revolucionária

levava Portantiero a enfrentar o socialismo como uma possibilidade aberta apenas se fosse acompanhado de uma “nacionalização da teoria”:

É nesse sentido que uma produção latino-americana do socialismo *não consiste na aplicação ou adaptação de uma ideologia preexistente, mas na capacidade de gerar e constituir sujeitos políticos complexos, no duplo plano de uma teoria capaz de dar conta das singularidades nacionais e de uma prática hábil na organização das massas* (Portantiero, 1989 [1982], p. 337, *grifos nossos*).

Portantiero se contrapunha à “aplicação” ou “adaptação” de um conjunto de ideias pré-existentes, associando uma teoria das singularidades nacionais a uma prática política eficaz. Posteriormente, em “O nacional popular: Gramsci em chave latino-americana” (1985), o teórico argentino aprofundou essa abordagem a partir da categoria do “nacional-popular”. Em sua opinião, a tradução política desta chave interpretativa da história italiana remeteria a um problema metodológico e teórico mais geral: “o das condições para a transformação social em situações de capitalismo atrasado, nas quais a unificação nacional foi tardia ou incompleta e a constituição do Estado Liberal de Direito foi o produto de uma revolução feita a partir de cima” (Portantiero, [1985] 1993, p. 47). Mais uma vez, Portantiero reforçava sua perspectiva direcionada ao encontro entre a teoria e a prática, nesse caso entre o “nacional-popular” e o socialismo, além da problemática política da produção de ação hegemônica (ibid., p. 52-53).

O duplo plano indicado pelo argentino para a possibilidade de uma teoria e prática socialistas na América Latina também foi considerado por Bernardo Ricupero (2000) a partir da mesma categoria. No entanto, se a nacionalização do marxismo em Portantiero apontasse para uma transformação política emancipatória, na interpretação de Ricupero a categoria estaria voltada à interpretação de autores que tivessem avançado uma compreensão “mais completa das especificidades” da realidade latino-americana, mesmo que não tivessem levado a uma “prática mais eficaz” (Ricupero, 2000, p. 87). Para este autor, a passagem da teoria à prática política não se realizaria automaticamente, sendo necessária a formulação de propostas capazes de “constituir vontades nacional-populares poderosas”, o que não poderia se revolver exclusivamente no terreno intelectual (ibid., p. 87). Apesar disso, diversas perspectivas latino-americanas de esquerda teriam se convertido em instrumentos poderosos de intervenção no debate político-cultural.

No Brasil, a obra de Caio Prado Jr. seria um caso, na visão de Ricupero, da nacionalização da teoria marxista às particularidades da experiência nacional. Ao “traduzir” esse modo de abordagem às condições da experiência específica brasileira, o historiador paulistano teria proporcionado uma *capacidade de reflexão original* sobre

elas” (ibid., p.29, *grifos nossos*). Como exemplares desta perspectiva, junto ao historiador estariam mais uma vez Gramsci e Mariátegui. O que os aproximaria, fundamentalmente, seria o “reconhecimento da necessidade de agir a partir de realidades nacionais concretas” (ibid., p. 67). Esse reconhecimento decorreria de um sentimento compartilhado a respeito da debilidade de suas nações, “fruto de revoluções que não chegaram a se completar”, e de um objetivo final mútuo – o socialismo (ibid., p. 67).

Na postura comum residiria uma saída ao “falso dilema do cosmopolitismo e do localismo”, identificado por Antonio Candido como uma *dialética* que regeria toda “evolução da vida espiritual brasileira” (Candido, 2006 [1965], p.117). Segundo argumentou Ricupero, teriam superado o problema os que retiveram do cosmopolitismo o “objetivo socialista” e a forma como entenderam as suas realidades, dada por categorias originalmente provenientes do pensamento “europeu”, mas com a consciência “de que sua tarefa era local, já que o terreno de luta que tinham de enfrentar era nacional” (Ricupero, 2000, p. 90). O produto da tensão entre local e cosmopolita em Ricupero estaria dado pela *originalidade* da teoria, enfim tornada nacional.

Também para Kaysel (2012), Caio Prado Jr. e Mariátegui seriam integrantes do que considerou um “marxismo original na América Latina”. Os dois autores se aproximariam ao partilharem a preocupação de “apropriar-se do materialismo histórico e dialético de uma forma criativa” para que fosse possível “compreender a história de seus países e seus impasses contemporâneos” (Kaysel, 2012, p.26). A proposta, que buscou dar sequência à sugestão de Ricupero, adotou também como ponto de partida a questão das dificuldades encontradas na “aclimatação” das referências ideológicas vindas das antigas metrópoles quando empregadas a um novo contexto dependente e periférico. Da comparação entre os teóricos brasileiro e peruano, salientou-se o uso que fizeram do marxismo como método de interpretação da realidade histórico-social, “ou seja, importava menos se as categorias empregadas eram ou não fiéis aos textos de Karl Marx, mas se o materialismo histórico podia ser frutiferamente empregado para compreender o Brasil ou o Peru” (ibid., p. 269). Somando-se a Portantiero, o grande problema permaneceria sendo, para Kaysel, menos o da compreensão, mas o da concepção de uma *política revolucionária* de acordo com a realidade latino-americana e seus impasses, o que expressaria finalmente um “encontro” entre o marxismo e o continente.

Antes de Ricupero e Kaysel, Schwarz já havia apontado Caio Prado Jr. como pioneiro no Brasil de uma “inspiração marxista consequente” (Schwarz, 1999, p. 96). Para o crítico, o historiador paulistano teria se destacado como um “caso de exceção” em

meio à preponderância das teses defendidas pelo PCB (ibid., p. 88). Na consideração de Schwarz, o marxismo local dos anos 1950 e 1960, apesar do mérito “de difundir a ligação entre imperialismo e reação interna”, teria se equivocado na “maneira de especificá-la”, razão do desastre futuro de 1964 (Schwarz, 2008, p. 75). Este marxismo, nos termos de Löwy, seria expressão da tendência latino-americana ao eurocentrismo, que concebia o continente como uma espécie de “Europa tropical”. Combinada à já mencionada tentação ao excepcionalismo indo-americano, resultaria numa conclusão comum: “a de que o socialismo não está na ordem do dia na América Latina” (Löwy, 2012, p.11).

Para Schwarz, apenas na medida em que conseguiu romper com o “sistema de conciliações” então engrenado nessa perspectiva, a produção de esquerda escapou de ser “pura ideologia” (Schwarz, 2008, p.77-79). Nesse sentido, segundo o crítico, para além do mérito de elucidar as particularidades brasileiras – como destacado por Ricupero – Caio Prado Jr. teria se sobressaído por explicar, *na esteira de Marx*, “a escravidão colonial como um fenômeno *moderno*, ligado à expansão comercial europeia, estranho, portanto àquela sucessão de etapas canônicas” (Schwarz, 1999, p. 94, *grifos nossos*). Escapando aos limites estabelecidos pelo modelo comunista brasileiro, Prado Jr. teria contribuído à compreensão de um acontecimento moderno, de ordem global, teorizando-o em termos concretos e, portanto, locais. Ou seja, a produção do historiador era valorizada por Schwarz, na possibilidade de síntese teórica oriunda da tensão constante entre realidade brasileira e categorias de origem europeia. Quando bem-sucedida, a teoria deveria iluminar simultaneamente o particular e o todo.

Assim como Schwarz, a produção de teoria é valorizada na perspectiva de Luis Tapia, que se encontra entre os que optaram por desenvolver a categoria de “nacionalização”. Para o marxista boliviano, a teoria poderia se converter em forma de pensar o conjunto de relações e experiências da vida cotidiana na medida em que se tornasse uma *concepção de mundo interiorizada*, refletindo sobre a sociedade em que se localiza. A nacionalização e a produção de teoria seriam incluídas como parte de um mesmo processo intelectual de *produção de conhecimento local* (Tapia, 2002, p. 326). A obra pensada por Tapia era a de René Zavaleta, entendido como o mais importante exemplo de *nacionalização do marxismo* na Bolívia. Um avanço significativo trazido por Tapia em sua análise está em sua proposta por delimitar ou medir os graus de apropriação e interiorização das teorias ou estratégias cognitivas. Os parâmetros de Tapia são derivados das ideias marxianas de subsunção formal e subsunção real, abundantes nos textos de Zavaleta, extrapolando-as para os processos de apropriação das teorias gerais e

das trocas que essas introduzem no pensamento e resultados consequentes. A *subsunção formal* seria a forma pela qual se aplicaria teorias ou modelos gerais sem mediações categoriais – revisão, modificação ou produção de teoria:

Isto é, quando se aplicam teorias de uma maneira um pouco externa e quando a explicação vem basicamente do tipo de problematização e de intelecção já preparada pelo modelo geral e não assim pela problematização cognitiva construída a partir do momento específico, ainda que em referência e através dessas teorias gerais (ibid., p. 327).

Diferente da aplicação externa de modelos, a *subsunção real*, por sua vez, dar-se-ia quando a teoria fosse incorporada de tal modo a transformar as subjetividades, convertendo-se em:

(...) um meio ou em um modo de produção de mais teoria, de revisão de si mesma a partir dos problemas que se colocam no núcleo de sua apropriação; ou seja, quando se tornam um meio ou um modo de transformação ou produção intelectual que tenha conseguido o significativo grau de autorreferência ou de enraizamento (ibid., p. 327-328).

Outro fator interessante da elaboração de Tapia (2002, p. 331) é que uma condição para a nacionalização da teoria marxista, em sua opinião, estaria no desenvolvimento de uma teoria das superestruturas, nível no qual a diversidade do mundo se expressaria. Neste aspecto, Tapia julgava relevante destacar a referência de Gramsci nos trabalhos de Zavaleta, uma vez que o marxista italiano teria sido o que melhor desenvolvera uma teoria complexa de superestruturas sem perder as mediações com o momento produtivo, fundando assim “o desenvolvimento contemporâneo da teorização sobre a construção da política e, através dela, a concepção da construção da realidade também através da política; sobretudo em termos de articulação de totalidades sociais como construção de hegemonias e blocos históricos” (ibid., p. 332).⁶⁵

Em que pese os distintos graus de sofisticação, seria possível afirmar que Portantiero, Ricupero, Kaysel e Tapia ressaltaram *o alcance nacional de uma teoria* – quer seja a régua ajustada em termos intelectuais, quer seja em termos políticos –, fazendo supor que sua valia – medida em termos de capacidade de transformação da realidade,

⁶⁵ Interessante notar que, embora Ricupero e Tapia tenham produzido obras num mesmo período e com uma orientação similar, que se expressa na mesma ideia de nacionalização, se aplicarmos o critério de Tapia – da teoria das superestruturas – à obra de Caio Prado Jr., esta não poderia ser considerada um exemplo de nacionalização do marxismo, tendo em vista a ausência em sua obra de uma perspectiva voltada à vida ideológica brasileira. Nesse ponto de vista, uma hipótese a ser desenvolvida seria a de que a obra de Prado Jr. tenha sido importante antecedente de como o capitalismo se estruturou no Brasil – na atenção voltada à especificidade da formação de suas classes, como Ricupero destacou – mas que a nacionalização só tivesse de fato acontecido posteriormente, através dos trabalhos de Roberto Schwarz sobre a obra machadiana e de sua teorização sobre o funcionamento da ideologia no Brasil.

em originalidade ou produção teórica – tivesse principalmente ligada à “luta nacional” ou continental. Já no caso de Aricó, a ênfase parece associar o reconhecimento nacional à possibilidade de contribuição autônoma a um universo teórico ou político mais amplo, como também é o caso da análise de Schwarz. Mas, se o horizonte da tradução é acompanhado da positividade do compromisso socialista de Aricó, no caso do crítico brasileiro, como veremos, se sobressai a dimensão crítico-negativa segundo a qual qualquer afirmação ou compromisso *a priori* poderia resultar em incompreensões, produção ideológicas ou erros teóricos.

Nesse aspecto, por exemplo, em ensaio sobre o Seminário Marx, grupo intelectual de fins dos anos 1950 do qual Schwarz foi integrante, os méritos teóricos⁶⁶ não deixaram de vir acompanhados de uma crítica contundente. Embora as obras resultantes da experiência se destacassem pelo critério científico e inovador com o qual mobilizaram a inspiração marxista, *reciclando-a segundo as condições locais*, haveria persistido entre os integrantes, na opinião de Schwarz, um desejo por salvação – “engajados em encontrar a solução para o país, pois o Brasil tem que ter saída”, teriam dado continuidade à tradição do marxismo local, pautado “*pela estreiteza da problemática nacional, ou seja, pela tarefa de superar o nosso atraso relativo, sempre anteposta à atualidade*” (Schwarz, 1999, p. 104-105, *grifos nossos*). O anseio por salvação ressaltado por Schwarz perpetuaria, em nossos termos, as balizas da angústia latino-americana.

Um enfoque nacional que não levasse a pensar as relações de hegemonia também em sua dimensão intelectual, não poderia escapar às armadilhas ideológicas que estreitam ou engessam os dados locais e as referências gerais, sumindo com a tensão inerente ao problema e impedindo a reflexão crítica. O impulso voluntarista ou salvacionista mencionado por Schwarz acompanharia uma especificidade do marxismo. Diferente de outras filosofias de caráter mais “especulativo”, e na medida em que se propõe ser “expressão teórica de um movimento prático”, o marxismo excederia sempre a mera teoria, indo mais adiante do plano das ideias para projetar-se sobre as práticas sociais (Tarcus, 2007, p. 53). Abordamos este aspecto nos riscos colocados à análise realista, mas também haveria consequências metodológicas importantes. Para Horácio Tarcus, isso

⁶⁶ Segundo Schwarz, o grupo teria chegado “à audaciosa conclusão de que as marcas clássicas do atraso brasileiro não deviam ser consideradas como arcaísmo residual, e sim como parte integrante da reprodução da sociedade moderna, ou seja, como indicativo de uma forma perversa de progresso” (Schwarz, 2012 [1990], p. 13). O efeito de desprovincialização desse feito era notável, pois permitia inscrever na atualidade internacional, em forma polêmica “muito daquilo que parecia nos afastar dela e nos confinar na irrelevância” (ibid, p. 13).

significaria entender que a recepção, difusão e recriação do marxismo implicaria em não só olhar os “grandes livros”, mas também a imprensa e as publicações do movimento operário e socialista, nos diários e nos afazeres das elites, etc. Por isso, a opção do autor pelo termo “história intelectual” em detrimento de “história das ideias”, de modo que abarcasse não só as ideias como objeto, mas também seus portadores: os sujeitos, “seus forjadores e difusores: os intelectuais” (ibid., p. 53). Nesse sentido, não se deveria ocupar apenas dos “grandes intelectuais”, mas também dos animadores culturais, os editores, tradutores e divulgadores. Daí o interesse voltado não só aos “grandes textos”, mas também aos gêneros menores, como a correspondência, a imprensa operária e o periodismo.⁶⁷

O prisma sociológico do argentino Horácio Tarcus o levava à utilização do conceito de recepção para pensar as ideias de Marx e do marxismo na América Latina. O conceito remeteria a um processo maior de produção/difusão intelectual no qual seria necessário discriminar analiticamente produtores, difusores, receptores e consumidores das ideias, ainda que esses processos se confundissem na prática e esses papéis pudessem ser assumidos simultaneamente por um mesmo sujeito (ibid., p.30). Assim, confluentemente à proposta de Aricó, importaria a Tarcus saber *como e porque* leram Marx, e não se leram “correta” ou “incorretamente”. O objetivo seria, portanto, buscar quais leituras de Marx foram possíveis em certas coordenadas geográficas, temporais e sociais – no caso, a Argentina de fins do século XIX (ibid., p.33).

Ao negar a busca pela interpretação mais “acertada” de Marx na Argentina, Tarcus reivindicava *a leitura como ato de interpretação*, como um processo produtivo (ibid., p. 34). Uma leitura forte, em sua opinião, seria aquela capaz de tomar distância da letra, que em parte “violentasse” o texto para, então, o fazer dizer algo novo e produtivo, algo que, por sua vez, está e não está no texto interpretado, que emerge no momento em que uma interpretação é capaz de apontar de modo convincente (ibid., p. 35). Em sentido similar ao que Tarcus reivindicava, com a noção inspirada em Umberto Eco de “interpretação”,⁶⁸ Bianchi argumentou que a metáfora da tradução seria a que melhor

⁶⁷ Confluyente a esta agenda de pesquisa, resalte-se o trabalho no Brasil de Lincoln Secco. Em *A batalha dos livros* (2020) o historiador sistematizou “informações sobre livros, editoras e número de protestos, militantes e simpatizantes da esquerda”, com o objetivo de defender a tese de que desde o início a esquerda brasileira não esteve em atraso, mas sempre “articulada aos ritmos exteriores sem perder sua particularidade”. Com esse objetivo, o autor promoveu um resgate da história editorial das organizações de esquerda no país, no âmbito da edição, da publicação, divulgação e leitura das obras publicadas.

⁶⁸ “Afirmar que a interpretação (...) é potencialmente ilimitada não significa que a interpretação não tem objeto e que flui (*riverruns*) só por si mesma. Afirmar que um texto não tem potencialmente fim não significa que todo ato de interpretação possa ter um final feliz. (...) Interpretar um texto significa explicar

permitiria pensar o processo de recepção das ideias como não sendo uma simples transferência, nem um consumo passivo de informações produzidas em outro contexto (Bianchi, 2016a, p.2). Ou seja, a tradução seria aquela operação em que ideias vindas de fora são usadas de modo a interpretar o novo ambiente. Sendo necessária uma negociação entre as diferentes culturas, o resultado não poderia estar necessariamente previsto no original (ibid., p.9). O potencial residiria, portanto, na possibilidade de apreender significados que têm lugar durante o complexo processo de emissão e recepção cultural (ibid., p. 10). É nesse sentido que nossa atenção se volta não à apreensão de como as ideias “circulam” – são “emitidas” e “recebidas”, “exportadas” e “importadas”, etc. – mas ao processo através do qual, à luz de uma teoria e categorias gerais, surgem novas interpretações de uma *realidade rebelde*,⁶⁹ a partir de novidades categoriais.

Essa agenda de pesquisa, na opinião de Tarcus, não teria sido desenvolvida satisfatoriamente. No caso argentino, haveria mesmo uma “ausência de investigação de conjunto sobre a recepção do marxismo” (ibid., p. 55). A exceção estaria representada na obra de José Aricó, que teria “limpado o caminho neste sentido, deixando dois livros fundamentais, fundacionais, para pensar esses problemas – *Marx y América Latina* e *La cola del diablo* – assim como uma série de investigações particulares, plenas de ideias, orientações e sugestões” (ibid., p. 55).⁷⁰ Em sentido confluyente, Martín Cortés destacou a obra de Aricó, que em sua visão teria sido um verdadeiro tradutor do marxismo em sentido gramsciano. O intelectual argentino, argumentou Cortés (2010, p.151-152), teria proposto não uma aplicação, mas um exercício permanente de confrontação com os problemas de sua época e lugar. No livro *Un nuevo marxismo para América Latina* (2015) Cortés buscou demonstrar que os escritos e iniciativas editoriais de Aricó “podem ser

porque essas palavras podem fazer diversas coisas (e não outras) mediante o modo em que são interpretadas” (Eco, 1997, p. 34).

⁶⁹ A expressão foi usada por Gramsci para se referir ao nível das relações de força, porque dizem respeito a dados que não podem ser modificados, mas que precisam ser levados em conta tais como se apresentam. Constituem, pois, um dado “objetivo, independente da vontade dos homens” (C. 13, §17, p. 1583). Fazemos referência à expressão como forma de aludir aos “dados objetivos” apresentados pela América Latina, mas também como forma de qualificar uma situação que não cabe, que se rebela frente a esquemas teóricos pré-existentes.

⁷⁰ No caso brasileiro, destacamos as iniciativas da coletânea *História do Marxismo no Brasil* (Aarão Reis; Quartim de Moraes, 2007), surgida no âmbito do grupo de trabalho Partidos e Movimentos de Esquerda, então vinculado à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). A coordenação do projeto foi assumida por Daniel Aarão Reis e João Quartim de Moraes e o objetivo foi o de abarcar a história da “recepção e apropriação teórica do marxismo no Brasil, sua influência na análise e interpretação da sociedade brasileira e a trajetória das organizações que nele se inspiram” (Aarão Reis; Quartim de Moraes, 2007, p. 7).

entendidos como *uma profunda indagação acerca do tipo de marxismo que resultaria produtivo na América Latina*” (Cortés, 2015, p.17, *grifos do autor*).

Tratar-se-ia de um exercício de tradução na medida em que, “ao colocar em contato distintos aspectos do marxismo com diferentes realidades”, a obra de Aricó teria buscado “produzir uma nova articulação, não uma aplicação de conceitos já dados em circunstâncias diferentes” (ibid., p. 18). Esse exercício seria a forma encontrada de escapar às lógicas deterministas e de transcender o dilema colocado por aqueles que viam o marxismo como um objeto concluído que se aplicaria sobre a região, ou como uma essência irreduzível impensável com categorias em outro espaço (ibid., p. 19). Recorrendo também à ideia de leitura, sugerida por Tarcus, a tradução seria, na opinião de Cortés:

um modo de ler ativamente: um exercício que desarticula um relato e coloca um novo em seu lugar. Consiste em desarmar os sentidos de um marxismo [anquilosado] enrijecido e operar dentro da própria tradição (em diálogo “laico”, como costumava dizer Aricó, com outras formas de saber) uma recomposição que o coloque de pé diante de sua crise (ibid., p. 19).

Cortés observava ainda outro aspecto importante da tradução. Ao produzir leituras ativas das regiões nas quais o marxismo não é um “pensamento originário”, a tradução também iluminaria problemas do marxismo *tout court* (ibid., p. 20). Ao encarar realidades consideradas “excêntricas”, o marxismo deveria desenvolver-se teoricamente em seu conjunto. Isso ocorreria sem correspondência orgânica com os problemas “originários” e sem uma condenação à condição de “excentricidade”, mas como uma generalização de uma situação particular (ibid., p. 20). Nesse sentido, a tradução se configuraria na obra de Aricó a partir de dois determinantes: “por um lado, a necessidade de que exista certa afinidade entre a realidade analisada e os conceitos; por outro, a possibilidade de ‘transportar’ ferramentas teóricas de uma constelação histórica a outra” (ibid., p. 27).

A tradução se colocava como saída às tentações às quais fazia menção Michael Löwy em sua introdução à coletânea *O marxismo na América Latina* (2012). Para Cortés, tanto no excepcionalismo indo-americano quanto no eurocentrismo, subsistiria uma *leitura pobre* da relação entre o universal e o singular, à qual o exercício da tradução se oporia buscando tomar a responsabilidade de pensar a América Latina tensionada entre a singularidade e a universalidade, “como espaço que busca sua identidade e ao mesmo tempo reconhece um pertencimento problemático a esse movimento no qual a modernidade europeia ‘se torna mundo’” (Cortés, 2015, p. 28).

Confluente à proposta interpretativa de Cortés, buscaremos avançar suas hipóteses a respeito de Aricó e a iniciativa editorial de *Pasado y Presente*, tensionando-

as na comparação com a experiência brasileira da revista *Presença*, a partir dos distintos parâmetros de tradutibilidade. Para isso, será importante examinar os efeitos que a difusão das ideias de Gramsci e do comunismo italiano produziram na América Latina em meio ao dilema angustiante imposto pelas vertentes eurocêntricas dos partidos comunistas nacionais.

Capítulo 2 – Gramsci e a cultura comunista: a formação dos grupos editoriais

Na América Latina, Gramsci foi lido e assimilado em função das tradições culturais da esquerda e movimentos populares (Kanoussi, 2011, p. 13). Ou seja, as leituras latino-americanas se deram segundo diversas posições políticas e suas tradições. A enorme difusão dos escritos gramscianos acompanhou uma precursora trajetória editorial – foi aqui que os *Cadernos do Cárcere* apareceram pela primeira vez traduzidos ao espanhol, entre 1958 e 1962,⁷¹ bem como ao português, alguns anos depois, entre 1966 e 1968.⁷² Ao longo dos anos 1960, portanto, o conhecimento da obra de Gramsci se tornava gradativamente significativo, percorrendo caminhos singulares na Argentina e no Brasil. Nossa hipótese é de que a introdução do pensamento gramsciano tenha aberto caminhos para a produção de teoria entre os intelectuais engajados do continente, especificamente em meio à cultura comunista, aproximando-os da própria realidade através das analogias que a situação italiana despertava.

Gramsci e o comunismo argentino: a formação de *Pasado y Presente*

Inicialmente entendido como “bandeira da renovação ideológica e política”, Gramsci fez parte das mais singulares combinações. No início dos anos 1960 preponderou como “figura moral”, sendo visto com suspeita ou mesmo recusa pelo comunismo oficial (Aricó, 1993 [1985], p. 28). Talvez não tivesse encontrado destaque não fosse o trabalho de Héctor Agosti, responsável pelo esforço inicial em tornar Gramsci conhecido entre comunistas argentinos e, conseqüentemente, demais latino-americanos. Foi sua a proposta de editar os *Cadernos* pela Latauro,⁷³ bem como a encomenda da tradução e os cuidados da edição dos mesmos. Além disso, é de sua autoria o primeiro livro de interpretação da história argentina apoiado em notas gramscianas: *Echeverría* (1951).

⁷¹ Apenas um quarto de século depois da publicação da edição crítica de Gerratana na Itália, em 1975, os leitores de língua espanhola teriam acesso aos escritos originais de Gramsci tal qual havia escrito na prisão. Kohan e Bologna ressaltavam o fato dos dois principais gramscianos argentinos, Héctor Agosti e José Aricó, terem bebido das “fontes de Togliatti”, referindo-se à edição temática traduzida pela Lautaro (Kohan; Bologna, 2005, p. 127). O empreendimento de tradução da edição crítica tem início em 1982 no México e só se completa em 2001 graças ao impulso da especialista Dora Kanoussi e através do editorial ERA, junto à Universidad Autónoma de Puebla.

⁷² Ver nota 31.

⁷³ Que já havia publicado em 1950 as *Cartas de la cárcel*.

Como os demais partidos comunistas, o PCA era, em meados dos anos 1950, uma formação de cunho stalinista, moldada na matriz do que a III Internacional chamou de “bolchevização”: “um partido fortemente centralizado, que demandava de seus filiados uma dedicação total e disciplinada, armado de uma doutrina combatente: o marxismo-leninismo” (Altamirano, 2013, p. 179). Essa doutrina, segundo Altamirano, dava aos membros do PCA um “acesso privilegiado ao sentido da história, não só o singularizava como partido, como o fazia superior a qualquer outra organização política” (ibid., p. 179). Era também a razão de sua autodefinição como “vanguarda de classe do proletariado”, cuja missão seria a de conduzir uma “aliança democrática com o campesinato, as classes médias urbanas e os setores liberais da burguesia” (ibid., p. 180).

Em 1951, Perón somava seis anos de governo e disputava reeleição. Entre os comunistas, havia um contexto de colaboração com socialistas e liberais numa frente antiperonista cujo ápice se deu com a comemoração do centenário de Esteban Echeverría, poeta considerado o grande mentor da Geração de 1837.⁷⁴ Entre os livros publicados nessa ocasião estava o de Agosti, cujo argumento central recuperava as reflexões de Gramsci sobre o *Risorgimento*. O processo histórico argentino devia caracterizar-se como uma “revolução interrompida” por causa da incapacidade da burguesia de dar resposta ao problema da terra e assim integrar as massas rurais a um projeto nacional. O fracasso da classe dominante teria arrastado os intelectuais, segundo Agosti, para quem só a Geração de 1837 e, sobretudo, Echeverría, teria sido capaz de pensar o problema da formação nacional depois da Independência. Tratava-se da primeira obra latino-americana que estabelecia uma relação de analogia com a situação italiana a partir dos processos históricos analisados por Gramsci. Segundo a interpretação de Burgos (2004, p.48), o livro de Agosti representou um momento relevante a partir do qual se tornou possível uma abertura e um diálogo mais produtivo entre as diversas correntes (marxistas ou não) da época, ainda que esta tentativa tenha se realizado justamente nos anos da encruzilhada entre os governos peronistas e seu colapso em 1955 (Burgos, 2004, p.48; Kohan, 2008). Agosti iniciava, então, um projeto de inovação cultural que seria responsável por aglutinar intelectuais em um movimento “tendencialmente gramsciano” (Aricó, 2014 [2005], p. 36).

⁷⁴ Echeverría foi um expoente do romantismo argentino e seu projeto buscava dar continuidade à obra da independência, visando completar “a emancipação política com uma emancipação mental” (Ricupero, 2004, p. 209). Este movimento terá como palco de maior repercussão o *Salón Literario*, inaugurado em 1837.

Através da obra de Echeverría, Agosti realizava inflexão sobre o modelo stalinista, baseado na caracterização feudal das formações latino-americanas e no etapismo que dominava a política comunista (Löwy, 2012, p. 12). Este modelo combinava a crença na “revolução democrática burguesa” com um militante anti-imperialismo, o que truncava a possibilidade de teorização – aliava, de modo paradoxal, um modelo de transformação social baseado em pressupostos europeus a uma “ideologia do específico” que, como argumenta Terán, propiciava a “articulação da Argentina com a América Latina e a desconfiança ante os dados provenientes da cultura europeia” (Terán, 2013 [1991], p. 139). Agosti, por sua vez, reivindicava o caráter universal do pensamento europeu e de seus processos de transformação, chamando a atenção para as “peripécias particulares” do país (Petra, 2017, p. 263).

Nesse sentido, uma teoria do “paralelismo histórico”, baseado na grande semelhança entre o processo cultural argentino e o italiano, constituiria o programa político intelectual de toda a obra de Agosti (Altamirano, 2013, p. 189). Dado que o pensamento originado na Europa estaria *necessariamente* “deslocado” nos países atrasados, a função das elites ilustradas seria justamente estabelecer sobre cada terreno nacional as causas concretas que determinavam essa “anomalia”. O caráter irredutível do problema argentino e os pressupostos universais dos moldes teóricos europeus constituíam o nó fundamental:

Echeverría ensina a verdade dessa conexão universal de eventos revolucionários e, diante de certas meditações ilusórias da história, ele nos provará que *as ideias não vivem em compartimentos fechados pelas fronteiras nacionais, e que reproduzem seus mesmos efeitos assim que suas mesmas causas originais reapareçam em outras latitudes*. Além disso, nos provará que o pensamento é em si mesmo “o engendrador da revolução, na medida em que não é um pensamento isolado, parto solitário da razão, mas uma concepção racional deduzida do conhecimento da história, e do organismo animado da sociedade” (Agosti, 1951, p. 13, *grifos nossos*).

A dinâmica entre problema nacional e teoria de matriz europeia assumiu uma forma polêmica em Agosti, conforme atestam seus leitores.⁷⁵ Pois, se por um lado, recorreu à situação italiana através da analogia com a realidade argentina e reafirmou a universalidade da teoria marxista; por outro, buscou sistematicamente chamar a atenção

⁷⁵ O que se verifica no confronto entre Aricó (2005 [1988]) e Massholder (2014) sobre o sucesso ou não do recurso crítico à obra de Gramsci para a análise da história argentina. Para Massholder em *El Partido Comunista y sus intelectuales* (2014), Agosti possuiria uma leitura de Gramsci diferente, mas não menos importante daquela levada a cabo por Aricó, embora este seja considerado um de seus “discípulos”. Este fato, somado à *Campaña Echeverriana*, é considerado central para entender a sua particularidade e importância no ambiente cultural e político de esquerda na Argentina.

para as peculiaridades do país. A despeito das contestações, Agosti de fato assume um lugar de destaque em meio ao ambiente cultural argentino dos anos 1950, ao possibilitar a introdução do pensamento de Gramsci junto a um projeto de “interpretação realista”⁷⁶ das questões locais, sem rechaçar o caráter universal dos processos de transformação social de origem europeia. Segundo buscamos argumentar, é justamente o reconhecimento de uma determinada similaridade histórico-cultural junto ao foco voltado para as particularidades nacionais os precedentes mais importantes do que, mais tarde, viria a ser o projeto dos gramscianos argentinos, que buscariam traduzir a realidade argentina e latino-americana em nexos nacional e mundial.

Vale destacar que os comunistas argentinos em meados dos anos 1950 compartilhavam de um trauma internacional aberto com as denúncias de Nikita Krushchov acerca dos crimes de Stálin no XX Congresso do Partido Comunista, que havia acentuado um processo de “desestalinização” iniciado com a morte do ditador em 1953. Com uma saída que repercutiria entre os comunistas argentinos e brasileiros, Palmiro Togliatti e o PCI propuseram, nesse contexto, que o comunismo deveria explorar rumos ou vias nacionais, renunciando a qualquer intento de unificação em um único centro. No geral, os latino-americanos aceitaram de bom grado a tese sobre uma via pacífica ao socialismo e definiram que nos países dependentes a contradição principal era a que opunha a totalidade do povo ao imperialismo estadunidense e seus agentes internos, responsáveis pelas sobrevivências feudais e pelo atraso econômico.

No caso argentino, o efeito mais imediato aos episódios de 1956 veio à tona com a enorme perda de credibilidade sofrida pelos intelectuais comunistas, que precisavam urgentemente expandir suas organizações na composição de frentes e desempenhar algum papel na política de unidade nacional em que o partido voltava a embarcar. Desde então, e ao menos por uma década, por caminhos mais ou menos oblíquos, os intelectuais comunistas embarcaram em um processo de reconsideração de suas funções, tradições e estruturas. Além do abalo com as denúncias contra Stalin, os argentinos tinham que enfrentar outro trauma, neste caso particularíssimo – o peronismo:

Se as “tragédias convergentes” da Hungria e Budapeste abriram caminho para o nascimento de uma “nova esquerda” europeia, na Argentina elas serão a articulação entre a formidável releitura do peronismo que começa depois de 1955, por um lado, e a mudança no horizonte revolucionário que faz vislumbrar a Revolução Cubana algum tempo depois, por outro, o que constituirá as duas linhas principais do questionamento generalizado das

⁷⁶ Cf. *Defensa del realismo*, 1945.

organizações da esquerda tradicional que receberão o mesmo nome (Petra, 2017, p. 253).

A década “justicialista” que se concluiu em 1955 com a derrubada de Perón, um governante que parecia imbatível nas urnas, não alterou imediatamente a visão que havia forjado o grupo dirigente do PCA, que permaneceu confiante de que os trabalhadores se alinhariam “pouco a pouco em direção à sua vanguarda” (Altamirano, 2013, p. 180). Neste contexto, celebrou-se a Primeira Reunião Nacional de Intelectuais Comunistas, em 1956, quando a Argentina parecia abrir-se a outros futuros possíveis. A cargo de Agosti, estava o informe central da assembleia, que recomendava a seus camaradas que lessem os escritos de Gramsci (Agosti, 1969, p. 38 apud Altamirano, 2013, p. 181). Sua ideia era a de impulsionar uma renovação da cultura de seu partido sem rupturas, o que, como veremos, mostrou-se fracassada.

De modo geral, a década assinalada pela fratura da ordem constitucional de 1955 e o novo golpe de estado de 1966 foi marcada pelo que Oscar Terán considerou como a “formação de uma nova esquerda intelectual argentina”, às voltas com o fenômeno do peronismo e também com a Revolução Cubana.⁷⁷ Durante esse período, os efeitos de re colocação acarretaram enormes consequências também entre os comunistas, num “complexo movimento que levou desde a ‘natural’ oposição, enquanto o peronismo esteve no governo, até um feroz processo de releitura do mesmo a partir de sua derrubada, o qual constituiu um dos fatores político-culturais fundamentais do período em análise” (Terán, 2013 [1991]), p. 65). Em tal movimento, setores da “franja crítica” buscaram criar um espaço autônomo ao campo liberal e à ortodoxia peronista. Mas, “enquanto a cisão com este último era um dado da realidade, para o distanciamento radical com o primeiro se necessitou a exclusão do peronismo de Estado” (ibid., p. 65).

Em fins de 1955, Agosti afirmava que os argentinos haviam insistido em entender-se enquanto europeus, como se estivessem fora da América, sem perceber que, no entanto, estariam “teimosamente pregados” ao destino comum do continente (Agosti, 1955, p. 45). Não se trataria mais de apenas negar a imposição colonialista, mas também de responder à incompreensão dos partidos de esquerda ante o movimento peronista onde, afinal, *havia se concentrado toda a classe trabalhadora* (Terán, 2013 [1991], p. 139). Só então se tornava evidente para a heterogênea constelação dos opositores, “a consistência e

⁷⁷ Como assinala Arévalo (1983), outro aspecto dessa mudança se dá também com o triunfo da Revolução Cubana, quando a conquista de um “poder popular de novo tipo, encabeçado pela classe trabalhadora, capaz de refletir os interesses dos trabalhadores, o povo e a Nação, se colocou na ordem do dia” (Arévalo, 1983, p. 95).

enraizamento popular de uma identidade que, até então, podia parecer tão inextricavelmente unida ao funcionamento da ordem derrubada que, acreditavam, se desgraçaria mais ou menos rapidamente após o seu desmantelamento” (Altamirano, 2013, p. 62). Para os comunistas, portanto, a situação que emergia com o derrocamento de Perón não estava clara. Anteriormente, haviam se declarado contrários à saída golpista e, frente ao novo governo, oscilariam entre um apoio condicionado e a oposição. Entre 1955 e 1958, o PCA buscava, portanto, escapar à clivagem peronismo/antiperonismo.

Junto ao impulso antiliberal, Agosti inscreveria o projeto de distinguir entre uma tradição liberal e outra democrática na história argentina, mais uma vez apoiado sobre a cultura italiana, em referência a De Sanctis – lido através de Gramsci e de Togliatti – e sua diferenciação entre liberdade formal e material. *El mito liberal e Nación y cultura*, ambos de 1959, buscaram recuperar um filão da tradição democrática encarnado em Echeverría, Moreno ou Sarmiento, para assinalar que seriam em realidade figuras de ruptura com a tradição liberal oligárquica e oficial (Terán, 2013 [1991], p. 101). Segundo Carlos Altamirano (1998), até 1960 se poderia dizer que a esquerda argentina fora reformista ou liberal-democrática. Tanto o Partido Comunista quanto o Partido Socialista não estavam interessados em saídas revolucionárias para a situação política no país. Mesmo as mudanças globais, de alcance anticapitalista, anunciadas em seus programas, seriam alcançadas via eleições. No entanto, havia já diferenças importantes em torno dos *sentidos do peronismo* (Altamirano, 1998, p.20).⁷⁸

O problema posto no centro da cultura comunista de então foi, sobretudo, o de interpretar o peronismo de modo independente aos liberais. Confluyente à tese de Terán, Altamirano argumentou haver nesse período uma virada na cultura política e intelectual da esquerda – com a ressalva de ter sido percebida mais na cena ideológica e nos aparatos de cultura, do que no campo político e sindical, onde se mostrava débil (Altamirano, 2013, p. 68). Para o autor, a ressignificação do peronismo teria se encadeado a uma atividade de ressignificação mais geral, “que se imprimirá no campo da esquerda corroendo, e finalmente, deslocando ao passado ou ao reino do erro, representações durante muito tempo dominantes neste campo” (ibid. p. 68).

⁷⁸ Sobre os “dilemas do peronismo” no ambiente de esquerda cf. Altamirano, 2011; no caso específico do Partido Comunista Argentino, cf. Amaral, 2008.

Foi neste contexto que, através de artigos publicados nos *Cuadernos de Cultura*⁷⁹ – a publicação cultural dos comunistas sob direção de Agosti –, se amadurecia a hipótese da situação italiana e sua atmosfera fascista⁸⁰ ser “algo análoga” à situação argentina, em especial na compreensão do fenômeno peronista.⁸¹ Em retrospectiva, questionou Aricó:

Se Gramsci buscava nas complexas estruturas do passado as premissas e condições do presente fascista, não deveríamos fazer a mesma coisa para compreender as razões da afirmação do peronismo? Se, da análise da história da Itália, da crítica do *Risorgimento* e do Estado que dele surgira, emergia com clareza a responsabilidade das classes dirigentes tradicionais, será que nós, comunistas, podíamos continuar a ser prisioneiros de uma lógica política que nos situava objetivamente ao lado daquelas forças conservadoras que se opunham a uma transformação radical daquela ordem econômico-social que havia constituído, no fundo, a premissa e a condição para a vitória do peronismo? (Aricó, 1993 [1985], p. 34).

Para o projeto de renovação teórica, Agosti não podia contar com seus velhos interlocutores que, por sua formação, pouco podiam aportar à definição de uma linha teórico-política que permitisse aos comunistas estabelecer-se com um espaço diferenciado no campo cultural argentino (Petra, 2017, p. 316). Por isso, rodeou-se de jovens como Juan Carlos Portantiero e os cordobeses José María Aricó e Hector Schmucler. Agosti estava consciente de que estava em curso um novo acomodamento do campo ideológico e político e buscou articular uma resposta dentro do partido.

Nesse sentido, organizou um número especial em 1960 nos *Cuadernos* dedicado ao que se denominava “neoesquerda”. Em sua contribuição, Portantiero (1960, p. 59) entendia o novo fenômeno como a “atitude mental das camadas médias urbanas que desde os últimos anos do peronismo haviam experimentado uma maior consciência dos problemas nacionais e latino-americanos”. Esta adesão teria sido absorvida pelo

⁷⁹ Criada em 1950 por iniciativa de Rodolfo Ghioldi, participa da direção desde 1952 Héctor Agosti, junto a Julio Luis Peluffo e Roberto Salama. Ao longo dos primeiros quinze anos, a centralidade temática da literatura na revista foi total (Petra, 2017, p. 135). Até os primeiros anos da década de 1960, quando se produziram as discussões que terminaram com a expulsão dos discípulos de Agosti que passaram a editar em Córdoba a revista *Pasado y Presente*, foram as polêmicas literárias as que definiram o campo de conflito entre os intelectuais comunistas (ibid., p. 137).

⁸⁰ Segundo Aricó, dois artigos se destacariam nesse sentido. O primeiro seria o de Fabrizio Onofri, em “Exame de consciência de um comunista”, sobre a difícil iniciação de um intelectual que, nos anos do fascismo, tentava se ligar ao povo e que finalmente obtinha sucesso por meio do Partido Comunista (Aricó, [1985] 1993, p.33). Para Aricó, foi irresistível identificar na atmosfera própria do fascismo do qual falava Onofri os “duros anos do primeiro governo peronista” (ibid., p. 33). Já o segundo ensaio era o de Togliatti, “O antifascismo de Antonio Gramsci”, que além de dispor de uma reconstrução do pensamento e da ação de Gramsci antes de sua detenção, teria apresentado “problemas similares aos nossos” (ibid., p. 33).

⁸¹ Desde o princípio, segundo relata Altamirano, socialistas e comunistas identificaram os signos do fascismo na iniciativa que, desde o interior de um regime militar nacionalista, começava a disputar a orientação dos sindicatos. Ao longo dos anos 1940 os comunistas passam da fórmula “nazi-peronismo” ao apontamento mais ponderado de “elementos fascistas no poder” e, depois de 1952, a buscar uma aproximação ou mesmo unidade ao peronismo (Altamirano, 2013, p. 25-28).

“frondizismo”, que teria representado uma saída política para setores médios que cresceram a partir do limitado desenvolvimento industrial do país. Dada a frustração com a experiência de Frondizi, a “sentimentalidade neoesquerdista” encontraria continuidade com o advento da Revolução Cubana, entendida por Portantiero, portanto, como um dado positivo da política argentina. Já Agosti colocava o problema em termos teóricos, advertindo que a neoesquerda seria também um neomarxismo, apresentando fundamentos diferentes, quando não contrários, ao marxismo-leninismo soviético e que, portanto, seu perigo iria mais além da conjuntura argentina. Conviviam na figura de Agosti gestos de heterodoxia, na abertura ao marxismo italiano e às inquietações dos mais jovens, e de ortodoxia, na indisposição a levar adiante questionamentos que pudessem comprometer aspectos nodulares da cultura política e tradição marxista na qual havia se formado.

A relação entre Agosti e a nova geração de inspiração gramsciana sob sua liderança encontraria uma situação limite com o debate aberto por Oscar Del Barco acerca da “concepção de objetividade” na obra de Gramsci, publicado no número cinquenta e nove dos *Cuadernos de Cultura*.⁸² O ensaio fazia uma exposição crítica do que Gramsci denominava “materialismo metafísico”, presente no manual de sociologia de Bukharin e defendia uma “solução gramsciana” ao problema:

... o objetivo é sempre o “humanamente objetivo” ou, dito de outra maneira, “o historicamente subjetivo” (que é equivalente ao “universalmente subjetivo”). Agora, se o homem tem um conhecimento objetivo, na medida em que esse conhecimento é “real para toda o gênero humano *historicamente* unificado em um sistema cultural unificado” e se, por outro lado, a unificação da humanidade em *uma* cultura só pode ocorrer com a supressão das contradições que separam a sociedade, tornando-a desgraçada, fica evidente o caráter político da luta pela objetividade na medida em que depende do sucesso ou não da unificação social (...) Isso não significa negar a nós mesmos a problemática da consciência, mas a tentativa de localizar o problema em seus diferentes planos (condição *sine qua non* para resolver seus problemas intrínsecos), pois somente através da consciência nos é dada a “objetividade” e a história, e a consciência reduz tudo a si mesma como princípio do conhecimento, como começo do humano como excelência (Del Barco, 1962, p. 36-37, *grifos do autor*).

O conceito gramsciano de objetividade se distanciava das teorias leninistas do reflexo, ou seja, da ideia de que a consciência humana ao conhecer a realidade que lhe é exterior refletiria no pensamento essa realidade. Embora estivesse vinculado

⁸² Na visão de Burgos, embora se tratasse de um debate filosófico, haveria já aqui uma motivação política clara – “forçar a abertura de espaços para uma reflexão mais ajustada aos novos ventos que sopravam a partir da crítica kruschoviana à era stalinista e, na América Latina, a partir da Revolução Cubana” (Burgos, 2004, p.53).

individualmente a Del Barco, os argumentos já apresentavam tons coletivos, como recordou Aricó:

Recordo as circunstâncias prévias ao envio do artigo a *Cuadernos de Cultura*. Para o grupo cordobês era uma maneira de provar até onde podia debater-se problemas ideológicos ou não ideológicos no interior do partido. Não era uma preocupação estritamente gnoseológica o que estava em jogo, mas a possibilidade de levar adiante uma crítica sobre muitas outras coisas, mas no fundamental sobre uma política, sobre uma forma de concebê-la e um modo de praticá-la (...). Gramsci foi um caso ideal, porque pôs à prova um sistema defensivo no ideológico que deveria ser corroído se alguém realmente quisesse estimular alternativas de mudança (a famosa “curva à esquerda” do peronismo) (Aricó, 2005 [1988], p. 210).

Uma nota ao final do ensaio resguardava o comitê de redação e indicava que haveria uma resposta.⁸³ Nos próximos números da revista, se deu um “ajuste de contas” com as posições gramscianas presentes nos próprios textos do PCA e que poderiam conduzir à negação do “materialismo” (Olivieri, 1962, p.29-30). Isto significava, na língua comunista da época, que seriam conduzidos inevitavelmente para fora do partido (Burgos, 2004, p. 58). No número sessenta e três dos *Cuadernos de Cultura*, a direção do partido encerrou a discussão com a publicação conjunta de uma réplica de Del Barco e de uma crítica institucional que requisitava do cordobês “uma autocrítica militante”. Um mês antes da publicação deste número, se lançava em Córdoba a primeira *Pasado y Presente – revista trimestral de ideologia e cultura*, ainda como parte de um movimento de renovação partidária e transformação interna liderado por Agosti, e que reunia além de Del Barco, Samuel Kieczkovsky, Héctor Schmucler e José Aricó. Seguindo pistas de Agosti e aprofundando a crítica de Del Barco, a primeira edição era lançada com um editorial assinado por Aricó. O conteúdo da revista não foi bem recebido pelo PCA e o grupo liderado por Aricó em Córdoba e por Portantiero em Buenos Aires foi expulso do partido em 1963. Deixando para trás a vinculação institucional com o PCA, a revista *Pasado y Presente* se formou, segundo o ponto de vista retrospectivo de Aricó, mais como um grupo “marcado pela dilatação extrema do pensamento e da ação política de esquerda do que um núcleo formador de uma tradição de pensamento” (Aricó, 2005 [1988], p.101).

A identidade de “gramscianos argentinos” foi dada, segundo argumentou Aricó (2005 [1988], p.92), por Ricardo Videla – possível pseudônimo de Ernesto Laclau (ibid.,

⁸³ “Os conceitos apresentados neste ensaio desencadearam discussões na redação de *Cuadernos de cultura* e no Comitê de Estudos Filosóficos do Partido Comunista, para o qual foi devidamente encaminhado. Portanto, consideramos conveniente encarregar uma resposta de um membro da referida comissão, que publicaremos em uma edição futura da revista” (*Cuadernos de Cultura*, 1962, n. 59, p. 41).

p.93) – em artigo para a revista *Izquierda Nacional* de outubro de 1963. Embora curto, o denso artigo permite reconhecer o complexo ambiente cultural da intelectualidade de esquerda na época. A “nova corrente intelectual de inspiração gramsciana na Argentina” surgia num contexto marcado por conflitos entre “os velhos esquemas do liberalismo”, “as fetichizações abstratas do irracionalismo e do cientificismo” e pelo “dogmatismo stalinista” (Videla, 1963, p.22). Debatia “inutilmente” sem encontrar respostas uma geração que buscava “no passado as raízes do presente e que, entre numerosas dificuldades” indagava quais eram “as causas mais profundas do fracasso dos velhos dirigentes” (ibid., p.22). As posições divergentes eram múltiplas e os pontos de vistas os mais diversos – do maoísmo ao “gramscianismo”.

A crise geral decorria da negação em “compartilhar responsabilidade de um passado” que então se “voltava contra seus artífices” (ibid., p.22). Nesse sentido, os “gramscianos argentinos” eram tidos como parte de um processo de esclarecimento que dividia a intelectualidade marxista e que se manifestava na Argentina “em termos de autoconsciência do fracasso da direção do Partido Comunista, ou seja, como crítica interna do mesmo e aplicação consequente do exemplo dado por Gramsci na Itália” (ibid., 23). O problema central a se resolver era o da “reinterpretação de todo o pensamento argentino desde e com o marxismo” e a questão mais importante era até onde iriam os gramscianos argentinos, cuja resposta parcial era indicada a depender “da influência que como grupo de opinião poderiam exercer” (ibid., p.23).

No editorial que abriu *Pasado y Presente*, Aricó traçava um panorama das revistas culturais argentinas, que cumpririam na sociedade moderna “um papel semelhante ao do Estado ou dos partidos políticos” (Aricó, PyP 1, 1963, p. 9). Nesta linhagem, à qual se pretendia dar continuidade, estariam *Nosotros*, *Revista de Filosofía*, *Martin Fierro*, *Claridad* e *Sur*, com destaque para *Contorno*, considerada a “revista mais avançada do que se pode chamar esquerda independente argentina” (Aricó, PyP 1, 1963, p. 10). *Contorno* teria assumido o objetivo de estruturar uma nova relação ideológica-moral com o conjunto da realidade nacional em busca das raízes dos problemas argentinos, aspirando uma “síntese reparadora” entre as massas dirigidas ideologicamente pelo peronismo e a nova classe dirigente em gestação que militava nas fileiras do frondizismo (Aricó, PyP 1, 1963, p. 10). Não parecia haver espaço no texto de Aricó para *Cuadernos de Cultura* – que embora não fosse endereçada diretamente, poderia ser entendida como parte da esquerda marxista-leninista, vista como “absolutamente estrangeira à nossa realidade” (Aricó, PyP 1, 1963, p. 10).

*Contorno*⁸⁴ era componente do que *Cuadernos* havia entendido como “neoesquerda”, sendo na Argentina a maior expressão da chamada “teoria do compromisso” influenciada na obra de Jean-Paul Sartre. Beatriz Sarlo assinalava que a revista foi um ponto de guinada na história cultural argentina:

Uma dúzia de jovens universitários, que serão logo escritores e políticos, irrompem com violência, dispostos a ajustar contas com os lados que dividiam a ideologia argentina: peronistas e antiperonistas, nacionais e liberais, oportunidades e profetas. Eles foram chamados de parricidas, mas junto à consideração crítica do passado e dos “mestres”, elaboraram as linhas de um programa de síntese, que mostrará seus acertos e seus limites nas décadas posteriores (Sarlo, 1981, p. 3).

Segundo Oscar Terán (2013, p. 86), esta recolocação do fenômeno peronista implicou uma redefinição da franja crítica dentro do espectro político-cultural e conformou um dos traços centrais do nascimento da nova esquerda argentina no campo intelectual. A revista publicou dez números no período após a experiência peronista, encerrando em meio ao frondizismo – entre novembro de 1953 e abril de 1959. Para Aricó, o desaparecimento em plena era frondizista teria expressado o naufrágio de uma esperança, a quebra de uma ilusão impossível na Argentina de então, e ao mesmo tempo um claro índice das limitações presentes na “autonomia política” do proletariado e da ainda fraca capacidade intrínseca de captação que possuía a filosofia da práxis (Aricó, PyP .1, 1963, p.10). A despeito disso, a experiência de *Contorno* convidaria os integrantes de *Pasado y Presente* à crítica de uma ilusão que os obrigaria também responsabilidades:

A criação de pontes que permitam estabelecer um ponto de passagem entre o proletariado e os intelectuais, entre o proletariado e seus aliados naturais, a conquista de uma corrente concreta que englobe classe operária e camadas médias, de uma *totalidade* que não exclua aos outros setores destinados a conformar o bloco histórico revolucionário, é ainda um objetivo a alcançar (Aricó, PyP .1, 1963, p.10, *grifos do autor*).

Pasado y Presente assumia, assim, o objetivo de dar continuidade à “teoria do compromisso”, “conscientes do papel que devem jogar no plano da ideologia e responsáveis do profundo sentido político que tem de projetar todo seu trabalho coletivo” (Aricó, PyP .1, 1963, p.11). A revista deveria ser um efetivo centro unitário de confrontação e elaboração ideológica de todas as forças que se colocassem a necessidade impostergável de uma renovação total da sociedade argentina (Aricó, PyP .1, 1963, p.11). O contexto marcado por uma “cisão geracional”, que seria tema de Terán e Altamirano

⁸⁴ Integravam a revista David e Ismael Viñas, Ramón Alcalde, León Rozitchner, Noé Jitrik e Juan José Sebreli.

em debate sobre a “nova esquerda”, era perceptível no editorial de apresentação da *Pasado y Presente*:

Ninguém pode negar que estamos testemunhando hoje na Argentina o amadurecimento de uma geração de intelectuais que trazem consigo diferentes instâncias e demandas e que tendem a se expressar na vida política com sotaques particulares. Não queremos examinar aqui o conjunto de eventos que levaram a esse amadurecimento. Será objeto de entregas futuras elucidar como se foi abrindo um abismo cada vez mais profundo entre a visão otimista e retórica de uma Argentina fictícia e irreal, que a cultura “oficial” se esforçou para instilar em nós e a lucidez conceitual, a crescente aptidão para descobrir as causas reais da crise nacional que vem adquirindo esta nova geração. Desejamos apenas reivindicar a validade intrínseca do novo “tom” nacional, do poderoso exemplo em que ele aporta para transformar a ação (Aricó, PyP 1, 1963, p. 2).

Embora levassem adiante uma série de questões colocadas por Agosti no debate cultural argentino e também por *Contorno*, os intelectuais vinculados à revista gramsciana se viam em um contexto intelectual marcado pela ausência de uma tradição que não estivesse associada, por um lado, às vertentes nacional-populares e, por outro, ao discurso marxista-leninista. Os primeiros se fundamentariam no argumento da “excepcionalidade” da realidade nacional e os segundos teriam no marxismo uma verdade universal, para o qual a realidade não podia ser “senão a manifestação de tal verdade, um mero epifenômeno” (Aricó, 2005 [1988], p.99).

Isto teria justificado, sob o olhar posterior de Aricó, o deslumbramento com o qual ele e seus pares receberam as propostas políticas e estratégicas elaboradas pelos comunistas italianos – com destaque às Teses de Lyon:

Ali havia uma maneira de situar-se frente aos problemas, uma forma de construir a ação política que nós devíamos de algum modo adotar. É verdade que em tudo isto houve de nossa parte muita ingenuidade, limites teóricos e inexperiência política, mas devemos recordar o fato de que estávamos frente à necessidade de desandar um caminho para recorrer outros sem nenhum mestre que nos guiasse, sem tradições para nos apoiar, sem uma corrente ideal ou suficientemente ampla e diferenciada como para corrigir na própria ação política uma inexperiência que nos era congênita (ibid., p.101).

Eles tinham encontrado no marxismo italiano, particularmente em Gramsci, um ponto de apoio, uma base sólida a partir da qual podiam se estabelecer sem abrir mão dos ideais socialistas.⁸⁵ Ao longo dos anos 1960, os argentinos gramscianos aprenderam a

⁸⁵ Gramsci acompanhou, de certa forma, a invasão do neorealismo italiano na Argentina, e através de algumas publicações, do Cinema Novo em especial. Aricó e seus colegas acompanharam as discussões italianas sobre estética e problemas culturais. Leram Vittorini e puderam reconstruir na *Cronache di poveri amanti* de Pratolini a tragédia que o fascismo significou para o mundo popular, subalterno. Traduções de Attilio Dabini lhes permitiram descobrir Carlos Levi, e seu *Cristo si è fermato a Eboli* lhes evocou a

língua italiana, leram a obra de Gramsci, traduziram-na e publicaram um abundante material interpretativo que chegou a eles a partir da Itália. Já no primeiro número, a seção intitulada “Polemica” apresentava traduções de Aricó para sete artigos originalmente publicados na revista *Rinascita*, de junho-novembro de 1962, voltados a questões filosóficas do marxismo e escritos por figuras importantes do ambiente intelectual e político italiano do PCI. Ao todo, somaram-se quinze traduções da língua italiana na trajetória da revista, conforme se pode observar no Anexo 1 (tabela 1).

A intenção em buscar um clima plural de discussão de ideias políticas não se restringiu aos italianos, já que incorporava também o debate francês (Ver Anexo 1, tabela 2), dando continuidade às abordagens antes dirigidas pela *Contorno*. Já no segundo-terceiro volume apareciam as primeiras traduções de artigos originalmente publicados na *Les Temps Modernes*, de fevereiro de 1962, ambos traduzidos por Maria Poyrazian. Da revista francesa, dois outros artigos seriam traduzidos nos números sétimo-oitavo de outubro de 1964 e março de 1965. Entre as traduções do francês, destaca-se a realizada por César U. Guiñazú do texto de Sartre, “Lumumba y el neocolonialismo” para os números cinco-seis de 1964 e o registro de mesa redonda sobre o livro *L’Afrique noire est mal partie* organizada pelo periódico *Démocratie Nouvelle*.

Na descrição das fontes fica claro como na revista argentina há um esforço não só de tradução do marxismo italiano e europeu pensando os problemas argentinos, como também com a questão latino-americana. No quinto-sexto número, a primeira contribuição brasileira era assinada por Arthur Giannotti, o que permaneceu assegurada no número seguinte com um texto de Fernando Henrique Cardoso. Isto resultava não só na presença de brasileiros marxistas preocupados com questões similares na época, como também na atenção voltada a Cuba e ao castrismo, tema que seria explorado em diversos números.⁸⁶

Na última edição da primeira fase, de abril-setembro de 1965, a psicanálise aparecia como tema em artigo de Oscar Masotta sobre Jacques Lacan e a literatura era comentada por Hector Schmucler, que desde o primeiro número atuava como secretário de redação. Aricó e Portantiero, por sua vez, possuíam artigos de cunho mais analítico

existência, em seu próprio país, de povos que se apegavam com dignidade a suas culturas primitivas (Aricó, 2005 [1988], p. 94).

⁸⁶ Ver, por exemplo, nos números 5-6, a reprodução do debate originalmente publicado em *Cuba Socialista* entre Charles Bettelheim e Ernesto Che Guevara sobre os problemas de desenvolvimento econômico em Cuba e, sobre o mesmo tema, artigo de José Aricó na sétima-oitava *Pasado y Presente*, de outubro 1964 - março 1965.

voltados aos problemas políticos e culturais argentinos e latino-americanos. Após oito anos, a revista ressurgiu em 1973 e o editor passava a ser José Aricó, posto antes ocupado por Oscar Del Barco. Os dois números deste ano foram lançados com forte conteúdo político e militante, expressando o giro ao peronismo radical do grupo. Gramsci permanecia como referência, e já no primeiro número se notava a intenção de retomar seus textos pré-carcerários com a única tradução publicada na segunda fase, “Democracia operária e socialismo”. Sobressai-se, dentre todos os intelectuais que circularam nestas publicações, a presença marcante de Aricó, que contribuiu em maior número, com seis artigos à revista, além de grande parte das traduções, seguido de Portantiero, Schmucler e Oscar del Barco com quatro artigos cada. No Anexo 1 (tabela 3), registra-se os principais articulistas em número de publicações, tendo registrado ao menos três artigos.

Os nove números da primeira fase da revista argentina *Pasado y Presente* foram lançados de modo trimestral entre 1963 e 1965, sendo os dois últimos publicados entre abril e dezembro de 1973. Organizada em seções dedicadas a problemas teóricos e do mundo contemporâneo, de intervenção conjuntural e de crítica, trinta por cento de todo material publicado na primeira fase da revista foi composto por traduções (como vimos, em grande parte provenientes do marxismo italiano). Este movimento de ideias acompanhou a observação de uma série de fenômenos que se encontravam anteriormente “fora de lugar” na esquerda argentina: a questão dos intelectuais, da cultura, da relação entre Estado, nação e sociedade e do papel do partido dentro de um bloco de forças populares. A revista *Pasado y Presente* seguiu, assim, um roteiro sem manuais, caracterizado pela própria experiência prática e pela conjuntura política, marcada inicialmente pelas tensões desenvolvidas em meio ao partido comunista, mas também em polêmica com as vertentes nacional-populares que tinham no peronismo sua expressão mais acabada.

A história do coletivo expõe, de um determinado ponto de vista, a própria história política da Argentina, conforme mostraremos no próximo capítulo; inclusive através das opções interpretativas e nas ênfases diferenciadas da obra de Gramsci. Seguindo a argumentação de Burgos (2004),⁸⁷ é possível identificar três fases importantes nesse sentido. A primeira, que tem início em abril de 1963, foi marcada pela temática

⁸⁷ Gaido e Bosh Alessio (2014) utilizam uma outra periodização para compreender o grupo *Pasado y Presente* através de suas orientações políticas. Para os autores, tratar-se-ia de uma primeira fase guevarista (1963-1965), uma segunda fase maoísta (1965-1969), uma terceira peronista (1970-1973) e uma quarta fase considerada radical (1976-1989).

gramsciana do nacional-popular e teve como objetivo fundamental pensar o complexo fenômeno peronista (Burgos, 2004, p.17). A segunda, por sua vez, passou a ser delineada com o golpe de estado de junho de 1966, quando os gramscianos argentinos passaram a construir sua estratégia de intervenção cultural na política – particularmente com o objetivo de transformação da cultura marxista – consagrada em 1968 com o projeto dos *Cuadernos de Pasado y Presente*.⁸⁸ Nesta fase, Gramsci apareceu como um mediador de um diálogo com o universo marxista heterodoxo, que foi editado e difundido amplamente nos *Cuadernos* (ibid., p.17). Já em 1973, a revista vinculou-se ao projeto de formação de uma tendência de esquerda socialista no interior do movimento peronista. O centro da reflexão teórica passou a se concentrar no Gramsci dos conselhos de fábrica, em uma tentativa de fundir o movimento revolucionário das novas organizações de esquerda com o movimento mais avançado da classe trabalhadora (ibid., p.17-18).⁸⁹

Gramsci e o comunismo brasileiro: a formação de *Presença*

Embora os escritos de Gramsci tenham sido submetidos a múltiplas leituras por distintos grupos de esquerda no Brasil, nos interessa observar em especial os efeitos que promoveu na cultura comunista, em meio à qual se originou o grupo de intelectuais do coletivo editorial de *Presença*.⁹⁰ Embora esporádicas as referências a Gramsci no partido comunista até os anos 1960, dois precedentes merecem atenção. Assim como na Argentina, o trauma internacional aberto pelas denúncias de Stalin gerou uma crise entre os brasileiros, o que – junto aos efeitos do suicídio de Getúlio Vargas em 1954 – acarretaria na “Declaração de março de 1958”. Este seria o ponto de partida de uma incipiente “linha democrática” ou de “renovação” no partido, teses que serão retomadas pelos intelectuais da *Presença*.

Mesmo antes das denúncias de Kruschew, já era possível observar alguma inflexão na cultura de esquerda baseada na visão de que o Brasil estaria sob risco iminente de ser

⁸⁸ Foram noventa e oito volumes *Cuadernos Pasado y Presente* publicados sucessivamente em Córdoba (até 1971), Buenos Aires (até 1976) e México (até 1983). Os lugares de edição dão conta de uma trajetória marcada ao mesmo tempo pela migração política e pelo exílio.

⁸⁹ É interessante notar que, ao contrário da própria produção cronológica de Gramsci, os argentinos tenham chegado ao final de sua empreitada aos seus escritos juvenis – pesquisas recentes mostram que há nesta fase do pensamento gramsciano já uma intensa atividade crítica, o que matiza a divisão entre fases estanques da produção gramsciana, antes e depois do cárcere (cf. Mussi, 2015). A despeito disto, esta mudança de enfoque pode nos dar pistas sobre a mudança de posicionamento político dos intelectuais vinculados à revista.

⁹⁰ Para confrontar uma interpretação mais ampla sobre a entrada de Gramsci no Brasil e tensionamento das teses comunistas, ver Edmundo Dias, *O outro Gramsci* (1996).

colonizado, completamente imerso numa relação de dependência com o imperialismo norte-americano e cujos governos, mesmo o segundo governo Vargas, deveriam ser considerados de “traição nacional” (Santos, 2007, p. 200). Após a morte de Vargas, e especialmente com a eleição de Juscelino Kubitschek, o comitê central do partido pareceu se aproximar da compreensão de que a vigência das liberdades democráticas seria o melhor caminho para a luta pela democracia política (ibid., p. 204).⁹¹ Quando, em 1956, chegaram as primeiras notícias do XX Congresso do PCUS, se intensificou o processo de crise político-ideológica que culminaria na “Declaração...”.

Depois de dirimidas as dúvidas sobre a autenticidade do documento publicado na imprensa burguesa, houve uma vaga de críticas aos dirigentes (Secco, 2017, p. 125). Na imprensa comunista abriu-se um debate livre como não se via desde os anos 1920 (ibid., p. 126). O PCB dividiu-se entre renovadores, conservadores e, depois, um centro assumido por Luís Carlos Prestes (ibid., p. 126). Em nível diferente do caso argentino, a crise do stalinismo no Brasil também foi acompanhada pela influência do comunismo italiano, conforme se vê nos informes de Togliatti, e nas resoluções do comitê central do PCI, publicados na *Voz Operária*,⁹² o que pode ter sido “o elemento inicial de maior estímulo à reflexão no interior do PCB”, segundo Santos (1988, p. 100).⁹³ Um detalhe importante deste contexto, segundo destacou Secco (2017, p. 126), é que a luta interna envolveu a disputa pelo aparato editorial. Muitos renovadores saíram derrotados e outros, críticos do revisionismo, fundaram o Partido Comunista do Brasil (PC do B). O diretor do *Voz Operária* foi demitido e os jornalistas não aceitaram o novo diretor. Em 1957,

⁹¹ Segundo Santos, as mudanças seriam principalmente três: “a) Pressionados pelos acontecimentos, os comunistas são forçados a reconhecer diferenciações nas forças políticas presentes na conjuntura; b) começaram a ver à frente a possibilidade de participar de uma coalizão democrática, bem diversa da FDLN; c) passam a valorizar as liberdades democráticas cada vez mais como via privilegiada para obter a conquista das reivindicações populares” (Santos, 2007, p. 203).

⁹² Em lugar do desencanto a ser abafado pela firmeza diante das “intrigas imperialistas”, o PCI verá o XX Congresso como um estímulo para sair da passividade, do burocratismo e do formalismo dos muitos anos de stalinismo (Ver, por exemplo, *Voz Operária* de 21/04/1956).

⁹³ Registre-se também a troca de correspondências de comunistas brasileiros, como Astrojildo Pereira e Caio Prado Jr., com Héctor Agosti – pode-se observar que recebiam regularmente os *Cuadernos de Cultura* nos anos 1950 e que, por isso, conheciam Gramsci (Secco, 2002, p. 26; Pericás, 2016, p.63-64). Coutinho destaca, entretanto, a completa ausência de referência à sua obra nos escritos de Pereira e Caio Prado, bem como na obra do historiador Nelson Werneck Sodré (Coutinho, 2007, p. 153). Sobre a relação entre os gramscianos brasileiros e argentinos com Caio Prado Jr., destaca-se o livro de Luiz Bernardo Pericás, *Caio Prado Júnior: uma biografia política* (2016). No capítulo “Leitores (e leituras) de Caio Prado Júnior”, o autor explora inicialmente a polêmica aberta por Carlos Nelson Coutinho de que Prado Jr. não conheceria “bem o marxismo”. Entre os livros encontrados na biblioteca do marxista paulistano, Pericás destaca haver os principais nomes de esquerda do século XX, dentre eles Antonio Gramsci, os intelectuais do PCB e os gramscianos argentinos. Embora ressalte a troca de cartas entre Caio Prado Jr. e Carlos Nelson Coutinho, Pericás mostra como curioso o impacto das ideias de Antonio Gramsci teria vindo através da obra de Hector Agosti, com quem também se correspondeu (Pericás, 2016, p.63-64).

Agildo Barata os levou consigo (Secco, 2017, p. 126). Embora tudo isso tivesse impactado financeiramente o PCB, a revogação do pedido de prisão de seus dirigentes e a quase legalidade em que atuou depois de 1958 lhe garantiriam o aumento da influência de massas, embora não da militância (ibid., p. 126).

Nesse sentido, a “Declaração de Março de 1958” foi uma alteração importante na orientação do partido, ainda que não tivesse alterado a metodologia de democracia interna partidária (ibid., p. 126). Ainda sem uma teorização sobre o país urbanizado e moderno dos anos 1950, a proposição que abriu o texto de 1958 rompia com a visão do país como uma formação estagnada:

Modificações importantes têm ocorrido, durante as últimas décadas, na estrutura econômica que o Brasil herdou do passado (...). Nos quadros dessa estrutura atrasada, foi-se processando um desenvolvimento capitalista nacional que constitui o elemento progressista por excelência da economia brasileira. Esse desenvolvimento inelutável do capitalismo consiste no incremento das forças produtivas e na expansão, na base material da sociedade, de novas relações de produção, mais avançadas (PCB, *Voz Operária*, 1958).

Sob distintos ângulos, a “Declaração de 1958” foi vista como ponto de inflexão da cultura comunista no Brasil. Ela reiterava a visão da revolução brasileira em duas etapas; indicava o caminho das lutas pelas reformas estruturais, como meio de intensificar o desenvolvimento capitalista e precipitar a primeira etapa da revolução; definia o governo Kubitscheck não como de traição nacional mas fruto de composição heterogênea, na qual o presidente oscilava entre a ala “nacionalista” (à qual se devia dar apoio para garantir sua hegemonia) e a ala “entreguista”; e apontava o caminho pacífico para a revolução (Santana, 2001, p. 93). Entendida como início de uma “primeira renovação pecebista” (Santos, 1988), só então o PCB passava a reconhecer que o capitalismo de fato se desenvolve, que o faz por trilhas não previstas e que, com ele, se afirmaria uma tendência democratizante do regime político (PCB, *Voz Operária*, 1958). Conforme sublinhou Gildo Marçal Brandão, a partir daí o partido começou a distinguir entre Estado, regime e governo, reconheceu a complexidade das bases de sustentação do Estado, a pluralidade dos interesses nele representados, a sua autonomia relativa e traçou uma linha de conduta que evitava tomar o governo e as “classes dominantes” como um mesmo bloco (Brandão, 1997, p.244-245). Na visão dos comunistas, caberia a tarefa de intensificar o apoio aos “setores progressistas” e derrotar os “entreguistas” (Santana, 2001, p. 93). Ou seja, havia na “Declaração...” o entendimento de que o desenvolvimento capitalista nacional constituía um elemento progressista. O elemento a se reter, aqui, era a expectativa que a evolução capitalista levasse, por si só, a uma maior democratização

da sociedade, “por isso, a política de alianças deveria abranger os políticos nacionalistas de diversos partidos e ter como base militar o ‘setor nacionalista das Forças Armadas’” (Secco, 2017, p. 127).⁹⁴

Logo no primeiro número da revista *Presença*, Werneck Vianna destacava que, contrária a uma orientação “revolucionarista”, a “Declaração de Março de 1958” “importou uma mudança de rumos, embora ambígua e contraditória, que alinhou o movimento dos comunistas em relação à democracia política e que interrompeu – mas não a retórica – o sectarismo revolucionarista, conspiratório e golpista” (Vianna, P.1, 1983, p. 147). A afirmação da linha democrática e de uma política orientada para as massas, segundo Vianna, “entrou em viva contradição com a antiga noção de um partido de quadros encapsulado numa lógica de máquina que o isolava política e socialmente, centrado para agir numa ‘hora final’, às vésperas da qual se vivia” (Vianna, P.1, 1983, p. 147). Faltaria ainda nos anos 1950 um tratamento para os intelectuais, que deveriam ser compreendidos em sua especificidade de estrato, bem como uma compreensão sobre as transformações que a sociedade vinha passando desde 1955 (Vianna, P.2, 1984, p. 60).

A “Declaração de 1958”, embora lançasse as bases de uma estratégia democrática, não teria sido suficiente para fundar uma nova teoria do Brasil, “arrojada o bastante para reavaliar a visão niilista – tanto do capitalismo e do liberalismo como da democracia – que marca a ação política e a reflexão teórica de esquerda no país” (Brandão, 1997, p. 246). Embora o documento falasse em “hegemonia do proletariado”, a declaração afirmava um lugar de submissão do PCB à burguesia, proibindo palavras de ordem radicais (Secco, 2017, p. 127). Como resposta às mudanças do XX Congresso do PCUS, a declaração se opunha simultaneamente á “degenerescência revisionista e ao sectarismo dogmático” (ibid., p. 128). Mesmo após 1958, portanto, prevalecia a defesa de uma revolução anti-imperialista e antilatifundiária, a qual deveria contar com o apoio de uma burguesia progressista (Bianchi, 2016b, p. 121). Apesar de assumir que entre o proletariado e a burguesia haveriam interesses contraditórios, estes seriam secundários:

O proletariado e a burguesia se aliam em torno do objetivo comum de lutar por um desenvolvimento independente e progressista contra o imperialismo norte-americano. Embora explorado pela burguesia, é do interesse do proletariado aliar-se a ela, uma vez que sofre mais do atraso do país e da exploração

⁹⁴ Secco (2017, p. 127) ressalta também a inspiração maoísta do documento: “Parece surpreendente porque Mao Tsé-Tung não era muito lido no Brasil. Seus textos não deixavam de ser ambivalentes ao teorizar um método de luta armada ao lado da afirmação de objetivos não imediatamente socialistas. Ele preconiza a aliança com a burguesia nacional, reafirma o primado da classe operária e do ‘seu partido’, cita Lênin e Stálin e ainda não se havia operado a ruptura entre China e URSS”.

imperialista do que do desenvolvimento capitalista (PCB, *Voz Operária*, 1958).

Combinava-se, portanto, um aspecto conciliatório – predominante na esfera do movimento operário, a fim de manter a luta dentro dos limites da reivindicação econômica – a um aspecto combativo, reservado à luta contra o capital estrangeiro, à política externa e à reforma agrária (Schwarz, 2008, p. 73). Baseados nessa perspectiva dualista, os comunistas brasileiros foram “atropelados” pelos acontecimentos de 31 de março de 1964, que mostravam que a burguesia brasileira não possuía interesse algum em uma “revolução nacional e antifeudal” (Bianchi, 2016b, p. 121). Junto às denúncias contra Stálin, o Golpe de 1964 conformou um trauma particular aos comunistas brasileiros. Só mais de um ano depois o partido lançaria as bases da resistência ao regime: reorganização dos quadros, acúmulo de forças, unidade de oposições e luta política (não armada).⁹⁵ Sem enfrentar o problema teórico-político posto por 1964,⁹⁶ esta linha de conduta, aliada à lógica etapista para construir o socialismo, permitiu ao partido fazer amplas alianças em nome de uma “frente única” nacional-popular, tática que se manteve como eixo da resistência comunista ao regime militar e permitiu a constituição de alianças com setores liberais e outras correntes de esquerda entre os anos de 1960 e 1970 (Napolitano, 2013, p. 317).

Apesar de alguns ajustes e vicissitudes, a linha do PCB não mudaria, em linhas gerais, até a crise da ditadura em fins dos anos 1970. Segundo Marcos Napolitano (2013), o resultado dessa conduta teria exacerbado uma característica histórica do partido: “seu esvaziamento progressivo no campo da política, compensado pela presença significativa entre intelectuais e artistas” (ibid., p. 318). Foi no âmbito cultural que a influência pecebista se mostrou mais forte. No intervalo entre o Golpe de 1964 e a decretação do AI-5 em 1968 – *período em que há relativa hegemonia cultural de esquerda no país*⁹⁷–

⁹⁵ Resolução Política do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro. *Voz Operária*, Suplemento Especial, maio de 1965. Disponível em: <http://www.fundacaoastrojildo.com.br/2015/2019/03/29/os-comunistas-e-o-golpe-de-1964-declaracao-de-maio-1965-do-pcb/>. Acesso em 09/12/2019.

⁹⁶ Como destacou Secco (2017, p. 128, *grifos do autor*), a queda de Krutchev em 1964 não alterou a linha política, mas revelava os limites do movimento comunista internacional: “*A desestalinização se dera no conteúdo e não na forma*: crimes foram denunciados, houve alguma liberdade artística limitada e o secretário-geral passou a depender mais do birô político e de toda a hierarquia burocrática, já que ninguém dispunha do poder pessoal de Stálin”.

⁹⁷ Conforme conhecida hipótese lançada por Roberto Schwarz: “O seu domínio, salvo engano, concentra-se nos grupos diretamente ligados à produção ideológica, tais como estudantes, artistas, jornalistas, parte dos sociólogos e economistas, a parte raciocinante do clero, arquitetos, etc. – mas daí não sai, nem pode sair, por razões políticas. Os intelectuais são de esquerda, e as matérias que preparam, de um lado, para as comissões do governo ou do grande capital e, de outro, para as rádios, televisões e jornais do país não são. É de esquerda somente a matéria que o grupo – numeroso a ponto de formar um bom mercado – produz

foram publicadas pela editora Civilização Brasileira, pela primeira vez, as obras de Gramsci no Brasil – espelhando, segundo Coutinho (2007), o clima de “ampliação do marxismo”.⁹⁸ Diferente da Argentina, o movimento de renovação que se observou nesses anos entre os intelectuais comunistas não foi promovido pelo partido que, entretanto, não teria colocado “obstáculos a seu encaminhamento por parte de alguns jovens intelectuais então ligados ao partido” segundo afirmação de um deles, Carlos Nelson Coutinho (2007, p. 154). Este primeiro ciclo gramsciano agiu sobretudo no domínio da cultura, não chegando a disputar a direção do PCB, que continuava a dar a última palavra nas questões propriamente políticas (Coutinho, 2007, p. 155). Adicione-se a edição do AI-5 em 1968, o que explicitaria e daria plena expressão à ditadura imposta em 1964, dando início a uma fase particularmente difícil à reflexão crítica e ao debate político produtivo (Nogueira, [1985] 1993, p. 129). Foi só em meados dos anos 1970, com a crise da ditadura e o fracasso da luta armada, que se abriu um “segundo ciclo gramsciano”,⁹⁹ caracterizado pela forte influência do eurocomunismo de Enrico Berlinguer, o secretário-geral do PCI que em 1977 defendera a universalidade da democracia.

Esse ciclo foi marcado pela abertura – antes editorial¹⁰⁰ que política – a interpretações da realidade brasileira por intelectuais pecebistas que utilizavam largamente conceitos gramscianos, particularmente o de revolução passiva. Em 1976, a primeira pesquisa publicada com essas características foi a de Werneck Vianna com *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Encarando – finalmente – o trauma de 1964, o livro abordou a modernização capitalista brasileira a partir das categorias de “revolução passiva”, “via prussiana”¹⁰¹ e “revolução pelo alto”. Lançava-se mão destes conceitos para expressar uma singularidade brasileira – a direção política do processo de

para o consumo próprio. Essa situação cristalizou-se em 1964, quando *grosso modo* a intelectualidade socialista, já pronta para prisão, desemprego e exílio, foi poupada” (Schwarz, 2008 [1969-70], p. 71-72).

⁹⁸ Afirmou Coutinho: “Não é, assim, por acaso que, nessa sua primeira incursão brasileira, Gramsci aparece quase sempre ao lado de Lukács e do Sartre da *Critique de la raison dialectique*: os três são apresentados como instrumentos privilegiados de uma batalha cultural certamente antidogmática, mas que se pretende ainda centrada substancialmente nos terrenos da filosofia, da estética e da crítica da cultura” (Coutinho, 2007, p. 154-155).

⁹⁹ Del Roio (2011, p.128) chama a atenção também para o fato do aparecimento da edição crítica dos *Cadernos* organizada por Valentino Gerratana em 1975.

¹⁰⁰ Em 1978 o volume das *Obras Escolhidas* de Gramsci foi publicado, traduzido por Manoel Cruz. Em 1981, Coutinho lançou seu pioneiro *Gramsci*, editando fragmentos dos *Cadernos* e onze textos do período pré-carcerário (Secco, 2017, p. 145).

¹⁰¹ “Via prussiana” havia sido o conceito elaborado por Lenin em sua abordagem da via específica do desenvolvimento capitalista e formação do Estado nacional na Alemanha, no qual os latifúndios feudais teriam se metamorfoseado lentamente em capitalistas, enquanto se dava a expropriação camponesa com apoio estatal. Cf. Lenin, V. *O programa agrário da socialdemocracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907* (Alternativa, 2002).

modernização não foi dirigida pelo “setor agrário mais desenvolvido em termos capitalistas (o agroexportador)”, que foi “desalojado do poder pelo menos desenvolvido” (Vianna, 1978 [1976], p.139). O domínio do aparelho do Estado por parte dessa “elite atrasada” vai lhe facultar um “percurso extremamente rápido no sentido de adoção de novos papéis econômicos, como o do empresário agrícola, do industrial ou do financista” (ibid., p. 139).

No artigo “Cultura e Sociedade no Brasil”, escrito entre 1977 e 1979, Coutinho recorria aos mesmos conceitos para afirmar a tendência objetiva de transformação social no Brasil a se realizar por meio da “conciliação pelo alto”. Neste caso, a inspiração gramsciana se via também no tratamento de outra questão – os intelectuais. Para ele, o reflexo ideológico da tendência brasileira de “conciliação com o atraso” seria a disposição ao “ecletismo”, ou seja, à conciliação igualmente no plano das ideias. Em sua visão, os intelectuais seriam “pressionados pela situação objetiva a confusas sínteses ecléticas” (Coutinho, 1990, p.48). Essa postura configuraria um tipo de “cosmopolitismo abstrato”, no qual a “importação cultural” não teria como objetivo responder a questões colocadas pela própria realidade brasileira, mas visaria tão somente satisfazer exigências de um círculo restrito de intelectuais “intimistas”. Só seria possível quebrar definitivamente os estreitos limites de casta em que a “via prussiana” teria colocado aos nossos intelectuais com a “construção de uma democracia de massas”:

lutando pela democratização da cultura, os intelectuais combatem efetivamente pela renovação democrática da vida nacional em seu conjunto; e, ao mesmo tempo, lutando por essa renovação democrática, asseguram condições mais favoráveis à expansão e florescimento de sua própria práxis cultural (ibid., p.68).

O argumento seria radicalizado no ensaio de 1979, “A democracia como valor universal”, no qual toca uma tese especificamente política – a democracia não possuiria um valor apenas instrumental e tático aos socialistas:

A necessidade de que o processo de renovação democrática proceda de “baixo para cima”, consolidando e ampliando suas conquistas através de uma crescente incorporação de novos sujeitos políticos, impõe às forças populares – enquanto método de sua batalha política – a opção por aquilo que Gramsci chamou de “guerra de posição”. A progressiva conquista de posições firmes no seio da sociedade civil é a base não só para novos avanços, que gradativamente tornarão realista a questão da conquista democrática do poder de Estado pelas classes trabalhadoras, mas é sobretudo o meio de evitar precipitações que levem a recuos desastrosos [...] A luta pela renovação democrática [...] implica em *conceber a unidade como valor estratégico* (Coutinho, 1979, p.44-45, *grifos do autor*).

Este ensaio foi apontado como um “dos mais polêmicos da história da esquerda brasileira” (Secco, 2002, p. 60) – entendido como cristalização da influência das ideias e posições “italianas” no Brasil e do que Nogueira (1985) chamou de “gramscismo”, entre 1976 e 1982. Segundo Coutinho (2007, p. 161), seria este o ponto de “definitiva ruptura com o ‘marxismo-leninismo’”, no qual passava-se a assumir radicalmente uma reavaliação da “questão democrática”. A expansão da influência gramsciana seguiria com a “diáspora” do grupo de Coutinho (Secco, 2002, p. 61), que seria integrado, nos termos de Santos (1994), pela chamada “corrente renovadora”. A exemplo do que teria sido a “primeira renovação”, a segunda teria sido articulada no interior do PCB entre 1975 e 1980, caracterizada especialmente por defender a democracia tal como vinha se colocando no comunismo italiano (Santos, 1994, p. 37). Não coincidentemente, ocorre em 1976 uma reedição das obras de Gramsci e um *boom* eurocomunista no mercado editorial brasileiro (Nogueira, 1993 [1985], p. 136).¹⁰² Na síntese de Nogueira:

O gramscismo ganhou densidade no Brasil como *parte* (dotada de expressiva singularidade) de uma nova teoria do socialismo, elaborada coletivamente – e, portanto, pluralmente – por um partido (o PCI) que nas concretas condições dos anos 70 apresentava-se vocacionado para repor o movimento comunista e a ideia mesma de esquerda, de socialismo, numa posição de contemporaneidade com o mundo realmente existente. O pensamento de Gramsci e a elaboração teórico-política do PCI – o “marxismo italiano dos anos 70” – agiram, assim, no Brasil, como revitalizadores de uma esquerda que se esfacelara no plano organizativo e se repetia no plano político-cultural, por força de sua própria evolução interna, da violência ditatorial e da “selvagem” modernização capitalista do país (Nogueira, 1993 [1985], p. 137, *grifos do autor*).

O choque entre os “eurocomunistas” e o PCB fora apenas latente, num primeiro momento, quando ainda estavam decididos a dar apoio à direção para derrotar o “ultradogmatismo de Prestes” (Coutinho, 2007, p. 162). Após a anistia de 1979, a luta interna se acirrou entre “renovadores” e “ortodoxos”, mas o processo partidário vivenciado entre 1980 e 1983 acabou por isolar as duas correntes favorecendo uma nova camada dirigente que reiterou as alianças amplas em nome da democracia, mas sem a renovação das estruturas partidárias e das concepções teóricas (Napolitano, 2013, p. 333).

Segundo Coutinho, depois do afastamento de Prestes – que perderia o comando

¹⁰² “Chegaram às livrarias *Lições sobre o fascismo* (1978) e a coletânea de ensaios *Socialismo e Democracia* (1980) de Palmiro Togliatti; *O Partido Comunista Italiano, o socialismo e a democracia* (1979) de Giorgio Napolitano; *Massas e poder* (1980) e *Crise e terceira via* (1981) de Pietro Ingrao; *O conceito de hegemonia em Gramsci* (1978) e *O pensamento de Lenin* (1979) de Luciano Gruppi; a polêmica Gramsci/ Bordiga sobre os conselhos de fábrica (1981); *Teoria do partido político* (1982), de Umberto Cerroni; *Um socialismo a inventar* (1982) de Lucio Lombardo Radice” (Nogueira, 1993 [1985], p. 136).

do PCB para Giocondo Dias – a nova direção do partido adotou muitas das teses do “velho líder” na tentativa de neutralizar sua indiscutível influência sobre os militantes mais antigos do partido (Coutinho, 2007, p. 163). É nesse momento que, rotulado como de direita, o grupo dos “gramscianos” foi afastado dos poucos postos de direção que tinham, em particular do semanário do partido, o *Voz da Unidade*, fundado em 1980. O jornal havia sido um projeto da direção estadual paulista do PCB. Seu primeiro editor-chefe, Gildo Marçal Brandão, relembra que todos envolvidos na empreitada compartilharam “a ilusão politicamente inevitável de reinventar nos trópicos um partido comunista radicalmente democrático – e isso no momento de seu irremediável declínio” (Brandão, 2010, p. 55). A questão da renovação era diretamente endereçada nas páginas de *Voz da Unidade*. Segundo Maria Alice Rezende de Carvalho (2007, p.277), o jornal teria sido o principal órgão de defesa, à esquerda, da “via de transição”. A atividade editorial em *Voz da Unidade* junto à ampla mobilização em torno do VIII Congresso do PCB revelava, segundo a autora, “a tônica de uma trajetória comunista que parecia seguir o caminho da renovação, da construção de um partido democrático de massas, comprometido com a ideia de um futuro democrático e socialista para o Brasil” (Carvalho, 2007, p. 277).

Outra iniciativa dos renovadores comunistas nesse período foi a revista *Temas de Ciências Humanas*. Publicada entre 1977 e 1981, os seus dez volumes foram organizados por Marco Aurélio Nogueira, J. Chasin e Nelson Werneck Sodré; contando com Luiz Werneck Vianna entre os organizadores dos três últimos números. O perfil marcadamente acadêmico da revista não deixava de expressar as disputas internas do partido, como fica claro no texto que indica o objetivo da publicação:

... rechaçar a especulação estéril, a atividade teórica fechada em si mesma e, por extensão, aceitar e ser fiel à teoria que procura investigar por detrás das aparências e manifestações fenomênicas, a estrutura social real, a prática efetiva dos homens; em outros termos, que se empenha em realizar análises concretas de situações concretas, operar colada ao real (Editores, *Temas...*, 1977, p. VII).

Além disso, havia a intenção de valorizar “o que de positivo” a tradição brasileira já tivesse consolidado, republicando textos que representassem significativas contribuições para uma “correta interpretação da história brasileira”, como nas obras de Caio Prado Jr. e do ISEB (Editores, *Temas...*, 1977, p. vii-viii). Entre as orientações teóricas, se destacaram a lukacsiana e gramsciana. “Carta sobre o Stalinismo” de Lukács abria o primeiro número, seguido da publicação na íntegra do importante texto pré-carcerário de Antonio Gramsci – até então inédito em português – “Alguns temas da

questão meridional”. Os editores entendiam o texto como fundamental à discussão em torno do conceito de hegemonia – colocada como a questão da “direção política e intelectual das classes sociais” – problema considerado clássico da ciência da história, à qual Gramsci teria dado “tratamento original e primoroso” (Editores, *Temas...*, 1977, p. ix). O nono número da revista apresentaria ainda a tradução das conhecidas *Teses de Lyon*, preparadas por Gramsci e Togliatti e referendadas no III Congresso do PCI.¹⁰³ Entre outros antecedentes importantes, Carlos Nelson Coutinho publicou em *Temas...* seu artigo “Os intelectuais e a organização da cultura no Brasil”, em que a chave de interpretação da história brasileira era dada pelo conceito de revolução passiva. Além disso, o autor já defendia neste texto a tese de que o PCB teria indicado claramente a tendência de *democratização geral da vida brasileira* em sua “Declaração de Março de 1958” (Coutinho, 1980, p. 106).

Afastados do *Voz da Unidade* e, depois de ver o golpe militar de 1981 na Polônia ser saudado pelos dirigentes comunistas como mais uma “vitória do socialismo real”, o grupo decidiu abandonar em massa o partido (Coutinho, 2007, p. 163). A maioria desses “renovadores” provinha da militância da passagem dos anos 1950 para a década de 1960, como Ivan Ribeiro, Werneck Vianna, Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Aloisio Teixeira, Leo Lince, Maria Lúcia T. Vianna, Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira e Milton Freitas, mas alguns tinham larga tradição no PCB, como Armênio Guedes (ibid., p. 38). Guedes, que havia integrado o grupo de redação da “Declaração de 1958”,¹⁰⁴ foi quem assinou a apresentação do primeiro número de *Presença*, mais de duas décadas depois da “primeira renovação”. No manifesto, chamava a atenção aos laços de continuidade com o passado de publicações brasileiras da cultura comunista, tradição já presente nos anos 1950.¹⁰⁵

As revistas parecem ter sido uma forma mais livre de intervir no debate público, pois não interpelavam diretamente o PCB. São exemplos a *Revista Brasiliense* de Caio Prado Jr. na década pós-54, bem como a *Estudos Sociais* de Astrojildo Pereira (cf. Arias,

¹⁰³ Em nota os editores afirmaram que a revista tinha como objetivo “facilitar o acesso dos intelectuais e estudiosos progressistas e, especialmente, marxistas a textos políticos que, referidos a situações particulares, constituem-se em patrimônio da experiência revolucionária do movimento democrático e operário” (Editores, *Temas...*, 1980, n.9, p.2).

¹⁰⁴ Junto a Giocondo Dias, Mário Alves, Alberto Passos, Jacob Gorender, Dinarco Reis e Orestes Timbaúba.

¹⁰⁵ Antes disso, merece destaque a revista *Literatura* de Astrojildo Pereira, fundada em 1946. Foi nela que, segundo Secco, publicou-se o primeiro artigo sobre Gramsci que superava o comentário biográfico: “Um primeiro exemplo de análise da obra gramsciana apareceu em outubro de 1947, quando a revista *Literatura* publicou um artigo de E. Carrera Guerra sobre *As cartas de Gramsci*, avaliando as críticas do comunista italiano a Benedetto Croce. Guerra era um crítico literário que depois escreveria vários artigos na Revista Brasiliense de Caio Prado Jr.” (Secco, 2002, pp. 18-19).

2005), que circulou de 1956 a 1964 e a prestigiosa *Revista Civilização Brasileira*, de Ênio Silveira, com suas duas fases no longo pós-64. Segundo interpretação de Segatto e Santos (2007, p. 16), depois das dissertações de Caio Prado Jr.,¹⁰⁶ só com a hipótese da “via prussiana à brasileira” o tema da democracia política seria equacionado, ecoando o eurocomunismo e de certo modo recobrando, na última fase, a postura dos comunistas na resistência ao regime de 1964. Na esteira desta tradição de publicações comunistas, junto à *Novos Rumos*,¹⁰⁷ a revista *Presença* teria surgido como proposta de “*aggiornamento* da cultura de esquerda no Brasil” (Segatto e Santos, 2007, p. 16).

Maria Alice Rezende de Carvalho, por sua vez, considerou que a perspectiva política evocada por *Presença* fora animada pelos comunistas desde a década de 1920 (Carvalho, 2007, p. 263). Em sua “Breve história do ‘comunismo democrático’”, a autora defendeu que, se é certo que a expressão acabada e reflexiva desta tendência só se reconhece a partir da segunda metade da década de 1970 – quando da recepção da obra de Gramsci –, não teriam sido poucos os momentos em que:

(...) ou a intuição de seus dirigentes ou a forte inscrição do PCB nos movimentos organizados da sociedade civil brasileira impôs desvios em relação à ortodoxia “terceiro-internacionalista” e inovou a prática política dos comunistas de modo a inscrevê-los no vértice das crises da nossa formação social (ibid., p. 263).

A abordagem proposta por Carvalho reconhecia continuidades e discontinuidades do “comunismo democrático” no Brasil, que teria nascido junto com o PCB no movimento operário e no ciclo de greves de 1917-19, sob a direção de Astrojildo Pereira. A primeira interrupção desta tendência teria se dado com a destituição de Pereira em 1930, quando o partido teria rumado a uma política sectária, fruto da radicalização de lideranças tenentistas. A liderança de Prestes, nessa fase, assistiria a um simultâneo ganho de notoriedade e esvaziamento das bases operárias, em especial após a derrota do levante militar da Aliança Nacional Libertadora de 1935. Retomar-se-ia uma orientação voltada à democracia, ainda que com valor instrumental e orientada ao avanço da luta nacional, apenas com o suicídio de Vargas. Carvalho considerava que a “esquizofrenia entre o dogmatismo bolchevique professado por suas lideranças e a acertada intuição ocidentalista de suas bases, sobretudo nos meios sindicais, levou que o PCB, a partir de

¹⁰⁶ Para uma aproximação das teses de Caio Prado Jr. com a perspectiva dos comunistas gramscianos, ver “Uma ‘via não clássica’ para o capitalismo” (Coutinho, 1989).

¹⁰⁷ A revista tem continuidade até hoje. Em fins dos anos 1980 e início dos 1990 o projeto, segundo Santos e Segatto (2007), era o de fazer uma ponte entre a renovação do socialismo real no contexto da perestroika e uma atualização do PCB – a qual seria tentada por seu próprio núcleo dirigente, tardiamente em seu IX e último congresso, de 1991.

1955, emprestasse uma nova feição à luta anti-imperialista” (ibid., p. 270).

Facilitada pela mudança do campo comunista propiciado pelo XX Congresso do PCUS em 1956, o PCB teria caminhado para uma concepção anti-imperialista e antilatifundiária que abandonava a ortodoxia classista e consagrava o tema da “frente única nacionalista”. Seria quando “a crítica às perversões stalinistas se fez acompanhar de um clima favorável ao debate sobre a particularidade do processo revolucionário em diferentes contextos nacionais” (ibid., p. 270). No plano teórico, entretanto, o Brasil ainda teria se enquadrado aos limites de sua consideração como “país colonizado”. Para a autora, em que pesasse a importância da “Declaração de 1958” – na qual se admitiu a complexidade “ocidental” do país – o documento não teria combatido suficientemente o dogmatismo leninista-stalinista e não teria rompido com a ênfase atribuída ao tema nacional, “deixando escapar as possibilidades que se apresentavam para a autorrenovação do PCB” (ibid., p. 271).

Além disso, o esquema interpretativo esboçado na “Declaração de 1958” não teria tido como prever a escalada autoritária, uma vez que o “dualismo” e “mecanicismo” que norteavam o documento teriam desembocado na tese da:

inexorável vitória do *moderno* (“o capitalismo de Estado, de caráter nacional e progressista”) sobre o *atraso* (“a estrutura agrária tradicional, arcaica e em decomposição”), sugerindo um caminho em que, uma vez completada a revolução burguesa em chave democrático-popular, avançar-se-ia em direção ao socialismo (ibid., p. 271, *grifos da autora*).

Com a dura derrota que o golpe de 1964 impingiu à frente nacionalista, o partido teria caminhado no sentido de valorizar as instituições da democracia *em si mesmas* (ibid., p. 273). Deste contexto, a autora destacou o Comitê Estadual da Guanabara (CEG), que teria cumprido importante papel na construção de uma perspectiva de valorização da mobilização de toda a sociedade contra o regime, abafando vozes – inclusive a de Prestes – que defendiam uma estratégia de conquista imediata do socialismo (ibid., p. 274). Entre 1973 e 1975, em momento de forte repressão ao partido que levaria sua direção ao exílio, teria se permitido um movimento de reconstrução no bojo do movimento de massas que voltava a se articular. No entanto, a reconstrução teria sido cancelada por intervenção do Comitê Central, que voltava a associar a luta contra o regime autoritário aos chamados “objetivos estratégicos” (ibid., p. 274). Essa nova interrupção levaria a conceber a conquista das liberdades novamente como um requisito “tático” para a luta nacional. No entanto, Carvalho considera que essas diretrizes não teriam encontrado eco na militância, prevalecendo a política de coalizão democrática nas bases partidárias – perspectiva que

teria se valido da situação de exílio experimentada por quase toda a direção do PCB naquele momento (ibid., p. 275).

Teria sido assim que, em fins da década de 1970, o argumento democrático teria conseguido se desvencilhar de sua subordinação à questão nacional – argumento que teria alguma relação com a “Declaração de 1958” e o VI Congresso de 1967. A mudança estaria na orientação terceiro-mundista, em que a crítica ao “orientalismo político” teria alcançado outro grau de elaboração e de explicação. Este teria sido o momento de abandono da polaridade “moderno versus atraso” para afirmação da natureza prussiana de nossa formação social (ibid., 276). Orientação tributária de Lenin em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* e muito favorecida pela incorporação da obra de Gramsci – o que, para Carvalho, “integrava um verdadeiro movimento de renovação da cultura de esquerda à época”, com destaque à figura de Ênio da Silveira, então editor da *Civilização Brasileira*. Decisivo, em sua perspectiva, foi também a publicação de Coutinho sobre o “valor universal” da democracia. Para a autora, o período teria marcado uma contradição no campo comunista:

(...) de um lado, assistia-se à ascensão da influência do PCB na política brasileira, a partir da sua atuação nas diversas frentes em que se tratava a luta pela derrota política do regime militar, de outro lado, o retorno da direção do partido e a prescrição de uma “frente de esquerda” por Prestes abriram um novo ciclo de lutas internas ao PCB culminando com a vitória no VII Congresso (1982) de uma perspectiva contrária à chamada “via de transição”. Contra o aprendizado acumulado pela geração de comunistas que organizou a resistência ao regime militar e concebeu a política de transição à democracia, o novo Comitê Central – dito “Comitê Biônico” – reafirma a prevalência da questão nacional, faz renascer, das cinzas dos anos 1950, a ideia de “socialismo de Estado”, com todas as perversões, no plano organizacional, que tal legado sugeria, confere sobrevida ao *status quo* do corporativismo sindical, distanciando-se, imediatamente, do operariado moderno e abrindo enorme fosso em relação às lutas e aspirações da sociedade brasileira, bem como em relação à sua própria história recente. Afastando-se, então, do partido, será aquela geração que buscará resgatar sua influência no âmbito desse debate político e cultural brasileiro, entendendo serem os comunistas uma larga corrente de opinião, presente há muitas décadas no país, e a força política que melhor simbolizaria a amplitude de um sistema partidário em contexto democrático. Isso se dará, principalmente, com a criação de *Presença – Revista de Política e Cultura* (Carvalho, 2007, p.277-278).

Editada na sequência do VII Congresso do PCB, quando se dá a marginalização do grupo de “renovadores”, a revista nasceu fora do partido, mas reivindicando duas tradições pecebistas – àquela iniciada em 1958, cujo suporte intelectual se caracterizava pelo reconhecimento da realidade do desenvolvimento capitalista e a assunção da questão democrática – e a de interpelação editorial no debate teórico-político em condição de

relativa autonomia às estruturas de direção do partido. A história da circulação das ideias de Gramsci entre os comunistas brasileiros cruza, portanto, as vertentes editoriais e de preocupação com a questão democrática, que a partir dos anos 1970 receberá a incisiva influência “eurocomunista”. Análogo à *Pasado y Presente*, a renovação teórica de *Presença* passava também por traduzir e fazer circular textos do ambiente político italiano (Anexo 2, Tabela 1).

A despeito de ter apresentado percurso comum, o grupo de “renovadores” oriundos do PCB não se conformaria de forma homogênea. Davi Capistrano Filho,¹⁰⁸ a quem se atribui a liderança do grupo inicial de *Presença*, optou pelo PT e logo se afastou da revista: “Antes, porém de sua ida para o PT, David teve um último gesto de resistência ainda, que foi a criação da revista *Presença*. Mas a *Presença*, com seu grupo, durou muito pouco tempo, pois o David era o grande dirigente desse movimento e estava de saída, rumo ao PT” (Werneck Vianna, 2008, s.p.).

Entre os que optaram pelo PT, destaca-se também Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Outros ficaram próximos ao PMDB, como no caso de Armênio Guedes e, por fim, os que não se filiaram a nenhum partido, como Werneck Vianna¹⁰⁹ e Marco Aurélio Nogueira, permanecendo na linha de oposição à direção do PCB e ao PT. A *Presença* surgia, assim, como espaço plural e de diversidade teórico-política, como afirmava seu manifesto: “desejamos ardentemente que as ideias e sugestões que enriquecem e alargam os horizontes dos partidários da democracia e do socialismo sejam aqui devidamente acolhidas e valorizadas, independentemente de seus autores ou origem” (Guedes, 1983, p. 8). Os problemas da conjuntura, particularmente a redemocratização, perspectivas críticas sobre a história do PCB e o desejo de renovação da esquerda seriam

¹⁰⁸ Gildo Marçal Brandão e Maria Alice Rezende de Carvalho (2007, p. 278) afirmaram que David Capistrano teria sido um dos organizadores responsáveis por *Presença*, além de *Temas...* e da *Voz da Unidade*. Para Brandão, Capistrano Filho teria integrado a linhagem do marxismo de matriz comunista, cuja decadência não impediu de ser “um dos principais vetores pelos quais grande parte da esquerda fez sua opção radical pela democracia” (Brandão, 2010, p. 247). Capistrano Filho consta no Conselho de Redação de *Presença* até o quinto número (Dez./Fev., 1985). O único artigo publicado na revista, “Doze teses sobre a conjuntura política” se encontra no primeiro número.

¹⁰⁹ Conforme afirmado em entrevista, antes de se dedicar prioritariamente à carreira acadêmica Werneck Vianna chegou a se candidatar a parlamentar constituinte: “Minha candidatura foi uma tentativa de fazer com que essa identidade tivesse projeção no mundo da política. Parecia que ia ser fácil encontrar esse caminho de afirmação pública dos intelectuais da renovação da esquerda. Os primeiros atos da minha candidatura reuniram centenas de pessoas. Mas logo em seguida houve uma animação entre os intelectuais para se tornarem candidatos também. Avançaram multidões. Aí foi fragmentando, mingando, mingando... Foi uma votação pouco expressiva, tive 4500 votos em um pleito em que necessitava de 19, 20 mil votos para me eleger. Fez-se uma campanha, mas disso não ficou fruto, não ficou nada. Acho que esse foi um dos últimos momentos em que essa combinação entre política, universidade e ciência social andaram tão juntas. A partir daí veio uma diferenciação e eu também fui me encaminhando mais e mais para as Ciências Sociais” (Werneck Vianna, 2008).

temas recorrentes na revista, segundo diversas perspectivas. Vale destacar, contudo, um marco importante do percurso de *Presença* – a transferência de São Paulo para o Rio de Janeiro a partir de 1986. A revista assumiria, então, um caráter mais explicitamente acadêmico – sendo importante destacar que foi a partir de então que passou a receber auxílio do CNPq e mudou de editora. A partir do nono número (1987), deixava de ser publicada pela Editora Caetés e passava a ser pelo Centro de Pesquisas e Difusão Cultural. No Rio de Janeiro, haveria grande proximidade, entre os colaboradores de *Presença*, ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), onde lecionavam Vianna e Carvalho. Lahuerta e Nogueira, o braço paulista da revista, se localizariam a partir de suas posições na Universidade Estadual de São Paulo (Unesp).

Se, num primeiro momento, houve a liderança política de Capistrano Filho, o restante de sua trajetória foi marcado pela direção do que chamamos de “núcleo teórico”, reunidos em torno de Werneck Vianna cuja contribuição à *Presença* contou com dezoito artigos (ver Anexo 2, tabela 2). Seguido de Werneck Vianna, estariam Leandro Konder, Maria Alice Rezende de Carvalho, Luiz Sérgio Henriques e Maria Lúcia Werneck Vianna entre os autores que publicaram ao menos seis artigos em *Presença* (conforme Anexo 2, tabela 3).

Em entrevista de 2012 a Helena Bomeny e Karina Kuschnir, Werneck Vianna comentou que havia coordenado a revista como tentativa de organizar “um movimento democrático no interior do partido comunista” que buscasse juntar duas pontas – a democracia política e a democracia social, que – segundo seu ponto de vista – apareceriam de forma caricatural posteriormente nas legendas do PT e do PSDB. O fracasso que se constatou no projeto da revista seria também razão do “desastre brasileiro”. Segundo Vianna, “a tragédia política foi que essas duas dimensões tenham perdido conexão. O tema da revista *Presença* que eu coordenei, esteve a todo o tempo orientado para juntar essas duas pontas. Essas duas dimensões” (2012, p. 35). Aqui vê-se que o conjunto de teses publicadas na revista entre 1983 e 1992 conformaram uma visão de Brasil em Vianna que permaneceria a dar as chaves de sua interpretação posterior:

Bom, o social sozinho, como se viu, foi obrigado a negociar o mensalão e se perdeu. E a democracia política sozinho se esvaziou dos movimentos sociais, então, a nossa luta foi para manter essas duas pontas juntas. Se você pegar os artigos na revista *Presença*, isso está tido o tempo todo: Juntar essas duas pontas. Não deu... Não deu (Vianna, 2012, p. 36).

Ao longo dos dezoito números de *Presença*, junto a um enorme número de textos em polêmica com essas ideias, percebe-se um projeto de recuperação da estratégia

democrática surgida em março de 1958 entre os comunistas – “a herança que não renunciamos” (Vianna, P. 15, 1990) – junto ao projeto de renovação teórica, que como buscaremos demonstrar no quarto capítulo, pode ser compreendida em torno do conceito de “revolução passiva”. Em síntese, a tese central era de que a modernização conservadora e a conciliação com o atraso forneceram as chaves para a compreensão de uma tendência da história brasileira e que se confirmaria na conjuntura de então, da transição democrática. A solução não poderia ser dada pelos movimentos sociais, pois não seriam “sujeitos dotados de capacidade de produzir interpelações políticas” (Vianna, P. 5, 1985, p. 46). Este papel estaria reservado aos partidos e aí o ambicioso desafio posto aos comunistas para balizar o que seria a “reinvenção do PCB”, cujo projeto de renovação era proposto por Nogueira em cinco assertivas publicadas no primeiro número da revista:

Primeira: o valor intrínseco da democracia e a centralidade operária na construção do socialismo. Segunda: o repúdio a fórmulas pretensamente universais, a dogmas e doutrinas fossilizadas; o real como base e inspiração da política. Terceira: a política como via de resolução dos problemas sociais, mas a política colada às massas e articulada por partidos capazes de se colocarem como dirigentes de um amplo bloco de forças e classes. Quarta: a conquista de uma nova hegemonia na sociedade como pressuposto para a afirmação de uma vocação nacional. Quinta: a autonomia em relação a partidos, movimentos e orientações internacionais como condição para uma postura séria e solidária no plano mundial (Nogueira, P.1, 1983, p. 95-96).

Diferente do caso argentino, o que ficaria conhecida no Brasil como a “nova esquerda” – aglutinada em torno do PT – não integraria em conjunto o grupo editorial de *Presença*, que permaneceria o percurso todo em forte oposição ao partido, entendido como uma “verdadeira federação de interesses, combinando em si desde os setores de ponta do operariado moderno ao campesinato sem terra – o ‘moderno’ e o ‘atraso’” (Vianna, P. 17, 1992, p. 37). Acrescente-se que, em 1991, o PCB mudaria de nome e de programa, convertendo-se no pouco influente Partido Popular Socialista (PPS) e na Itália o PCI se dissolveria, passando a constituir o novo *Partito Democratico della Sinistra* (PDS). Neste mesmo ano, um comunicado na décima-sexta revista implicava, junto a assuntos burocráticos, uma questão política – questionava-se, então, “a relevância e o ‘lugar’ a ser ocupado por *Presença* no cenário cultural e político brasileiro” (Carvalho, P. 16, 1991, p. 5). A editora considerava “inadiável” uma “reestruturação”, pois uma vez estabelecido “o caminho da institucionalidade democrática”, talvez estivesse se esbarrando “nos limites do nosso projeto original” (Carvalho, P. 16, 1991, p. 5). Adicionamos, pelo viés negativo: não ter-se-iam frustrado também os objetivos de dar

direção política ao processo da constituinte, além de promover uma renovação democrática no PCB – que, ao contrário, se esfacelava naquele momento?

Permanecendo independentes, a motivação de renovação comunista anunciada na primeira *Presença* permaneceria afirmada nos últimos dois números da revista, como vê-se em 1992 nas palavras de Nogueira: “tanto no país dos soviets como no mundo inteiro, as esquerdas e os democratas precisam reinventar a si mesmos, requisito para que novas formações políticas surjam, conquistem as massas e mantenham vivo algum tipo de utopia” (Nogueira, P. 17, 1992, p. 12). A revista concluiria seu percurso de publicação após nove anos consecutivos em junho de 1992. Apesar da notável vocação pluralista e diversidade de enfoques, é possível visualizar durante a trajetória editorial a continuidade de uma perspectiva calcada no conceito de revolução passiva, como veremos no quarto capítulo, cujo principal autor é Werneck Vianna – em torno de suas teses se aglutinaram os polemistas.

Capítulo 3 – *Pasado y Presente* e a agenda de uma nova geração: desprovincialização da teoria e realidade argentina

O grupo de intelectuais que se reuniu em torno da revista *Pasado y Presente* em Córdoba de inícios da década de 1960 havia lançado, como vimos, o projeto de renovar a cultura política da esquerda argentina, em polêmica com as posições comunistas oficiais e a partir, principalmente, dos marcos teóricos da obra de Antonio Gramsci e do marxismo italiano. Neste capítulo, através da análise das hipóteses interpretativas publicadas ao longo dos nove números da primeira etapa, entre 1963 e 1965, e dos três números apresentados em 1973, buscaremos identificar quais categorias, e analogias históricas subjacentes, foram mobilizadas nas intervenções teóricas e políticas de *Pasado y Presente*.

Córdoba (1963-1965)

O editorial que inaugura *Pasado y Presente* iluminava os sentidos indicados pelo nome da revista – a intenção em intervir na realidade vinha acompanhada da necessária tarefa de “revisar o passado”. A apreciação histórica que se desejava seria aquela essencialmente política, ou seja, que fosse guiada pelas “exigências que derivam da própria vida” (Aricó, PyP 1, 1963, p. 4). E a vida, para os jovens gramscianos argentinos, colocaria “a necessidade objetiva da formação de um novo bloco histórico de forças”, implicando “como condição imprescindível a presença hegemônica do proletariado”. Nesse sentido, se deveria “buscar no passado – especialmente no passado mais recente – as razões que impediram a concreção de uma vontade coletiva nacional de tipo revolucionária” (Aricó, PyP 1, 1963, p.5). O problema colocado no centro das preocupações da revista era o seguinte:

(...) em nosso país as classes dominantes perderam há muito tempo a capacidade de atrair culturalmente seus jovens, enquanto o proletariado e sua consciência organizada não conseguem ainda conquistar uma hegemonia que se traduza em uma coerente direção intelectual e moral. É preciso partir desta dolorosa realidade para compreendê-la em sua raiz e transformá-la (Aricó, PyP 1, 1963, p. 2).

Esta finalidade não poderia ser assumida, contudo, como “inevitável”. A história, segundo o editor, não seria o campo das “leis inexoráveis”. Seria necessário levar em

consideração um costumeiro expediente das classes dominantes argentinas, ao qual Aricó nomeava “transformismo conservador”, mediante o qual se desviaria grande parte das tendências renovadoras da sociedade (Aricó, PyP 1, 1963, p. 3). A noção de transformismo, à qual Aricó recorria, é elemento importante do esquema conceitual da “revolução passiva” em Gramsci:

Pode-se aplicar ao conceito de revolução passiva (e pode-se documentar no *Risorgimento* italiano) o critério interpretativo das modificações moleculares, que, na realidade, modificam progressivamente a composição anterior das forças e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações. (...) Esse elemento, portanto, é a fase original daquele fenômeno que se chamou mais tarde de “transformismo”, cuja importância não foi até agora, ao que parece, devidamente esclarecida como forma de desenvolvimento histórico (C. 15, §11, p. 1767).

Em suma, o transformismo seria o nome dado a uma ação hegemônica intelectual, moral e política, que integra a função de domínio, por meio do qual um grupo social absorve as elites dos grupos inimigos, levando à decapitação destes e a sua aniquilação por um período frequentemente muito longo (C. 19, §24, p. 63). Esse processo, na Argentina, seria *sempre viável* “devido à natureza do processo que leva ao desprendimento de classe das novas camadas de intelectuais da burguesia” (Aricó, PyP 1, 1963, p. 3). Por isso, Gramsci destacava que a conquista de hegemonia não poderia estar baseada somente na força material, e a direção deveria ser conquistada mesmo antes da ida ao poder. No entanto, a presença hegemônica do proletariado estaria sempre limitada pois repercutiria sobre ele, frequentemente, “demasiados resíduos corporativos, preconceitos, incrustações de ideologias provenientes de outras classes” – o que o impediria de compreender profundamente “a tarefa histórica que deve realizar como futura classe dirigente do país” (Aricó, PyP 1, 1963, p. 3). Esta limitação seria o ponto de partida do marxismo militante professado pelos cordobeses de *Pasado y Presente*, e sua superação vista como única possibilidade de estruturação de um novo bloco histórico que encarasse a reconstituição nacional.

Como elucidaria Juan Carlos Portantiero em sua detida análise de classes publicada no número inaugural, a conjuntura nacional em que surgia *Pasado y Presente* estava marcada pela substituição do governo “integracionista” de Frondizi (1958-1962) – representante do grupo considerado “mais lúcido” da burguesia industrial – por uma equipe civil-militar, em meio a qual o setor econômico e socialmente vinculado aos extratos agroexportadores conquistara hegemonia (Portantiero, PyP 1, 1963, p. 22). Esta conquista – contraditória com o grau real de desenvolvimento das forças produtivas –

seria resultado de um “vazio de poder” criado pela desorganização e falta de consciência histórica, tanto da burguesia industrial quanto do proletariado:

A agudização da luta de classes, por efeito da crise do sistema, determina a impossibilidade, por parte da burguesia industrial, de tentar com êxito a estruturação de uma política de vastos alcances, na qual o proletariado possa ser usado como massa de manobras para os objetivos burgueses (...). Nas condições de crise das estruturas políticas institucionalizadas e de agravamento da tensão social entre a burguesia e o proletariado, assumem esse papel político – como em 1943 – grupos das forças armadas (Portantiero, PyP 1, 1963, p. 22).

Portantiero constatava o fracasso no estabelecimento de uma hegemonia por parte da burguesia industrial voltada ao mercado interno. A genealogia do fracasso estava no aparecimento do peronismo em meados dos anos 1940. No entanto, dada a conjuntura favorável e soluções de tipo “reformista”, as tensões puderam se “dissimular” neste período. Só quando o sistema capitalista entrou em crise na Argentina, e a intensificação da luta de classes condicionou a crise paralela das soluções político-institucionais, “um regime de tanques” passou “a ter mais importância do que a decisão de um partido político” (Portantiero, PyP 1, 1963, p. 18). A contradição estava no fato de, segundo Portantiero, ter-se configurado no país uma situação revolucionária. Seguindo os parâmetros de Lênin, essa situação demandaria a combinação de crise da classe dominante, que abriria uma rachadura pela qual se poderia infiltrar o descontentamento das classes oprimidas; intensificação extraordinária das necessidades das massas e elevação considerável de suas atividades (Portantiero, PyP 1, 1963, p. 18).

Na Argentina, a intensificação da luta de classes se verificaria desde a queda do peronismo com o golpe de setembro de 1955, o que teria precipitado um intenso processo de polarização de classes em nível econômico e político-social. Foi neste momento que a crise estrutural teria passado a tanger uma nova crise de conjuntura e “as ilusões de conciliação social entre burguesia e proletariado, submetidas à arbitragem do Estado” teriam começado a se quebrar (Portantiero, PyP 1, 1963, p. 19). A crise hegemônica que irrompeu em 1955 havia sido gestada, por sua vez, desde a década de 1930, quando a burguesia industrial passou a ter maior peso relativo na vida econômica. No entanto, os dados econômicos não conseguiram “equivalências ao nível de hegemonia da sociedade política”. Frente a esses desafios, a burguesia argentina teria recorrido, segundo Portantiero, a uma solução de tipo “bonapartista”. Em aparente aliança com as velhas classes dominantes, e sob os termos de um falso equilíbrio social, o peronismo surgira com a função de “simular uma identificação com as massas populares, acentuando assim

seu caráter populista, que as velhas classes (e sobretudo seus mediadores políticos) não podiam tolerar” (Portantiero, PyP 1, 1963, p. 20).

O conceito de “bonapartismo” em Gramsci, que está ligado ao de “cesarismo”, refere-se a uma situação na qual “as forças em luta se equilibram de forma catastrófica, isto é, se equilibram de modo que a continuação da luta não pode ocorrer sem a destruição recíproca” (C. 9, §133, p. 1194). O bonapartismo, então, representaria a ascensão de uma personalidade forte que assume o comando e evita a destruição recíproca das partes em conflito. O caráter fundamental está no vínculo “pessoal” de certo estrato com o governo, mediado pela “burocracia” (Filippini, 2017, p. 68-69). No caso tratado por Portantiero, a frente bonapartista seria formada pelo equilíbrio desastroso entre velha oligarquia agroexportadora e burguesia industrial voltada ao mercado interno, baseado no apoio ideológico e burocrático do peronismo, destinado a criar alguma identificação entre a burguesia e as massas trabalhadoras, o que seria impossível às velhas classes dominantes.

A “frente bonapartista”, como qualificou-a Portantiero, só poderia se sustentar, entretanto, em conjuntura favorável. À medida que a crise econômica se intensificava na década de 1950, em especial a partir de 1954, se verificou uma intensificação da luta de classes e em 1955 uma ruptura. Perante o temor de que a classe trabalhadora fizesse sentir seu peso sobre o Estado, do qual participava vicariamente, os velhos grupos oligárquicos retomaram o poder (Portantiero, PyP 1, 1963, p. 21). Como as condições históricas eram outras – a indústria possuía peso majoritário no produto bruto nacional e havia uma classe trabalhadora organizada, somada ao crescimento nacionalista das camadas médias – o frondizismo surgiu como uma saída racional para as classes dominantes.

Para Portantiero, o nome real do fenômeno deveria ser “integracionismo”, sendo caracterizado pela suposta “aliança inteligente entre a velha oligarquia e a nova burguesia, com o predomínio desta última” (Portantiero, PyP 1, 1963, p. 21). Nessa operação, o peronismo teria sido utilizado como “suporte populista” – ao tomar os trabalhadores como massa e dissimular as tensões entre as classes, teria contribuído, assim, para nublarem as condições em que se colocavam os conflitos na Argentina. E, como tal equilíbrio de forças era demasiado instável – “catastrófico”, diria Gramsci – este se quebrou em 1962. Para o sociólogo portenho, a luta de classes na Argentina teria transbordado, então, as barreiras da burocracia peronista. As velhas classes dirigentes, vinculadas aos Estados Unidos em sua campanha anticomunista, não teriam aceitado o domínio da burguesia na sociedade política (Portantiero, PyP 1, 1963, p. 22). Chegava-se então à constatação de uma situação revolucionária em perspectiva econômica e social, mas não política.

A divisão dos militares em duas facções conflitantes – “azuis” e “colorados” –, por um lado, e os protestos e as greves operárias, por outro, enraizar-se-iam na crise do capitalismo argentino. Enquanto a magnitude desta crise retirava espaço ao reformismo burguês e tornava inviável tanto a fórmula “bonapartista” de 1945 como a “integracionista” de 1959, o projeto de uma ditadura militar aberta se colocava na agenda de um dos setores das Forças Armadas (Altamirano, 2013, p. 191-192). Os partidos políticos se revelaram impotentes para oferecer saídas civis à situação e os conflitos em meio à burguesia se canalizaram através dos “partidos” militares que, em setembro de 1962, se enfrentaram com armas. Não restando saídas burguesas para a situação nacional, deu-se então o estabelecimento de ideologias autoritárias no país.

Essa grande transformação que se operava na Argentina no momento de formação do grupo de *Pasado y Presente*, tornaria necessária, na apreciação de Aricó, uma mudança também do juízo histórico. Em seu entendimento, o progresso da história teria um sentido iminente dialético – de conservação/renovação. Todo acontecimento deveria ser permanentemente reelaborado, e de forma progressiva, pelo movimento histórico, que, ao transformar as possibilidades de desenvolvimento em realidades concretas, demonstraria, ao mesmo tempo, quais forças e tendências existiam nas passadas estruturas (Aricó, PyP 1, 1963, p. 7). Assim, demonstrava-se a unidade gramsciana entre política e história – se cada grupo social tem um passado que considera o único verdadeiro, se mostraria superior aquele grupo ou aquela organização que soubesse compreender e justificar criticamente todos esses passados.

Só desta forma seria possível identificar uma linha de desenvolvimento real e, então, intervir na ação prática cometendo menos erros, posto que se teria condições de identificar a maior quantidade de elementos renovadores sobre os quais apoiar-se para estruturar um verdadeiro trabalho de transformação histórica – “só assim será a expressão viva da passagem da consciência política à consciência histórica” (Aricó, PyP 1, 1963, p. 7). Nesse aspecto, o filão italiano do marxismo era celebrado por Aricó por ter definido “com absoluta justeza” o “traço fundamental da doutrina ao denominá-la filosofia da práxis” (Aricó, PyP 1, 1963, p. 8). De modo confluyente, a revista *Pasado y Presente* aspirava “converter-se em uma nova expressão da esquerda argentina” partindo da aceção do “marxismo como a filosofia do mundo atual” (Aricó, PyP 1, 1963, p. 8).

O mundo em que viviam os articulistas de *Pasado y Presente* passava por grande agitação também em âmbito local. A revista fora editada no “epicentro do conflito social” argentino dos anos 1950 e 1960 – Córdoba (Aricó, [1988] 2005, p. 98). A cidade passara

por intenso e acelerado processo de industrialização que, desde meados dos anos 1950, a transformara em centro da indústria argentina de automóveis. Antes disso, estava vinculada às atividades agrícolas e possuía como símbolo maior sua legendária universidade,¹¹⁰ cujo acesso a filhos de agricultores e de setores em ascensão das camadas médias urbanas havia sido possibilitado graças ao Movimento da Reforma Universitária que, tendo nascido em Córdoba em 1918, se difundiria pela América Latina como um símbolo libertário (Burgos, 2004, p. 64).¹¹¹ A junção entre militância dos trabalhadores nas fábricas e dos estudantes universitários favoreceu a aproximação intensa entre o mundo peronista e o mundo da esquerda marxista na época (ibid., p. 67).¹¹²

A ênfase dada por Aricó a essa transformação não recairia apenas no domínio da produção, mas, sobretudo, “no domínio da sensibilidade, da psicologia social, caracterizada agora pela aparição e difusão de novos ‘tipos’ humanos” (Aricó, PyP 1, 1963, p. 12). A subjetividade passava a ocupar, mesmo, o primeiro plano da reflexão filosófica e social. A centralidade das questões referentes à consciência e alienação trazia como referência os escritos de Gramsci sobre o “Americanismo e Fordismo” e sua controversa hipótese de que a racionalização do trabalho poderia deixar o trabalhador livre para pensar no que quisesse:

Como se caminha sem necessidade de refletir sobre todos os movimentos necessários para mover sincronizadamente todas as partes do corpo, de acordo com aquele determinado modo que é necessário para caminhar, assim também ocorreu e continuará a ocorrer na indústria com relação aos gestos fundamentais do ofício; caminha-se automaticamente e, ao mesmo tempo, pensa-se no que se quiser. Os industriais norte-americanos compreenderam muito bem esta dialética presente nos novos métodos industriais. Compreenderam que “gorila amestrado” é uma fase, que o operário “infelizmente” continua homem e até mesmo que, durante o trabalho, pensa mais ou, pelo menos, tem muito mais possibilidade de pensar, pelo menos

¹¹⁰ A universidade, inclusive, seria um dado importante para pensar a formação interna de *Pasado y Presente* em sua primeira fase – com exceção de Aricó, todos os integrantes do Comitê Editorial tinham formação universitária e, inclusive, haviam cursado estudos de pós-graduação no exterior, alguns completando estudos doutorais antes dos 35 anos. Entre os que primeiro dirigiram a revista, Oscar Del Barco era historiador, enquanto que Aníbal Arcondo era doutor em Economia pela Universidade Nacional de Córdoba, título que complementaria pouco depois, em 1968, quando defendeu sob orientação de Ruggiero Romano sua tese de doutorado em História Econômica pela Sorbonne.

¹¹¹ Para mais informações sobre o movimento, conferir Portantiero, Juan Carlos. *Estudiantes y Política en América Latina: el proceso de la reforma universitaria (1918-1938)*. México: Siglo XXI, 1978.

¹¹² Anos mais tarde, referindo-se à cidade, Aricó ([1988] 2005, p.98) a descreveria como “Turim latino-americana”: “Essa era a cidade em que nasceu *Pasado y Presente* e nestes setores sociais encontrou seu mundo de leitores. Porque éramos gramscianos ao publicar a revista nos imaginávamos viver em uma Turim latino-americana, ou acessamos a Gramsci porque de algum modo Córdoba o era? Talvez, simplesmente, estávamos predestinados a sê-lo. (...). De algum modo, o que estava germinando em Córdoba era um movimento social e político de características novas e nesse grupo em fusão insistimos que as ideias de Gramsci circulassem como se fossem próprias (...). Em uma palavra, Gramsci permitiu que nos introduzíssemos nos grandes problemas nacionais” (Aricó, [1988] 2014, p. 98).

quando superou a crise de adaptação e não foi eliminado: e não só pensa, mas o fato de que o trabalho não lhe dá satisfações imediatas, e que ele compreenda que se quer reduzi-lo a gorila amestrado, pode levá-lo a um curso de pensamentos pouco conformistas (C. 22, §12, p. 2171).

A ideia central seria a de que, à medida que o conteúdo humano do trabalhador se reduzisse, sua alienação cresceria apenas na medida em que a liberação de energias psíquicas provocadas pela parcialização e mecanização do trabalho não fosse orientada pelo trabalhador para a análise de sua situação na sociedade de classes, sobre a impossibilidade de sua integração social e individual em uma comunidade alienada (Aricó, PyP 1, 1963, p. 13). Uma consequência deste raciocínio seria a de que a superação da alienação deveria começar ali no mesmo local onde ela surgia – na própria fábrica. Isto é, por meio da recomposição “subjêtiva” das relações humanas que a divisão do trabalho recompõe “objetivamente” na unidade total de um processo de trabalho, que tem como produto objetos que não emanam simplesmente do trabalho de um ou outro trabalhador, mas de todo conjunto (Aricó, PyP 1, 1963, p.14).

Nesse aspecto, a *Pasado y Presente* deveria trabalhar com o fim de alcançar uma mediação “perfeita” entre a filosofia mais coerente, “mais concretamente totalizadora”, e tal realidade complexa, em permanente mudança, o que demandaria um enorme e constante esforço por “atualização” da própria teoria (Aricó, PyP 1, 1963, p.14). Essa mediação “perfeita” só poderia ser concebida através da modificação substancial da relação entre intelectuais e massas – diagnóstico herdado do legado agostiano – e no enfrentamento da realidade que escapasse à forma do “enciclopedismo erudito e estéril”. Nas palavras de Aricó, essa tarefa seria facilitada “incorporando, através de traduções, o que está sendo escrito no mundo e está ao nosso alcance, sobre a problemática do marxismo teórico e outros campos do conhecimento humano” (Aricó, PyP 1, 1963, p.16).

Pasado y Presente despontava, assim, com dois textos profundamente carregados de categorias e temas gramscianos – bloco histórico, hegemonia, transformismo, bonapartismo, intelectuais, americanismo e fordismo – tensionados com a realidade cordobesa e argentina de princípios dos anos 1960. A reivindicação por atualização teórica, o que acarretaria forte reação no PCA e a expulsão de seus integrantes, recorria abundantemente às sugestões do marxismo italiano. Recairia sobre o grupo, nesse sentido, a acusação de “idealismo subjêtivo”, conforme atestou Del Barco nos marcos do debate aberto, neste mesmo momento, no periódico comunista dirigido por Agosti *Cuadernos de Cultura*.

As discordâncias entre os articulistas de *Pasado y Presente* e os comunistas considerados “dogmáticos” partiam mesmo do que fundamentaria a *própria realidade*. Nas palavras de Del Barco:

Se falamos de um cosmos, de uma natureza ou de uma realidade, esse mundo ao que permanentemente nos referimos (ao que “intencionamos” não como uma modalidade, mas como uma condição própria do humano) é, desde o ato mais simples da percepção até o mais complexo da apropriação científica, um *mundo humano*. Toda mirada, toda inteleção do mundo se inscreve em uma perspectiva histórica, em um determinado contexto histórico-cultural e para tanto suas perspectivas são sempre relativas àquele que as constrói, em nosso caso, o *homem* (Del Barco, *Cuadernos de Cultura* [CC], 1963, p. 35, *grifos do autor*).

A reflexão aberta pelo filósofo não tinha a intenção de ser especulativa ou abstrata, mas se voltava a um sentido primeiramente político. Isso porque, a seu ver, a transformação do mundo não passaria apenas pelo aspecto econômico-estrutural, “como às vezes se entende por puro afã esquemático”, mas pela *totalidade* do humano. Nesta totalidade, estaria implícito, como um dos momentos condicionantes da transformação, a libertação “da miséria e das múltiplas formas de alienação” do homem, para que, então, este pudesse desenvolver livremente suas “potências criadoras” (Del Barco, CC, 1963, p. 36). Nesta teleologia de um “reino da liberdade”, que se colocaria como fruto da luta consciente do proletariado e não como aspiração utópica, estaria, para Del Barco, “a significação transcendente do marxismo que se libera das características materialistas e idealistas que pretendem levá-lo seja a um economicismo ou cientificismo fechado, seja a uma pura especulação ou motivação ética” (Del Barco, CC, 1963, p. 36).

Contra a ideia de que haveria neste raciocínio um subjetivismo gramsciano, Del Barco assegurava não haver em seus escritos tal coisa como a negação da natureza ou da realidade em si – apenas a afirmação de que careceria de sentido falar dela nesses termos, já que a experiência ou a práxis jamais enfrentaria à natureza em si, mas sempre uma natureza *para o homem* (Del Barco, CC, 1963, p. 37). Em resumo, não se poderia conceber o mundo, ou a realidade, mais do que em relação aos homens, entendidos como seres sociais e históricos. No primeiro número de *Pasado y Presente*, essa reflexão também aparecia na abordagem dos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844* oferecida por Oscar Del Barco. Em sua releitura de Marx, o filósofo dava ênfase à noção de práxis:

A genialidade de Marx é ter visto profundamente que é na realidade onde se devem desnudar, mediante uma *práxis* real, revolucionária, as contradições de um mundo alienado para chegar ao “reino da liberdade”. Marx encontra a

verdade da filosofia: sua limitação egológica, sua insuficiência para passar à ação revolucionária; e a resgata forçando-a a deixar de ser mera especulação cognoscitiva, a negar a si mesma, conservando-se, no entanto, na ação criadora, encarnando-se (Del Barco, PyP 1, 1963, p. 103).

Del Barco entendia que, dentro do marxismo “ortodoxo”, a confusão seria clássica: “não entendem o problema da realidade como obra humana, como mundo humano, o qual, como se compreende facilmente, não tem nada a ver com o problema da criação ontológica da realidade” (Del Barco, PyP 1, 1963, p. 105). Aos que não compartilhassem desta tese, os ortodoxos identificariam “inimigos”, termo considerado ambíguo e impreciso. Aqueles que se distanciavam da linha ortodoxa, como Lukács, Sartre, Lefebvre e Gramsci, seriam considerados “inimigos”, “do povo, do partido, da classe operária, da humanidade” (Del Barco, PyP 1, 1963, p. 105). Em oposição, o marxismo crítico estaria exemplificado, segundo Del Barco, na própria publicação de *Pasado y Presente* – “não apenas no trabalho de Luporini e na discussão dentre filósofos italianos, mas no espírito mesmo da revista” (Del Barco, PyP 1, 1963, p. 105). Referência desta polêmica, o primeiro número de *Pasado y Presente* traduziria um texto de Cesare Luporini dedicado ao tema. Em “Verdad y Libertad”, traduzido por Aricó, o filósofo italiano afirmava de forma contundente:

O mundo humano parece apresentar a exigência de ser conhecido em seu produzir-se histórico partindo de seu interior, por assim dizer; ou seja, de uma experimentabilidade diretamente vista na qual cooperam necessidades, ações e paixões, economicidade, técnica, linguagem, religião, arte e poesia, não menos que as obras e operações abstratas do intelecto. E isto com o fim de explicar as relações entre os homens tal como se cristalizam e se enquadram nas instituições da vida civil, política, social. A ideia que preside esta vasta direção é justamente a de *que o mundo humano é feito pelos homens* (Luporini, PyP 1, 1963, p. 29, *grifos nossos*).

Aqui, mais uma vez, havia uma elevação da subjetividade – “as operações abstratas do intelecto” – como objeto da reflexão histórica, além de uma defesa da “verdade” enquanto “objetividade científica”, ou seja, “correlativa à material objetividade do existente”, considerada fundamento último “de quanto possa haver de universal na intersubjetividade humana” (Luporini, PyP 1, 1963, p. 36). Tendo esses pressupostos, a conclusão à que chegava Luporini era a de que só se poderia falar em “liberdade” em sentido crítico e filosófico – uma vez que em condições de explicar *historicamente* os distintos usos ideológicos do termo e de assumir, ou não, os valores correspondentes ou ideais – a partir da imagem historicamente originária: “livre é o patrão, ou quem tem a capacidade de ser patrão e proprietário” (Luporini, PyP 1, 1963, p. 40). Assim, todo o

ideal político, moral ou jurídico de liberdade ficaria racionalmente reduzido ao movimento até o comunismo:

(...) ou seja, até uma forma de vida associada em que seja possível abolir a exploração do trabalho e, por conseguinte a divisão das classes, na qual o poder político tenha perdido as razões de existência e o desenvolvimento das forças produtivas seja dominado e regulado coletivamente pelos homens (Luporini, *PyP* 1, 1963, p. 41).

Embora abertamente polemizando com as direções partidárias, os gramscianos cordobeses permaneciam a buscar a identidade comunista a partir dos referenciais italianos. Além deste texto de Luporini, a primeira *Pasado y Presente* destinava toda uma seção, intitulada “Polêmica”, à publicação de textos provenientes do debate filosófico italiano. Em sua primeira etapa, a organização da revista *Pasado y Presente* oscilou em suas subdivisões temáticas. Ao longo dos nove números, entretanto, é possível identificar a recorrência das seções “Polêmica”, “Crítica” e “Mundo contemporâneo”, além do espaço sempre reservado às resenhas. Apenas nos dois últimos números, publicados em 1965, registra-se também seções organizadas tematicamente (“Marxismo e Sociologia”, “A condição operária” e “Problemas do marxismo”, respectivamente). Para a nossa exposição, procederemos, parcialmente, às divisões propostas pela revista.

Em “Polêmica”, trataremos de analisar parte considerável do primeiro número, lançado em março de 1963, em que entendemos ser possível circunscrever as principais características de constituição do grupo, bem como as circunstâncias em que se colocam as referências italianas e a ruptura com o PCA. Além dos demais textos que integraram a seção – presente como tal apenas no quarto número – incluiremos a análise dos demais artigos que abertamente polemizem com outras correntes teórico-políticas, notadamente incluídos em “Crítica”. A segunda seção, por sua vez, se dedicará ao exame dos textos que integraram a seção “Mundo Contemporâneo”, parte considerada “fundamentalmente política” da revista, bem como aos demais artigos voltados às análises históricas e de conjuntura que se refiram à realidade argentina ou latino-americana. Por fim, em “Ideologia e Cultura”, recorrendo ao subtítulo da revista, analisaremos os textos dedicados aos temas de cultura, seja no que tange os desenvolvimentos da antropologia, da literatura ou psicologia, seja nos textos destinados a pensar a cultura nacional-popular.

“Polêmica”

No primeiro número de *Pasado y Presente*, “Polêmica” se destinou a cumprir a tarefa proferida no editorial – trazer ao público de esquerda argentino o que “estava sendo escrito no mundo”. O mundo, neste caso, era aquele dos comunistas italianos, em seus textos “a propósito do caráter do historicismo marxista” publicados na revista oficial do PCI, *Rinascita*.¹¹³ Tratava-se apenas de parte das discussões travadas entre filósofos italianos, e que refletiam fortes tensões políticas em torno da perspectiva de Galvano Della Volpe¹¹⁴, cuja obra – fundamentalmente dedicada à estética e a uma nova leitura da obra de Marx –, se tornava, ao longo dos anos 1960, uma referência entre os argentinos.

Não seria no campo das propostas estéticas, entretanto, que se encontrariam as repercussões mais controvertidas de Della Volpe, mas em sua peculiar leitura dos textos marxianos. Em 1957, após o XX Congresso do PCUS e o cisma que provocou entre os intelectuais, a revista italiana *Società* ampliou seu Comitê de Redação para incluir Della Volpe e, com ele, boa parte de seus discípulos e fundamentos teóricos que, gradualmente, ganhariam terreno dentro da publicação até constituir uma tendência disposta a discutir a orientação oficial do partido. A insistência do filósofo na centralidade da “abstração científica determinada” implicava a “necessidade de uma análise da sociedade italiana em termo de ‘categorias puras’ do capitalismo desenvolvido, com os correspondentes objetivos políticos ‘avançados’ a serem perseguidos pela classe trabalhadora” (Anderson, 2004 [1979], p. 61). Essa interpretação contrastava com a caracterização do PCI sobre o caráter atrasado e híbrido da sociedade italiana e a conseguinte necessidade de uma política democrático-reformista.

Em 1962, as tensões teóricas promovidas por Della Volpe levaram ao fechamento de *Società* e à publicação de amplo debate filosófico em *Rinascita*. Abrindo a seção “Polêmica”, em que parte deste debate era traduzido nas páginas de *Pasado y Presente*,¹¹⁵ o segundo artigo de Luporini publicado neste número destinava-se a refutar as posturas da escola dellavolpiana:

¹¹³ Importante destacar que além da política de traduções, que fazia circular os textos da cultura italiana, grande variedade de livros e periódicos foi facilitada pelo trabalho de livrarias especializadas, como o caso de Leonardo em Buenos Aires e de Paideia em Córdoba, que proviam novidades não só a leitores individuais, mas também a bibliotecas universitárias. Foi assim, segundo Petra (2017, p. 348), que revistas como *Rinascita*, *Società*, e *Il Contemporaneo* se converteram em material de consulta e referência dos jovens comunistas argentinos.

¹¹⁴ Da mesma geração de Gramsci e Palmiro Togliatti, Della Volpe iniciou, segundo Perry Anderson, a primeira escola “ferrenhamente anti-hegeliana” do marxismo ocidental (Anderson, 2004 [1979], p. 82).

¹¹⁵ O debate completo só seria publicado na Argentina quatorze anos depois, quando Oscar Del Barco, exilado no México, o incluiu na coleção filosófica que dirigiu para a Universidade Autónoma de Puebla sob o título *La dialéctica revolucionaria* (1977).

Deixo de lado aqui as questões importantes levantadas pela *Crítica del Gusto* de Della Volpe, porque o discurso, também assumindo o campo da estética, de repente se tornaria abrangente demais para resolvê-lo de maneira ordenada. Onde encontrar, então, o ponto de caracterização essencial? Me parece que está no seguinte: Della Volpe tende fortemente a aproximar o modelo de “método galileano”, assumido como típico da moderna investigação científica, ao método marxista (ou marxiano segundo uma terminologia atualmente em uso) tal como é exposto por Marx na *Introdução* de 1857 – incompleta e póstuma, mas interessantíssima – à *Crítica da Economia Política*, realizado nesta obra e, sobretudo, em *O Capital*. Tal aproximação conduz a acentuar muito marcadamente a contraposição entre dialética marxista e dialética hegeliana (Luporini, *PyP 1*, 1963, p. 57).

Em “Notas para uma discussão entre filósofos na Itália”, Luporini refutava quase todos estes pressupostos. Para ele, o “problema dos problemas” estaria na noção de “contradição” que englobaria a relação entre lógica formal e lógica dialética (Luporini, *PyP 1*, 1963, p. 58). Recusando um uso “meramente metafórico” da noção, Luporini reivindicava que Marx havia fundado seu método no “reconhecimento da objetividade real da contradição”, sendo este o elemento principal da continuidade de sua perspectiva com aquela de Hegel. Por fim, o filósofo italiano ressaltava ainda que, entre os adeptos da perspectiva dellavolpiana, haveria uma tendência em assumir o marxismo somente como metodologia. Luporini entendia, entretanto, que o marxismo como metodologia não estaria separado do marxismo como “concepção de mundo”, “entendida esta última de modo aberto, ou seja, nunca sistematicamente concluída e permitindo sempre que as posições subsequentes possam modificar as antecedentes” (Luporini, *PyP 1*, 1963, p. 58). O que uniria os que se opunham à perspectiva de Della Volpe seria a importância atribuída aos condicionamentos históricos reais dos problemas investigados – o *historicismo*, além de um olhar voltado à relação entre subjetividade e objetividade, “ou seja, de um ponto de vista antropológico ou da filosofia do homem” (Luporini, *PyP 1*, 1963, p. 59). Desenvolvendo distintas miradas do conflito, participaram do debate além do próprio Della Volpe, Lucio Coletti, Nicola Badaloni, Enzo Paci, Luciano Gruppi e Alessandro Natta.

Chegava-se, com esse debate, a uma conclusão da controvérsia aberta cinco anos antes, o que refletia os conflitos do comunismo italiano, em particular entre os mais jovens. Expressando também um embate geracional, os jovens comunistas argentinos acolheram as controvérsias da filosofia italiana. Afinal, de forma similar, insurgiam-se contra a caracterização dada pelo PCA para a situação nacional, entendida em termos de atraso e de resíduos semifeudais. Ao mesmo tempo, a recepção de Della Volpe pelos

intelectuais de *Pasado y Presente* poderia ser interpretada como um sintoma do “delicado equilíbrio político em que se moviam as interpretações dos textos de Marx” (Petra, 2017, p. 354).¹¹⁶ Justificava-se, com isso, a opção por publicar como “Documento” do primeiro número da revista, *O método da economia política*. Em nota, a redação afirmava entender esse texto marxiano como a “pedra angular” da polêmica animada pelos filósofos italianos.

Diversos aspectos do debate aberto entre os comunistas italianos permearam o primeiro número de *Pasado y Presente*, caracterizando o grupo que se constituía. Em primeiro lugar, a elevação do tema da subjetividade e da consciência junto à constatação de uma realidade local que passava por uma transformação social de grandes proporções com a expansão industrial – a centralidade da política. Em segundo lugar, e confluyente a este movimento, uma nova configuração para o fenômeno do peronismo e a urgência por prover uma atualização da teoria que pudesse estabelecer as corretas mediações entre massas e intelectuais. Por fim, a reivindicação do historicismo como a metodologia marxista mais eficaz e a abertura às considerações do filósofo italiano Della Volpe no campo da estética, como veremos mais adiante em algumas das contribuições de Hector Schmucler.

Todos esses elementos lançaram luz sobre a revista e logo as consequências da polêmica se fizeram sentir. A direção do partido comunista, alvo ao qual as críticas de *Pasado y Presente* claramente se dirigiam através da alcunha do “dogmatismo”, vestiu a carapuça. O revide veio por meio de artigo de Rodolfo Ghioldi¹¹⁷ que, no sexto número da revista *Nueva Era*, acusava a publicação de ser “antimarxista e anticomunista”. Nas últimas páginas do segundo-terceiro número de *Pasado y Presente*, replicou-se parte de sua crítica e as apreciações consideradas “mais grosseiras” foram respondidas na sequência (Editores, PyP 2-3, 1963, p. 237). São três as reprovações mais importantes – em primeiro lugar, Ghioldi reputava que a revista estivesse sendo financiada por “conhecidos renegados”. Em segundo, julgava que fosse destinada, “em nome da ‘intelectualidade’, à eliminação do leninismo”, o qual sequer teria sido mencionado “ao largo das muitas páginas de metafísica”. Ainda nesse âmbito, vale destacar o incômodo

¹¹⁶ O livro *Rousseau e Marx* de Della Volpe foi traduzido ao espanhol em 1963, editado por Platina. Entre as teses professadas pelo filósofo italiano, estariam a ideia de que o marxismo deveria desprender-se de todo caráter teórico especulativo e genérico para trabalhar analiticamente com o rigor formal-metodológico das ciências positivas.

¹¹⁷ Ghioldi foi um dos fundadores do Partido Comunista na Argentina, ficou conhecido pela participação na “Coluna Prestes” e por ter sido detido e torturado na prisão de Fernando de Noronha junto com militantes brasileiros.

com a ideia de “marxismo crítico”, reivindicada por *Pasado y Presente* em oposição ao “marxismo dogmático”. Em tom conclusivo, Ghioldi afirmava que “depois de 45 anos de revolução socialista vitoriosa” não seria “lícito ou admissível um marxismo fora do marxismo-leninismo” (Ghioldi apud Editores, PyP 2-3, 1963, p. 236). Enfim, a ênfase da crítica recaía sobre a ideia de “nova geração” que, para o dirigente, seria uma categoria que, posta acima de tudo, negaria as classes (Ghioldi apud Editores, PyP 2-3, 1963, p. 236).

Os cordobeses reagiram, a começar, pela afirmação de que se limitariam a simplesmente controlar o que era escrito, pois disso, de fato, seriam responsáveis (Editores, PyP 2-3, 1963, p. 236). Frente às insinuações de Ghioldi de que o pensamento da revista tivesse que ver com autores como Haya de La Torre, Paz Estenssoro, Palacios, Grondona, Juliáns Marías, Ortega y Gasset, esclareciam que bastaria recorrer a Palmiro Togliatti, de cujo pensamento teria sido retirado “o central da demonstração” (Editores, PyP 2-3, 1963, p. 237). Insistiriam também que não se poderia ocultar, por força, o fato de que as gerações existem e que o advento dos mais jovens e sua inserção na vida política e social, sempre e em qualquer sociedade, colocaria problemas novos e “que tendem a expressar-se através de críticas às gerações precedentes” (Editores, PyP 2-3, 1963, p. 237). O marxismo, por seu turno, teria a possibilidade de resolver o problema, desde que se mantivesse “aberto ao novo”, sendo capaz de abandonar a “frase feita, o estereótipo, o lugar comum, o dogmatismo” (Editores, PyP 2-3, 1963, p. 236). O conflito geracional tenderia a se desenvolver e atingir maiores proporções na mesma medida em que fosse ignorado.

O enfoque togliattiano desdobrado no contexto argentino não deixava de carregar algumas de suas contradições. Por um lado, o dirigente italiano havia circunscrito os escritos de Gramsci a uma perspectiva nacional. Sob o manto das “especificidades locais”, Togliatti buscara um arranjo da obra gramsciana que apresentasse certa compatibilidade com a perspectiva soviética, ou que pelo menos não explicitasse uma ruptura com ela. Preso à “especificidade nacional” ou à “via italiana”, Gramsci estaria, assim, fora das grandes disputas do movimento operário internacional das décadas de 1920 e 1930. Por outro lado, é possível dizer que essa operação, ao buscar um lugar de encontro de Gramsci com a cultura italiana, tenha permitido tomar alguma distância do modelo staliniano-jdanovista e introduzir a identidade gramsciana entre cultura e política (Liguori, 2012, p. 96). Nesse sentido, ao longo dos anos 1950 e 1960 a ênfase de Togliatti na realidade nacional, que acompanharia a circulação dos escritos de Gramsci, permitiu

aos comunistas argentinos, mediante o expediente da analogia histórica e cultural, se colocarem a tarefa de atualização da teoria. Esse movimento não deixou, entretanto, de buscar uma reinserção ao ambiente “marxista-leninista”:

Nunca pudemos imaginar que a quantidade de vezes que se cita a Lênin fosse um critério para demonstrar a cota de leninismo em uma argumentação. Em vez de citá-lo *a tontas y a locas* – método bastante habitual na esquerda – preferimos incorporá-lo como instrumento de análise de uma realidade que pretendemos abordar. Em outra parte da revista falamos da necessidade do “retorno a Lênin” e com isto fizemos referência a essa capacidade de Lênin de analisar dialeticamente as condições concretas, a esse desapego pelas fórmulas e as frases feitas, a seu repúdio a toda classe de clichês, a seu espírito antidogmático e profundamente crítico. Hoje se trata de assimilar esse espírito e de estar menos apegados às fórmulas. E se o marxismo “ortodoxo” ou staliniano, significou de fato um freio ao desenvolvimento – e entendamos bem, dizemos um freio – o que é o marxismo-leninismo senão um “marxismo crítico”? Enquanto aos aportes concretos do marxismo-leninismo, longe estamos da ideia de rechaçar suas conquistas. Mas como nossa análise se referia fundamentalmente à realidade nacional e às debilidades da esquerda em nosso país, teria sido preferível que Rodolfo Ghioldi nos dissesse se nossa crítica era correta ou não, em lugar de aproveitar-se dos méritos do programa do PCUS e da declaração de seus 61 partidos! *Hic Rhodus, hic salta!* (Editores, PyP 2-3, 1963, p.237-238).

Os redatores reivindicavam, portanto, ter incorporado Lênin em suas análises, sem se ater ao critério de demonstrar “a cota de leninismo” pela quantidade de citações. Mais uma vez, a ênfase estaria na *realidade nacional* que se pretendia abordar e na análise das debilidades então atribuídas à esquerda nacional, assumindo ainda o caso soviético como exemplar. Neste mesmo número, como veremos mais adiante, Aricó introduziria um conjunto de textos que apresentavam a perspectiva italiana sobre o XXII Congresso do PCUS, no qual afirmava: “o caminho russo, salvo todas as particularidades nacionais, é o caminho que deverá recorrer o povo argentino na construção de uma sociedade humana” (Aricó, PyP 2-3. 1963, p. 198-199). Por fim, a “Nota da Redação” compartilhava com seus leitores que, simultaneamente à crítica de Ghioldi, considerada “superficial e extemporânea”, a direção do PCA em Córdoba, com a “anuência da direção nacional”, havia decidido excluir de suas linhas partidárias quatro redatores de *Pasado y Presente* por terem se negado a abandonar o trabalho na revista (Editores, PyP 2-3, 1963, p. 238).

A expulsão dos jovens gramscianos expressaria dramaticamente a tensão geracional que, em sentido amplo, daria lugar à formação da “nova esquerda intelectual argentina”, segundo interpretação de Terán (2013). No caso, isso significou uma ruptura total com Agosti que, mesmo receoso, havia inicialmente apoiado a revista. Em seu

entendimento, apesar do risco de dispersar esforços, uma publicação cordobesa permitiria formar uma equipe ampla de colaboradores na cidade. Nesse sentido, a revista estava pensada para ser de frente única, ou seja, não diretamente identificada com o partido, como os *Cuadernos de Cultura*. Assim que foi publicada, Schmucler foi o encarregado por levá-la às mãos do mestre. Além do reconhecimento pela dívida intelectual que a iniciativa tinha com suas orientações e seu esforço por ampliar a concepção e o alcance do trabalho cultural partidário, Schmucler advertia que, dentro da concepção geral da luta ideológica, talvez a revista abrigasse certas apreciações diferentes sobre “particulares aspectos da totalidade deste combate” (Schmucler, 1963, carta a Agosti, FHPA/CEFMA apud Petra, 2017, p. 371).

Depois da expulsão dos redatores, inclusive do grupo liderado por Portantiero em Buenos Aires, a ruptura de Agosti com seus discípulos foi total – nunca mais os recebeu nem permitiu nenhum contato. Esta foi uma mudança dramática, já que mantinha proximidade grande com Portantiero, Aricó, Del Barco e Schmucler. Todo o trabalho de renovação, no qual particularmente havia se empenhado, submergiu de uma só vez. Até fins dos anos 1950, o PCA ocupava um lugar hegemônico no mundo cultural das esquerdas argentinas. Sustentada em uma estrutura de consideráveis proporções que incluía várias revistas, editoriais e organizações frentistas e culturais, a cultura comunista argentina, apesar dos esforços de Agosti, não desenvolveu uma linha reconhecível e diferenciada no campo cultural mais geral e se manteve dentro dos moldes da herança liberal. A hegemonia comunista passou a se decompor, portanto, quando a identidade antifascista que havia unificado os intelectuais comunistas entrou em crise definitiva. Isto é, na medida em que adquiria relevância o esforço por realizar uma releitura do fenômeno peronista e o liberalismo passava a ser objeto de uma crítica generalizada.

Essa grande transformação ideológica marcou uma cisão geracional cujo centro catalisador havia sido o peronismo, a Revolução Cubana e os efeitos do XX Congresso da PCUS (Altamirano, 2013; Terán, 2013). Em nosso ponto de vista, *Pasado y Presente* representou exemplarmente este conflito que atravessou o mundo comunista a partir dos anos 1960, tanto em sua atenção direcionada aos efeitos da Revolução Cubana no continente latino-americano, como em sua disposição em se aproximar do mundo peronista. Essa mudança encontrou, inclusive, um desfecho no contato que o grupo da revista teve, logo após a expulsão do PCA, com a luta armada.

Ao longo dos anos 1960, o continente inteiro presenciou o surgimento de “focos” guerrilheiros, ou seja, “pequenos grupos de militantes armados nas serras e nas selvas”,

consequência lógica e inelutável da adoção por parte da Revolução Cubana dos pontos de vista esboçados (Castañeda, 1993, p. 72). Se Fidel Castro e Ernesto Che Guevara haviam derrotado a ditadura de Fulgencio Batista graças à ação militar de um grupo inicialmente minúsculo de militantes audazes, a reprodução da tentativa tornava-se uma possibilidade. Na América Latina, os grupos armados germinaram como reação aos partidos comunistas que, por unanimidade, se negaram a participar das “aventuras armadas”. Em 1963, se instalou no noroeste argentino o que teria sido a primeira guerrilha marxista na Argentina, o *Ejército Guerrillero del Pueblo* (EGP) (Cf. Castañeda, 1993). Situada na província de Salta, a guerrilha fora promovida por Cuba em meio aos planos de Ernesto Che Guevara para o cone sul latino-americano e tinha entre seus primeiros combatentes o ex-militante comunista Ciro Bustos, através de quem o grupo de *Pasado y Presente* se vinculou à experiência:

Em 1954 entramos no EGP. Eu encontro Ciro Bustos em Bell Ville e entramos em contato. O grupo entra nessa aventura. Depois eles financiam um número da revista e nós publicamos o artigo de Debray.¹¹⁸ Eu me entusiasmei muito com tudo aquilo, Pancho [Aricó] não. Eu vou para Bell Ville e um amigo me diz “olha, aqui tem um delegado de Che”; e isso era muito. Ali conheço Ciro Bustos, que era delegado de Masetti, o “Comandante Segundo”. Depois ele vem a Córdoba e conhece a outra parte do grupo. Nós participamos bastante. Havia um tal de Hermes, que era um dos cubanos que tinham vindo ao Noroeste. Com ele tínhamos que levar comida e organizar o transporte (Del Barco, entrevista concedida a Burgos, Córdoba, dezembro de 1996 apud Burgos, 2004, p. 84-85).

Embora o vínculo não tenha se dado de maneira homogênea entre os integrantes da revista, Aricó e Portantiero consideraram este um fato importante na constituição de todo o grupo:

Este é um fato: a formação deste grupo. Nós éramos reticentes a essa formação, pelo menos em meu caso, no caso de Kieckzkowski, de Schmucler, talvez até de Oscar del Barco. O outro elemento que se junta, que sim teve uma importância decisiva, foi o encontro com a guerrilha de Segundo (Aricó, [1991] 2014, p. 131-132).

A ruptura com o PC significou também a primeira vinculação com uma experiência terrível e dolorosa que culminaria na tragédia dos 70. Foi então, nos anos 1960, a vinculação que essa ruptura teve com a guerrilha em Salta, lugar até onde chegou Pancho para entrevistar o “Comandante Segundo” e nos trazer a versão do que estava se passando, uma versão que já nos passava a

¹¹⁸ “El Castrismo: la gran marcha de América Latina” (Regis Debray, *Pasado y Presente*, n.7-8, Córdoba, março/1965). A primeira versão em francês havia sido publicada em janeiro do mesmo ano em *Les Temps Modernes*. Seria ainda republicado em Debray, R. *Essais sur l’Amérique Latine* (Paris: Maspero, 1967) e traduzido ao inglês como “Latin America: The Long March” em *New Left Review* 1/33 (Setembro/Outubro 1965).

convicção de que isso iria terminar muito mal, como efetivamente terminou (Portantiero, 1991, p. 34).

A guerrilha foi derrotada entre março e abril de 1964,¹¹⁹ e o fato de alguns membros do grupo de *Pasado y Presente* terem participado do apoio logístico ao “Comandante Segundo” apresentou consequências – um dos membros fundadores da revista, Samuel Kieczkovsky, ficou preso por um ano. Do ponto de vista ideológico, as marcas mais evidentes deixadas no grupo foram expostas no editorial do quarto número, publicado em janeiro-março de 1964. A revista completava então o seu primeiro ano de existência e o texto assinado por Aricó, intitulado “Exame de consciência”, buscava oferecer um balanço do período. Retomava-se, então, a expectativa “iluminista” que animara o surgimento do grupo – impulsionar um processo de renovação ideológica e prática no interior de uma organização que “se apresentava anacrônica e mumificada”. O objetivo seria o de inverter um processo de enquadramento da realidade a partir de princípios gerais, pois haviam “compreendido que a funcionalidade das chaves interpretativas marxistas exige peremptoriamente que *emanem* dos próprios fatos” (Aricó, PyP 4, 1964, p. 241, *grifos do autor*). Um ano após *Pasado y Presente* ter sido lançada e o seu grupo expulso do partido, o projeto que pretendia se desenvolver em seu interior havia se convertido em oposição radicalizada:

A repugnância a toda discussão teórica em meio a uma polêmica internacional que a convertia em uma necessidade vital, a permanente tendência a resolver de forma administrativa ou autoritária toda discussão ideológica nos parecia como a clara demonstração da existência de uma acabada estrutura stalinista em nossa organização. Na era stalinista duvido que nenhuma o tenha sido tanto como a direção do partido comunista argentino (Aricó, PyP 4, 1964, p. 242).

A direção do PCA teria sido incapaz de levar adiante a exigência de renovação, aprofundamento teórico e reexame histórico que o XX Congresso trazia consigo. E estes eram problemas que não poderiam ser resolvidos de um dia para outro, pois exigiriam “uma verificação e reelaboração permanente em estreita relação com o desenvolvimento da teoria e da prática revolucionária (...) com a análise da estrutura do país em que atua, com a estratégia que se coloca, com as linhas táticas que decide empregar” (Aricó, PyP 4, 1964, p. 243). A constatação do fracasso do partido em fundir consciência revolucionária e ação da classe operária – de modo a formar uma vontade nacional-popular – levava *Pasado y Presente* a endurecer a crítica ao grupo dirigente. Um profundo

¹¹⁹ A respeito desta experiência guerrilheira, ver *Los orígenes perdidos de la guerrilla en Argentina* (Rot, 2000).

déficit de realidade teria levado à ruptura da dialética estrutural entre base e direção, e os jovens de Córdoba se viram diante da necessidade de buscar no passado as razões que explicassem tamanha “falência histórica”.

Após a expulsão – e, portanto, do impedimento de realizar esta investigação no interior da organização – os redatores de *Pasado y Presente* passaram a atribuir explicitamente um caráter dogmático ao PCA. O rompimento com os jovens gramscianos foi implacável, e um longo número de *Cuadernos de Cultura* fora dedicado a refutar o grupo sob a alcunha de “nova esquerda anticomunista”. Aricó respondia o ataque dizendo que não interessaria à *Pasado y Presente* “inventar problemas inexistentes com o obscuro fim de destruir a imagem de perfeição e honestidade partidária que pretendem nos servir os que esqueceram sua responsabilidade de intelectuais e, portanto, seu juízo crítico” (Aricó, PyP 4, 1964, p. 244). A finalidade, reafirmava Aricó, seria a de entender porque o PCA não cumprira, nem cumpriria, a função de dirigente das massas na Argentina – “e isto é o que nos dói, porque queiramos ou não, os males que afetam ao Partido Comunista são os males que afetam a toda esquerda. Se enquanto esquerda somos corresponsáveis dos males dos comunistas, ninguém pode discutir o direito de examiná-los” (Aricó, PyP 4, 1964, p. 245).

O movimento pendular entre um “empirismo sem princípios” e um “dogmatismo abstrato”, característico do stalinismo, teria levado o movimento comunista a uma soma incrível de fracassos. No caso argentino, esta seria a base da equívoca atitude adotada frente ao peronismo, mas não só. Aricó elencaria três feitos cuja incidência teria sido fundamental para a “crise de consciência” da qual surgira *Pasado y Presente* – além do XX Congresso do PCUS e da Revolução Cubana, somava-se o fracasso da política “desenvolvimentista” levada a cabo nas eleições de março de 1962, cuja vitória peronista expressiva levaria a mais um golpe, apenas onze dias depois do pleito:

Pensávamos que a experiência frondizista havia sido bastante esclarecedora para permitir que nós, comunistas argentinos, tirássemos todas as conclusões necessárias. Posto que se houve quem confiou ingenuamente, com uma ingenuidade pequeno-burguesa, nas promessas de Frondizi e sua equipe, este foi o Partido Comunista. Por isso, o fracasso da política “desenvolvimentista” não poderia deixar de afetar o prestígio do grupo dirigente comunista que, recusando-se a analisar a realidade em termos de classe, como era sua obrigação revolucionária, alinhou o partido na expectativa de êxito de uma experiência que não podia deixar de ser um ato fracassado (Aricó, PyP 4, 1964, p. 248).

Para Aricó, o partido havia sido ingênuo frente à burocracia peronista – que teria conseguido neutralizar as massas e absorver a esquerda – deixando de assumir a direção

da “ruptura revolucionária” aberta pelas eleições de 18 de março de 1962. E, “quando um partido revolucionário desaproveita uma situação favorável o processo se inverte, as esperanças das massas cedem lugar à desilusão e as forças do partido retrocedem, se estancam, se tornam passivas” (Aricó, PyP 4, p. 249). Essas eram as preocupações que teriam levado Aricó e os demais integrantes de *Pasado y Presente* a efetivar uma crítica “que só teria validade na medida que deixasse de ser ‘interna’, que não poderia, portanto, ser ‘absorvida’ pelo *aparato*” (Aricó, PyP 4, p. 249, *grifos do autor*).

O problema fundamental estaria no princípio de autoridade. A interdição das pesquisas filosóficas, como aquela empreendida por Del Barco sobre a objetividade no pensamento de Gramsci, serviria apenas para defender a “infalibilidade” dos intérpretes locais. Mais do que um “religioso respeito pela teoria, no plano de fundo desta posição encontramos uma mais terrena e mesquinha defesa de uma instrumentação política determinada” (Aricó, PyP 4, p. 249). Este mecanismo autoritário interditaria a possibilidade de pensar um “caminho argentino” ao socialismo:

O princípio da autoridade no máximo é o que pode nos permitir copiar textualmente as formulações soviéticas, (...) mas não nos outorga a suficiente autonomia crítica, o necessário voo teórico para julgar acertadamente a II Declaração de Havana, por exemplo (Aricó, PyP 4, 1964, p. 249).

Para elucidar o que seria um “terrorismo ideológico”, Aricó apontava trechos da crítica de Agosti:

A atração desajeitada e malévola de silenciar o adversário por meio de sua classificação de “anticomunista” ou de covarde, como Agosti insinua com seu habitual jesuitismo na apresentação do número (“...em alguns casos, geralmente surgem escrúpulos de consciência, seja porque estão completamente à parte do movimento de massas, ou porque as duras condições do trabalho político, incluindo a quantidade de repressão policial, os fazem conceber a prudência de alguma discrepância”) não podem nos inibir (Aricó, PyP 4, 1964, p. 244, *grifos do autor*).

Esta não seria a única vez que Aricó investiria contra o antigo mestre no texto. Em outra passagem, acusaria Agosti de praticar “bizantinismo” teórico em sua desautorização do grupo enquanto “nova vanguarda revolucionária” de extração pequeno-burguesa que, com um “insurrecionismo infantil cometia um ato de crasso analfabetismo... leninista” (Aricó, PyP 4, 1964, p. 251). O envolvimento do grupo com a luta armada era referido, aqui, como “insurrecionismo infantil”. Segundo Aricó, o ataque mediante “citações de Lênin” e o recurso à autoridade refletiria a ausência de uma apreciação justa sobre a Revolução Cubana. Retomando este editorial em entrevista, três

décadas depois, Aricó lembrava os motivos que teriam motivado o endurecimento de sua postura crítica frente a Agosti:

Entre esse editorial e o primeiro número, Agosti deu uma conferência na Faculdade de Arquitetura. Ocorreu uma agressão ali a um dos companheiros de *Pasado y Presente* que estava vendendo a revista na porta. Foi brutalmente golpeado por serviços de segurança do Partido Comunista. Isto nos irritou muito. Nos irritou muito que os comunistas o fizeram e que Agosti tenha permitido isto. Creio que a resposta a Agosti está ditada por essa espécie de desencanto e frustração que tivemos frente a sua atitude. Por outra parte, essa resposta tentava mostrar o falso equilíbrio que pretendia realizar Agosti frente a um problema que requeria outra solução. Quiçá, não a solução que nós dávamos, porque ali aparecíamos ultra radicalizados, mas tampouco essa definição puramente gramatical, nas palavras, que tentava dar Agosti. A partir destes anos nunca tivemos um sentimento de animosidade forte contra ele. Sempre tivemos a dor dessa relação perdida, que teríamos gostado de conservar. Porque pensávamos que era o melhor que existia dentro do Partido Comunista (Aricó, [1991] 2014, p. 119).

Neste momento, a Revolução Cubana assumia centralidade na empenhada polêmica de Aricó com a orientação comunista oficial. Para o então jovem intelectual, a experiência cubana trouxera ao marxismo e ao leninismo uma série de “originalidades” incontornáveis – uma bem-sucedida revolução popular dirigida por um grupo de extração pequeno-burguesa e apoiado fundamentalmente pelo campesinato, que havia atuado por completo à margem do partido comunista. Com isso, teria destruído um “mito” sob o qual repousaria “grande parte da fortaleza potencial dos dirigentes comunistas: a convicção de que não poderia haver um processo revolucionário sem a prévia direção do Partido Comunista” (Aricó, PyP 4, 1964, p. 150). Essa convicção estava assentada na mera *aceitação* ou *adaptação* – às “particularidades nacionais” – de um princípio de “validez universal” e isto, segundo Aricó, é o que impediria um exame detido da luta de classes na Argentina e na América Latina, levando a uma ação política equivocada.

O primeiro equívoco estaria em adotar o “caminho pacífico” como uma necessidade e um objetivo de trabalho, deduzido da “possibilidade” de transição pacífica ao socialismo que estava presente, especialmente, nos países de capitalismo avançado, em que a maturação subjetiva do sistema corresponderia a um avanço do processo de estruturação de um proletariado como classe hegemônica de um novo bloco histórico (Aricó, PyP 4, 1964, p. 251). Cuba mostraria, ao contrário, que nos países dependentes do imperialismo, a república “democrática” *nem sempre* seria a melhor cobertura para a luta revolucionária (Aricó, PyP 4, 1964, p. 252). Segundo a perspectiva radicalizada exposta por Aricó, esta seria uma condição de alienação às liberdades burguesas, quando

posta acima dos interesses de classe. Em última instância, seria “a *condição ideológica* para a subsistência do sistema capitalista, seria *uma forma* de Estado burguês” (Aricó, PyP 4, 1964, p. 252, *grifos do autor*).

A luta pela restauração das liberdades burguesas, portanto, correria o risco de tornar-se contrarrevolucionária, ao “facilitar os objetivos burgueses de absorção, de ‘constitucionalização’ da ação proletária” (Aricó, PyP 4, 1964, p. 253). A Revolução Cubana demonstraria, ao contrário, “a possibilidade da violência como levedura necessária do novo sistema”. Ou seja, “a violência como meio para acentuar subjetivamente o enfrentamento de classe” (Aricó, PyP 4, 1964, p. 253). Logo, o exemplo cubano implicaria uma tarefa irrefutável:

O trabalho de estruturação de uma teoria da revolução argentina que sirva fundamentalmente de estímulo teórico à força material destinada a sua realização e que nos permita simultaneamente localizar-nos com autonomia crítica na polêmica internacional a partir de nossas experiências concretas (Aricó, PyP 4, 1964, p. 254).

O ponto de partida estaria no problema das relações de estrutura-superestrutura, de modo que fosse possível alcançar uma visão adequada das forças atuantes do processo histórico no país. O editorial era tão radical quanto ambicioso, e prometia um número especial de *Pasado y Presente* destinado a essa análise da realidade nacional. Na ocasião, Aricó já lançava, entretanto, alguns dos pressupostos considerados “essenciais” para as futuras elaborações. O primeiro era o de que as raízes do capitalismo argentino deveriam ser rastreadas nas “particularidades que assumiu o processo de incorporação do país no mercado mundial” (Aricó, PyP 4, 1964, p. 254). Esse processo teria levado a um desenvolvimento na Argentina de um capitalismo débil conformado por um bloco histórico agrário-industrial, “crescido à sombra do compromisso selado pela grande burguesia latifundiária, a burguesia comercial e o capital monopolista estrangeiro” (Aricó, PyP 4, 1964, p. 254). Depois da afirmação do capitalismo no campo, em uma envoltura caracterizada pelo latifúndio, havia se expandido o capitalismo “industrial”, “sempre em estreita conexão e dependência com o mercado mundial e, portanto, com o capital monopolista que o controla” (Aricó, PyP 4, 1964, p. 255). Nas brechas abertas pela conjuntura internacional teria surgido, por medidas estatais, uma indústria voltada ao mercado interno, “mantendo e acentuando as contradições existentes, ainda que em novos níveis de desenvolvimento” (Aricó, PyP 4, 1964, p. 255). Isto é, ainda que tenha representado avanço das forças produtivas, não permitira a estruturação de um mercado capitalista homogêneo e unificado nacionalmente.

Para Aricó, o país representaria, mais que uma nação, uma “unidade formal de realidades contraditórias”, uma “justaposição de zonas caracterizadas por distintas relações sociais” (Aricó, PyP 4, 1964, p. 255). Coexistiriam, assim, grandes centros industriais e agrários de elevado desenvolvimento capitalista junto a um vasto “*hinterland*” em que ainda predominariam relações pré-capitalistas, reduzido a um mercado semicolonial, além de uma fonte de mão de obra barata e poupanças para as classes dominantes argentinas (Aricó, PyP 4, 1964, p. 255). As duas realidades – o litoral agrário e industrial e o interior colonial – seriam a “trágica demonstração das limitações históricas do capitalismo argentino”, resultado da “penetração violenta, compulsiva, sangrenta do capitalismo estrangeiro” (Aricó, PyP 4, 1964, p. 255). Sobre essa base, se estruturaria o bloco de classes que constituiria o Estado argentino, uma expressão da “aliança das forças ‘urbanas’ e ‘rurais’ do litoral com os barões da terra do ‘hinterland’ semi-colonial” (Aricó, PyP 4, 1964, p. 255).

Aricó buscava, aqui, desmascarar a falsa dicotomia entre indústria nacional e imperialismo, que seria própria de um “anti-imperialismo pequeno burguês”, do qual não estaria isento o PCA. A exploração imperialista dos países dependentes não seria, em sua apreciação, incompatível com uma “pseudo-industrialização”, desde que esta não alterasse a velha estrutura. Em conclusão, haveria um desenvolvimento “combinado” ou “desigual”:

Em que a nova empresa se incrusta na estrutura atrasada e a reforça posto que dos desníveis provocados entre seu “modernismo” e a “senilidade” de tal estrutura extrai a fonte maior de seus benefícios extraordinários. Coexistem em um equilíbrio prenhe de novas e múltiplas contradições, diferentes formas históricas (Aricó, PyP 4, 1964, p. 255).

Assim, o imperialismo passava a ser visto desde o interior da estrutura econômica na qual está inserido como figura principal, e não mais “como uma excrescência estranha que poderia ser varrida sem decapitar e triturar a mesma estrutura” (Aricó, PyP 4, 1964, p. 255). Concluía Aricó que a chamada “indústria nacional” e o capital monopolista estrangeiro estariam na Argentina “vinculados por uma trama tão vasta de conexões” que poderiam “ser considerados como *interdependentes*” (Aricó, PyP 4, 1964, p. 256). O peronismo teria sido, nesse sentido, a primeira tentativa de estabelecer um novo equilíbrio de forças, na investida de deslocamento da “oligarquia latifundiária” do poder político mediante a utilização por parte da burguesia da enorme capacidade de pressão que possuía a classe operária (Aricó, PyP 4, 1964, p. 258). Em resumo, “a política de Perón consistiu

essencialmente na formação de um novo bloco de poder assentado na aliança de duas classes: a burguesia industrial e o proletariado” (Aricó, PyP 4, 1964, p. 258).

Mesmo a vertente considerada “mais avançada” da burguesia, representada pelo peronismo, teria sido incapaz “de afrontar de maneira radical uma política de modificação da estrutura agrária, que era a única medida que podia permitir-lhe realmente uma plena expansão do mercado interno” (Aricó, PyP 4, 1964, p. 258). Para Aricó, Perón fracassara por não ter modificado a velha estrutura “atrasada” do interior. Este era um juízo bastante distinto daquele defendido pelo grupo dirigente do PCA que, segundo Aricó, permaneceria a difundir os “estereótipos que o positivismo burguês fixou nas mentes da aristocracia operária”, com sua “virulência obcecada” contra tudo o que cheirasse a “populismo” (Aricó, PyP 4, 1964, p. 259).

Como “ideologia justificadora” para sustentar a divisão do país, e como parte de um positivismo “grosseiro”, estava a ideia de que a desigualdade de desenvolvimento e a miséria das províncias decorreriam de desigualdades naturais, de fatores psicológicos, do poder das tradições ou dos estigmas biológicos (Aricó, PyP 4, 1964, p. 259). Essa ideologia positivista se fazia presente no PCA através do “paternalismo” com que veriam a história argentina, entendida mais como um processo das “elites” do que como luta das massas. Somar-se-ia ainda uma exaltação exagerada da tradição burguesa; uma dificuldade inexplicável para traduzir à linguagem das massas a visão marxista de mundo e da história; além de uma incapacidade congênita em considerar o homem real e concreto, “o proletário de Avellaneda ou Tucumán, e não o Operário com maiúscula, que só expressa uma pobre abstração conceitual” (Aricó, PyP 4, 1964, p. 259).

Por trás do “paternalismo” estaria, para Aricó, a crença do PCA em sua própria superioridade, junto a uma profunda ingenuidade sociológica presente na crença de que haveria “uma massa operária sempre pronta para a luta, esperando a voz da vanguarda para fazer a revolução”, permanentemente traída pela burocracia peronista, da qual não conseguiria “se livrar” (Aricó, PyP 4, 1964, p. 260, *grifos do autor*). Era necessário saber, segundo Aricó, com “objetividade científica”, quais as condições existentes para que o proletariado conseguisse exercer seu papel revolucionário e quais seriam os fatores que obstaculizariam este processo. Era necessário questionar de onde derivaria o “tremendo poder de absorção da resistência proletária” que manifestariam as classes dominantes argentinas. Diante desta questão, seria insuficiente o recurso à fraude, ao poder do Estado ou à corrupção como explicações para as limitações da condição operária na Argentina, e em outros países dependentes ou “coloniais” (Aricó, PyP 4, 1964, p. 260).

As interrogações a respeito do “homem real e concreto” emergiam no texto de Aricó através da analogia estabelecida entre seu país e a Questão Meridional italiana, especialmente na atenção dedicada aos obstáculos que impediriam a conversão do proletariado em classe hegemônica – e, portanto, dirigente do processo de renovação de toda sociedade argentina. A questão agrária e a reivindicação de que o proletariado se despojasse “de todos os resíduos corporativos, de todo espírito de grupo ou preconceito sindicalista”, e se concebesse como classe “universal”, era extraído diretamente do seguinte trecho:

O metalúrgico, o marceneiro e o operário da construção civil, etc., devem não só pensar como proletários e não mais como metalúrgico, marceneiro, operário da construção civil, etc., mas devem dar ainda um passo à frente: devem pensar como operários membros de uma classe que tende a dirigir os camponeses e os intelectuais, de uma classe que só pode vencer e construir o socialismo se for ajudada e seguida pela grande maioria destes estratos sociais. Se não conseguir isso, o proletariado não se torna classe dirigente; e tais estratos, que representam na Itália a maioria da população, ao continuarem sob a direção burguesa, darão ao Estado a possibilidade de resistir à ofensiva proletária e de derrotá-la (Gramsci, 2004 [1926], p. 416).

Atento à forma específica do desenvolvimento da história italiana, Gramsci afirmava que a “hegemonia do proletariado” residiria na obtenção do consenso de amplas massas camponesas. Para isso, seria necessário “modificar a orientação política e a ideologia geral do próprio proletariado, enquanto elemento nacional que vive no conjunto da vida estatal e sofre inconscientemente a influência da escola, do jornal, da tradição burguesa” (ibid., p. 408). Também no que tocava a questão ideológica argentina, seria preciso eliminar do horizonte mental do proletariado as ideologias reformistas, plantadas pela burguesia através de “mesquinhos privilégios”. Nesse sentido, Aricó apontava a “ideologia tradeunionista” como grande responsável pela fragmentação da classe, o que a impediria de exercer uma função hegemônica. O partido revolucionário teria a missão de mediar a imediatividade proletária e a cultura em uma totalidade transformadora:

A função hegemônica é um produto, portanto, de um tenaz labor ideológico e político da esquerda revolucionária no seio da fábrica (revalorizando-a como núcleo central de sua atividade e política, posto que é *a partir* da luta no interior da mesma fábrica como a classe operária adquire a consciência de produtora necessária para conquistar a direção moral e intelectual das classes subalternas) (Aricó, PyP 4, 1964, p. 261).

A questão da hegemonia, no caso argentino, era traduzida “na unidade do proletariado urbano e rural com as massas campesinas e semiproletárias do ‘hinterland’ colonial” (Aricó, PyP 4, 1964, p. 261). Para isso, seria necessário destruir o bloco

latifundiário que havia centralizado e dominado toda a sociedade “tradicional”. Esse bloco funcionaria através da mediação de intelectuais, provenientes da pequena e média burguesia rural, entre proprietários e massas camponesas. À exemplo da sociedade italiana, sua função seria a de homogeneizar “em sentido conservador *a inorgânica e desagregada* sociedade tradicional *norteña*” (Aricó, PyP 4, 1964, p. 262, *grifos nossos*). Aqui ganhava centralidade a questão dos intelectuais, justificada mediante citação do seguinte trecho de Gramsci:

A experiência de muitos países (...) demonstrou que se os camponeses se movem por impulsos “espontâneos” os intelectuais começam a oscilar e, reciprocamente, se um grupo de intelectuais se coloca sobre uma nova base de política filocampesina concreta, ela acaba por arrastar consigo frações de massa cada vez mais importante. Se pode afirmar, no entanto, que dada a dispersão e o isolamento da população rural e das dificuldades para concentrá-la em sólidas organizações, *convém iniciar o movimento pelos grupos intelectuais...* (C. 19, § 24, p. 2024 [*grifos de Aricó*]).

Entre as características que tornariam a sociedade tradicional argentina “inorgânica”,¹²⁰ Aricó apontava a inexistência de “uma verdadeira sociedade civil”; a violência que dominaria as relações entre o Estado e os trabalhadores; e a condição de fraqueza, fragilidade e a inclinação de servir ao latifundiário própria de suas camadas intelectuais (Aricó, PyP 4, 1964, p. 263). Além disso, os organismos “privados” de mediação social estariam reduzidos a uma “mínima expressão”. Diante desse cenário, seria necessário que o proletariado urbano e suas organizações de classe se colocassem a tarefa de estruturar “novos esqueletos organizativos”, que fossem capazes de combinar a luta política – nesse caso, sugerido pela formação das ligas dos camponeses pobres – com a ação direta. Só assim, acreditava Aricó, poderia “ser posta em movimento esta sociedade, só assim conquistará a classe operária o coro do que necessita para triunfar” (Aricó, PyP 4, 1964, p. 263). Neste aspecto, Aricó citava a experiência brasileira das ligas camponesas sob a liderança de Francisco Julião¹²¹ como demonstração de que “todo

¹²⁰ Registramos a aproximação conceitual com aquilo que Caio Prado Jr. havia identificado na formação colonial brasileira como “setor inorgânico”. O historiador brasileiro recorria ao termo para qualificar uma específica camada social. Oriundos de cada ciclo de “prosperidade e ruína” – que resumia, para Prado Jr., a história econômica do Brasil colônia – os inorgânicos formariam uma massa popular que vivia permanentemente à margem da ordem social, dada a carência de ocupações normais e estáveis “capazes de absorver, fixar e dar uma base segura de vida à grande maioria da população livre da colônia” (Prado Jr., 2011 [1942], p. 302). Traços comuns entre a sociedade tradicional argentina e este estrato social brasileiro estariam dados pela violência, marginalização e instabilidade – que, como teorizado por Gramsci, acentuariam a desagregação e fragmentação próprias à subalternidade.

¹²¹ É interessante que o paralelo com a região nordestina brasileira tenha aparecido neste ponto do desenvolvimento teórico de Aricó, em que aprofunda sua análise da sociedade argentina a partir da Questão Meridional. Haveria uma concentração regional dos estratos “inorgânicos” identificados por Caio Prado Jr. e que teriam propiciado ao Nordeste como lugar para a “ação direta”, segundo Francisco de Oliveira ([1977]

desenvolvimento orgânico das massas está ligado aos movimentos da estrutura ‘intelectual’ (isto é, organizativa), que os conecta e depende desses movimentos” (Aricó, PyP 4, 1964, p. 263). Importante registrar que, em “O que são as ligas camponesas?” (1962), Julião esclareceu que não havia interferido na fundação das ligas. Nascidas como sociedade civil beneficente, seu objetivo primeiro teria sido o de fundar escolas primárias e formar um fundo para adquirir caixões de madeira destinados às crianças que, naquela região, morriam “em proporção assustadora” (Julião, 1962, p. 24). À organização espontânea dos camponeses não tardara, entretanto, a repressão pelos latifundiários. É, então, que os camponeses, à procura de um advogado, teriam chegado a Julião que, tomando conhecimento dessas organizações, teria dado início imediatamente à “doutrinação daquela massa (...) de modo a ascender na consciência de todos uma luz que espantasse o medo. Lutávamos em três frentes: no campo, na Justiça e na Assembleia” (ibid., p. 26).

Segundo a interpretação de Burgos (2004, p. 80), esse editorial de *Pasado y Presente* seria singular na trajetória da revista. Isso porque as afirmações de cunho “guevarista-debrayano” trariam como analogia histórica principal a Revolução Cubana, a centralidade da classe operária daria lugar às massas camponesas e a referência gramsciana teria menor destaque, ficando relegada à questão dos intelectuais. No entanto, como demonstramos, permaneceu como lastro importante da interpretação de Aricó a analogia com a história italiana, principalmente na referência à Questão Meridional, para pensar a sociedade argentina. Antes mesmo da Revolução Cubana e da guerrilha de Salta, Aricó já manifestara interesse em desenvolver um estudo sobre o problema da terra na Argentina e, para isso, buscara os famosos escritos pré-carcerários de Gramsci, como afirmara em carta endereçada a Agosti de novembro de 1957:

A mim interessa em particular fazer o estudo desde o ponto de vista de nosso problema central: *o problema da terra*. Mas me assusta um pouco a magnitude do estudo que se tem de encarar, que em princípio terá se fazer como diz Gramsci “desde um ponto de vista monográfico”. Estou tratando de formar um conjunto de companheiros para iniciar um estudo deste tipo, seguindo um plano e creio que lograremos. Existem muitos problemas, de militância, de estudo, pessoais, que se interpõem, mas veremos o que se pode fazer. Você

2008, p. 222) – que também tinha em mente a analogia com a situação italiana: “O Estado, *não* sendo o centro, criou precisamente (...) um amplo espaço *para a confrontação direta*, em que o seu papel era o de simples mediador, no nível regional; nas fases mais agudas do conflito de classes, estas não fazem por isso mesmo petição ao Estado: ou apelam para o seu conteúdo jurídico, de mediador, forma inicial das petições do semicampesinato que apelavam para a Justiça, tendo o Código Civil como instrumento dessa apelação; ou recorrem diretamente à força, como no caso dos latifundiários que, em resposta à atuação das Ligas Camponesas, armam-se e tentam derrotar o antagonista no terreno da luta direta, pela eliminação de suas lideranças, pela expulsão forçada dos trabalhadores das terras que consideravam ‘usurpadas’”.

poderia nos ajudar por correspondência a superar as dificuldades que surgissem no processo de estudo. Pessoalmente creio que o estudo de Gramsci sobre a “questão meridional” nos seria de suma utilidade, mas até agora têm sido inúteis meus esforços para consegui-lo. Todas estas são ideias, mas pensamos que um estudo deste tipo ajudará a conhecer mais profundamente nosso país e especialmente o lugar onde trabalhamos: Córdoba (Carta de Aricó a Héctor Agosti de 5 de novembro de 1957, CedinCi/ Héctor Agosti).

Sete anos depois, Agosti desenvolveria hipóteses próprias para pensar a questão da terra na Argentina, simultaneamente ao engajamento com a luta armada em Salta, deslocando o eixo revolucionário para a aliança cidade-campo. Julgamos que os avanços de Aricó, nesse aspecto, estiveram na delineação da questão regional argentina como consequência do desenvolvimento capitalista no país; na qualificação da sociedade tradicional, ou “hinterland”, entendido como inorgânica e desagregada. No entanto, ao que parece, mobilizado pela radicalização da luta armada, exageraria na qualificação de tal sociedade como revolucionária. Faltaram elementos que demonstrassem algo análogo ao que havia ocorrido entre os camponeses brasileiros, por exemplo, que haviam espontaneamente se organizado no processo de formação das ligas. Neste ponto, concordamos com Burgos (2004) que parece ter havido uma justificação teórica para uma escolha relativamente arbitrária: a caracterização, como “revolucionário”, de um setor da sociedade – apenas potencialmente “rebelde” –, em uma região do país que nem sequer era suficientemente conhecida, mas que havia sido o lugar escolhido para o início do foco guerrilheiro. No momento de publicação do quarto número da revista, o “foco” já havia se dissolvido sem que o aludido “elemento social mais revolucionário” – as supostas massas radicalizadas – aparecessem na “cena revolucionária” (Burgos, 2004, p. 91). Este fato seria reconhecido por Aricó posteriormente:

(...) o editorial do número quatro está absolutamente ditado pela necessidade de fundar, mediante um reconhecimento teórico-político, a possibilidade de existência de um movimento guerrilheiro não autossuficiente, mas nessa velha ideia guevarista do pequeno motor que dinamiza. Isso nos leva a exagerar certas coisas. Por exemplo, o grau de integração do movimento operário, exagerando o conceito de aristocracia operária frente a um movimento operário integrado, a necessidade de romper, mediante a mobilização das zonas marginais... Mas então esse editorial *é quase como um editorial escrito por encargo* (Aricó, [1991] 2014, p. 133, *grifos nossos*).

Em retrospectiva, Aricó afirmava ainda que o episódio de Salta e seus desdobramentos no editorial da quarta *Pasado y Presente* mostrariam “a debilidade intrínseca” de um grupo que “havia surgido para uma função que não podia cumprir...” (Aricó, [1991] 2014, p. 132). O episódio de intervenção direta na política registrado neste

número teria marcado, para ele, um momento “de distanciamento de certa ideia de constituição de um grupo político cultural”, o que voltaria a se reconstituir nos números posteriores, em especial no novo volume da revista (Aricó, [1991] 2014, p. 132). Junto a esse editorial, enquanto registro da etapa “guerrilheira” do grupo, soma-se a tradução ao espanhol e publicação do texto do teórico do castrismo dos anos 1960, Régis Debray, apenas alguns meses depois de primeiramente divulgado em *Les Temps Modernes*. A sétima-oitava edição de *Pasado y Presente* havia sido inclusive financiada com recursos provenientes do grupo de Masetti, como lembrou Schmucler:

Eu antes te falava do fortuito e do lúdico, porque eu não sei quanto influenciou para a publicação do artigo de Debray, que era a primeira edição em espanhol, o fato de que estávamos precisando muito de dinheiro. Sem ser contra, volto a te repetir, porque não teríamos publicado um manifesto fascista, mas também era um estímulo, porque eles tinham dinheiro e isso nos assegurou obter um número. Digo “também” pode ter influído... Porque havia aquele outro que te dizia, aquele sentimento ético (Schmucler, entrevista concedida a Burgos, Córdoba, dez. 1996 in Burgos, 2004, p. 91).

Em “El Castrismo: la gran marcha de América Latina”, Debray teorizava a Revolução Cubana, elencando as características que fariam dela um fato inédito no continente. Tendo em vista que o Estado seria o problema primordial nos países “semicoloniais”, a maneira mais comum de solucioná-lo, à direita e à esquerda, teria sido o golpe de Estado. À direita, o golpe militar de 1964 no Brasil era visto como exemplar e, à esquerda, os golpes em razão das classes populares seriam exemplificados com Vargas e Perón. Estes, considerados “populistas”, não se apoiariam em infraestruturas econômicas sólidas, recorrendo a leis que só aparentemente seriam revolucionárias, mas que na verdade seriam meramente demagógicas (Debray, PyP 7-8, 1965). Em todos os casos, golpes de Estado tenderiam à direita, uma vez que a violência organizada pertenceria sempre à classe dominante. Nesse sentido, ao rechaçar esse método com a instauração pela primeira vez de um poder popular, o castrismo representaria uma verdadeira revolução.

Frente ao fato de que a ação das massas latino-americanas seria desmontada muito facilmente por meio do uso da força, o castrismo oferecia como solução a teoria do foco – este era o argumento central de Debray.¹²² Entretanto, tendo transcorridos cinco anos

¹²² Debray citava, em resumo, o seguinte trecho de Che Guevara em “La Guerra de Guerrillas”: “Consideramos, diz Che Guevara no prefácio, que a Revolução Cubana fez três contribuições fundamentais para a mecânica dos movimentos revolucionários na América. 1º As forças populares podem vencer uma guerra contra o exército; 2º Nem sempre é necessário esperar por todas as condições para a revolução existir; o foco insurrecional pode desenvolver “condições” subjetivas com base em determinadas condições

da experiência de focos, os resultados mostrariam um fracasso completo. Frente a isso, Debray passava em revista cada uma das experiências, buscando reconhecer possíveis avanços e erros. No caso brasileiro, as ligas camponesas, as quais Aricó havia destacado como exemplar apenas um ano antes, seriam duramente criticadas.¹²³ Embora diverso, este considerado de fato um “núcleo insurrecional”, ao contrário das ligas nordestinas, o caso da guerrilha de Salta também passaria por repressão brutal. Debray considerava o EGP um dos mais graves fracassos de “focos” guerrilheiros. Mesmo antes de entrar em ação, as cifras oficiais mostraram “uma dezena de detidos, seis mortos, alguns de fome e outros fuzilados” (Debray, PyP 7-8, 1965, p. 128). No geral, o teórico francês atribuía o fracasso dessas experiências à “imitação demasiada” de um “modelo”, o da revolução cubana, sem que reunissem todas as condições de êxito (Debray, PyP 7-8, 1965, p. 130). Um ponto crucial teria sido o tempo – um foco guerrilheiro não poderia nascer em momento de refluxo, mas deveria ser a culminação de uma crise política; não se deveria esperar, entretanto, “o momento” de ir para montanha, porque um foco não se improvisaria em um mês (Debray, PyP 7-8, 1965, p. 133). Este teria sido o erro principal do EGP, ainda que a causa imediata tenha sido a infiltração policial na organização:

Parece que o EGP pretendia implantar-se de maneira subterrânea sem expor-se e sem passar à ação, consagrando-se somente ao treinamento militar e às tomadas de contato com a população campesina, ajudando os enfermos, ensinando-os a ler. Este trabalho durou cerca de um ano, até o momento em que descoberta, a organização foi destruída pelo rápido ataque da “gendarmería”¹²⁴. Segundo parece, o EGP se preparava para passar ao ataque no momento de colheita de cana, no verão de 1964, pouco tempo depois de sua dissolução. Os camponeses viram, assim, as contradições de classe que os opunham ao proprietário das terras trazidas para o vermelho, ainda mais pelo fato de que alguns deles semearam com a ajuda do EGP em terras que legalmente pertenciam a grandes proprietários de terras, que não deixariam de reivindicar 50 por cento ou mais da colheita. Os camponeses poderiam ter se recusado e os guerrilheiros os defenderiam (...) (Debray, PyP 7-8, 1965, p. 133).

objetivas; 3º Na América subdesenvolvida, o terreno da luta armada deve ser fundamentalmente o campo” (Guevara apud Debray, PyP 7-8, 1965, p. 126).

¹²³ À luz do golpe de 1964, Debray julgava que Julião não havia se ocupado o bastante dos trabalhadores do campo, os quais, passado o golpe, teriam se visto despreparados e sem apoio: “Os responsáveis das ligas foram assassinados, presos, torturados (...). E os camponeses sem meios de defesa, recebem os golpes mais uma vez. Depois da grande onda de esperança, pode-se adivinhar seu desânimo. É um ato quase irresponsável e criminal lançar hoje essas massas campesinas, dispersas e analfabetas, fixadas à terra e sem possibilidade de fuga (possibilidade da qual dispõe o agitador político vindo de fora) a uma luta social ou política que inevitavelmente desencadeará uma repressão que somente poderia enfrentar um ‘foco’ treinado e preparado” (Debray, PyP 7-8, 1965, p. 141).

¹²⁴ A *Gendarmería Nacional Argentina (GNA)* é a principal Força de Segurança propriamente dita da República Argentina. Diferencia-se das restantes Forças de Segurança por ser de natureza militar, com características de Força Intermediária, também denominadas de duplo emprego (policial e militar).

O exemplo do EGP mostrava, segundo Debray, que não se poderia criar, de um dia para outro, novas condições objetivas, as quais exigiriam o tempo de um ciclo agrícola para serem preparadas. Durante este tempo, o foco ficaria exposto à delação ou à imprudência. Além disso, um foco guerrilheiro no campo só poderia ter um papel subordinado à cidade, Buenos Aires, onde o proletariado da indústria representaria a força primordial. Para Debray, nada poderia ser feito sem a participação ativa do proletariado. No entanto, a guerrilha em Salta teria suscitado nada mais que uma expectativa neutra entre os operários portenhos, “para os quais tudo o que não é peronista está tão distante como Marte” (Debray, PyP 7-8, 1965, p. 133). Apesar disso, um ponto positivo da experiência guerrilheira teria sido as discussões entre os quadros médios políticos e sindicais, e entre jovens peronistas de esquerda, sobre a luta armada e as formas que poderia assumir nas condições argentinas.

A Revolução Cubana era um dos pontos que animavam a polêmica e as profundas divergências com a orientação intelectual PCA, mas outro ponto merece atenção destacar – a suposta falta de “objetividade científica” atribuída à forma dogmática com que dispunham da orientação marxista e que o distanciavam da realidade nacional-popular. Nesse sentido, sobressai resenha de Juan Carlos Portantiero ao livro *Argentina, realidad y perspectivas* de Benito Marianetti (1964), presente no quinto-sexto volume de *Pasado y Presente*. Para Portantiero, o livro de Marianetti seria nada mais do que “um serviçal marco de referência” das teses programáticas do PCA, e que permitiria visualizar um “resumo de quase cinquenta anos de atividade política” (Portantiero, PyP 5-6, 1964, p. 82). Na obra encontrar-se-ia uma análise entrecruzada com a “mera vontade de justificar” as teses do partido, sem a “mínima intenção de partir desde um exame concreto do mundo real” (Portantiero, PyP 5-6, 1964, p. 82). Assim, a realidade se encontraria “desbotada em universo formal de esquemas justificadores que racionalizam a conduta política para o presente” (Portantiero, PyP 5-6, 1964, p. 82).

A crítica de Portantiero era radical – se o livro de Marianetti fosse incapaz de mostrar uma continuidade da vontade nacional-popular argentina, ele seria capaz, por sua vez, de revelar a “congruente (às vezes eclética) continuidade de erros na análise da realidade social por parte dos comunistas argentinos, alimentada pela mesma deformação metodológica” (Portantiero, PyP 5-6, 1964, p. 82). O problema permaneceria a ser a ausência de uma crítica de fundo à versão liberal da história argentina, e que seria o núcleo problemático da orientação intelectual dada pelo trabalho de Agosti:

Mas, pergunta Agosti, em trabalho de 1956, que foi aprovado como base geral para o trabalho crítico dos comunistas – “o que é a tradição progressista; o que nós, argentinos, entendemos por tradição progressista?”. E responde: “Tradição progressista é tudo quanto está endereçado a prolongar a linha da revolução burguesa, quer dizer a linha que procurou em seu devido tempo a aceleração do desenvolvimento capitalista na Argentina” (Portantiero, PyP 5-6, 1964, p. 82).

Este postulado, para Portantiero, explicaria a marginalidade orgânica do PCA, que não seria capaz de estabelecer relações dinâmicas com a sociedade real e com as classes destinadas a conformar o “bloco revolucionário”. Na raiz do equívoco historiográfico do partido, estaria a aplicação de um modelo dos países centrais para a interpretação da história nacional. A importação das categorias sem aclimatação local faria com que se estereotipasse um “feudalismo agrário”, que só poderia ser superado pela “burguesia mercantil”, cujos interesses seriam considerados “progressistas”. Ao passar por cima das peculiaridades dos países periféricos, descartava-se o fato de que, na Argentina, o impulso burguês – o que seria considerado “tradição progressista” – não seria produto do crescimento de forças endógenas, mas imposição “coercitiva” de formas de produção que não contribuiriam para fortalecer um mercado interno. Ao contrário, tenderam a estruturá-lo em seu conjunto, ainda que permitindo o crescimento residual de camadas burguesas locais, como “campanha” da “cidade” que era a metrópole europeia (Portantiero, PyP 5-6, 1962, p. 83).

Essas vulgarizações do modelo teorizado por Marx afastavam a historiografia comunista de uma *interpretação científica* dos conflitos da sociedade nacional, “fixando as linhas de um pensamento cosmopolita, não nacional-popular” (Portantiero, PyP 5-6, 1962, p. 83). Toda aceleração do desenvolvimento capitalista argentino, segundo Portantiero, só fizeram “abrir de maneira indiscriminada as portas da Nação ao capital comercial estrangeiro” (Portantiero, PyP 5-6, 1962, p. 83). A classe dominante, em vez de impulsionadora do “progresso”, seria vista pelo intelectual portenho como a “principal responsável” pela integração argentina ao mercado mundial como “potência periférica” (Portantiero, PyP 5-6, 1962, p. 83). Para avaliar qual seria a “tradição progressista” de um país periférico, portanto, seria imprescindível distinguir se, para fomentar o desenvolvimento capitalista autônomo, teria mais importância “a defesa da autodeterminação nacional, ainda que nos marcos de uma sociedade não integrada ao capitalismo de maneira definitiva, ou a introdução do desenvolvimento ‘moderno’ através de capital estrangeiro” (Portantiero, PyP 5-6, 1962, p. 83). Segundo Portantiero, para a linha historiográfica dos comunistas argentinos – a qual seguia o livro resenhado – o

segundo aspecto seria o decisivo, o que marcaria um *provincialismo* da teoria política e histórica do PCA. Esse *provincialismo* ao qual fazia referência Portantiero e ao qual toda linha editorial buscava se opor, poderia ser resumido pelo exagero do papel das elites burguesas e consequente diminuição do papel das massas, e pela subordinação da realidade local a esquemas teóricos sem um esforço de interpretação científica, que forçaria alguma modificação das categorias – o que, nos termos de nossa hipótese, resulta numa tradução. Daí que o esforço por *desprovincialização* da teoria não signifique a exclusão de teorias europeias em favor de uma exclusividade nacional, mas pelo esforço crítico de aclimatá-la à realidade concreta.

A preocupação de Portantiero com os marcos científicos para análise da realidade social era compartilhada no Brasil nos estudos desenvolvidos por intelectuais de inspiração marxista que se reuniram a partir de fins dos anos 1950 no chamado “Seminário do Capital”. A agenda comum não passou despercebida – a quinta-sexta e a sétima-oitava *Pasado y Presente* contaram com a publicação de textos dos seminaristas Arthur Giannotti e Fernando Henrique Cardoso, respectivamente. O filósofo brasileiro marcava sua presença afirmando que o “marxismo se apresentou sempre como uma concepção científica do mundo que aspirava a se tornar luminosamente racional” (Giannotti, PyP 5-6, 1964, p. 25). No entanto, compartilhava da crítica dos colegas argentinos, ao constatar que “a maior parte das vezes, este postulado não foi cumprido”. Giannotti julgava, ainda, não ser exagerado afirmar “ter sido uma das manifestações mais interessantes e mais tristes do misticismo laico que o século passado nos legou” (Giannotti, PyP 5-6, 1964, p. 25). Segundo ele, ciência e teoria do conhecimento se identificavam no entendimento de Marx, que exigiria do saber científico “a intenção de penetrar a essência das coisas, de iluminá-las até seus mais íntimos aspectos” (Giannotti, PyP 5-6, 1964, p. 25). Ou seja, a pergunta estaria sempre destinada à “razão de ser” do fenômeno e, por isso, seu método se vincularia a uma maneira de conceber o real em formação:

Não se trata, pois, somente, de registrar as invariantes dos fenômenos para correlacioná-las de acordo com a intenção prévia de manipular as coisas em esta ou aquela direção. Antes de tudo, se trata de acompanhar os passos da constituição do real, de analisar minuciosamente como, em vista das condições estipuladas pelo modo de produção precedente, em vista desse *a priori* constituído pela história, se configura uma nova realidade social com uma sedimentação de existências tanto mais concretas quanto aumenta o número de suas determinações (Giannotti, PyP 5-6, 1964, p. 26).

Em sentido confluyente, Cardoso procurava delimitar, em seu artigo, as possibilidades e o alcance do método dialético como técnica interpretativa. A discussão se impunha pois, em sua percepção, os “trabalhos de investigação e esforços de elaboração teórica, em geral, aproveitam muito pouco a contribuição de Marx e de outros autores que tentaram utilizar o método dialético na análise dos fenômenos sociais” (Cardoso, PyP 7-8, 1965, p. 174). Em sua visão, a análise dialética não se confundiria com uma crítica da sociedade a partir de posições valorativas previamente assumidas e *nem se reduziria à técnica de desmascaramento ideológico*. Desde o ponto de vista científico, “o problema para a utilização da interpretação dialética estaria em determinar os procedimentos metodológicos requeridos por esse tipo de enfoque e na discussão da compatibilidade destes procedimentos com a problemática sociológica” (Cardoso, PyP 7-8, 1965, p. 174).

Discutindo o conceito de totalidade, Cardoso chegava à conclusão de que “o conhecimento dos processos históricos sociais depende não de suas determinações em si mesmas ou de sua verificação particular (que suporia a identidade entre o comum e o singular), mas das relações entre o geral e o particular em uma totalidade concreta” (Cardoso, PyP 7-8, 1965, p. 185). Seria necessário encarar os feitos particulares através de uma perspectiva capaz de torná-los fatores criadores na interpretação sociológica – “se trata de explicar os processos, as situações e os sistemas não desde o ponto de vista da história transcorrida, onde tudo parece ter se dirigido a finalidades engendradas por condições dadas, mas desde o ponto de vista da história como realização da atividade humana coletiva” (Cardoso, PyP 7-8, 1965, p. 186). Estes pressupostos metodológicos encontrariam em obra magistral, lançada cinco anos depois sua demonstração decisiva, possivelmente o ponto mais alto da tradução da realidade latino-americana em teoria. Em *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, Cardoso e Faletto teorizariam a dinâmica interna dos países dependentes como aspecto particular da dinâmica mais geral do mundo capitalista, o que negava a distinção metafísica entre fatores externos e efeitos internos: “essa dinâmica geral não é fator abstrato que produz efeitos concretos; ela existe por intermédio tanto dos modos singularizados de sua expressão na periferia do sistema, como pela maneira como o capitalismo internacional se articula” (Cardoso, 1971, p. 30).

Consonantemente, Portantiero afirmaria que as bases de um estudo científico da luta de classes num país como a Argentina estariam ditadas pelo esforço em “englobar o conjunto dessa investigação no marco do desenvolvimento capitalista nos países

explorados, no século XIX, pela expansão colonial” (Portantiero, PyP 5-6, 1962, p. 84).¹²⁵ Tudo o que não partisse dessa premissa seria considerado por Portantiero “mera ideologização”, pois a história de uma tradição nacional deveria ser a história do desenvolvimento *autônomo* de uma comunidade, e não da ideologia burguesa europeia “moderna” transplantada a esta realidade (Portantiero, PyP 5-6, 1962, p. 84). O mercado mundial traria consigo uma estrutura institucional e ideológica liberal que só aparentemente seria “moderna” – o termo que melhor a explicaria, entretanto, seria “cosmopolita”. Este processo não encontraria justificativa econômica nos interesses nacionais-populares, senão nas leis do capitalismo internacional.

Consequência da impossibilidade de confrontar teoria e realidade social em bases científicas seria também a incompreensão do fenômeno do peronismo pelos comunistas, que o inseririam como mais um capítulo da luta dualista entre “civilização e barbárie” transfigurado em “democracia” e “naziperonismo”. Com isso, ficava fora da análise “todo o conflito real que para a sociedade argentina supunha o crescimento industrial com a aparição de novas classes” e a necessidade inevitável que essas classes tinham de participar na condução do Estado (Portantiero, PyP 5-6, 1962, p. 85). Toda a riqueza do processo que envolvia o surgimento de um novo proletariado teria ficado preso à disjuntiva do “fascismo”. Assim, os comunistas teriam se integrado a uma coalizão “antifascista” – a União Democrática – com apoio do imperialismo norte-americano, junto aos setores mais retrógrados do país. Portantiero concluía que o livro de Marianetti servia, portanto, como testemunho da “esclerose de pensamento” que acometia o grupo dirigente do PCA. Por fim, destacava a fantasia que subjazia visão do autor ao ser capaz de afirmar que, em Cuba, “sem a presença dos comunistas, a Revolução não teria avançado muito” (Marianetti, 1964, p. 348 apud Portantiero, PyP 5-6, 1964, p. 86).

Dando continuidade à polêmica com o PCA e à preocupação em explicitar as diferenças entre perspectivas mistificadoras e científicas do marxismo, no último número de *Pasado y Presente* surgia a seção intitulada “A condição operária”. Nesta seção, junto a um ensaio de Aricó, se publicou um “informe preliminar” sobre um longo conflito na fábrica FIAT de Córdoba. Ambos os textos pretendiam ser “bases mínimas” para uma discussão que a direção da revista faria em janeiro de 1966 com os dirigentes operários

¹²⁵ No sétimo-oitavo volume de *Pasado y Presente*, Oscar Del Barco (PyP 7-8, 1965, p. 84-85) por ocasião da publicação, então inédita em espanhol, do manuscrito *Formações econômicas pré-capitalistas* de Marx, ressaltava o perigo de tomar esquemas como um a-priori de conhecimento histórico, o que sufocaria os fatos nos esquemas em vez de usá-los em seu valor operatório de inteligência dos fatos, o que seria próprio da metodologia crítica.

(Redação, PyP 9, 1965, p. 56). Havia também a promessa de apresentar as conclusões desta discussão num décimo número da revista que sairia em julho de 1966, o que não aconteceu. A questão, entretanto, retornaria na segunda etapa da revista em abril de 1973 – mas em condições distintas, como discutiremos adiante.

O texto de Aricó (“Algumas considerações preliminares sobre a condição operária”) estava às voltas com os acontecimentos que agitavam o movimento operário em Córdoba desde julho de 1965, quando uma greve geral e ocupações se seguiram à demissão de quase três mil trabalhadores da FIAT. Consequência disso, o mundo industrial voltava a ganhar centralidade. Ecos da leitura dellavolpiana retornavam pela mão do “operaísmo” – movimento de uma nova geração de marxistas italianos que, nos anos 1960, haviam rompido com os partidos comunista e socialista. O interesse teórico-prático nas propostas desta nova esquerda é referenciado, particularmente, no grupo ligado à revista turinesa *Quaderni Rossi*.¹²⁶ Junto ao texto de Aricó, se somavam na seção a tradução de artigo de Dario Lanzardo, desta revista, e a reprodução de “La encuesta obrera de 1880” de Karl Marx.

A respeito da “unilateralidade científica do ponto de vista operário”, Aricó lembrava a afirmação de Marx de que seria “a anatomia do homem a chave da anatomia do macaco e não o contrário”. Segundo o teórico cordobês, essa metáfora indicaria um tipo de sociologia radicalmente oposto à sociologia burguesa. Assim como o capitalismo nos permitiria compreender as formações econômico-sociais anteriores, as áreas de máximo desenvolvimento burguês seriam as que permitiriam explicar as de menor desenvolvimento. Neste sentido, o “atraso” argentino se esclareceria em suas raízes, partindo de uma compreensão adequada do significado de “desenvolvimento” – “ilhas” de economia moderna no marco de um desenvolvimento combinado – mas este, por sua vez, exigiria o conhecimento do fenômeno imperialista em suas manifestações mais atuais (Aricó, PyP 9, 1965, p. 47).

Ainda que parecessem um tanto “óbvias”, essas considerações não teriam sido compreendidas em todo seu significado, especialmente pelo PCA. Para Aricó, o surgimento de uma nova classe operária na Argentina que, diferente da anterior, derivava

¹²⁶ *Quaderni Rossi* foi um órgão de expressão de militantes da esquerda comunista e socialista que, no contexto das transformações capitalistas ocorridas na Itália durante o segundo pós-guerra, exigiam uma revisão radical da estratégia do movimento operário. Caracterizado por defender posturas não leninistas e mais próximas à crítica política luxemburguesa, muito críticos da tradição idealista do marxismo italiano e nutridos por uma cultura de matriz fundamentalmente sociológica, os intelectuais de *Quaderni Rossi* levaram adiante uma experiência inseparável da dinâmica industrial de Turim.

fundamentalmente de migrações internas, teria sido menosprezado. O partido só analisaria parcelas da realidade, ainda que fossem “anacrônicas” ou “arcaicas”, mas que comprovassem suas teses (Aricó, PyP 9, 1965, p. 47). Deste foco no passado derivaria uma concepção política equívoca – a reivindicação por um arco de alianças que iriam do proletariado à “burguesia nacional” – e a “deformação” do peronismo – a manifestação política desta nova classe – em fascismo.

De modo oposto, Aricó lembrava que o objetivo de *Pasado y Presente* seria o de alcançar uma maior incidência política, baseando-se numa análise do novo mundo industrial. Tratava-se de elaborar uma política de unidade entre a intelectualidade revolucionária e a classe operária. Em sua análise dos problemas ideológicos relacionados ao chão de fábrica, Aricó começava por denunciar a política patronal que tende a deslocar as reivindicações operárias da *esfera da produção* (a fábrica) para a *esfera do consumo* (sociedade). Isto se fazia como “forma de impedir a aparição de exigências de ‘gestão’ na classe operária” (Aricó, PyP 9, 1965, p. 50). Para isso, se disporia da política e da administração pública, das próprias organizações operárias e da propaganda publicitária, que nublaria as consciências e paralisaria as vontades na opinião pública (Aricó, PyP 9, 1965, p. 50). Todos estes elementos foram encontrados no conflito FIAT, segundo Aricó, de modo a impedir qualquer ação “espontânea” dos trabalhadores que tendesse a colocar a luta por cima dos marcos admitidos pelo sistema.

Haveria ainda a visão de mundo corporativista, que tenderia a fragmentar a unidade de classe e que seria muito útil à “ação desagregadora do capitalismo” (Aricó, PyP 9, 1965, p. 52). As políticas “paternalistas” das grandes empresas, que ofereceriam salários elevados em razão dos lucros máximos usufruídos graças aos desníveis de desenvolvimento no país, permitiriam aos operários resultados que aumentariam sua “diferenciação ‘objetiva’ do restante da classe operária” (Aricó, PyP 9, 1965, p. 52). Se a visão de mundo não fosse vinculada às contradições do sistema, terminaria por romper ainda mais os trabalhadores, enclausurando sua luta aos limites corporativos. Nesse sentido, questionava Aricó:

Em termos nacionais, não é evidente certa “incomunicação” entre as lutas operárias das zonas características do “atraso” argentino – lutas caracterizadas por explosões de violências estéreis, descontínuas e com certo tom “popular”¹²⁷ – e as lutas dos operários das áreas mais dinâmicas do país? (Aricó, PyP 9, 1965, p. 52-53).

¹²⁷ Exemplificada pela mobilização dos “operários do açúcar” no Noroeste argentino, marcado pela exploração latifundiária.

Neste aspecto, Aricó sublinhava que a sociologia traria demonstrações muito detalhadas de que o sentido de pertencimento a uma classe – a consciência de classe – tenderia a se enfraquecer nos estratos operários pertencentes a empresas “modernas” (Aricó, PyP 9, 1965, p. 53). Comentando os estudos desenvolvidos por Luciano Gallino (1962), Aricó destacava que estas empresas permitiriam ao operário possibilidades de integração ao bom funcionamento do sistema social próprio do capitalismo organizado. Assim, conseguiriam convertê-los a um estrato social diferente e superior ao estrato dos operários pertencentes a empresas tradicionais – ainda que mantivessem sua relação com a produção, o sentido de pertencimento tenderia a induzir estes operários a uma “socialização antecipada”, num sentido de não pertencer mais à mesma classe (Aricó, PyP 9, 1965, p. 53). Haveria, portanto, uma estreita relação entre “racionalização” capitalista e “integração”, relação essa que seria mais acentuada em economias duais como a argentina – “os ganhos derivados das diferenças de produtividade seriam muitas vezes superiores às existentes nas economias capitalistas mais desenvolvidas” (Aricó, PyP 9, 1965, p. 54). Destas circunstâncias teria emergido um fato político da maior importância – a relativa tendência conservadora dos trabalhadores nos novos setores emergentes.

Contrário a essa tendência fragmentadora, o peronismo seria o responsável pelo movimento de “homogeneização ‘classista’ do proletariado argentino” (Aricó, PyP 9, 1965, p. 54). Qualquer que fosse o adjetivo que se utilizasse para qualificar o fenômeno, Aricó julgava um fato indiscutível a identificação quase absoluta entre o proletariado industrial e a ideologia peronista, bem como sua solidez imutável e resistência considerável aos intentos políticos de integração encarados pelas classes dominantes argentinas:

É preciso reconhecer que é esta resistência a que cria um amplo campo para uma política de esquerda no país. E por isto podemos concluir que a análise exaustiva e atual do fenômeno peronista deve ser colocada nesse nível de problemas expressados na contraposição ao “conservadorismo” – enquanto tendência derivada da especial situação de classe vivida pelo proletariado industrial cidadão (em especial, o afetado pelas indústrias mais “modernas”) – e de “unidade de classe”, derivada fundamentalmente da adesão política ao peronismo (Aricó, PyP 9, 1965, p. 54).

Aricó concluía que seriam necessárias análises mais globais, que partissem do conhecimento da história do país, de sua economia, de suas influências culturais, da relação intelectuais-massa, para que fosse possível explicar o surgimento deste sentido de

“diferenciação”, de “separação” do resto dos setores sociais e que se evidencia na classe operária argentina como o primeiro escalão da conquista progressiva de uma consciência de classe (Aricó, PyP 9, 1965, p. 55). Porém, haveria o risco de ficar limitado ao “populismo” do próprio proletariado se não se assumisse o caráter “científico” da análise, no caso aquele oferecido pelo *O Capital*, que abriria o caminho “para ascender à compreensão mais completa do presente e da possibilidade de sua total destruição” (Aricó, PyP 9, 1965, p. 55).

“Mundo Contemporâneo”

A segunda-terceira *Pasado y Presente* alterava a forma de exposição dos artigos. Diferentemente do número inaugural – que iniciava com as análises de Aricó e Portantiero, seguido de textos de Luporini e Schmucler, para então passar às seções “Polêmica”, “Documento” e “Notas e comentários” – o número subsequente se dividiria entre artigos gerais, “Mundo contemporâneo” e “Resenhas”. Aricó explicava que a parte de “Mundo Contemporâneo” seria “fundamentalmente política”, dedicada ao exame dos grandes problemas da atualidade e que de alguma forma incidissem sobre a realidade argentina (Aricó, PyP 1, 1963, p. 195). Inauguraria a seção um debate sobre o “Stalinismo e a responsabilidade da esquerda”, com texto introdutório de Aricó seguido da discussão de intelectuais italianos sobre as consequências do XXII Congresso do PCUS ocorrido em 1961. Abrindo a seção, Aricó buscou explicitar quais motivos os levaram a recorrer ao exame realizado pelos italianos dos problemas levantados pelo congresso dos comunistas soviéticos, em detrimento de outras questões “tão urgentes e atuais, como a Revolução Cubana, o conflito sino-soviético, os problemas da Argélia e da África negra, os caminhos da revolução na América Latina, as perspectivas do capitalismo contemporâneo e outros mais” (Aricó, PyP 2-3, 1963, p. 195). Contra o argumento de que estariam, com isso, demonstrando “clara demonstração da posição subalterna e ‘europeizante’”, o raciocínio começava por defender que se vivia, então, “uma nova época” (Aricó, PyP 2-3, 1963, p. 195). A “nova época” estaria marcada “por revoluções e grandes invenções, por um desenvolvimento inusitado da técnica, mas também pela incorporação à história de milhões de homens até ontem marginalizados” e pela expansão do socialismo, que havia se convertido “em um vasto e poderoso campo econômico e político que inclui quase mil milhões de homens” (Aricó, PyP 2-3, 1963, p. 195). No caso dos países “subdesenvolvidos” e que formariam parte do “Terceiro Mundo”, a revolução

teria passado a se apresentar “como uma *necessidade* e uma *possibilidade*”, o que exigiria “ser resolvido tanto teórica como praticamente aqui e agora” (Aricó, PyP 2-3, 1963, p. 196, *grifos nossos*).

Diante desta nova época, na qual caminhos revolucionários despontariam de modo demasiadamente amplo e diversificado, a teoria estaria ameaçada a ficar “permanentemente retardatária e até ‘anacrônica’” (Aricó, PyP 2-3, 1963, p. 196). Os exemplos de Cuba e da Argélia teriam transbordado “os esquemas perfeitamente lógicos”, tornando indiscutível o dever de que todo marxista levasse em conta “a vida mesma, os fatos exatos da realidade”, não confundindo-a com a “teoria de ontem que, como toda teoria, unicamente traça no melhor dos casos, o fundamental, o geral, e somente de um modo aproximado abarca toda a complexidade da vida” (Aricó, PyP 2-3, 1963, p. 196). Segundo Aricó, nunca teria sido tão válido o lema gramsciano “dizer a verdade é revolucionário” e a verdade, o conhecimento certo e profundo da realidade, em sua visão, indicariam que:

Quando as massas se colocam em movimento, o esquema, a consideração mistificante da realidade, o dogmatismo, a inclinação rotineira ante às velhas fórmulas – elementos todos que conformam uma visão “staliniana” do mundo – se convertem em rêmoras das quais é preciso livrar-se rapidamente se se quer triunfar (Aricó, PyP 2-3, 1963, p. 197).

É interessante que Aricó considere a visão de mundo stalinista uma “rêmora”, recorrendo à analogia da mais conhecida relação ecológica de comensalismo, em que duas espécies interagem no beneficiamento de uma delas, não afetando a outra espécie em grau considerável. Nesse ponto de vista, o advento do socialismo estaria associado ao tubarão e o velho dogmatismo seria a pequena rêmora. Embora Aricó insistisse que seria necessário livrar-se dela para a vitória, há uma clara desproporção da relação aludida – sintoma, talvez, de sua expectativa de renovação triunfante da visão de mundo comunista, diante da qual o stalinismo estaria incrivelmente reduzido, incapaz de frear seu curso. Talvez fosse essa mesma perspectiva a animar o jovem militante cordobês, quando considerou imaginável que houvesse espaço dentro do PCA para o seu projeto de atualização da teoria:

Quando saiu o número 1 da *Pasado y Presente* nós dizíamos a Pancho [Aricó] que o partido não ia engolir esse editorial, “eles vão nos expulsar, Pancho”. Ele nos dizia, “não, isso está dentro da linha do partido”. Pancho era muito ingênuo. Todos éramos ingênuos na verdade. E o número 1, de fato, não pôde ser distribuído normalmente, queriam confiscá-lo (Del Barco em entrevista a Burgos, Córdoba, dezembro de 1996).

Aricó parecia enxergar na abertura possibilitada por Agosti um espaço de pressão no sentido do “descongelamento” do stalinismo, como o que considerava ter acontecido na Itália. Em 1988, Aricó recordava essa expectativa:

Eu tinha uma relação muito afetuosa com Agosti. Me parecia um homem que estava empenhado em um trabalho de superação de todos estes rastros de sectarismo, de intolerância, de limites no trabalho cultural e teórico do Partido Comunista. (...)

Desde fins dos anos 1950, por ocasião da revolução cubana, se evidencia a existência de diferenças na direção do partido. Nos parecia que Agosti era o que, de algum modo, expressava certa linha de abertura. Mas ao não continuar conosco nessa linha, nos havia deixado, como se diz, suspensos. Você vai se lembrar que *Pasado y Presente* apareceu não como uma revista contra o Partido Comunista, mas como uma revista que desde o interior do Partido Comunista irrompia fora dele, e devia atuar como um elemento revulsivo e de mudança. Essa ideia compartilhávamos fortemente. Não tínhamos a ideia de conformar outro grupo, nem uma tendência (Aricó em entrevista a Carlos Altamirano, 2014 [1991], p.118-119).

Mais uma vez, um dos argumentos que explicaria a desilusão com Agosti estaria dado pela questão geracional. Diferente da geração anterior, a crise do stalinismo não teria gerado nenhum conflito de consciência entre os jovens. Nenhum jovem se sentira traumatizado com a revelação dos crimes, torturas e trabalhos forçados, do sistema repressivo instaurado na União Soviética. Aricó afirmava não recordar que alguém tivesse “renegado de suas convicções socialistas por esse motivo” (Aricó, PyP 2-3, 1963, p. 197). Nesse sentido, a recepção do XXII Congresso era vista pelo grupo de *Pasado y Presente* “como uma sorte de libertação, como se uma venda caísse dos olhos” (Aricó, PyP 2-3, 1963, p. 198). Aricó considerava um feito paradoxal o fato de os mais velhos – que estiveram diretamente inseridos no culto à personalidade de Stálin – terem se furtado a assumir suas “corresponsabilidades”, enquanto os mais jovens compreendiam “ter chegado a hora de começar verdadeiramente a reconstruir todo o processo” (Aricó, PyP 2-3, 1963, p. 198).

E essas corresponsabilidades não estariam restritas aos soviéticos, uma vez que o stalinismo teria carimbado sua marca na vida de todas as organizações revolucionárias do mundo, tendo variado o grau de sua influência pela capacidade das organizações em colocar de forma original e criadora os próprios caminhos de desenvolvimento. A prova de sua existência estaria na falta de coragem, ou de capacidade crítica, por não terem freado “flagrantes deformações do marxismo, ao aceitar sem o menor mínimo espírito crítico o fuzilamento de homens que durante anos acompanharam Lênin e realizaram múltiplos sacrifícios pelo triunfo dos ideais revolucionários” (Aricó, PyP 2-3, 1963, p.

202). Uma vez que o passado formaria parte do presente, era preciso compreendê-lo em toda sua magnitude:

Se o partido da classe operária representa o gérmen da nova sociedade que nasce nos prós e contras da caduca sociedade capitalista, tanto em sua estrutura como em sua vida interna deve pronunciar o significado profundo do democratismo proletário que significa o contato vivo, ininterrompido, criador entre base e dirigentes, governados e governantes. E isto pressupõe o debate, a crítica permanente, a compreensão realista e a valorização adequada das posições e razões estrangeiras. Uma organização que seja capaz *nos fatos* e não somente na teoria, de colocar-se assim a questão, é uma organização que se liberou de todo fanatismo ideológico, de toda mistificação para colocar-se em um ponto de vista “crítico”, que ao dizer de Gramsci, “é o único fecundo na investigação científica” (Aricó, PyP 2-3, 1963, p. 203).

A organização que teria compreendido melhor a necessidade desse processo de desestalinização, segundo os jovens cordobeses, seria o PCI – e, por isso, os textos dos italianos eram incluídos como “exemplo que deve ser imitado” (Aricó, PyP 2-3, 1963, p. 204). No número seguinte, lançado em março de 1964, o stalinismo continuaria a ser tema da seção de “Mundo Contemporâneo”, agora dedicada aos “Problemas do Terceiro Mundo”. A seção foi composta de texto introdutório de Hector Schmucler, em que posiciona a revista *Pasado y Presente* diante do tema, ao qual se seguiram textos de André Gorz (“El conflicto Chino-Soviético”), Claude Cadart (“La discusión en el Movimiento Comunista Internacional”), Asiasticus (“Lucha política y lucha armada”) e Figurelli-Petrone (“La revolución colonial”). Diferente do partido italiano, afirmado no número anterior como “exemplo a ser imitado”, assim como suas referências teóricas, nesse número os textos teriam sido escolhidos de modo a não compartilhar um ponto de vista particular – “estamos ansiosos de descobrir as verdades que nos convenham” (Schmucler, PyP 4, 1964, p. 290). Gorz e Cadart, por exemplo, eram opostos em suas valorações sobre o conflito sino-soviético. O primeiro alinhava-se à posição soviética, pensando especialmente o contexto europeu e afirmando que a passagem ao socialismo não poderia se fazer “nem de imediato nem por insurreição armada se não através de transições, de transições caracterizadas inevitavelmente por lutas muito duras e escalonadas ao largo de um período bastante dilatado” (Gorz, PyP 4, 1964, p. 291). O segundo, por sua vez, só considerava possível coexistência “entre os países do Terceiro Mundo cujos governantes não estão submetidos ao campo imperialista”, enquanto com os inimigos a única coexistência possível seria a “inflamada” (Cadart, PyP 4, 1964, p. 305). Para Cadart, o imperialismo seria a fonte comum das guerras e a revolução nos países da Ásia, África e

América Latina a maior possibilidade de revolução mundial e, por conseguinte, o melhor instrumento de prevenção da terceira guerra mundial.

Para fechar a sessão, assegurava-se a contínua circulação dos marxistas italianos, nesse caso em seus escritos acerca do mundo colonial. Estes garantiriam, segundo Schmucler, um “enquadramento nos marcos estritos de uma discussão histórica-materialista e não romântica” (Schmucler, PyP 4, 1964, p. 290). Embora não explicitado, como Aricó fizera no número anterior, ficava claro como os argumentos dos italianos ressoavam na posição de Schmucler, como veremos adiante. Asiasticus – pseudônimo de Ettore di Robbio – abordava a questão da luta armada defendendo o primado da política. Os movimentos de liberação nacional, independente da estratégia adotada, tinham de ter um programa político “capaz de dar às massas perspectivas concretas” (Asiasticus, PyP 4, 1964, p. 311). Seria indispensável, ainda, contar com uma tomada de consciência por parte das massas e estar atento à conjuntura política interna e externa. Tendo isso em vista, o problema consistiria em reduzir ao mínimo a parte de imprevistos, “de não se empenhar na luta armada senão quando as condições políticas sejam tais que valha a pena correr os riscos” (Asiasticus, PyP 4, 1964, p. 313). Restaria, ainda, notar que a luta armada seria apenas um momento da conquista de independência política, não subestimando, nos países do “terceiro mundo”, “o valor da luta política de massa, incluso o sufrágio universal e as instituições parlamentares, para destruir o colonialismo e o neocolonialismo, e para abater os governos reacionários” (Asiasticus, PyP 4, 1964, p. 313). Figurelli e Petrone partiam destes argumentos de Asiasticus, reforçando o sentido de abordar a luta armada em uma formulação atenta às condições específicas de cada país, nas quais deveriam consistir “a originalidade e a possibilidade de toda revolução colonial, na certeza de que *é impossível exportar a revolução mesmo pacificamente*” (Figurelli-Petrone, PyP 4, 1964, p. 319, *grifos do autor*). Segundo os autores, a ruptura só poderia ser garantida se assegurada a direção da luta revolucionária ao proletariado e ao bloco unitário operário-campesino, “sem a qual a passagem da burguesia nacional à contrarrevolução e a instauração de um novo domínio do imperialismo são *inevitáveis*” (Figurelli-Petrone, PyP 4, 1964, p. 319). Para finalizar o raciocínio, Figurelli e Petrone lembravam que o problema havia recebido elaboração *original* pela Revolução Cubana:

O desenvolvimento da revolução em Cuba, a possibilidade de construir o socialismo rompendo o cerco da contrarrevolução imperialista que não se esgota no rígido bloqueio econômico, pode ser hoje garantia da vitória da revolução em outros países da América Latina. A Segunda Declaração de Havana e o desenvolvimento vitorioso da revolução socialista em Cuba não tem necessidade de serem aqui descritos: mostram às classes exploradas e aos

povos oprimidos a agudização da crise do domínio imperialista, o fracasso da neocolonialista *Aliança para o progresso* e da coalizão contrarrevolucionária da OEA. Indica e acelera a perspectiva da liberação *continental* do imperialismo *yanqui* (Figurelli-Petrone, PyP 4, 1964, p. 321, *grifos do autor*).

Ressoando ponto de vista confluyente, Schmucler, em seu artigo introdutório, começava por afirmar que o “Terceiro Mundo” seria tudo aquilo que não se encontraria englobado nos dois grandes sistemas, o socialismo e o capitalismo, e que também não possuiria definição comum – “poderíamos falar de um conjunto de povos em disponibilidade” (Schmucler, PyP 4, 1964, p. 284). De modo geral, esses países teriam em comum uma relação com a condição colonial, através de sua condição de domínio direto ou da “sutileza formal do neocolonialismo” e, por isso, o tema se vincularia à realidade argentina e mereceria elaboração da revista. O primeiro tema abordado, neste sentido, era o do conflito sino-soviético. Enquanto os chineses enfatizavam dois elementos de discussão – a valorização do stalinismo e a transição pacífica ao socialismo – os soviéticos pareciam querer resolver se “Stalin é salvável ou não para a causa da revolução mundial e de estabelecer se existem ou não possibilidades para chegar ao socialismo sem a luta armada” (Schmucler, PyP 4, 1964, p. 284).

Neste aspecto, Schmucler começava por negar frontalmente o que seria a simplificação do stalinismo como “culto da personalidade”, conforme a posição dos soviéticos, bem como a possibilidade de julgá-lo segundo um balanço de atos positivos e negativos, como pretendiam os chineses (Schmucler, PyP 4, 1964, p. 285). A concepção equivocada que sustentaria tanto uma posição quanto a outra seria a de que o stalinismo seria uma “floração anômala em um corpo são” – ao contrário, Schmucler o definia como “o retorno à metafísica mediante a cristalização de fórmulas consagradas como verdades absolutas” (Schmucler, PyP 4, 1964, p. 285). A grave consequência, segundo Schmucler, teria sido o “abandono da busca original dos caminhos de tomada do poder” (Schmucler, PyP 4, 1964, p. 285). A ênfase na criação e na novidade seguia a comum orientação de *Pasado y Presente* em seus textos editoriais e que acompanhavam a perspectiva italiana – negação de fórmulas, modelos e esquemas apriorísticos. Este ímpeto levava Schmucler mesmo a ser redundante:

Se a revolução é uma decisão humana a partir de condições materiais determinadas, os caminhos da mesma podem ser múltiplos. Mais ainda, as particularidades de cada povo (que vão do econômico ao psicológico) e as circunstâncias cronológicas de seu desencadeamento (que mostram mapas de relações mundiais diferentes), fazem que cada revolução ofereça *originalidades inéditas*. Pretender receitas gerais (sejam faladas em russo ou

em chinês) é ignorar que a revolução expressa uma vontade originária. É a metafísica da revolução (Schmucler, PyP 4, 1964, p. 289, *grifos nossos*).

“Originalidades inéditas” seriam o resultado esperado do despedaçamento dos esquemas, mas não a negação das experiências históricas. Nesse sentido, o exemplo de Cuba seria destacado para abordar a questão da “coexistência” pacífica, entendida não como condição suficiente para o triunfo do socialismo, mas como condição necessária. A questão se colocava nos seguintes termos: “como tender ao socialismo e evitar a guerra atômica?” (Schmucler, PyP 4, 1964, p. 286). A resposta passaria por distinguir estratégias imperialistas e revolucionárias:

Para o imperialismo a estratégia é a conservação do mundo de exploração e dependência (através da variante neocolonialista) e para o proletariado, o socialismo. A paz não é mais do que o “compromisso” necessário para uns e outros em marcha para o cumprimento de sua própria estratégia (Schmucler, PyP 4, 1964, p. 286).

O pedido de paz imbuído na reivindicação de Kennedy em 1963 em favor da mudança de atitude frente à Guerra Fria não seria mais do que a possibilidade de reordenar o mundo em favor de seus interesses. Fariam parte da mesma estratégia a aludida “Aliança para o progresso” e o intento de invasão a Cuba, bem como “a política de departamento de estado kennediano de apoiar-se em governos ‘representativos’ ou o estímulo da administração Johnson à queda de Goulart” (Schmucler, PyP 4, 1964, p. 286). Enquanto o imperialismo teria a possibilidade de coexistir contra sua tendência histórica, o socialismo, ao contrário, coexistiria afirmando-a. O conflito cubano mostraria o entrelaçamento de múltiplos fatores, “desde a luta revolucionária do povo de Cuba até as negociações entre as grandes potências, cujos resultados foram aprofundar a revolução e salvar a paz mundial” (Schmucler, PyP 4, 1964, p. 287).

A originalidade cubana continuaria a ser tematizada no quinto-sexto número de *Pasado y Presente* publicado em abril-setembro de 1964, desta vez centrada na questão econômica. Nesta ocasião, a seção “Mundo Contemporâneo” fora dedicada aos “problemas da planificação econômica em Cuba”, com textos de Charles Bettelheim (“Formas e métodos da planificação socialista”) e Ernesto Che Guevara (“A planificação socialista: seu significado”). A introdução ficou a cargo de José Aricó, que se propôs explicitar as visões “diametralmente” opostas de ambos os autores sobre os caminhos de desenvolvimento da economia cubana. Mais uma vez, estava marcada a ênfase na originalidade e a oposição às fórmulas:

Hoje os cubanos aprenderam que a construção do socialismo não só pode como deve regular seu próprio desenvolvimento orgânico a partir das condições concretas em que opera. Hoje sabem que o modelo econômico deve se formar com a prática, que nenhuma concepção teórica, que nenhum modelo nem fórmula geral pode determinar em detalhe este modelo econômico *que unicamente pode formar-se com a prática e a partir das condições existentes* (Aricó, PyP 5-6, 1964, p.49).

Durante os primeiros anos da revolução, o grupo dirigente cubano teria se focado em industrializar o país. A partir de 1962, entretanto, o objetivo passaria a ser reestruturar a agricultura para torná-la capaz de fazer frente às exigências do consumo interno e comércio exterior. Neste contexto, manteve-se ativa uma polêmica entre o setor “industrial” encabeçado por Che Guevara e o setor “agrícola” representado por Carlos Rafael Rodriguez, presidente do Instituto Nacional da Reforma Agrária (INRA). As diferenças radicais entre ambos os modelos teriam sido resolvidas, segundo narrava Aricó, “em uma espécie de *status quo* que ao mesmo tempo que permitia o funcionamento de ambos os sistemas, os impulsionava a polir suas argumentações e a não cair nas exagerações esquemáticas” (Aricó, PyP 5-6, 1964, p. 51-52). O artigo de Bettelheim, que a *Pasado y Presente* apresentava neste volume, posicionava-se contra a coexistência de modelos e se propunha a teorização de um sistema como oposto ao outro (Aricó, PyP 5-6, 1964, p. 52). Aricó criticava Bettelheim por assumir um ponto de vista “elevadamente teórico” segundo o qual a oposição se daria com base num modelo conceitualizado “*a priori* como o único verdadeiramente marxista” (Aricó, PyP 5-6, 1964, p. 52). Assim, em sua crítica da planificação centralizada, Bettelheim deixava de levar em consideração as consequências que a Revolução Cubana possuiria em sua “pequena guerra” contra os EUA. Além disso, o bloqueio econômico traria consequências contraditórias. Ao passo que prejudicaria economicamente, também galvanizaria as massas, mantendo e estimulando “a mística revolucionária”. Este “fator subjetivo” era sublinhado por Aricó como presente na base de confiança depositada na tendência “industrialista”:

(...) no entusiasmo revolucionário como fundamental incentivo espiritual aos trabalhadores, e sua resistência ao uso dos incentivos materiais porque oferecem o perigo de corromper as bases do desenvolvimento socialista enquanto são propensos a criar uma mentalidade estreita e filisteia nos trabalhadores (Aricó, PyP 5-6, 1964, p. 52).

Aricó concluía, por fim, que as posições de Guevara e Bettelheim seriam ambas legítimas, nenhuma tendo maior validade teórica que a outra. O que as diferenciaria seria, justamente, as visões de sociedade que se queria construir, já que em todo modelo econômico subjazeria “um hábito moral, uma visão do homem, uma ‘antropologia’”

(Aricó, PyP 5-6, 1964, p. 53). A questão fundamental seria, portanto, a escolha de um modelo que melhor se adequasse às condições objetivas da formação econômico-social dada e ao tipo de sociedade que se desejasse construir. Por fim, em *Pasado y Presente* 7-8, a seção “Mundo Contemporâneo” apresentou uma discussão sobre o socialismo e o partido único na África com textos de Alberto Ciria (“Introdução ao problema do partido único na África”) e R. Depinay (“As dificuldades específicas do socialismo na África Negra”). Nesse número, a revista não apresentou uma posição a respeito, como havia feito anteriormente por meio de textos introdutórios.

“Ideologia e cultura”

Inserido como subtítulo de *Pasado y Presente* estava a explicação “revista de ideologia e cultura” – marca de um grupo que pretendia construir as pontes ideológicas e culturais entre realidade argentina e a filosofia da práxis, as massas e os intelectuais. Nesta seção, buscaremos registrar algumas das contribuições teóricas e aberturas ao debate europeu – especificamente italiano e francês – nas áreas da crítica literária, antropologia e psicologia. No caso da crítica literária, vale destacar um momento anterior à constituição da revista, quando da incorporação de Della Volpe na argentina com *Realismo y realidad en la narrativa argentina*, de Juan Carlos Portantiero, publicado em 1961. Considerado um “livro agostiano” (Altamirano, 2013, p. 186), sua abordagem teórica oferecia uma tentativa de partir da nova crítica marxista italiana para a análise da literatura argentina, tendo como eixo uma relação percebida como problemática – o vínculo entre os intelectuais e a sociedade.

No caso argentino, a literatura ilustraria o diagnóstico de cisão entre intelectuais e sociedade nacional – tese que já havia sido lançada entre comunistas por Agosti em *Nación y cultura* (1959). Segundo argumentara o dirigente argentino, a fratura entre escritores e povo-nação seria um fato de ordem cultural, que não poderia ser elucidado se o exame se mantivesse dentro do domínio da cultura – era necessário ampliar o foco, ir às características básicas da formação histórica nacional (ibid., p. 188). A crítica ao cosmopolitismo intelectual, deste modo, estava sustentada pela analogia com a situação italiana interpretada nos *Cadernos do Cárcere*. Nesse mesmo sentido, Portantiero radicalizava a tese:

A direção ideológica central da vida argentina está impregnada pelo liberalismo. Inclusive através de suas negações (a nacionalista, espécie de contrarreforma liberal), todo o processo de formação de nossos intelectuais

nacionais girou ao redor das premissas do liberalismo. Sem ter uma figura destacada que através de sua personalidade sistematizasse essa direção conservadora (como sucedeu na Itália com Croce ou na Espanha com Ortega), o liberalismo formou as *equipas* das universidades, da grande imprensa, dos controles da opinião pública (Portantiero, 2017 [1961], e-book¹²⁸).

Segundo Portantiero, até o advento do peronismo, o liberalismo havia detido hegemonia para além do bloco conservador, incluindo a direção da esquerda argentina, representada até então pelos socialistas e anarquistas. No entanto, a “destruição populista” acarretada pelo novo fenômeno, em meados dos anos 1940, impôs uma mudança na forma como os grupos intelectuais interpretavam a realidade nacional-popular. Isso porque a resposta da “inteligência argentina” teria sido insuficiente, dado seu isolamento orgulhoso, a partir do qual teria reprovado “moralmente” uma situação definidamente política, reforçando, com isso, o *esprit de corps* dos intelectuais como grupo agredido pela “barbárie” (Ibid.). Foi então que a direção cultural argentina, selada pelo signo liberal, teria começado a perder força:

Se a aparição do peronismo quis dizer que no país haviam amadurecido as condições para mudanças estruturais (e o peronismo significa, em síntese, uma estafa dos conteúdos reais que pressionavam para essas mudanças), a situação devia manifestar-se também no terreno cultural. Havia um crescimento objetivo de novas forças no país, para o qual o liberalismo não podia dar dados ou respostas. O liberalismo foi usado para acomodar uma imagem agrícola, o que lhe daria ares cosmopolitas. Seu tempo histórico havia concluído com a “década infame” (Portantiero, [1961] 2017, e-book¹²⁹).

O liberalismo, enquanto instrumento da política oligárquica, não teria se mostrado apto a compreender o peronismo, que era entendido na análise de Portantiero como acontecimento fundador de uma *nova sensibilidade geracional*. Confluentemente, Altamirano interpretaria o fenômeno como o “fato crítico” que precipitou “o desajuste entre o setor adulto e o setor jovem do mesmo universo social” (Altamirano, 2013, p. 191). Aqui, havia já uma diferença com Agosti, para quem o peronismo seria apenas uma variação do nacionalismo. No que dizia respeito ao papel do liberalismo, Portantiero se apartava,¹³⁰ na verdade, de todas as posições históricas de seu partido – não haveria, em seu ponto de vista, uma fração liberal a ser incorporada, como no caso da tendência democrática reivindicada por Agosti. A nova sensibilidade geracional seria marcada, portanto, por uma radicalização antiliberal.

¹²⁸ Cap. IV – *A la realidad por el compromiso*, seção 1 – La primacía de la negatividad, e-book.

¹²⁹ Cap. III – *La búsqueda de la realidad*, seção 2 – Peronismo y capas medias, e-book.

¹³⁰ Entre 1963 e 1964, Portantiero organizaria um grupo denominado Vanguarda Revolucionária em meio ao movimento estudantil da Universidade de Buenos Aires.

Foi em diálogo crítico com o livro de Portantiero – considerado um dos mais importantes aportes à discussão sobre a poética realista na Argentina (Sarlo, 2007) – que Héctor Schmucler publicou no primeiro número de *Pasado y Presente* um artigo que, aplicado à revisão da literatura argentina sobre o itinerário dellavolpiano, colocava a autonomia dos fenômenos estéticos em relação com a política (Petra, 2017, p. 352). Para Schmucler, embora avançasse em algumas críticas, Portantiero não teria transcendido o esquema lukacsiano – ao qual, a partir das indicações de Della Volpe, endereçava críticas incisivas. Para o autor, a perspectiva do crítico húngaro recairia na clássica separação metafísica entre essência e aparência (Schmucler, PyP 1, 1963, p. 45). Isso porque o realismo, para Lukács, estaria radicado na capacidade de adentrar verdades profundas, que estariam subjacentes no circunstancial, através de formas artísticas. Assim, o realismo seria sempre testemunhal e não um mero reflexo de uma aparência (Schmucler, PyP 1, 1963, p. 45). Agora, nem todo testemunho seria realista, na medida em que a translação dos feitos superficiais não expressasse mais que a aparência das coisas. Nesse sentido, Lukács teria lançado os alicerces para uma análise artística baseada em uma “superioridade ideológica” que seria levada “ao extremo do absurdo” pelos críticos stalinistas, segundo Schmucler (Schmucler, PyP 1, 1963, p. 47).

Em seu ponto de vista, seria possível encontrar artistas com ideias “reacionárias” e que realizaram grandes obras em que *essas ideias* estariam presentes (Schmucler, PyP 1, 1963, p. 48). As ideias fundamentais seriam a de que a aprovação ou condenação de um artista não poderia prescindir dos resultados artísticos de sua produção:

Se estes foram alcançados, carecerá de valor toda crítica à ideologia abstrata, pois qualquer que tenha sido, no nível concreto da obra terá sido superada para “iluminar”, uma parte mais ou menos ampla da realidade. Concluído isto, se poderá aceitar a existência de uma ideologia ou uma atitude decadente, mas não a existência real de artistas decadentes (Schmucler, PyP 1, 1963, p. 49).

Diferente de Lukács, Schmucler não considerava que o realismo se daria “a despeito das ideias do autor”. Esse “a despeito”, em seu ponto de vista, seria próprio à concepção romântica-idealista que separa o intelecto e o sentimento como categorias distintas – por um lado, o artístico, de escasso rigor intelectual, e por outro, as ideias concretas e rigorosas (Schmucler, PyP 1, 1963, p. 50). Nesse momento, Schmucler tramitava sua inscrição na Universidade de Messina para cursar estudos de pós-graduação com Della Volpe. Não se estranha, portanto, que um ano depois ele voltasse a escrever sobre a obra do italiano e, mais uma vez, criticasse a recepção de suas ideias em solo argentino. Na quinta-sexta *Pasado y Presente*, Schmucler reprovava duramente o prólogo

da edição de *Crisis de la estética romántica*, publicada em 1964, assinado por Raul Sciarretta. Para o autor, Sciarretta recorreria a “afirmações adjetivas”, “maniqueísmos” e “palavras mágicas”, como nas acusações de “revisionismo” que, sem uma definição precisa, acabaria por serem vazias (Schmucler, PyP 5-6, 1964, p. 90-92). Este método explicitaria uma estrutura mental de “inacreditável mecanicismo” ou mesmo má-fé. Mais uma vez, a incompreensão recairia sobre a simultaneidade preconizada por Della Volpe do “estetizar-se do lógico e do fazer-se lógico do estético” (Schmucler, PyP 5-6, 1964, p. 91). Ou seja, ao contrário do que fazia supor o prólogo de Sciarretta, se trataria não de negar ou opor o sentimento à razão, mas de valorizar a carga intelectual que comportaria o sentimento. Daí a imprescindível presença de ideias nas obras de arte – realistas na medida em que, vinculadas a uma realidade, expressassem sempre uma verdade histórica. Schmucler compartilhava o compromisso com os colegas de *Pasado y Presente* a respeito do rigor científico. No que diz respeito à arte, a obra de Della Volpe forneceria uma orientação no sentido de “fundar uma estética crítica” que fosse capaz de conhecer a “realidade do mundo humano” a partir das particularidades do método artístico.

No segundo-terceiro volume de *Pasado y Presente*, havia a preocupação dos editores com as questões da cultura popular e dos métodos próprios ao estudo histórico das classes subalternas, com a tradução de texto importante sobre o tema de Eric Hobsbawm. O historiador inglês registrava e comentava uma série de estudos realizados nas “zonas coloniais e semicoloniais” realizados principalmente por antropólogos. Sem deixar de destacar os notáveis êxitos científicos, Hobsbawm criticava as generalizações exageradas realizadas por estes estudos, que tenderiam a “se diluir em uma planicidade sem sentido” (Hobsbawm, PyP 2-3, 1963, p. 162). O problema a ser enfrentado pelos historiadores das classes subalternas derivariam das pistas teóricas de Antonio Gramsci. Embora o conflito social tivesse permanecido óbvio – “se não existisse a divisão de classe e a pressão de classe, não existiria tampouco o problema histórico das classes subalternas” – seria constante, também, a ineficiência destas classes e de seus movimentos durante a maior parte do processo histórico (Hobsbawm, PyP 2-3, 1963, p. 162). Não somente os subalternos seriam cabalmente subalternos, mas seus movimentos estariam quase invariavelmente destinados ao fracasso, sua história seria uma história de derrotas ou, mais excepcionalmente, de incapacidade de vitória.

Assim, ainda que considerasse equivocada a concepção estática e harmoniosa com que muitos antropólogos considerariam as sociedades, Hobsbawm considerava correta a observação de que as forças sociais coesivas fossem muito grandes (Hobsbawm, PyP 2-

3, 1963, p. 163). É interessante que, neste aspecto, o historiador valorizasse os movimentos socialistas modernos do “reformismo” – em sua visão, esta seria uma forma de luta madura e consciente, o que preservaria os movimentos de serem reabsorvidos pelo “mundo do *status quo* e mesmo que acabassem por sustentar o *status quo*” (Hobsbawm, PyP 2-3, 1963, p. 163). No entanto, os estudos realizados mostrariam que quase nenhum caso de movimento das classes subalternas teria consciência “de maneira científica” de sua situação e aspirações. Isso porque seus movimentos seriam, por excelência, espontâneos. Daí que os mecanismos que os impedissem de realizar suas aspirações tivessem importância capital. Para além do interesse histórico e sociológico, portanto, o estudo das classes subalternas teria um “imediato e atualíssimo interesse político”:

Efetivamente, os movimentos políticos e sociais de nosso tempo são dos povos que vivem nos países ou nas zonas subdesenvolvidas (ou seja pré-capitalistas ou muito incompletamente capitalistas). Quando estes movimentos tiveram êxito, isto ocorreu precisamente porque sua força foi organizada e guiada de maneira efetiva, segundo o ensinamento do movimento proletário e da ideologia proletária. Não obstante, se bem temos hoje uma vasta experiência de encontro entre movimentos de tipo moderno e de tipo antigo – como por exemplo, o dos partidos comunistas com os camponeses das zonas coloniais ou semicoloniais – os problemas de tais encontros foram raras vezes estudados de maneira sistemática, apesar do feito de que tais investigações são evidentemente de grande importância política. As recentes tendências entre os historiadores sociais e os antropólogos proporcionaram um material mais rico que o que se conhecia antes para tais estudos. Mas, como Gramsci indicava, tal material deve ser analisado e utilizado, todavia (Hobsbawm, PyP 2-3, 1963, p. 163).

Com um olhar detido sobre os estudos antropológicos e com preocupações similares a Hobsbawm, Oscar Del Barco publicava na sétima-oitava revista uma leitura detalhada do pensamento de Lévi-Strauss, em que aprofundava o interesse de *Pasado y Presente* a respeito do problema da objetividade nas ciências humanas. Nesse artigo, em especial, Del Barco se debruçava sobre os instrumentos conceituais elaborados pelo antropólogo francês a partir da linguística. A analogia entre sistemas de parentesco e a língua, proposta por Lévi-Strauss, teria fundado, para Del Barco, “a unidade última das ciências do homem: um mundo de estruturas que medeiam as ordens da natureza e da cultura e servem de chave para sua inteligência” (Del Barco, PyP 7-8, 1965, p. 219). O feito era visto quase como a concretização do “velho e nunca alcançado sonho de tratar o social com o mesmo rigor e a mesma objetividade que a natureza” (Del Barco, PyP 7-8, 1965, p. 220). Destacava-se, então, a partir da obra do filósofo francês, o mérito da linguística em ter possibilitado às ciências sociais que se liberassem do subjetivismo –

suas leis designariam um nível inconsciente da realidade humana, um “inconsciente categorial”, combinatório.¹³¹

Del Barco, no entanto, considerava que a concepção de Lévi-Strauss era demasiadamente mecanicista, ficando presa “na contradição entre historicismo e transcendentalismo, entre relativo e absoluto, entre materialismo e idealismo” (Del Barco, PyP 7-8, 1965, p. 223). O intento em contemplar todas as culturas num mesmo nível resultaria numa “visão plana do mundo”. Em sua perspectiva, a dicotomia rigorosa entre o mecanismo inconsciente da mente e o mundo que esse mecanismo cria (a cultura) estabeleceria “um abismo dificilmente superável entre ambas ordens: por uma parte uma máquina cibernética-humana e por outro mundo criado por essa máquina” (Del Barco, PyP 7-8, 1965, p. 227). O problema desta visão apareceria quando se considerasse o cérebro e sua criação como unidade, cindíveis apenas especulativamente. Nesse caso, tanto o problema da objetividade como todos os problemas culturais se colocariam em relação a rigorosos níveis de análise assentados sobre uma concepção monista e crítica do humano, mas não em um monismo exclusivamente anatômico-fisiológico. Neste esquema, que parte do cérebro aos objetos culturais e deste à maneira de funcionamento do cérebro, a liberdade como momento da práxis humana desapareceria (Del Barco, PyP 7-8, 1965, p. 227). Del Barco concluía, assim, sublinhando a riqueza empírica e o conhecimento de Lévi-Strauss em contraposição à pobreza esquemática de sua filosofia.

Buenos Aires (1973)

A experiência de *Pasado y Presente*, de 1963 a 1965, esteve diretamente relacionada aos debates da esquerda italiana e ao pensamento de Antonio Gramsci, particularmente nos editoriais assinados por José Aricó e nas análises de Juan Carlos Portantiero, o que permanecerá característico da retomada em 1973. As hipóteses de compreensão da realidade argentina – da cisão entre intelectuais e povo-nação, dos problemas de hegemonia decorrentes da conformação do território argentino em litoral e “hinterland” e do peronismo como parte integrante da aliança “bonapartista” – são exemplares da tradução em chave teórica dos problemas nacionais a partir de categorias

¹³¹ A linguística, o inconsciente e a vertente lacaniana da psicanálise seriam ainda assunto do nono número de *Pasado y Presente*, com a publicação de comunicação de Oscar Masotta lida em março de 1964 na Escola Pichon Riviére de Psicologia Social em Buenos Aires. Esta foi a primeira publicação sobre o pensamento de Lacan em língua espanhola.

gramscianas, extrapolando seus sentidos originários. É este o sentido que buscaremos mobilizar na análise dos três números publicados nesta segunda etapa, atentos à continuidade ou descontinuidade de elaboração destas hipóteses, em especial nas sistematizações promovidas por Aricó e Portantiero. Acreditamos que, embora a revista tenha tido uma marcada instabilidade política – desde o ímpeto inicial de renovação do PCA, o envolvimento com a guerrilha e o guevarismo, o movimento do operariado e a intervenção nas lutas operárias de Córdoba, até o peronismo revolucionário, como veremos adiante – é possível reconhecer em sua prática teórica certa identidade em torno do pensamento gramsciano, ainda que não seja esta a chave explicativa de toda a revista. Entendemos, no entanto, que a abertura a traduções, a circulação de variadas correntes e a pluralidade de hipóteses e fontes teóricas tenha sido facilitada pelo distintivo intelectual do dirigente italiano.

Não há nenhuma explicação para a interrupção em 1965 nas páginas de *Pasado y Presente*. Segundo Burgos (2004, p. 103), o fim da primeira etapa teria que ver muito mais com os problemas derivados da forma de intervenção do grupo do que com as novas condições criadas com o golpe militar de 1966, como se poderia supor. Entre o último número, publicado em setembro de 1965, e o golpe, se passaram nove meses, e ainda que a revista tivesse o costume de publicar numa mesma edição dois números, o atraso desta vez levaria oito anos. No entanto, o núcleo editorial não ficou inativo nesse período. Em entrevista a Horacio Crespo realizada em 1986, José Aricó explicava como entendia essa interrupção e a saída encontrada na coleção *Cuadernos de Pasado y Presente*:

Quando em sua primeira época (1963-1965) a revista não conseguiu resolver de maneira frutífera o problema da ancoragem política, e as debilidades do grupo o impediram de continuar com sua tarefa de recomposição da cultura de esquerda, se abre a alternativa dos Cuadernos. Foram, em parte, uma proposta substitutiva. Partíamos da convicção de que não se podia recompor uma cultura de esquerda como se se estivesse trabalhando com um quebra-cabeças. Era preciso encontrar uma linguagem possível, em certo modo aceite por todos, e que pudesse implantar o trabalho crítico no texto mesmo em que se propunha o tema (Aricó 2014 [1986], p. 26-27, grifos nossos).

Já desde os primeiros números, ainda editada em Córdoba, os *Cuadernos* foram distribuídos em Buenos Aires e, com a formação da editora Siglo XXI, em 1971,¹³²

¹³² A vertente argentina de Siglo XXI começou seu trabalho editorial em agosto de 1971. O projeto de vanguarda acadêmica recebia desde 1969 capitais da família do historiador Enrique Tandeter, junto a outros jovens como Juan Carlos Garavaglia e Alberto Díaz. Poucos meses depois de criada, a editora foi potencializada com a fusão de *Pasado y Presente*. Nestes mesmos anos, Héctor Schmucler e Jorge Tula, membros do editorial cordobês, haviam se radicado em Buenos Aires (Para saber mais a respeito, cf. Sorá, 2017, pp. 223-251).

ganharam uma nova potência de difusão. Junto a essa expansão, o núcleo editorial adquiriu maior relevância – de um pequeno empreendimento de difusão cultural, passou a fazer parte de uma das mais bem-sucedidas editoras em língua espanhola (cf. Burgos, 2004; Sorá, 2017). Em sua nova etapa, ainda que fosse distribuída pela Siglo XXI em Buenos Aires, a revista permaneceria a ser dirigida em grande parte pelo núcleo de origem cordobês – José Aricó como editor responsável, junto a Oscar Del Barco, Jorge Feldman, José Nun, Juan Carlos Portantiero, Juan Carlos Torre e Jorge Tula.

O primeiro número da nova etapa rememorava a forma com que o grupo havia se lançado uma década antes, começando com um longo projeto editorial e seguido por uma detida análise conjuntural de Portantiero.¹³³ Faz conjunto com estes dois grandes textos iniciais a introdução de Aricó à seção “textos”, que era composta por escritos pré-carcerários e carcerários de Gramsci centrados na relação entre espontaneidade e direção consciente, principalmente referidos à experiência da revista *L'Ordine Nuovo*¹³⁴ e dos conselhos de fábrica em Turim da década de 1920. Dois fatos ganhavam centralidade neste momento e servem de base ao resgate conselhistas: o “Cordobazo”, movimento de operários e estudantes que ocuparam as ruas de Córdoba entre os dias 29 e 30 de maio de 1969,¹³⁵ e a acachapante vitória peronista nas eleições de março de 1973.¹³⁶

¹³³ Portantiero, em coautoria com Miguel Murmis, lançou no interregno entre as duas etapas de *Pasado y Presente* o clássico *Estudios sobre los orígenes del peronismo* em 1971. O trabalho foi produzido a partir de pesquisas realizadas no Centro de Pesquisa Social do Instituto Torcuato Di Tella, destino de muitos professores e pesquisadores após a intervenção da universidade em 1966 que minou sua autonomia e as condições de produção de pensamento crítico. Os autores buscaram a explicação das origens do peronismo no período anterior à sua emergência (1930-1943). Essa abordagem exigiu um estudo sociológico das consequências em termos das relações de classe do processo de substituição de importações começado na década de 1930. A partir do referencial gramsciano e de uma análise de dados empíricos, os autores criticavam duas premissas vigentes na época: a oposição de interesses entre latifundiários dedicados à exploração agrícola e pecuária (a chamada “oligarquia”) e proprietários industriais; e a diferenciação entre “velha e nova classe trabalhadora” que daria origem à emergência do peronismo, dado o caráter inexperiente e heterônomo dos novos trabalhadores.

¹³⁴ Fundada em maio de 1919, em Turim, por Antonio Gramsci, Angelo Tasca, Umberto Terracini e Palmiro Togliatti. Diferenciou-se de outras revistas socialistas italianas pela “ideia força” que faz penetrar a partir do verão de 1919 nas fábricas turinesas: o movimento de Conselhos de fábrica, através da transformação das velhas Comissões internas em organismos que fossem emanção espontânea da “massa que se governa por si” em seu “território nacional”: o lugar de trabalho, a unidade produtiva (Spriano, 1978 [1967], p.48). Deste núcleo original que conquistara, seguido de uma série de transformações,

¹³⁵ Milhares de estudantes e trabalhadores liderados por Augustín Tosco, de “Luz y Fuerza”, e René Salamanca, líder maoísta de Sitrac-Sitram, grêmio de várias automotrizas da cidade, com o apoio ativo dos bairros da cidade, ocuparam as ruas e levantaram barricadas. Atuaram movidos também pela solidariedade com seus pares do litoral – em maio de 1969, um estudante da Universidad del Nordeste havia sido morto pela polícia, o que havia despontado o “Rosario”, quando grupos universitários e gremiais tomaram as ruas de Rosario, quando mais um manifestante foi morto (cf. Novaro, 2016, p. 100 e ss).

¹³⁶ Sob a ditadura militar argentina, de 1966 às eleições de 1973, aglutinou-se sob o peronismo distintas facções e grupos revolucionários, como a Juventude Peronista e os Montoneros, mais ou menos “nacionais ou populares”, e de diversos pontos do espectro ideológico, da extrema-esquerda à extrema-direita. Através da candidatura de Hector Cámpora, Perón, ainda exilado, buscou iniciativas moderadoras dos conflitos entre esses diversos grupos, no sentido de defender as instituições tanto dos militares como das guerrilhas.

Com base nesses fatos determinantes, *Pasado y Presente* dedicava sua nova série à explicitação de dois tempos. O primeiro tempo compreenderia do golpe militar de 1966 ao desfecho peronista das eleições de março de 1973 e seria caracterizado pela ofensiva do capital monopolista estrangeiro em sua busca por consolidar o poder econômico enquanto poder político. No entanto, a enorme resistência das classes afetadas e as chamadas “contradições secundárias”, especialmente desde as revoltas de 1969, teriam impedido a estabilização de um modelo político autoritário, tal como havia se dado no Brasil. O segundo tempo, portanto, se iniciaria a partir da posse de Héctor Cámpora, em maio de 1973, e lançaria luz à possibilidade de uma “nova consciência socialista”, resultante da luta do movimento operário e popular e de seus experimentos institucionais de democracia revolucionária, os conselhos. Empenhado na análise deste primeiro tempo, e escrito antes das eleições, Portantiero se dedicou, em “Classes dominantes e crise política na Argentina atual”, a um estudo das relações de forças políticas na sociedade argentina.

Para isso, em bases gramscianas, o teórico portenho distinguia dois níveis de sua análise. O primeiro estaria dedicado às classes sociais, conectado estreitamente à estrutura objetiva – sendo associado, assim, ao conceito de “aliança de classes”. O segundo, por sua vez, voltava-se às forças sociais e marcaria a fase mais estritamente política, que assinala a passagem da estrutura à esfera das superestruturas complexas – associando-se, então, ao conceito de “bloco de forças”. A “aliança de classes” e o “bloco de forças” não seriam unidades indiferenciadas, mas em seu interior operariam também contradições – ainda que em grau secundário – e a relação entre os componentes não seria simétrica: um deles “dominaria” (Portantiero, *PyP II* 1, 1973, p. 32). Essa dominação no nível político dos blocos de forças manifestar-se-ia pelo conceito de “hegemonia” enquanto que, no nível econômico, da aliança de classes, expressar-se-ia pela noção de “predomínio”. Assim, uma classe que fosse predominante em seu campo de interesse, não automaticamente seria hegemônica no bloco de forças – essa assincronia seria chave fundamental, segundo a ótica de Portantiero, para a compreensão da conjuntura política argentina.

A hipótese, já esboçada uma década antes, era a de que desde meados dos anos 1950, quando entrava em crise o ciclo de industrialização substitutiva, os novos

Cámpora, com a Frente Justicialista de Liberação, prevaleceu nas eleições com 49,5 % dos votos e Balbín, em segundo lugar, renunciou o segundo turno. Tratou-se de uma derrota absoluta para Lanusse, anterior presidente, e as Forças Armadas.

enquadramentos de classe não teriam conseguido se encarnar em forças sociais que fossem correspondentes no plano político. Isto é, junto à contradição principal – em que se confrontam o proletariado e o capital monopolista¹³⁷ – se agregaria que, desde 1955, as linhas gerais do processo histórico argentino se enquadrariam dentro “do que chamaríamos *fase de não correspondência entre nova dominação econômica e nova hegemonia política*” (Portantiero, PyP II 1, 1973, p. 38). Assim, Portantiero, fazia referência, em termos de classes dominantes, a uma situação de “crise orgânica” – que, ao menos potencialmente, seria sempre uma “situação revolucionária” para as classes dominadas, perspectiva que seria tratada no texto editorial que veremos mais adiante.

Caracterizaria a crise orgânica das classes dominantes argentinas um predomínio de soluções de compromisso, o que teria desencadeado um “empate” – nenhuma das classes dominantes em seus respectivos campos de alianças conseguiriam hegemonia de um bloco de forças sociais. Do ponto de vista do capital monopolista, a ofensiva mais arrojada teria sido o golpe de estado de junho de 1966, gestado desde o derrocamento do “nacionalismo popular peronista” em 1955 e efetuado em um momento de “crise de autoridade” generalizada. Para Portantiero, o correlato político do plano econômico monopolista estaria dado por um modelo de Estado autoritário, em que a concentração de poder se daria mediante a associação dos núcleos de decisão econômica com os de decisão política (Portantiero, PyP II 1, 1973, p. 45). Desse modo, o parlamento e os partidos perderiam sua vigência, desaparecendo ou se subalternizando, para que, em seu lugar, pudesse emergir a autoridade presidencial e a presença de tecnocratas, ou mesmo dos próprios gerentes do capital nos topos da burocracia. Na Argentina, teriam sido as Forças Armadas os agentes que tomaram este projeto do capital monopolista, com o objetivo de formar uma nova hegemonia a partir de outras duas forças sociais – o “establishment” e a burocracia sindical. No entanto, ao contrário do que teria havido no caso brasileiro, esta coalizão nunca pôde se estruturar, manifestando sempre uma extrema vulnerabilidade:

Se desde a perspectiva dos assalariados o plano monopolista traz uma política de “shock” que desde suas primeiras seções rebaixa brutalmente seus ingressos reais, no interior das classes dominantes a hegemonia da fração monopolista na Argentina de 1966 supôs uma transferência na distribuição da mais-valia

¹³⁷ Em forte crítica às concepções nacionalistas, Portantiero recorria à Teoria da Dependência para a definição da contradição principal. Nesse sentido, a análise não se direcionaria apenas às relações sociais objetivas que predominam no interior de cada sistema nacional, mas aos nexos que a ligam ao sistema internacional capitalista, entendendo este não como a “justaposição de sistemas capitalistas nacionais”, mas como “uma rede integrada de relações cujo eixo é a acumulação em escala mundial”. Para embasar teoricamente esta reflexão, recorria a citações de Samir Amin e do brasileiro Ruy Mauro Marini, que possui neste número de *Pasado y Presente* um texto publicado a respeito do Chile (“La burguesía y el problema del poder: el caso chileno”).

em prejuízo da pequena e média burguesia e da chamada “oligarquia agropecuária”, processo que se sobrepôs a um fluxo constante de ingressos a favor do Litoral em detrimento do Interior (Portantiero, PyP II 1, 1973, p. 46).

Para que desse certo a realização política deste modelo, seria necessário que os reajustes no nível econômico levassem a uma “modernização” do sistema social que fosse capaz de gerar rápida expansão das forças produtivas, uma acumulação de riqueza com a qual se poderia “premiar” seletivamente distintos estratos, em termos de “comportamento eficiente” (Portantiero, PyP II 1, 1973, p. 47). A estratégia incluiria como premissa a possibilidade de promover a existência de setores operários privilegiados que, nos ramos de mais alta produtividade, recebessem salários maiores do que os situados nos ramos de menor desenvolvimento tecnológico. Nesse sentido, a burocracia sindical operaria a passagem do reformismo operário ao reformismo burguês, inserindo-se explicitamente no sistema do capital – para garantir seus interesses, defenderia o modelo nacional-desenvolvimentista da burguesia média, que busca negociar a dependência.

Entretanto, na Argentina, o rechaço ao projeto por parte dos prejudicados deste plano foi mais rápido do que o recolhimento de seus frutos, o que supostamente permitiria reajustes consensuais. O levante promovido pelo “Cordobazo” teria ferido “de morte esta primeira versão da hegemonia monopolista” (Portantiero, PyP II 1, 1973, p. 47). Inaugurava-se, então, um estado geral de mobilização das classes populares, em que apareceriam “formas orgânicas de conteúdo socialista” como primeira resposta às novas contradições sociais argentinas. Segundo Portantiero, é a partir de então que a “leitura da crise pode caracterizar-se legitimamente não só em termos dos conflitos no interior das classes dominantes, mas também como ‘situação revolucionária’ em definição leninista: quando as massas são empurradas ‘a uma ação histórica independente’” (Portantiero, PyP II 1, 1973, p. 48).

Portantiero mostrava, a partir da experiência brasileira, e especialmente desde 1968, que a galvanização do aparato autoritário seria necessária para a aceleração dos planos econômicos “neo-dependentes” – o que havia permitido no Brasil o chamado “milagre econômico”. Isto, contudo, não teria sido possível na Argentina, onde a crise social e política de 1969-70 teria se adiantado e levado à queda do autoritarismo militar, restabelecendo uma situação de “vazio hegemônico”. Este vazio que se seguiu ao fracasso do projeto hegemônico do capital monopolista colocaria em primeiro plano as contradições internas do sistema capitalista dependente. Como pano de fundo, havia ainda um crescimento consistente das mobilizações sociais e a colocação de um conteúdo

socialista inédito pelo proletariado industrial. Portantiero concluía, assim, que a conjuntura argentina apresentava a “crise de um modelo hegemônico burguês, ante a presença de uma crescente mobilização popular com fortes elementos socialistas” (Portantiero, PyP II 1, 1973, p. 60).

Era neste contexto que *Pasado y Presente*, “depois de oito anos de silêncio”, voltava a aparecer. Um longo texto editorial, de cunho teórico, “produto da discussão e redação coletiva”, dedicava-se a delinear oito teses a respeito das possibilidades de vincular à luta que se colocava no movimento operário e popular argentino fórmulas anticapitalistas. A primeira tese era a de que o processo histórico argentino expressaria uma formação capitalista integrada ao mercado mundial de forma subordinada e dependente. Daí que a matriz da luta de classes não fosse a oposição entre burguesia e proletariado, nem nação e seus colonizadores, mas a que concebesse a força imperialista como um fator estrutural, a ser enfrentada pelos trabalhadores fabris (Editores, PyP II 1, 1973, p. 4). A segunda tese afirmava que o capitalismo estaria passando por uma crise de hegemonia, não havendo mais espaço para o mito da “sociedade integrada”.

Segundo o núcleo editorial, pela primeira vez na história o sistema capitalista teria se esgotado, não porque fosse incapaz de assegurar um desenvolvimento produtivo ou uma crescente expansão econômica, mas porque representaria um obstáculo para a plena utilização das potencialidades existentes (Editores, PyP II 1, 1973, p. 5). Ou seja, todos os problemas que poderiam ser atribuídos à imaturidade do sistema ou a deformações conjunturais, e que supostamente poderiam ser superadas pelo próprio processo de generalização das relações burguesas de produção, teriam se revelado, de uma vez por todas, inerentes ao mecanismo de seu funcionamento. O conjunto de objetivos que pareciam ser possíveis de alcançar na chamada “sociedade de bem-estar” não só não teriam sido alcançados com o desenvolvimento econômico, mas resultaram cada vez mais distantes. No caso dos países dependentes, a penetração imperialista teria gerado e alimentado um mecanismo de subdesenvolvimento que adquiriu proporções sempre maiores. Assim, constatava-se que o desenvolvimento dos países “atrasados” seria “*incompatível* com o desenvolvimento do conjunto do mundo capitalista ao qual estão integrados” (Editores, PyP II 1, 1973, p. 5). Sem uma ruptura com a relação de dependência e sem um rechaço radical do modelo de desenvolvimento das áreas avançadas, o “atraso” não se resolveria, mas ao contrário, seria intensificado a limites “intoleráveis”.

A terceira tese era a de que o sistema imperialista unificaria o mercado mundial por meio do desequilíbrio que, por sua vez, apresentar-se-ia como um fator essencial ao questionamento do modo de produção capitalista. A revista considerava que, apesar de todos os “mecanismos compensatórios” com que o capitalismo postergaria sua crise, seguiria sendo o proletariado a expressão da “única contradição verdadeiramente intransponível do capitalismo enquanto modo de produção cujo mecanismo essencial é a relação de exploração do homem pelo homem” (Editores, PyP II 1, 1973, p. 6). No entanto, não haveria coincidência automática entre tal comprovação e a tomada de consciência que tornasse possível a ação revolucionária. Essa passagem, na visão dos editores, não poderia ser feita mediante vanguardas iluminadas ou por “tomadas de poder”, mas de uma nova realidade que fosse gestada no interior da velha sociedade, mediante um processo permanente de “revolucionarização”.

Isso só seria possível mediante crítica radical e concreta de todas as manifestações da sociedade burguesa dependente, “de seu modo de produzir, de consumir, de pensar, de viver”, que deveria estar presente nas lutas das massas *antes* da ruptura revolucionária para que essa se tornasse possível (Editores, PyP II 1, 1973, p. 10). A quarta tese, nesse sentido, esclarecia o título do texto – “A ‘longa marcha’ ao socialismo na Argentina”. O socialismo seria um objetivo a ser alcançado mediante um longo processo histórico de subversão do sistema de relações capitalistas que, no caso argentino, teria tido um salto qualitativo desde as lutas operárias e populares de 1969. A nova oposição social que emergira teria iluminado as contradições da “hipótese reformista” que, orientada a pressionar as forças políticas e instituições representativas do sistema, levaria sempre o movimento à impotência (Editores, PyP II 1, 1973, p. 16). Isso porque o resultado da política reformista seria um movimento “demasiado genérico e desarticulado para permitir a participação das massas, ou demasiado instrumentalizado pelos objetivos políticos de partido para criar movimentos verdadeiramente unitários” (Editores, PyP II 1, 1973, p. 16).

Os partidos, no entanto, permaneceriam essenciais para as lutas dentro e fora da fábrica, de modo a combater seu “momento corporativo” – mas destacava-se que esse trabalho orientador só poderia ocorrer “*desde o interior de um movimento de massa que deve ser essencialmente autônomo, unitário e organizado*” (Editores, PyP II 1, 1973, p. 17, *grifos do autor*). A estruturação autônoma do movimento não poderia ser outra que uma rede de comitês e de conselhos que “enquanto órgãos de democracia direta podem ser controlados pelas massas e expressam o conjunto dos setores de luta” (Editores, PyP

II 1, 1973, p. 17). Consequência desse pressuposto, a quinta tese se debruçava sobre a dificuldade na Argentina de transformar a crise orgânica em crise revolucionária. Para a revista, essa dificuldade estaria atrelada à ausência de uma força organizada que unificasse as mobilizações anticapitalistas.

Uma “realidade rebelde” estaria no centro do esforço teórico e prático que toda a militância revolucionária na Argentina deveria enfrentar – “a identificação com o peronismo da enorme maioria da classe operária e, em geral, de todas as classes exploradas” (Editores, PyP II 1, 1973, p. 19). O paradoxo a ser resolvido pelos revolucionários argentinos seria o da necessidade de ir mais adiante da imediatividade de classe (dar “direção consciente”) no interior de uma classe operária politicamente “situada”. Para dimensionar a profundidade do problema, os editores “parafrazeavam” os escritos de Gramsci, o que os aproximava de sua realidade “rebelde” mediante analogia com a situação teorizada pelo italiano:

Parafrazeando Gramsci, se na Itália dos anos 1920 a “questão camponesa” se expressava como “questão vaticana” e como “questão meridional”, ou seja, que a presença de uma classe definida em termos econômicos devia ser limitada, para poder operar politicamente com ela, em termos ideológicos e geográfico-mundiais, na Argentina de hoje a “questão operária” não pode ser separada da “questão peronista”. Se trata de um dado, não de uma teoria (Editores, PyP II 1, 1973, p. 19).

Os autores iam além. Para eles, a “questão peronista” se vincularia a uma problemática generalizada em todas as sociedades dependentes – a existência de poderosos movimentos nacional-populares cuja coluna vertebral estaria constituída pela adesão das grandes massas operárias e camponesas (Editores, PyP II 1, 1973, p. 19). Tendo isso em vista, na Argentina, seria necessário articular uma dialética correta entre movimento de massas e prática socialista que não negasse que o ponto de partida político dos grandes setores populares não seria a ‘virgindade’ de que falava Lênin, mas sua adesão ao peronismo (Editores, PyP II 1, 1973, p. 20). Neste ponto, havia um esforço de síntese da revista. Seu objetivo estava em discutir essa dialética com rigor científico, pois uma vez que a caracterização do peronismo fosse falha, a superação revolucionária permaneceria em “um labiríntico jogo de espelhos” (Editores, PyP II 1, 1973, p. 20). Ou seja, o sentido do trabalho de *Pasado y Presente* estaria em:

(...) analisar a originalidade do processo de constituição de uma força socialista de massas na Argentina, como um caso em que a relação “consciência-espontaneidade” se mostra “impura”, *em que, portanto, é necessário impulsionar o desenvolvimento de uma consciência socialista a partir das*

lutas de uma classe politicamente situada no interior de um movimento nacional-popular (Editores, PyP II 1, 1973, p. 20, grifos dos autores).

A sexta tese, nesse sentido, lançava hipóteses de caracterização do peronismo. Por um lado, seria a síntese de um conjunto de forças sociais antimonopolistas e anti-imperialistas, com o grande distintivo, na comparação com outros países dependentes, de possuir como protagonista a grande maioria da classe operária. Essa se constituiria como “o núcleo irredutível para a ofensiva contrarrevolucionária inaugurada com a queda de Juan Domingo Perón” (Editores, PyP II 1, 1973, p. 21). Por outro lado, o peronismo seria também um momento do desenvolvimento de uma alternativa política autônoma da classe operária – o momento nacional-popular, em que os “explorados reconhecem seu único termo de unidade e lealdade política” (PyP II 1, 1973, p. 21). Distanciando-se das vertentes nacionalistas de interpretação do fenômeno, o núcleo editorial considerava mais importante que o peronismo tivesse se desenvolvido *no interior da classe operária*, do que propriamente o seu caráter de resistência anti-imperialista. A este fator estaria relacionado o surgimento do peronismo revolucionário, que insurgira contra a subordinação e dependência operária reunindo um espectro de tendências unidas por um mesmo objetivo: “a construção de um instrumento organizativo que garanta o desenvolvimento da luta das massas e o avanço a uma sociedade socialista” (Editores, PyP II 1, 1973, p. 21). Este seria, na apreciação dos organizadores de *Pasado y Presente*, o caráter original do fenômeno peronista que, a partir do resultado das eleições de março de 1973, teriam inaugurado uma nova etapa. Além da significativa vitória das forças opostas ao projeto monopolista instaurado em 1966, as eleições teriam quantificado “todo o ódio acumulado pelo povo frente ao imperialismo e seus aliados internos” (Editores, PyP II 1, 1973, p. 22). Teriam posto em destaque o grande erro político de parte da esquerda que havia se empenhado na defesa do voto em branco. Para os autores, o voto peronista de março de 1973 significava o rechaço às negociações reformistas, sendo expressão política da luta levada a cabo por dezessete anos – desde a queda de Perón – e que desde 1966 possuiria “acentuados conteúdos objetivamente socialistas”, representados pela Juventude Peronista, pelo sindicalismo combativo, por todos aqueles que “distinguem o governo do poder e que colocam, como consigna fundamental, que governar é mobilizar” (Editores, PyP II 1, 1973, p. 23).

A sétima tese aprofundava as consequências desta caracterização teórica do peronismo, qualificando a profundidade do erro da esquerda revolucionária que teria pretendido projetar-se como alternativa “classista” frente a um peronismo que se

radicalizava em seus programas e em sua dinâmica eleitoral. As massas teriam mostrado, que essa alternativa seria “imaginária”, “que as formulações *votoblanquistas* ou as que defendiam a necessidade de apresentar candidatos operários opostos aos peronistas, não representavam senão uma nova vestidura por trás da qual se oculta *o recalcitrante vanguardismo dos grupos de esquerda*” (Editores, PyP II 1, 1973, p. 28, *grifos nossos*). Por fim, *Pasado y Presente* lembrava trecho do último número lançado em 1965 a respeito da unidade intelectuais-classe operária que permaneceria a girar em torno do falso problema dos “males do *espontaneismo* peronista e a necessidade de uma *vanguardia revolucionária*”. Este problema, afirmavam em 1965, embora fosse antigo, adquiriria novos aspectos e possibilidades de resolução na sociedade moderna, “como trataremos de demonstrar na segunda parte de nosso trabalho”. Esta era o objetivo da revista em 1973 – “contribuir ao processo de discussão que se desenvolve atualmente na sociedade argentina acerca das condições nacionais de constituição de uma força revolucionária socialista” (Editores, PyP II 1, 1973, p. 29).

O primeiro número da segunda etapa da revista dedicava-se a embasar teoricamente o tema dos conselhos e da espontaneidade e direção consciente no pensamento de Gramsci. No texto introdutório à seção de textos gramscianos, Aricó sintetizava o movimento dos conselhos italiano no chamado “biênio vermelho” como uma tentativa de resolução dos problemas colocados pela crise do capitalismo e da socialdemocracia europeia nos anos 1920 (Aricó, PyP II 1, 1973, p. 90). Naquele caso, o movimento dos conselhos de fábrica havia possibilitado uma “real vanguarda revolucionária” – “as massas entraram em contato com essa vanguarda refletindo seu próprio grau de experiência real, criando desse modo as condições para superar a relação pedagógica abstrata e autoritária que havia caracterizado a socialdemocracia” (Aricó, PyP II 1, 1973, p. 90). Aricó afirmava que Gramsci teria sido, “sem dúvida, no âmbito do movimento operário europeu, o ‘tradutor’ mais original e profundo da experiência soviética” (Aricó, PyP II 1, 1973, p. 91). Para demonstrar essa afirmação, *Pasado y Presente* publicava os artigos “Democracia operária” e “O programa de *L’Ordine Nuovo*”, nos quais se evidenciaria “o esforço por traduzir o ‘leninismo’ à realidade da sociedade italiana do pós-guerra” (Aricó, PyP II 1, 1973, p. 91). Gramsci teria retido da Revolução de Outubro as conclusões teóricas que Marx e Engels haviam extraído da Comuna de Paris – e que o reformismo socialista havia sepultado. Estas conclusões tinham que ver com a tese de que “*a classe operária não pode simplesmente apoderar-se da máquina estatal e torná-la funcionar em seu próprio benefício*”. Citando Gramsci,

iam além – “o feito essencial da revolução russa ‘é a instauração de um novo tipo de estado: o estado de conselhos [...] o resto é pura contingência” (Aricó, PyP II 1, 1973, p. 91).

Neste texto introdutório é notória a tentativa de aproximar a experiência de Córdoba a de Turim, bem como a de *L'Ordine Nuovo* e a da própria *Pasado y Presente*. A revista fundada por Gramsci e Togliatti em maio de 1919 tinha como programa de ação, segundo Aricó, ser “o centro propulsor de ideias que educava a classe no espírito internacionalista da revolução europeia, orientando-a à conquista de sua plena autonomia como classe” (Aricó, PyP II 1, 1973, p. 93). Estabelecer-se-ia, assim, “uma relação entre espontaneidade e direção consciente, entre massas e vanguarda, absolutamente inédita na tradição socialista italiana, caracterizada sempre por uma concepção aristocrática, iluminista e tutelar das massas proletárias” (Aricó, PyP II 1, 1973, p. 93). O periódico socialista seria exemplar, justamente, da dialética que os editores cordobenses buscavam entre direção e espontaneidade. Fundada no rechaço da repetição mecânica de verdades doutrinárias, se aplicaria a – citando Gramsci em texto carcerário – “homens reais, formados em determinadas relações históricas, com determinados sentimentos, modos de conceber, fragmentos de concepção de mundo, etc., que resultavam em combinações ‘espontâneas’ de um determinado ambiente de produção material” (Gramsci, 1931, apud Aricó, PyP II 1, 1973, p. 93).

Aricó julgava que em seus textos carcerários, Gramsci teria levado adiante um raciocínio coerente com o reconhecimento antes afirmado nas páginas de *L'Ordine Nuovo* a respeito do valor da ação espontânea das massas operárias. Esse raciocínio estaria marcado por uma concepção da ação espontânea como “um nível de concreção dos sentimentos populares”. Ou seja, entre “espontaneidade” e “direção consciente”, entre ações aparentemente inorgânicas das massas e a atividade educadora sistemática de um grupo dirigente, não haveria diferença qualitativa, mas meramente quantitativa – de grau e não de qualidade. Justificava-se, ademais, que a coerência entre teoria e prática de Gramsci deveria ser valorizada pela “recuperação bastante original da tradição dos grandes mestres revolucionários a partir do ‘presente’ da ação histórica e das necessidades que esse presente coloca” (Aricó, PyP II 1, 1973, p. 96). O próprio Gramsci havia retomado a experiência ordinovista em seus escritos carcerários ressaltando o mérito de ter sabido “traduzir” em linguagem histórica italiana os principais postulados da doutrina e da tática da Internacional Comunista.

Aricó também salientava as limitações de Gramsci em sua experiência na revista, que teria oscilado “entre o espontaneísmo controlado de Rosa Luxemburgo e o centralismo organizado de Lenin” (Aricó, PyP II 1, 1973, p. 98). O marxista sardo não teria conseguido distinguir claramente os conselhos como “órgãos técnicos da produção e do ordenamento industrial” daqueles como “órgãos políticos da classe operária em luta contra o capital” (Aricó, PyP II 1, 1973, p. 98). Assim, salientando o crescimento da classe operária como sujeito político direto, teria subestimado a importância da formação e organização do partido. O limite do pensamento gramsciano coincidiria com o limite da própria prática do movimento, o que se evidenciou quando “a realidade nacional demonstrou estar mais atrasada que a vanguarda turinesa” (Aricó, PyP II 1, 1973, p. 98).

A derrota do movimento de conselhos e o ascenso ao poder do fascismo fora concomitante com a derrota do soviétismo em toda a Europa. Para Aricó, Gramsci teria sido o “marxista ocidental” que mais profundamente teria se indagado sobre as causas desta derrota e as lições que deixava. Após a derrota do movimento operário, o acento se deslocaria da classe ao partido, à necessidade de formação de um núcleo dirigente do proletariado italiano, “capaz de suportar as duras condições impostas pelo fascismo e de uma vez criar, mediante um permanente trabalho de interpretação da realidade, as bases de uma nova expansão das energias proletárias” (Aricó, PyP II 1, 1973, p. 98). No entanto, o tema da democracia operária e das instituições próprias teria permanecido, segundo Aricó, como “fio vermelho” de todo o conjunto de reflexões gramscianas. Seria difícil pensar, concluía o teórico cordobês, no triunfo de uma revolução socialista sem um prévio desenvolvimento democrático do movimento operário. Nesse sentido, colocava as seguintes questões:

Como encarar este trabalho quando o topo sindical reformista e burocrático (ou diretamente bandido) é capaz de absorver ou destruir os fermentos de democracia de base? Como alçar que tais fermentos desemboquem em organismos de impugnação do sistema sem que possam ser isolados e destruídos? Como estabelecer uma direção política que não seja realização de um “projeto exterior”, mas a indicação de um objetivo aceito pelas massas, porque primeiro foi submetido praticamente à necessária confrontação e crítica de suas motivações? Como construir uma força capaz de sintetizar o potencial de luta das massas trabalhadoras, superando as limitações teóricas e práticas das “vanguardas externas” à classe? (Aricó, PyP II 1, 1973, p. 101).

Nas condições da luta de classes argentina, Aricó considerava que estes seriam os problemas abertos que exigiriam elucidação teórica e prática. Como hipótese condutora, afirmava a “revolução como um processo social, produto da maturação das massas que tendem a superar sua condição de classes subalternas para assumir o controle total da

sociedade” (Aricó, PyP II 1, 1973, p. 101). Por isso, os escritos gramscianos sobre a experiência conselhistas teriam enorme interesse, de modo a ajudar na formulação original dos problemas da consciência de classe na sociedade argentina. O volume seguinte e que encerraria a experiência da revista *Pasado y Presente*, se dedicou à análise da crise política que irrompeu em meio ao movimento peronista, marcada pela renúncia de Cámpora em julho de 1973. O deslocamento da luta política para o interior do peronismo recolocava o processo de continuidade-descontinuidade que se estabeleceria entre o nacionalismo popular e o socialismo em países dependentes (Editores, PyP II 1, 1973, p. 177).

Um longo editorial abria a revista, aprofundando hipóteses já lançadas anteriormente – em primeiro lugar, a de que nas eleições de março daquele ano haviam convergido o processo de lutas sociais despontado em 1969 junto ao desgaste e paralisação do projeto hegemônico do capital monopolista encarnado na “Revolução Argentina” (Editores, PyP II 2, 1973, p. 179). No entanto, os editores avançavam ao apontar que, na vitória de Cámpora, haviam se superposto dois níveis diferenciados de interesses sociais – um deles transbordaria os marcos do capitalismo e o outro teria como objetivo negociar a dependência, de modo a colocar o capital nacional em melhores condições frente ao imperialismo. A contradição de ambos interesses marcaria a conjuntura que, desde a queda de Cámpora e o retorno ao poder de Perón, em outubro daquele ano, teria chegado a uma etapa decisiva. Ficava claro, segundo os editores de *Pasado y Presente*, que no interior do peronismo havia dois campos bem definidos e inconciliáveis – um revolucionário e outro contrarrevolucionário. Diferente do que fora sua primeira experiência, a reedição do peronismo no poder teria sido incapaz de alcançar uma síntese, deslocando ao seu interior o centro de gravidade da luta de classes na Argentina (Editores, PyP II 2, 1973, p. 180).

Se a vitória de Cámpora havia significado a confluência peronista contra o projeto monopolista, o retorno de Perón para a Argentina, em junho de 1973, marcaria uma reorientação do campo, agora articulado aos interesses da burguesia nacional e a uma consequente política de desmobilização das massas. Neste aspecto, um evento havia sido primordial. No dia do retorno de Perón ao país, um movimento de ultradireita peronista promovera um massacre de militantes da esquerda no aeroporto Ezeiza.¹³⁸ Para *Pasado y Presente*, a reconquista do poder em sintonia com este setor contrarrevolucionário havia

¹³⁸ Estimativas feitas por parte da imprensa calculam que o conflito produziu 13 mortos e 365 feridos, o que nunca pôde ser confirmado devido à ausência de investigação oficial sobre o episódio.

recolocado ao fenômeno metas históricas, próprias de um movimento nacionalista em país dependente. Essas metas estariam limitadas, entretanto, pelo entrecruzamento da penetração imperialista junto ao desenvolvimento capitalista, processo que havia se implantado na Argentina desde pelo menos a década de 1960. Assim, a retomada de um projeto baseado em desenvolvimento econômico com controle nacional através da associação entre Estado, burguesia local e direções sindicais revelaria “desejo utópico de voltar ao passado, esquecendo as mudanças produzidas nos últimos 25 anos de desenvolvimento capitalista argentino e de transformação do sistema imperialista mundial” (Editores, PyP II 2, 1973, p. 182).

O papel de Perón era considerado primordial nesse processo, não sendo um mero ator que sofreria pressões externas. Para os editores, o líder estaria convicto em seu projeto de “reconstrução nacional” baseado na desmobilização dos setores mais radicalizados e na construção de uma “sociedade politicamente integrada”. Ou seja, sua crença estaria depositada num modelo que teria se tornado “irrealizável”, uma vez que o capitalismo dependente argentino teria alcançado um grau crescente de “impenetrabilidade” das tendências reformistas. Assim, sem um rechaço radical “do modelo de desenvolvimento das áreas avançadas, o sonho de Pátria Justa, Livre e Soberana” não seria nada mais que um sonho (Editores, PyP II 2, 1973, p. 184).

A reestruturação da economia argentina só poderia se dar, segundo *Pasado y Presente*, de dois modos. Ou se tomaria um caminho de concentração técnico-financeira dirigida por grupos monopolistas, de modo a expandir as forças produtivas mediante maior condicionamento da economia aos países avançados e um processo de “fascistização” do aparato do Estado; ou através do fortalecimento do capitalismo de Estado e da ruptura das relações de dependência – o que significaria iniciar um processo de transição ao socialismo. Nenhuma das alternativas havia sido escolhida, o governo de Perón buscara um caminho do meio, hegemônico por uma suposta burguesia interna, que seria incapaz de sustentar um programa de verdadeira independência nacional (Editores, PyP II 2, 1973, p. 184). Esse projeto exigiria uma política de desmobilização em um crescente autoritarismo do aparato de Estado que, no limite, ameaçaria o próprio movimento peronista. O paradoxo seria característico, na visão dos editores, de todo movimento nacionalista – alcançar-se-ia sempre um resultado diretamente contrário ao que fora almejado, “posto que em definitivo não serão as classes dominantes as que irão cedendo parte do seu poder, mas o governo popular que se tornará cada vez mais prisioneiro delas” (Editores, PyP II 2, 1973, p. 185). Nesse sentido, a recente tragédia

chilena dramatizava esse risco. Para além das possíveis boas intenções de Perón, os gramscianos argentinos alertavam que a consequência objetiva de suas políticas seriam as seguintes: “controle total das massas, depuração ideológica do peronismo, proliferação das bandas armadas, preparação dos instrumentos legais da repressão e violência contrarrevolucionária” (Editores, PyP II 2, 1973, p. 186). O deslocamento de setores das classes dominante não constituiria demonstração da capacidade hegemônica do peronismo, mas o contrário – a busca por parte da direita de um novo bloco de forças que permitisse romper em favor do capital monopolista o instável equilíbrio de forças que se verificava – “se apoia a Perón para que Perón decapite a esquerda de seu próprio movimento” (Editores, PyP II 2, 1973, p. 187).

A complexidade do momento decorreria do fato de que, pela primeira vez na história do peronismo, havia se constituído em seu interior uma direção revolucionária de massas. Essa direção se expressaria na unificação das *Fuerzas Armadas Revolucionarias* (FAR) com os Montoneros – consideradas as “mais importantes organizações político-militares, desenvolvidas e disparadas paralelamente ao aprofundamento da consciência de classe operária e dos trabalhadores, e mais particularmente da juventude” (Editores, PyP II 2, 1973, p. 192). Os autores engajavam-se, então, na possibilidade de uma hegemonia operária que fosse capaz de superar a contradição entre uma política ultraesquerdista, incapaz de mobilizar as massas por não se vincular a objetivos concretos, e um programa reformista que, embora vinculado a objetivos concretos, estariam sempre sujeitos a ser absorvidos pelas classes dominantes. Ou seja, a hegemonia operária e a luta pelo socialismo só poderiam se desenvolver no interior do peronismo, que naquela ocasião estaria expressa pela união FAR-Montoneros.

A segunda etapa da revista *Pasado y Presente* foi marcada pela intenção de intervir nesse arranjo político, em sua defesa da revolução “como um processo social, que se inicia das contradições objetivas do sistema e se desdobra em questionamento de massas ao conjunto das relações de dominação e das instituições que as expressam” (Editores, PyP II 2, 1973, p. 202). Nesta direção estaria uma convocação ao peronismo revolucionário para que permanecesse no movimento e não passasse imediatamente para a luta armada, que fosse hegemônico pela classe operária e se fundasse na centralidade econômica e política da “fábrica”.

Importante destacar que, nessa etapa, o subtítulo “revista de ideologia e política” fora substituído por “revista trimestral”. De fato, como sublinhou Burgos (2004, p. 223), os escritos de 1973 se orientaram fundamentalmente à participação ativa na ação política

imediate, deixando de lado a intervenção especializada na área da “cultura”. *Pasado y Presente* havia se tornado uma revista de política em sentido estrito, tendo apresentado continuidade no recurso à analogia história com a situação italiana, nesse caso fundamentalmente com a experiência conselhistas de Turim. A revista encerraria suas atividades num momento de agudização dos conflitos. As organizações peronistas de esquerda não optariam pela direção aconselhada pelos gramscianos e a luta armada seria derrotada pelos militares, abrindo o período extremamente violento da Ditadura Militar que levaria, em 1976, nossos intelectuais ao exílio mexicano.

Capítulo 4 – *Presença* e a renovação frustrada: centralidade democrática e os caminhos da revolução passiva brasileira

O grupo de intelectuais da revista *Presença*, inicialmente reunido em São Paulo de inícios da década de 1980, tinha o objetivo de renovar a cultura política da esquerda brasileira, a partir do resgate de uma linhagem democrática comunista cujas origens remontavam à “Declaração de março de 1958” e, principalmente, dentro dos marcos teóricos da obra de Antonio Gramsci e das teses propagadas pelo movimento italiano conhecido como “eurocomunismo”. Neste capítulo, através da análise das hipóteses interpretativas publicadas ao longo dos dezoito números, entre 1983 e 1992, buscaremos identificar quais categorias, e analogias históricas subjacentes, foram mobilizadas em suas intervenções teóricas e políticas.

São Paulo (1983-1986)

Diversos intelectuais frustrados em seu projeto de renovação do PCB se organizaram em São Paulo ao redor da revista *Presença – revista de política e cultura*. A empreitada, então liderada por Davi Capistrano Filho, não rompia, contudo, com a tradição comunista. O histórico militante Armênio Guedes abria a revista em novembro de 1983. Embora tenha contribuído apenas com o texto de apresentação, fora resenhas e participação em entrevistas, o jornalista permaneceu responsável pela publicação em todo seu percurso. Junto ao anseio de inverter práticas consideradas “ortodoxas” e com base em valores democráticos, como a tolerância e a generosidade, a intenção animada por Guedes era a de fomentar a polêmica, o pluralismo e a diversidade. Sem vínculos partidários, mas com identidade marcadamente comunista, os intelectuais almejavam, acima de tudo, marcar *presença* entre os que pensassem a realidade brasileira e aspirassem a um “futuro democrático e socialista para o nosso povo” (Guedes, P. 1, 1983, p. 8).

A revista começava a circular em meio a uma “crise econômica de largas proporções” e que, segundo argumentava Guedes, estaria se aproximando de uma “situação limite, repletas de tensões sociais e de ameaças de perigosas rupturas políticas” (Guedes, P. 1, 1983, p. 8). Isso porque, combinado à conquista de liberdades, permaneceria “quase intocado o arbítrio do Poder Executivo” (Guedes, P. 1, 1983, p. 9). Entendia-se, então, que o Brasil atingira raro potencial para realização de “grande avanço

democrático”, embora houvesse a possibilidade de um retrocesso político que assumiria, naquelas condições, “proporções de uma tragédia nacional”. Nas palavras de Capistrano Filho, “a situação” seria “péssima, excelente para o avanço da democracia” (Capistrano Filho, P. 1, 1983, p. 18). A frase fazia paródia da apresentação de outra revista, a *Novos Estudos – CEBRAP*, lançada dois anos antes¹³⁹, em que Schwarz afirmara: “a situação é péssima, excelente para fazer uma revista” (Schwarz, 1981, s. p.).

A exemplo de *Novos Estudos*, *Presença* vinha se somar a uma série de publicações comprometidas com o estudo da realidade brasileira e o avanço democrático. *Presença* se destacava do conjunto, entretanto, por certa ambiguidade em sua conformação. Ainda que não partidária, os presencistas se moviam sob as bases de uma tradição que, naquele momento, enfrentava duras críticas. Não só o seu surgimento acompanhava o fim do ciclo de partidos comunistas, com exceção da experiência italiana, mas o início de uma nova vinculação entre política e cultura. No Brasil, esse período ficou conhecido como sendo o “das bases”, animado pelos novos movimentos sociais, pelo novo sindicalismo, pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e pela movimentação dos trabalhadores urbanos e rurais. Os núcleos de elaboração de cultura revolucionários e as concepções vanguardistas representadas pelas publicações comunistas – as “revistas de opinião” – perdiam espaço e o marxismo inclinava-se ao ambiente acadêmico.¹⁴⁰

Reagindo a essas mudanças, Capistrano Filho considerava necessária uma renovação conceitual. Independente de orientação ideológica, diversa que fosse, a urgência desta renovação deveria ter um denominador político comum – a liquidação do regime de 1964 (Capistrano Filho, P. 1, 1983, p. 12-13). Diferente das demais forças, o apelo por renovação teórica e a centralidade democrática ressaltava, em *Presença*, acertos da tradição comunista:

Consumada a derrota do regime da Constituição de 1946, a vida política do Brasil passou a ter como divisor de águas o novo regime político a partir de então imposto. Os comunistas tiveram a capacidade de compreender essa nova situação e de subordinar todos os demais aspectos de sua atividade a este objetivo central (...). *A democracia é a questão central da vida política*

¹³⁹ No diagnóstico de Roberto Schwarz, embora o esforço de estudar e entender o Brasil fosse grande, “o fato é que o conjunto não soma, ou soma pouco”. Ainda que pudesse haver os elementos necessários a uma “verdadeira cultura nacional”, faltariam “ocasiões e, sobretudo, os hábitos de confronto”. Em sua opinião, apenas a luta social ofereceria chance de regeneração, de modo que “a situação é péssima, excelente para fazer uma revista” (Schwarz, 1981, s.p.).

¹⁴⁰ Nos termos de Marcelo Ridenti (2010), se esmaecia nos anos 1980 a “brasilidade revolucionária”. Para o sociólogo, após a derrota da luta armada, em meados da década de 1970, davam-se claros sinais do fim do ciclo das vanguardas e, com ele, de mudanças expressivas do lugar do intelectual na luta política. Iniciava-se um novo ciclo, marcado na política pelo surgimento em 1980 do Partido dos Trabalhadores, que passaria a deter a hegemonia nas esquerdas (Ridenti, 2010, p. 161).

brasileira, desde 1964 e hoje (Capistrano Filho, P. 1, 1983, p. 12-13, *grifos do autor*).

A unidade do campo democrático era compreendida por Capistrano Filho na afirmação de sua diversidade. A coesão almejada não poderia estar assentada “na uniformização, mas nos fins comuns” e exigia “respeito à identidade própria de cada partícipe” (Capistrano Filho, P. 1, 1983, p. 16). *Presença* despontava, portanto, com o anseio de contribuir com a construção dessa unidade, bem como engajada em avançar a compreensão da realidade brasileira a partir de uma renovação categorial. É possível verificar este esforço nos diversos matizes de abordagem da crise que o primeiro número da revista registrava. Do ponto de vista econômico, reunia entrevista com Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo sobre o “futuro da industrialização brasileira”; artigo sobre o crescimento econômico do Nordeste e a questão da seca, de Abelardo Baltar da Rocha e Leonardo Guimarães Neto e seis teses sobre a crise estrutural do capitalismo, de Renato Pompeu.¹⁴¹ Do ângulo político, o movimento sindical era tema de João Guilherme Vargas Netto; a oposição partidária ao governo e o PMDB eram analisados por Fernando Henrique Cardoso e Carlos Alberto Dória. Já a renovação teórica, objetivo que não pôde ser realizado dentro do PCB, foi pautada no número inaugural com textos de Ivan Ribeiro, Marco Aurélio Nogueira, Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho e Luiz Werneck Vianna.

A primeira analogia com a situação italiana analisada por Gramsci despontava em texto de Ribeiro a respeito da “questão agrária” e sua importância para a saída da crise. O “modelo de modernização excludente”, que teria sido implantado no Brasil desde os anos 1960, chegava, segundo o economista, à exaustão. O único eixo possível vislumbrado como saída para superação da crise estaria na “alteração profunda da estrutura de posse e uso da terra”, que continuaria a ser caracterizada pela “extrema concentração, com extensas áreas ocupadas e não cultivadas pelos latifúndios e pela precariedade da posse da terra” (Ribeiro, P. 1, 1983, p. 31). Em sua visão, seria difícil de entender a pouca atenção dada à potencial contribuição das massas rurais na superação da crise política e na conclusão do processo de transição à democracia. Isso porque

¹⁴¹ Artigo de Renato Pompeu buscava articular a crise brasileira não como apenas uma recessão conjuntural, mas como parte de uma crise estrutural do capitalismo mundial (Pompeu, P. 1, 1983, p. 53). Nesse sentido, a esperança de que a crise pudesse ser resolvida com ajustes na economia e que passasse rápido estaria “destinada a ser frustrada”. A exemplo de outras crises, como a de 1930, aquela iniciada em 1973 seria prolongada e causaria profundas transformações. Pompeu mencionava, ao menos, três consequências: “o aumento do perigo de guerra nuclear, o surgimento de novos países socialistas, o avanço da socialização nos próprios países capitalistas” (Pompeu, P. 1, 1983, p. 56).

estariam ocorrendo importantes alterações no “bloco histórico”, vigente desde 1930, entre industriais e elites rurais: “i) diferenciação interna da burguesia e ii) ação concreta e crescente do regime nas áreas rurais, principalmente nos focos mais importantes de descontentamento e conflito social” (Ribeiro, P. 1, 1983, p. 33).¹⁴² Para Ribeiro, a faceta interna da diferenciação da burguesia seria formada por médios proprietários que haviam se consolidado com a “modernização excludente” e a faceta externa seria composta por setores ligados ao regime que, após as eleições de novembro de 1982, teriam se “*modernizado ideologicamente*”, adotando uma “relativa postura crítica após tomar consciência da gravidade da questão social” (Ribeiro, P. 1, 1983, p. 34, *grifos nossos*).

Teria ocorrido, inclusive, uma diferenciação “para baixo”, com a dissolução de pequenas propriedades e a transformação de camponeses em trabalhadores volantes e assalariados nos centros urbanos – localizados basicamente no Sul e no Sudeste. A estrutura de classes teria sofrido uma “sacudidela” que não poderia ser desprezada, com exceção das regiões “não atingidas pela modernização”, como o Nordeste, em que essa diferenciação teria sido incipiente ou teria assumido formas peculiares, prevalecendo a pauperização secular e a ótica da sobrevivência. Nesse sentido, a mobilização política das massas rurais nordestinas seria um dos maiores desafios colocados para a consolidação da democracia – já que o “enfraquecimento das velhas oligarquias” não teria levado a um movimento correspondente de organização e conscientização das massas no campo, dadas as condições negativas criadas pelo autoritarismo. Por isso, a urgência com que as forças democráticas deveriam lidar com a questão agrária:

Muitos são os problemas a enfrentar. *Existe, por exemplo, uma questão do Nordeste (nos moldes da Questão Meridional na Itália), fora de parâmetros dualistas superados e de regionalismos arcaicos?* (...) Como aprofundar e tornar mais produtivo o debate sobre a Reforma Agrária com o objetivo de enfrentar a síndrome antidistributivista, o enfoque populista (*narodnik*) de certos setores da Igreja e a visão de que Reforma Agrária só é possível em regimes não-capitalistas? (Ribeiro, P. 1, 1983, p. 36, *grifos nossos*).

Assim como na experiência de *Pasado y Presente*, a análise da questão agrária brasileira sugeriu analogia com a Questão Meridional italiana e a centralidade da região Nordeste. Há, no entanto, diferença grande de enfoque. Embora Ribeiro indique, através da ideia de “bloco histórico”, a integração das classes dominantes do país, permaneceu

¹⁴² É curioso que Ribeiro não tenha mencionado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que, embora tivesse organizado seu Primeiro Encontro Nacional só em 1984, já mostrava intensa atividade desde os anos 1970, dando centralidade à questão da Reforma Agrária, por meio de ocupações e publicações, como o Boletim Sem Terra (Cf. MST, “Nossa História”. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/>. Acesso em 25 de agosto de 2020).

em sua argumentação uma perspectiva dual entre moderno e atraso. Vale destacar, nesse mesmo número de *Presença*, um diferente ponto de vista em artigo de Rocha e Neto. Os autores analisaram como o grande crescimento econômico que havia sido caracterizado o Nordeste nas décadas de 1970 e 1980 não teria, por sua vez, alterado o nível de vida da maioria de seus habitantes (Rocha; Neto, P. 1, 1983, p. 40). *Só aparentemente* haveria contradição entre o quadro econômico e o quadro social – na realidade, tratar-se-ia de um *caso típico de modernização capitalista na periferia*, “onde a introdução maciça e quase repentina de processos produtivos modernos e avançados possibilitam um aumento do produto e acentuam as desigualdades sociais” (Rocha; Neto, P. 1, 1983, p. 47). A forma concentrada de crescimento teria sido acobertada por um tipo de sociedade em que o mando seria proveniente de algumas famílias e poucos grupos econômicos – para Rocha e Neto, as duas coisas se confundiam (Rocha; Neto, P. 1, 1983, p. 51).

Outra diferença com os argentinos – que quando pensaram a questão agrária estavam comprometidos com a luta armada – é que a centralidade democrática aparece já completamente desvencilhada de um horizonte revolucionário, que parece ter ficado na longínqua década de 1960. No ponto de vista de Ribeiro, haveria a possibilidade de pactuar com a burguesia, e a Reforma Agrária seria um desígnio passível de ser abrigado em um projeto sem confronto com o regime capitalista. Para isso, as forças democráticas deveriam assumir um papel de “intelectual coletivo” e enfrentar a questão agrária pois, “sem a participação dos minifundistas e pequenos proprietários, dos arrendatários, dos assalariados agrícolas, dos posseiros, dos trabalhadores volantes”, a transição à democracia no Brasil apresentaria “sérias debilidades estruturais” e “pesadas hipotecas políticas a serem pagas no futuro” (Ribeiro, P. 1, 1983, p. 36).

Saindo da esfera conjuntural – que, aliás, costumava abrir as publicações comunistas¹⁴³ – *Presença* passava a tratar das questões que iriam distinguir sua linha editorial. O primeiro artigo, nesse sentido, era assinado por Marco Aurélio Nogueira, sobre o desafio da renovação comunista no Brasil, “sua capacidade de sobrevivência e de inserção ativa na institucionalidade que se arma no país” (Nogueira, P. 1, 1983, p. 91).

¹⁴³ As publicações do PCB seguiram sempre as características de órgãos de comunicação dos partidos, um campo de aproximação entre teoria e prática das atividades partidárias. Entre 1945 e 1947, o partido chegou a coordenar oito jornais diários, uma agência de notícias, tipografias, livrarias e editoras, além do órgão central *A Classe Operária*. O Golpe de 1964 fecha toda a imprensa comunista – *Voz Operária* só volta a circular em 1965, quando também surgem inúmeros jornais clandestinos que expressam a diversidade de grupos políticos que surgem no país (Rubim, 2007, p. 394). Antes da radicalização da ditadura em 1968, duas publicações chegam a exercer grande influência: *Folha da Semana* e *Revista Civilização Brasileira*. Para um panorama das revistas e da história editorial das organizações de esquerda no Brasil, ver Secco (2017).

Capistrano Filho e Guedes já haviam delineado as linhas mais gerais de atuação da revista, comprometida com o avanço democrático e com a análise da situação brasileira, mas com Nogueira começa-se a delinear as características próprias do grupo de renovadores gramscianos provenientes do PCB. Nogueira não tinha dúvidas de que haveria um lugar para um partido comunista na nova institucionalidade brasileira, embora houvesse uma crise instalada nesse universo.

A larga “corrente de opinião” formada pelos comunistas não poderia, a seu ver, ser eliminada de uma hora para outra. A tradição e a luta acumulada ao longo de sessenta anos teriam feito dos comunistas parte integrante da história brasileira, “*candidatos naturais* a um posto de destaque em qualquer sistema partidário inspirado na democracia e na liberdade” (Nogueira, P. 1, 1983, p. 91, *grifos nossos*). Ou seja, haveria, para Nogueira, um espaço “natural” para os comunistas na redemocratização brasileira – e o problema era que não estava sendo preenchido. Os motivos para ineficiência em ocupar seu lugar seriam variados e foram tema constante de *Presença*. Em primeiro lugar, Nogueira mencionava tendência à divisão e subdivisão, que teriam sido regra entre os comunistas, mesmo durante o *intermezzo* 1945-1964. Após o golpe, obrigados à clandestinidade, essa tendência teria sido acentuada por diversas vertentes do stalinismo.

Justamente quando a sociedade se modernizava em termos capitalistas, durante os anos 1960 e 1970, os comunistas teriam se estilhaçado organicamente e sua autorrenovação teria sido bloqueada por práticas e modelos autoritários. Com isso, teriam ficado despreparados para se inserir com plenitude na nova sociedade que emergia naquele momento. Não surpreendia a Nogueira, portanto, “que do bojo do processo de fortalecimento da sociedade civil e de retomada da democratização não tenham emergido os comunistas como principal expressão partidária da classe operária” (Nogueira, P. 1, 1983, p. 93). No entanto, e subitamente, o autor enfatizava que seria errado desconhecer que o PCB também havia possuído “grande capacidade de avançar uma fórmula política engenhosa e substancialmente correta” (Nogueira, P. 1, 1983, p. 93). A mudança de perspectiva levava Nogueira, então, a afirmar os acertos dos comunistas. Para o autor, teriam acertado no fundamental: “ao resistir à incoerência da luta armada, abriram-se para a questão democrática, foram sensíveis à realidade do país” (Nogueira, P. 1, 1983, p. 93). Essa política teria construído um expressivo campo que transbordaria o PCB, tendo estruturado uma “‘sociedade civil’ comunista, bem mais poderosa e considerável que sua representação oficial, que seu ‘Estado’” (Nogueira, P. 1, 1983, p. 93). Nogueira e os demais renovadores buscavam, por certo, liderar essa “sociedade civil” que havia se

rebelado contra o “Estado” – ameaçando, inclusive, a sua continuidade – e *Presença* seria o órgão central dessa direção político-ideológica. Combatendo os “vícios e manias” que consumiam a organização autoritária do PCB, mas defendendo uma tradição que havia se estruturado para muito além de sua direção oficial, os presencistas pretendiam ser um ponto de aglutinação, um meio de continuidade em meio a uma crise que extrapolava o universo partidário, e que tendo penetrado essa “sociedade civil”, ameaçá-la-ia de desagregação:

(...) a crise é de identidade e direção: atinge em cheio a própria formulação política dos comunistas, manchando-a de ambiguidades e contradições; exacerba uma lógica aparelhista desmobilizadora, bloqueia os esforços de renovação (inclusive teórica) e embaralha a ação comunista; apenas beneficia os que querem uma inserção ornamental na sociedade brasileira (Nogueira, P. 1, 1983, p. 94).

Leandro Konder se somava a Nogueira no esforço de estabelecer parâmetros de uma renovação teórica à qual se prestaria *Presença*. Em seu caso, tratava de um obstáculo trazido pela modernização conservadora da sociedade brasileira ao plano intelectual, cujo antídoto poderia ser a “reabilitação da autocrítica”. Konder estava em sintonia com o diagnóstico que Roberto Schwarz havia constatado em sua apresentação da *Novos Estudos*, acerca da absorção da intelectualidade brasileira às ideologias que acompanham o desenvolvimento do capitalismo. O crítico havia chamado a atenção para o distanciamento existente entre os intelectuais e o movimento popular em razão do triunfalismo das carreiras profissionais e seu canto de sereia:

Não foi só a ditadura que separou os intelectuais do movimento popular. O próprio crescimento do capitalismo, de que aquela foi parte, fez outro tanto. A multiplicação das instituições acadêmicas e dos mídia, que acompanhou este crescimento, absorveu a faixa mais competente da intelectualidade, que muitas vezes sem trocar de convicção, e sequer de assunto, viu seus conhecimentos e habilidades reduzirem-se a triunfos de carreira profissional, sem mais. Onde a ditadura “apenas” cortava e interrompia, a expansão capitalista alterava as perspectivas. Assim, apesar de alguma prosperidade, também aqui a insatisfação é grande (Schwarz, 1981, s.p., *grifos nossos*).

Essa absorção mencionada por Schwarz era analisada detidamente por Konder através do que denominou como “ideologia do *curriculum vitae*”. Essa ideologia seria a ponta do *iceberg* de uma interiorização, por parte da inteligência brasileira, dos princípios do mercado capitalista. Revestindo-se de “máscaras altamente sofisticadas”, essa ideologia se manifestaria nos mecanismos seletivos da carreira universitária, aproveitando as exigências de “publicidade” que se tornaram tão fortes na vida moderna, instigando uns a se afirmarem contra os outros, diminuindo a disposição real para

aprender com os colegas, e fortalecendo a desconfiança, que acompanharia o impulso de demonstrar sua própria competência através da denúncia da incompetência alheia (Konder, P.1, 1983, p. 126). Haveria, com isso, o efeito conservador da autocomplacência, enrijecendo “o ímpeto criativo e a abertura para o novo” (Konder, P.1, 1983, p. 126).

Uma vez instalado solidamente na consciência do sujeito, o conservadorismo que acompanha a ideologia do *curriculum vitae* poderia admitir grande flexibilidade. Suportaria com tolerância liberal as opiniões divergentes, até as provocações, mas não poderia permitir o autoquestionamento radical (Konder, P.1, 1983, p. 128). No caso do marxismo, o espírito autocrítico¹⁴⁴ teria ganhado traços de ascetismo nos anos do “leninismo puro” e entrado em franca deterioração mediante ação dos partidos comunistas sob a liderança de Stálin (Konder, P.1, 1983, p. 128). Konder considerava que a ideologia havia encoberto os revolucionários, incapacitando-lhes de indagar a respeito das coisas e deles mesmos, na certeza de que já possuiriam as respostas essenciais. A história, entretanto, estaria se rebelando e colocando *a necessidade de incorporar o negativo*.¹⁴⁵ Essa possibilidade era vislumbrada por Konder na proposta de um *curriculum mortis*:

Na medida em que sente necessidade de avançar, a consciência precisa [...] se desembaraçar da sua segurança artificial, vencer seu medo, encarar o *negativo*. E a forma universal do negativo é, precisamente, a morte. [...] A consciência dos marxistas, com o tempo, começou a apresentar sintomas daquela *positividade enrijecida* a que se referia o autor da *Fenomenologia do Espírito*. *Difundiu-se uma concepção simplificadora, maniqueísta, da revolução [...] A genuína autocrítica definhou, o “triumfalismo” se impôs* (Konder, P.1, 1983, p. 130, *grifos nossos*).

¹⁴⁴ O espírito autocrítico do marxismo estaria longamente demonstrado desde Marx – que, como se sabe, teria recomendado a sua filha “duvidar de tudo” – a quem Konder somava Engels, Gramsci e Walter Benjamin.

¹⁴⁵ Assim como Konder, Carlos Nelson Coutinho buscava se afastar de uma perspectiva idealista da filosofia e da história. Em seu texto sobre *O Capital* e a filosofia marxista, argumentava haver na obra mais conhecida de Marx uma contribuição essencial à concepção do marxismo como *filosofia da práxis*. Essa contribuição poderia ser esquematizada em dois núcleos temáticos. Em primeiro lugar, no modo de articulação categorial, que consiste em proceder mediante uma elevação do abstrato ao concreto, do menos complexo ao mais complexo (Coutinho, P.1, 1983, p. 136). Em segundo lugar, haveria n’*O Capital* uma concepção da realidade humana, apoiada na centralidade do trabalho – o modelo de *práxis*. Desse modo, para Coutinho: “...*O Capital* permite que se construa uma *filosofia da práxis* que escapa ao idealismo (*na medida em que a práxis é vista como limitada pela causalidade natural e social, e não como criatividade absoluta*); mas que, ao mesmo tempo evita qualquer concepção determinista e positivista, ou seja, evita que se negue o *momento teleológico*, o papel criador do sujeito na construção do ser social” (Coutinho, P. 1, 1983, p. 136, *grifos nossos*).

Luiz Werneck Vianna encerrava a primeira *Presença* apresentando duas abordagens para este que se constituiu um dos temas centrais da revista – a questão dos intelectuais. A primeira, mais geral, situava o problema no comunismo e a segunda, mais específica, tratava do caso brasileiro. Na primeira perspectiva, Vianna identificava um vício do ângulo tido como “orgânico”, segundo o qual um partido revolucionário só poderia conhecer duas formas elementares: a base de empresa e a de bairro. A correção desse vício, em seu ponto de vista, não viria com a perspectiva, considerada ingênua, de que o específico dos intelectuais impusesse uma forma própria, como a de um setor. Para Vianna, tratar-se-ia, justamente, de “superar uma percepção fetichizada do orgânico, impedindo-se que se construa uma organização estranha à vida e à práxis política” (Vianna, P.1, 1983, p. 137). Dever-se-ia valorizar, ao contrário, as *formas de integração* da intelectualidade com as lutas da classe operária e do movimento socialista.

A reflexão partia da premissa de que em sociedades industriais modernas não haveria mais condições para a emergência de uma *intelligentsia* como fenômeno de massa. No caso da América Latina, se somaria ainda a obsolescência do modelo guevarista, cujo auge havia se dado nos anos 1960. O esvaziamento do papel da elite revolucionária acompanharia um processo de *conformação dos intelectuais como estrato*. Esse processo, segundo Vianna, seria a um mesmo tempo econômico, social e político, e acompanharia a expansão da ordem capitalista:

Em linhas gerais, contemporaneamente é como se o problema clássico dos intelectuais se apresentasse invertido: os intelectuais é que, agora, se situam em posição de externalidade ao movimento operário, o qual já se acha constituído política e ideologicamente, contando com o poder de Estado numa parte importante do mundo, partidos, história e com uma elite de intelectuais que formou na luta política e teórica. O partido defronta-se com a intelectualidade como uma realidade que lhe é exterior, estrato particular ocupante de posições próprias na sociedade moderna, indispensável para a produção e reprodução desta (Vianna, P.1 1983, p.143).

Este seria um ponto essencial para a postulação da hegemonia – o eixo seria o da articulação dos intelectuais, enquanto estrato, com o movimento operário e suas lutas, e não mais com o objetivo de anulação das diferenças entre ambos. Para Vianna, constituiria traço anacrônico o “comportamento de intelectuais tocados pelo Iluminismo messiânico de vanguardas das massas” (Vianna, P.1, 1983, p. 144). Isso porque os partidos comunistas já teriam perdido a situação de quase monopólio que desfrutavam em relação ao marxismo e, assim, a questão dos intelectuais teria transcendido a práxis política em sentido corrente, passando a comportar a luta das ideias. O problema

enfrentado por *Presença*, como já vimos, não seria só a suspensão de qualquer tutela intelectual ou partidária, mas também a absorção desse estrato pela lógica das carreiras profissionais, cujo risco seria o de desprender os intelectuais do engajamento político. Tratava-se de realçar os acertos de uma tradição, subtraindo-lhe a faceta vanguardista – tanto um risco quanto outro poderiam levar à desconexão com as lutas sociais.

O segundo eixo da argumentação de Vianna levantava hipóteses para o paroxismo da relação existente entre a forte presença dos comunistas na história brasileira e sua fraca produção teórica. Em sua visão, as causas dessa desproporcionalidade encontrariam raízes em processos de natureza social e política, especialmente decorrentes da forma específica de articulação entre o Estado e sociedade civil prevalecente na “modernização burguesa brasileira” – cujo paradigma conceitual, conforme buscaremos demonstrar neste capítulo, seria o da revolução passiva. Segundo Vianna, a institucionalização corporativa implantada a partir de 1930 teria criado nexos particulares entre o Estado e a sociedade civil que fizeram do primeiro “o partido real da burguesia” (Vianna, P.1, 1983, p. 145). A ideologia organicista, antiliberal e conseqüentemente negadora da democracia representativa, teria viabilizado uma “cultura política em que a constituição do mundo e do domínio burguês veio desacompanhada de uma ideologia burguesa” (Vianna, P.1, 1983, p. 145). Era o Estado que, na visão de Vianna, conduziria os interesses de classe em nome dos interesses gerais, de modo que a burguesia teria se visto dispensada de legitimar seu domínio pela universalização de sua concepção de mundo.¹⁴⁶

Dependente do Estado tanto política quanto ideologicamente, a identidade da classe dominante brasileira teria sido escamoteada pela forma através da qual se confundiu e se inseriu no aparelho estatal. Assim, o problema da realização da hegemonia teria se deslocado para o Estado. Essa singularidade, segundo o autor, favorecia uma resolução singular para a questão dos intelectuais:

Postos em disponibilidade pela burguesia, que não precisava deles para construir partido ou sistema de partidos, e nem para formular e praticar políticas empresariais orientadas para a obtenção do consenso em suas unidades produtivas, ou foram cooptados pelo Estado [...], ou marginalizados política e ideologicamente (Vianna, P.1, 1983, p. 146).

Essa disponibilidade teria marcado a intelectualidade com traços anticapitalistas até os anos 1960, “ensejando o aparecimento de elementos configuradores de uma

¹⁴⁶ Em *Liberalismo e sindicato no Brasil*, Vianna já havia elucidado tanto o papel assumido pelo Estado como agente ativo do processo de modernização burguesa, quanto o fato dessa modernização ter dispensado o liberalismo como sua visão de mundo e a forma mercantil como condição para a venda da força de trabalho.

intelligentsia norteada pelo envolvimento com projetos de esquerda, mais especificamente de adesão ao PC” (Vianna, P.1, 1983, p. 146). Parte da intelectualidade teria sido atraída pela “via nacional e popular” mediante a radicalização das lutas anti-imperialistas. A “orientação revolucionarista” teria sido prevalecente até a “Declaração de Março de 1958”, quando se alinhara “o movimento dos comunistas em relação à democracia política” (Vianna, P.1, 1983, p. 147). Até então, os intelectuais não haviam sido compreendidos em sua “especificidade de estrato”, sendo apenas mobilizados para a ação revolucionária direta.

A afirmação da linha democrática em 1958 teria entrado em grande contradição com a antiga lógica de partido de quadros “centrado para agir na ‘hora final’, às vésperas da qual se vivia” (Vianna, P.1, 1983, p. 147). Foi neste momento que se ensaiara, segundo Vianna, novas formas de trabalho com os intelectuais que, no começo dos anos 1960, conduziram à constituição do Comitê Cultural do Rio de Janeiro (CPC). No entanto, só após 1964, com o avanço capitalista, a questão dos intelectuais e da cultura teria amadurecido, afastando-os de uma posição de *intelligentsia* (Vianna, P.1, 1983, p. 148).

De um lado, a sindicalização dos intelectuais, e de outro, a intervenção do Estado na questão da cultura, teriam mudado seus rumos e escala. Assim, a questão da hegemonia teria se tornado incontornável a qualquer que fosse o partido, em seu anseio por se tornar de massas, incluído o comunista. Sem postulá-la, a transição democrática correria o risco de se dar apenas como “autorreforma dirigida pelas elites e contra as massas” (Vianna, P.1, 1983, p. 151). Vianna finalizava o primeiro número com um texto que sinalizava a centralidade da política. Lançavam-se, então, os primeiros elementos de uma visão calcada no “prussianismo” e na “revolução passiva”; aqui, em especial, destacava-se a primazia da superestrutura na transição à ordem burguesa, o que teria dado aos intelectuais protagonismo, como estrato, no interior do Estado.

Ao longo dos dezessete números posteriores, *Presença* permanecerá a organizar sua pauta primeiramente com análises editoriais da conjuntura, seguido de reflexões teóricas e, enfim, transitando para textos de cultura. A estrita divisão em temas de “política” e “cultura” só foram assim expostas no segundo, terceiro e quarto números da revista. Nos demais, há uma maior especificação de subseções, mas que obedecem, no geral, a este movimento temático. Acataremos essa exposição que, no mais, está grafada como subtítulo. Nos temas de “política”, nos ocuparemos em especial dos textos voltados às análises do momento, notadamente às polêmicas político-partidárias e à teorização sobre o período de transição à democracia; enquanto que a seção de “cultura” se deterá

prioritariamente a questões ideológicas. Registraremos, especialmente, as incursões do grupo de renovadores gramscianos que constituíram o núcleo teórico da revista. Destacase, no entanto, que há um extenso material sobre arte, cultura popular e movimentos sociais, além de divulgação artística de poesias, quadrinhos, e das ilustrações que acompanhavam os artigos, que a despeito de não aparecerem em nossa análise, caracterizaram a abertura e o impulso criativo de *Presença*.

“Política”

A primeira *Presença*, como vimos, havia se concentrado em fornecer uma visão multifacetada da crise. Já o segundo número, publicado em fevereiro de 1984, abria de modo mais esperançoso a seção “Política”, com texto de Ivan Ribeiro e Marco Aurélio Nogueira sobre o movimento das “Diretas Já”. Para os autores, a campanha por diretas estaria entrando em nova fase, com massiva afluência popular em comícios por todo país, em especial o que teria ocorrido em 25 de janeiro na Praça da Sé, em São Paulo. A hipótese era a de que se chegava, então, à conclusão do processo de transição, à “última etapa do longo e penoso combate contra o regime autoritário”. E justamente por ser momento decisivo, o “sistema” estaria procurando conduzi-lo segundo os seus interesses. Com o objetivo de desmobilizar o povo, os estrategistas oficiais estariam focando a ideia de “consenso”, tentando “cynicamente” fazer dela derivar a tese de que todos – e em particular as correntes democráticas e os movimentos populares – deveriam buscar moderação e aceitar até mesmo as eleições indiretas, apresentadas como derradeira e indispensável etapa da abertura controlada (Ribeiro; Nogueira, P.2, 1984, p.6-7).

Ainda que a gravidade da crise exigisse a união dos partidos políticos, sindicatos e demais setores da sociedade civil em torno de uma articulação e de um programa capaz de “cimentar um novo bloco de poder”, Nogueira e Ribeiro se opunham à ideia do “consenso” como um mero acordo “por cima”. Defendiam, ao contrário, que o consenso devesse se estruturar sobre a participação popular e a democracia ampliada, que fosse uma tradução ao plano político do que já estaria estabelecido na consciência dos cidadãos (Ribeiro; Nogueira, P.2, 1984, p.7). Mas, se a perspectiva fosse animadora no plano da mobilização popular pelas diretas, o cenário econômico era dramático, conforme destacava texto de Claudio Guedes na sequência (Guedes, P.2, 1984, p. 9).

O pior desempenho econômico do século seria ainda tema da entrevista de Maria da Conceição Tavares para Aloísio Teixeira, que trazia um panorama da crise em

magnitude social, econômica e política.¹⁴⁷ Para Tavares, desde 1964, teria se dado uma sobreposição dos espaços econômicos em que o Estado operava, basicamente com o objetivo de compatibilizar as tensões entre a internacionalização e o que havia de base econômica:

E isto ele fez bem, amarrou muito bem do ponto de vista da dinâmica econômica. No entanto, amarrou muito mal, *amarrou de uma maneira perversa*, do ponto de vista da estrutura social, agravando a impossibilidade do sistema como um todo resolver as questões da “nação” enquanto povo (Tavares, P. 2, 1984, p. 26, *grifos nossos*).

Com o aprofundamento da crise e das políticas recessivas, as condições de vida e de trabalho teriam regredido a níveis de deterioração “socialmente insuportáveis”. *Presença* registrava, assim, situação desoladora do ponto de vista econômico junto a animadas perspectivas de democratização da sociedade brasileira.¹⁴⁸ Parte especial de “Política” seria dedicada à questão dos “partidos” – tema que continuará a ser prioritário em todo percurso da revista. O segundo número apresentava textos de Acácio Werneck sobre o PT e de Werneck Vianna sobre o PCB. Na primeira *Presença*, além do texto de Nogueira sobre o PCB, que já comentamos, a subseção havia publicado artigo de Fernando Henrique Cardoso sobre o PMDB. Vale registrar a tese de Cardoso, naquela ocasião, de que o PMDB seria “de longe, a maior organização partidária já surgida na história deste país” (Cardoso, 1983, P. 1, p. 81).¹⁴⁹ Cardoso achava que, no que dizia

¹⁴⁷ Para a economista, a crise resultaria de dimensões estruturais muito variadas – o desenvolvimento recente do capitalismo no país teria atuado sobre a superfície e a estrutura teria aumentado “num grau espantoso”. Para Tavares, teríamos então um país que havia conseguido “mergulhar toda a sua população no espírito mercantil e capitalista sem ter conseguido produzir uma base de sustentação, em termos de população economicamente ativa, que fosse capaz de sustentar este monstro” (Tavares, P.2, 1984, p. 24). Parcela considerável da população ficaria, assim, “sem trabalho, sem renda, sem possibilidade de inserção, mesmo como marginal” (Tavares, P.2, 1984, p. 25).

¹⁴⁸ “A maneira perversa” da dinâmica econômica brasileira também era tema de Jorge Mattoso. A alta taxa de acumulação da década de 1970 não teria estendido, como muitos acreditavam, seu efeito homogeneizador ao conjunto do mercado de trabalho. Ao contrário, a realidade havia tomado outro rumo – “o mercado de trabalho continuava ‘revolto’ por uma permanente heterogeneidade e complexidade” (Mattoso, P.2, 1984, p. 40).

¹⁴⁹ O partido teria crescido como “resistência pura” ao regime, ao largo da burocracia estatal e sem o apoio do clientelismo, um “sucesso inédito”. Em novembro de 1982 o cenário teria mudado, com a chegada ao governo em nove estados. A situação de maior partido de oposição em nível nacional e de governo nos estados trouxera alguns riscos, segundo o cientista político. O mais evidente era o de “mexicanização”, de juntar-se ao Estado a ponto de confundir “as engrenagens das burocracias partidária e estatal” (Cardoso, 1983, P. 1, p. 83). Outro seria o de isolar-se da administração, como se governar fosse um problema exclusivo dos governadores (Montoro, Tancredo, Richa, etc.). Haveria, portanto, um equilíbrio difícil. Para Cardoso, partido e governo deveriam ter independência relativa, de modo que fosse possível ao PMDB governar, mas também exercer crítica em relação ao governo. O partido que teria sempre sabido manter vínculos políticos com a sociedade – com o “povão”, nos termos de Cardoso – precisaria agora estabelecer “*relações modernas* e canais de comunicação com a administrações que conquistou pelo voto e mostrar-se como partido que, além de resistência, oposição nacional” era também “alternativa de governo” (Cardoso, 1983, P. 1, p. 85, *grifos nossos*).

respeito aos partidos, não haveria como escapar do caráter de “frente” no Brasil. No entanto, alertava para o risco de que ela fosse excessivamente aberta, podendo tornar-se amorfa. Ele considerava que, uma vez passado no “teste de ser um partido no governo e na oposição”, o PMDB deixaria de se assemelhar ao tipo “ônibus americano”,¹⁵⁰ passando a ser uma “mistura, um *blend*” (Cardoso, 1983, P. 1, p. 86). A mistura peemedebista, na expectativa entusiasmada por Cardoso, deveria representar a aliança entre classes médias e os trabalhadores,¹⁵¹ da reforma social e do interesse nacional. Estavam lançadas, já aqui, as bases do giro ideológico que marcaria sua posição socialdemocrata e a dissidência Tucana alguns anos depois.

Na segunda *Presença*, o Partido dos Trabalhadores (PT) seria tematizado pela primeira vez. Acácio Werneck, do conselho de redação da revista,¹⁵² foi quem analisou os primeiros anos da agremiação. O PT teria se constituído, segundo o autor, por alguns parlamentares do MDB, por “militares”¹⁵³ religiosos de várias confissões,

¹⁵⁰ Lembrando o exemplo do modelo americano, o cientista político chegou a cogitar que o PMDB se aproximasse mais do partido tipo “ônibus” do que do “ideológico”. Isto é, reuniria autênticos e moderados, socialistas e conservadores, liberais e até alguns reacionários.

¹⁵¹ A base social do golpe de 1964, entre empresários e classe média, como assinalara o mesmo Fernando Henrique Cardoso (1975 [1972]), passava então a ser, ela mesma, a base política da democratização em face do “interesse nacional”. Segundo Oliveira (2013 [1972]), a hipótese de um “estado de bem-estar”, que suporia a aliança entre classes trabalhadoras e classes médias, já havia sido derrotada em 1964 – pois dependeria de conferir ao Estado uma racionalidade que ele não possuiria para operar uma suposta “reforma intermediária”. A passagem da centralidade social para a centralidade política da classe média, nos anos 1980, seria resultado dos vinte anos autoritários, conforme explicou Oliveira (1988 [1986], p. 290, *grifos nossos*): “na intermediação sem mediações de um Estado de exceção, a expressão das classes médias sobrelevou-se em relação às demais; de um lado, porque a expansão da economia criava-lhes funções; de outro, porque no autoritarismo a intimidade entre Estado e economia se aprofundou – mesmo que a ideologia proclamada do regime fosse antiestatizante – conduzindo a uma *regulação política com eliminação da esfera pública*; e este é seu núcleo central não apenas como administradora da medida, mas como centro político (...). Essa eliminação ou anulação da esfera pública leva a privilegiar a função da *intelligentsia* na articulação de interesses (...). As classes médias e seu núcleo central aparecem, assim, como os quase-sujeitos da articulação ganhando, em solitário solilóquio com as classes e elites dominantes, uma ‘superrepresentação política’”. As classes médias e a *intelligentsia* tenderiam, assim, a substituir – como tradutoras e articuladoras, mas sem perspectiva de avanço – as classes subalternas na relação política. Se antes eram “quase-sujeito da política *sem política*”, na democratização se tornaram o “quase sujeito da política *na política*” (ibid., p. 293, *grifos do autor*). Oliveira concluía que era o peso das classes médias e sua presença na política o que assegurava o caráter “oligárquico” da democracia que se instaurava – PMDB sendo a sua expressão partidária. Diferente dos presencistas, como veremos, Oliveira achava que era necessário tornar nítidos os interesses dos outros sujeitos na política para qualquer possibilidade de avanço.

¹⁵² No percurso de *Presença* verifica-se uma variação dos integrantes do Conselho de Redação: Acácio Werneck; Alberto Aggio; Alberto Castiel; Angelo Del Vecchio; Armênio Guedes; Cláudio Guedes; David Capistrano Filho; Domingos Giroletti; Francisco Brossard; Ivan Ribeiro; João Batista de Andrade; João Quartim de Moraes; Luiz Werneck Vianna; Manuel Palácios; Marco Aurélio Nogueira; Marcos del Roio; Maria Alice Rezende de Carvalho; Maria Lúcia T. W. Vianna; Milton Lahuerta; Orlando Miranda; Ricardo Carneiro; Roberto Ferraz do Amaral; Ruth Tegen e Sérgio Gomes.

¹⁵³ A intenção teria sido grafar “militantes” – mas o “ato falho” talvez possa ser relevante. Werneck poderia estar misturando fenômenos por trás do risco de desaparecimento ou perda de relevância do PCB no sistema partidário que se reestruturava – o lugar dos comunistas estaria sendo substituído pela emergência do PT, que absorveu a classe trabalhadora, ou por obra da repressão militar?

predominantemente católicos organizados em Pastorais e Comunidades Eclesiais de Base, por sindicalistas – principalmente paulistas, do ABC – e por militantes e estudiosos políticos provenientes do movimento “Articulação”, atuantes nos anos 1970.¹⁵⁴ Para Werneck, o Manifesto de Lançamento, de “janeiro de 1980”,¹⁵⁵ marcaria uma mudança – “as lutas declaradamente em torno de princípios e posições políticas” teriam sido “substituídas por lutas administrativas em torno de posições organizativas” (Werneck, P.2, 1984, p. 52). Essa luta interna teria contribuído para vitalizar o PT, que crescia aceleradamente. Esse crescimento teria gerado um “clima de euforia” antes das votações de 1982 que, contudo, teriam obtido resultados “pífios”, evidenciando uma crise:

Os petistas encaram-se como “cruzados”: pessoas organizadas num movimento para atingir objetivos definidos com precisão, mas sem qualquer possibilidade de atingi-los no atual momento histórico (...) O PT flutua hoje no ecletismo filosófico, ideológico e político. Acaba por *não possuir teoria revolucionária embora queira fazer uma revolução*, que como sabemos é um movimento “não-espontâneo”, consciente, coerente, consistente-racional. Sua cruzada acaba por ser irracional (malgrado os esforços de valorosos intelectuais para negar seu irracionalismo). Pode passar por momentos de euforia, mas, se não superada, inevitavelmente chegará à derrota. Pior, porém, poderá ser o destino das massas atraídas pela argumentação petista, que talvez acabem por se desviar da conduta política autônoma para o desespero ou então para a condição de *mera massa de manobra de algum fascismo caboclo* (Werneck, P. 2, 1984, p. 54, *grifos nossos*).

Vale a pena destacar duas características da crítica de Werneck – a primeira é destinada a um suposto “espontaneísmo irracional” e a ausência de uma “teoria revolucionária” do PT, e a segunda a do risco de um “fascismo caboclo”, ambas típicas de uma perspectiva comunista que entrava naquele momento – esta sim, de fato – em profunda crise. Chama a atenção a similaridade com que a “nova esquerda” argentina fora criticada pelos intelectuais do PCA, nos anos 1960, como vimos nos capítulos anteriores. No número seguinte de *Presença*, Marco Aurélio Garcia reagiria às apreciações. Em meio a “pastiches do discurso leninista”, Garcia apontava alguns erros considerados crassos. O

¹⁵⁴ Esclarecia Werneck o uso do termo: “A origem do PT prende-se a um grupo de pessoas facilmente identificáveis, que aqui será chamada de ‘Articulação’ e que não deve ser confundido com o grupo do mesmo nome que constituiu a chapa vitoriosa na pré-convenção paulista do PT, em 1983. Aquela ‘Articulação’ dos anos 70 visava a constituição de um movimento socialista no país, que fosse alternativa às versões que se apresentavam no ‘mercado político’: a comunista e a social democrata. Importam pouco para essas notas os meandros e percalços pelos quais passou a ‘Articulação’. Vale lembrar, entretanto, que em 1978, com a maioria dos seus participantes já no Brasil, foram realizadas duas reuniões gerais que precederam ao Encontro de São Bernardo (realizado em outubro de 1979), nas quais definiram-se os contornos do desejado movimento socialista e estabeleceram-se as condições que levariam a ‘Articulação’ a fraturar-se em várias alas, sendo que das duas mais poderosas resultou no PT e outra desagou no PMDB” (Werneck, P.2, 1984, p.51-52).

¹⁵⁵ O Manifesto de fundação do partido havia sido aprovado, na verdade, em fevereiro de 1980.

primeiro seria o de elencar os sindicalistas como um dentre outros segmentos que teriam contribuído para a formação do partido quando, na verdade, teriam sido “núcleo constitutivo e impulsionador do movimento pró-PT que desembocou na formação do partido em 1980” (Garcia, P. 3, 1984, p. 68). Um segundo erro estaria na confusão entre questões organizativas e administrativas – uma vez que o PT possuiria um vigoroso debate de posições, às vezes até marcado pelo “principismo”, o que Garcia considerava saudável.

A nova esquerda brasileira teria surgido, segundo o historiador, a partir de três elementos principais: a crise da ditadura brasileira, as novas lutas sociais no país e os impasses da teoria e das práticas revolucionárias em escala mundial. A crise da ditadura teria aberto espaços para uma intervenção mais ativa da sociedade, rompendo com o “imobilismo” dos “anos de chumbo” (1969-1974). Assim, teriam emergido lutas antes “invisíveis”, formando um movimento diversificado e combativo que teria como uma das marcas fundamentais a *autonomia* (Garcia, P. 3, 1984, p. 70). Junto a isso, Garcia elencava uma série de questões, que já passamos em nota no capítulo anterior, sobre a crise da esquerda revolucionária e cuja expressão político-partidária traduzia bem a emergência do PT no Brasil:

Pesava finalmente sobre a esquerda a crise larvar da teoria e da prática revolucionária que vinha se desenvolvendo desde 1956, com o XX Congresso do PCUS e os acontecimentos da Hungria e Polônia, passando por episódios não menos relevantes como a revolução cubana e o ciclo revolucionário na Indochina e os desdobramentos posteriores à tomada do poder na região, a invasão da Tchecoslováquia e as sucessivas crises polonesas que culminam com o golpe militar de 1981, os acontecimentos de 1968 no mundo e o novo tipo de lutas que abrem no movimento estudantil, nas fábricas, com a emergência inclusive de novos sujeitos políticos. Todo este conjunto de situações históricas não só abalou os dogmas e a fé do período stalinista, como introduziu novas questões, muitas delas até hoje sem resposta (...) *o próprio paradigma leninista do partido é posto em questão e a multiplicidade das “leituras” do marxismo acaba por esfacelá-lo, tirando-lhe a univocidade que apresentou no passado* (Garcia, P. 3, 1984, p. 70, *grifos nossos*).

Assim, era certo que o PT não possuísse uma “teoria revolucionária”, bem como fosse representado por um “ecletismo” filosófico e político, à medida em que desejava ser definido teoricamente na *ação* das massas contra a exploração e a dominação. Sua função estaria, segundo Garcia, em sistematizar e articular as experiências dos trabalhadores em suas lutas parciais, “fazê-las repercutir no plano institucional, não para ‘melhorar’ a institucionalidade, mas para desestabilizá-la” (Garcia, P. 3, 1984, p. 73). Era só assim que o PT poderia colaborar na construção de uma *nova hegemonia dos*

trabalhadores. Essa *vocação hegemônica* renunciava, justamente, à “pretensão de ser núcleo racional do movimento de massas e prefiguração do futuro Estado” (Garcia, P. 3, 1984, p. 74).

A crise da estratégia revolucionária e do ciclo comunista não era negada pela perspectiva de *Presença*, mas ao contrário. A difícil tarefa que a revista ascendia era a de elaborar a crise desde um ponto de vista que não rompesse totalmente com a tradição, como era o caso do projeto petista. Tratava disso Werneck Vianna em seu artigo publicado no segundo número, no qual buscava discriminar continuidades e rupturas no longo curso de sessenta e dois anos do PCB. Segundo Vianna, o partido teria possuído clara identidade popular e operária nas décadas de 1940 e 1950, tendo conduzido nas metrópoles o movimento contra a carestia, assim como a constituição das primeiras ligas camponesas, o associativismo de bairro e de favelas, além de ter possuído efetiva representação no movimento sindical e forte atração sobre a *intelligentsia* (Vianna, P. 2, 1984, p. 56).

Retrospectivamente, no entanto, o popular, o operário e a intelectualidade se apresentariam como “*elo perdido*” (Vianna, P. 2, 1984, p. 59, *grifos do autor*). A raiz desta perda estaria, por um lado, na eficácia da repressão e, por outro, na mudança progressiva da escala do desenvolvimento capitalista, “aí compreendidos os aspectos político-ideológicos e a própria política do PCB” (Vianna, P. 2, 1984, p. 59). Acrescentava-se, bem como, que o abandono da “linha democrática”, a desvalorização da política no período de 1945 a 1947, estigmatizada como “oportunista de direita e a equívoca formulação sobre a formação econômico-social brasileira, tida como de “estatuto colonial”, teriam levado, para Vianna, a que se respondesse à repressão com um “apelo revolucionário”. Com isso, tanto a repressão, quanto o “vanguardismo messiânico”, teriam acabado por requalificar a inscrição do PCB na sociedade e na política.

Também o “populismo” teria afetado a inscrição comunista. Com a finalidade de construir um “bloco histórico” que sustentasse o projeto de desenvolvimento capitalista autônomo, o populismo reorientava, segundo Vianna, o modo de inclusão das classes populares na política, em particular as massas urbanas. O PTB, ao mediar essa relação, teria rebaixado a força de agregação do PCB e seu peso político. Com a “Declaração de março de 1958”, entretanto, Vianna entendia que o partido tivesse corrigido sua política, em favor de uma estratégia democrática, ainda que permanecesse a decrescer sua penetração popular. O golpe de 1964, por fim, derrotara todas as forças democráticas,

“resultando da incompreensão delas sobre as transformações por que, desde 1955, a sociedade vinha passando, que antes de se efetivar no terreno militar, já se realizara no plano político-ideológico” (Vianna, P. 2, 1984, p. 60).

Junto às alterações superestruturais, Vianna somava o uso sistemático da violência política como instrumento de expansão da acumulação e modernização do Estado burguês brasileiro. O crescimento econômico se convertera, ainda, em legitimação política com a criação de empresas culturais e de comunicação de vulto, como a TV Globo e a Abril Cultural, que passaram a atingir toda a população (Vianna, P. 2, 1984, p. 61). Tudo isso teria contribuído, segundo Vianna, para a fragmentação política e ideológica das classes subalternas e da intelectualidade democrática e progressista. Neste contexto, os comunistas teriam promovido enorme esforço na constituição de frentes democráticas, tanto em sua expressão partidária, no MDB, como junto às personalidades, instituições da sociedade civil e associações de massa.

No entanto, embora tivessem comportado importante “elemento de aglutinação”, acabaram por ocupar posições “vazias” nas instituições, devido ao “atraso” e “vacilação” dos liberais, que lhes teria impedido uma interpelação mais clara junto às classes populares. Daí que emergiu uma *crise de identidade comunista*, tornada mais visível na abertura:

Crise de identidade que se faz exprimir, entre outros motivos, *pela influência de outras organizações de esquerda, em detrimento da tradicional hegemonia exercida pelo PCB na esquerda, nos movimentos operários e popular, a maior parte delas sem história relevante na constituição da frente democrática*. Crise que, sem dúvida, não é alheia à política praticada pelo chamado Comitê Nacional de Dirigentes Comunistas: de um lado, liquidacionista dos seus quadros e, de outro, oportunista de direita, deformação transparente na forma através da qual vem encaminhando a questão da legalização do partido (Vianna, P. 2, 1984, p. 62, *grifos nossos*).

A expectativa quase “natural” de que o PCB dirigisse as classes populares na transição democrática teria sido frustrada por uma conjunção de problemas internos e externos ao partido. O cientista político destacava que a política de “frente democrática”, apesar disso, estava correta e não deveria ser substituída por uma “frente popular”. Então, ainda que lhes faltasse enraizamento popular, Vianna considerava que a política dos comunistas, no geral, teria seguido uma “orientação positiva” sem a qual não se teria, então em curso, o processo de transição democrática.

A terceira *Presença*, de maio de 1984, buscava dar sequência à preocupação que, nas palavras de Marco Aurélio Nogueira, moveria a revista desde o primeiro número, na

apresentação de “temas que, para além do imediatismo das conjunturas (mas sem desprezá-lo)”, deitariam raízes na “formação mesma do Brasil moderno”, junto à “crítica do golpe de 1964 e da sociedade por ele fomentada e estão cravados no coração de qualquer reflexão voltada para o futuro” (Nogueira, P. 3, 1984, p. 7). Na tentativa de jogar luz às dificuldades e possibilidades do momento, *Presença* convidava Bolívar Lamounier, Carlos Nelson Coutinho, Luiz Werneck Vianna, Michel Debrun, João Quartim de Moraes e César Guimarães para debater a transição democrática e a crise. Abrindo a série de debates, Lamounier ressaltava que a singularidade do processo brasileiro seria dada pela luta eleitoral, tornada possível por três fatores principais – em primeiro lugar, pelo legado ideológico e institucional contendo “importantes componentes liberais” (Lamounier, P. 3, 1984, p.9). Em segundo lugar, devido ao grau de urbanização do país e a complexidade de sua estrutura social, que teriam tornado viável a pressão democratizante, não obstante os “currais clientelísticos ainda existentes nos estados mais pobres” (Lamounier, P. 3, 1984, p. 10). E, por fim, pela mudança de condições nas disputas políticas – de 1974 a 1982 os níveis de poder mais decisivos para a questão democrática não estariam realmente em jogo, a saber, o poder executivo federal, cujo controle pelo sistema dominante somente então começava a apresentar-se como problemático. Desse modo, o cientista político delineava três fases para a redemocratização – uma que se situaria entre 1974 e 1982, de deslegitimação do sistema autoritário; outra que seria da transição propriamente dita e cujo epicentro estaria na luta pelas eleições diretas. De seu desfecho caminhar-se-ia ou a soluções negociadas e à consolidação da democracia ou a um “retrocesso fascizante”.

Já Carlos Nelson Coutinho abordaria o problema da transição a partir de uma questão preliminar – a natureza do regime que se instaurara a partir do golpe de 1964. Para Coutinho, seria um erro caracterizá-lo como fascista já que se estabelecera de cima para baixo, “através de um golpe de Estado militar, cujo êxito se deveu em grande parte à debilidade da sociedade civil entre nós” (Coutinho, P.3, 1984, p.13). O filósofo baiano explicava essa debilidade através do conceito leninista de “via prussiana” – correlato ao de revolução passiva. Ao pegar essa via para a modernização capitalista, o processo brasileiro implicara no fortalecimento dos aparelhos coercitivos e executivos do Estado, bem como no esforço por manter amorfos e atomizados os organismos embrionários da sociedade civil. O apoio obtido pelas massas ao golpe teria se tratado sempre de um “consenso passivo” que pressuporia a restrição da esfera política a uma elite militar

tecnocrática que teria no antipoliticismo seu principal sustentáculo ideológico (Coutinho, P.3, 1984, p.13).

A natureza do regime teria grande importância para pensar a transição democrática, no fato de a ditadura nunca ter construído uma base de massas que lhe dispusesse de um consenso ativo e organizado. A modernização promovida pelo regime, ainda que apostasse na despolitização e no caráter excludente da política brasileira, teria desenvolvido “bases *objetivas*” sobre as quais se assentara “a *possibilidade* de construir uma sociedade civil efetivamente autônoma” (Coutinho, P.3, 1984, p.13, *grifos do autor*). A política modernizadora teria se defrontado com crescente oposição à medida que foi criando uma formação econômico-social de tipo “ocidental” em sentido gramsciano. O robustecimento da sociedade civil marcaria uma contradição que o projeto de “abertura” procurava resolver, na tentativa de “cooptar” segmentos mediante concessões capazes de permitir uma “autorreforma” que, em última instância, não alterasse a substância do modo tradicional de fazer política no Brasil (Coutinho, P.3, 1984, p.14). Na visão de Coutinho, portanto, o desafio da oposição seria superar dois extremos postos pelo “prussianismo”. O primeiro passaria por resolver o problema da transição mediante um novo “pacto de elites” e o segundo, por subestimar ou rejeitar a possibilidade concreta de uma transição que se processasse através de negociações que tivessem como meta a ruptura (Coutinho, P.3, 1984, p.15). Seria possível, portanto, que houvesse transição “pacífica e negociada” para a democracia, restando para a esquerda o desafio de ser “moderna” – assumindo a democracia como valor universal – sem deixar de lutar pela hegemonia através de um novo bloco histórico “operário e nacional-popular” (Coutinho, P.3, 1984, p.15).

Operando nas mesmas bases teóricas, Werneck Vianna buscava esclarecer o que, para ele, configuraria uma confusão entre a ideia de transição e conservação, e que relegaria a ideia de mudança a um “privilégio das revoluções” (Vianna, P.3, 1984, p. 16). Essa noção do senso comum, para Vianna, estaria sendo desmentida pela experiência política brasileira. Vianna via possibilidades erigidas pela revolução passiva, como um resultado não almejado da modernização realizada “pelo alto”. A longa transição teria feito emergir, em sua visão, “o mais vasto e profundo movimento” em favor da elevação das classes subalternas à “plena cidadania”, com destaque ao movimento operário e à organização dos trabalhadores do campo. Na questão da cultura, Vianna via com bons olhos a afirmação neste período de um “mercado consumidor da produção cultural e da arte brasileira” do qual emergira o associativismo e o sindicalismo dos intelectuais (Vianna, P.3, 1984, p. 17). Em suma, para Vianna, a penosa lentidão teria favorecido a

emergência das massas, num momento e num terreno “relativamente desocupado pela burguesia, atrasada política e ideologicamente por décadas de absenteísmo político” (Vianna, P.3, 1984, p. 17).

Vianna não via, ainda em maio de 1984, um projeto claro da burguesia que fosse alternativo ao do regime autoritário, o que a descredenciaria ao exercício de uma práxis que visasse impor sua hegemonia. Isso, em razão, como já vimos, da forma como historicamente teria se articulado com o autoritarismo de Estado. Assim, teria se aberto espaço para uma livre movimentação das massas emergentes, ainda sob influência da burguesia, mas não mais sob sua direção. A emergência das massas e sua postulação por cidadania dar-se-ia, portanto, de forma independente à institucionalidade burguesa, mas também “diante de um enorme vazio entre as esquerdas”, cuja função deveria ser a de “canalizar e orientar suas demandas” (Vianna, P.3, 1984, p. 19). Vianna considerava “deprimente exemplo da falência de um grupo dirigente” que o PCB tivesse sido ultrapassado por “partidos ingênuos e inconclusos como o PT e o PC do B, fósil escapado do baú da arqueologia do movimento comunista brasileiro” (Vianna, P.3, 1984, p. 19).

O contexto registrado pelo cientista político era o de uma modernização que concluía a imposição do modo de produção capitalista ao país, mas sem uma ordenação institucional que legitimasse a nova ordem instalada, bem como na ausência de um projeto político de esquerda alternativo. A despeito da forma como se resolvesse este impasse da transição, em termos políticos, a emergência das massas constituía, para Vianna, uma verdadeira ruptura. Haveria, portanto, uma “positividade latente” desta nova situação e que, nisso, diferiria de todas as crises antecedentes – *a revolução passiva abria, então, a possibilidade de tornar-se positiva*. De um lado, haveria a “exaustão” do Estado autoritário e de outro, a vacilação da burguesia em apresentar um projeto de ordenação democrática. Para que essa positividade se tornasse realidade, seria necessária uma ação política orientada a barrar a reprodução do regime, sem que se confundisse o tema da negociação com o da conciliação – “porque quando se trata de poder, como no futebol, o que conta é o resultado” e a conquista da ruptura, para Vianna, era a democracia política (Vianna, P.3, 1984, p. 20).

Mais cético em relação à “positividade latente” de Vianna, o filósofo Michel Debrun recomendava cautela na avaliação da mobilização política da sociedade civil. Ainda que admitisse haver alguma ruptura neste fato, o filósofo chamava a atenção para a força dos bloqueios ao advento de uma “democracia autêntica” no Brasil (Debrun, P.3, 1984, p. 21). Mesmo que se adotasse fórmula consoante com as pressões populares – tal

como a Diretas Já para a presidência – esta seria uma conquista frágil, fácil de ser aniquilada por um retrocesso do autoritarismo, se não se desenvolvesse “mobilização societária” análoga à movimentação que se verificava “especificamente política”. Debrun invertia, assim, o raciocínio de Vianna. O desafio, em sua perspectiva, seria que desenvolvimento societário e desenvolvimento político interagissem dialeticamente.

Os bloqueios mencionados por Debrun para a obtenção da democracia assentariam raízes profundas na história brasileira e na “natureza extremamente vertical” de sua sociedade. A ausência de barreiras sólidas que pudessem oferecer resistência e o caráter generalizado e prolongado da ordem escravocrata teriam permitido colocar “*em órbita*” maciças desigualdades sociais, econômicas, culturais e políticas que se reproduziram continuamente por um processo ininterrupto (Debrun, P.3, 1984, p. 22, *grifos do autor*). A essa reprodução de práticas de dominação sempre teria correspondido, segundo Debrun, uma ideologia imediata, nelas aderente, e que não seria mais do que a “*consciência espontânea de sua efetivação e do seu êxito*” (Debrun, P.3, 1984, p. 23, *grifos nossos*). Tanto no caso da “conciliação”, como das outras estratégias, tal ideologia não poderia representar o homem brasileiro (fora da elite) senão como “fraco”, “amorfo”, ou, eventualmente “cordial”, uma vez que os mecanismos de dominação não encontravam resistências (Debrun, P.3, 1984, p. 23).

O “autoritarismo desmobilizador” seria mais uma das estratégias que teria garantido êxito ao movimento de 1964, e que teria permitido alojar na cúpula do Estado uma tecnocracia civil e militar “modernizante”, que ratificara a ideologia de base dos grupos dominantes. Assim, teriam consolidado por sua atuação o complexo ideologia-prática. A tecnocracia, seja militar ou civil, teria se tornado “estamento” que, em vez de garantir “imparcialidade”, apenas reforçaria a “*forma, senão o conteúdo, dos bloqueios tradicionais*” (Debrun, P.3, 1984, p. 22, *grifos do autor*). Para Debrun, portanto, não bastaria a mudança institucional para a democratização, tarefa que se mediria à eficácia de bloqueios profundos da sociedade brasileira, cuja eficiente ideologia se traduziria numa força concreta. A única forma de enfrentá-la estaria na postulação “de uma conciliação sem aspas – isto é, mais equilibrada a favor das classes populares”, em vistas do risco de ser engolida pela “conciliação”, com aspas, cuja forma político-institucional estaria dada pelo “tancredismo” – hipótese que Debrun julgava, então, a mais provável (Debrun, P.3, 1984, p. 25).

Assim como Debrun, João Quartim de Moraes considerava que o passado autoritário brasileiro não surgira com o golpe de 1964, mas de um sistema político

secularmente autoritário. Prescindindo de uma explicação da natureza do golpe – desafio enfrentado por Coutinho e Vianna – Moraes considerava que a transição registraria uma luta ao mesmo tempo “contra uma ordem social secularmente iníqua” e contra um regime militar que por vinte anos teria defendido “esta ordem com métodos ditatoriais” (Moraes, P.3, 1984, p. 27). Disso decorreria que, em primeiro lugar, se admitisse que a ditadura militar não introduzira, mas exacerbava o autoritarismo na política brasileira, em especial seus aspectos burocráticos e repressivos. E, em segundo lugar, que a democratização não estivesse reduzida ao projeto de abertura iniciado em 1974 – uma vez que este seria um projeto implantado de cima para baixo cujo objetivo seria o de reduzir o grande intento histórico de transformação democrática da sociedade brasileira à reconversão liberal do regime militar (Moraes, P.3, 1984, p. 29). Por fim, César Guimarães encerrava a série de textos sobre a transição com perspectiva mais pessimista e que nos permite observar os parâmetros em disputa para a avaliação do processo em curso. Haveria, segundo ele, um “quadro de restrições e questões esquecidas” que tenderiam a levar a oposição à “lógica da negociação pura” (Guimarães, P.3, 1984, p. 36). Sobre a hipótese da “via prussiana” ou “revolução passiva”, Guimarães sugeria acrescentar as pretensões dos grupos dominantes “de fazer da política o espelho da ordem econômica, reduzindo-se, assim, no horizonte delas, as mediações organizacionais da democratização liberal, em especial os partidos” (Guimarães, P.3, 1984, p. 32).

Nessa perspectiva, tudo seria negociável desde que os partidos não lançassem mão do “recurso proibido” do apelo às massas. Este seria um padrão ao qual a ditadura teria inovado, mediante reforço das repressões e de que a imposição da “magra dieta da abertura sem consultar os gostos da oposição” seria exemplar (Guimarães, P.3, 1984, p. 33). Foi só quando a oposição teria saído dos limites impostos por esta negociação que se conseguiu alguma antevisão da “transição negociada”. No entanto, apenas derrotada a emenda Dante,¹⁵⁶ os setores majoritários voltaram à ideia de uma “negociação pura e simples” – não mais a participação popular, mas o entendimento intraelites. Esquecia-se, assim, de que havia sido o protesto popular o condicionante de uma negociação mais ampla, “exorcizando os termos mágicos (‘impasse’, ‘confronto’, etc.) que transformavam o temor em motor das ações e inações políticas” (Guimarães, P.3, 1984, p. 33).

¹⁵⁶ Em abril de 1984 a Emenda Dante de Oliveira à Constituição, estabelecendo eleições presidenciais diretas, foi votada pela Câmara dos Deputados, alcançando maioria de votos, mas menos do que os dois terços indispensáveis à sua aprovação. A eleição pelo Colégio Eleitoral ficou preservada, mas o PDS, o partido oficial, estava cindido, já que boa parte de sua bancada votara a favor da emenda.

Do conjunto de intervenções, é possível observar uma série de preocupações com a forma da transição, entre a negociação e a ruptura, em que parece predominar, segundo os preceitos liberais, o fim do regime autoritário e a passagem ao momento eleitoral como suficientes. Registra-se, do ângulo negativo,¹⁵⁷ a contundência dos obstáculos ideológicos identificados no texto de Debrun e o horizonte rebaixado de conquistas, segundo Guimarães – apenas em seu texto havia o registro da derrota do movimento por Diretas Já. Dentre os teóricos da revolução passiva, Coutinho relacionava a assunção da democracia a um desafio “modernizante” da esquerda brasileira, em sintonia com as transformações que ocorriam no comunismo italiano que já estava em franca posição socialdemocrata.¹⁵⁸ Já Vianna acentuava o descompasso entre o movimento social e o político, às voltas com a frustração de uma renovação comunista que pudesse dirigir as massas. O desafino entre modernização econômica e a falta de novas instituições que pudessem “atualizar” o país à sua nova realidade “ocidental” permaneceria a ser o fio condutor da análise de Vianna exibida na quarta edição de *Presença*, de outubro de 1984.

Longe de ter implantado uma economia capitalista de livre mercado, mas movido por uma velha ideologia – o ufanismo da “grande potência” – o regime, na perspectiva de Vianna, teria se limitado à sofisticação de mecanismos já existentes de intervenção sobre a sociedade para fins de acumulação econômica (Vianna, P.4, 1984, p. 5). Com isso, teria reforçado ao paroxismo todas as antigas formas de controle das classes subalternas – o que, por sua vez, teria desembocado num desencontro “brutal” entre velha institucionalidade e modernidade emergente no Brasil. Quanto mais se aproximava dos fins almejados, menos conseguia controlar as forças sociais e políticas que surgiam – a consciência dessa contradição era o que orientaria o projeto aberturista, segundo Vianna. A eficácia desse projeto dependia da capacidade do regime de acompanhar o ritmo da abertura, dirigindo-o e administrando-o. Uma vez que os efeitos desse processo ultrapassavam o projeto inicial, entrava-se, nos termos de Vianna, na “hora final de agonia para o regime” (Vianna, P.4, 1984, p. 7).

¹⁵⁷ Na quarta *Presença*, Rodolfo Konder registrava outro ângulo negativo ao processo de transição no que dizia respeito aos direitos humanos, em particular na política de humanização dos presídios: “na penumbra que precede a alvorada democrática, as forças das trevas investem, em desespero, contra os direitos humanos que nunca aprenderam a respeitar. Sabem que os avanços na direção de uma sociedade em que aqueles direitos sejam plenamente respeitados representam uma ameaça, um repto à sua hegemonia de duas décadas” (Konder, P. 4, 1984, p. 105).

¹⁵⁸ O eurocomunismo ligava-se a um “novo modo de pensar” que aludia à metáfora do “reformismo forte”. Segundo Vacca (2009b, p. 138), a expressão indicava a vontade de não se limitar à espera da retomada de condições favoráveis para realizar reformas redistributivas e mudar, pela política, a qualidade do desenvolvimento e da distribuição da riqueza e do poder.

O fim do regime militar seria resultado da *ação política* – particularmente da campanha por diretas. A base dessa construção estaria em duas premissas – a de que a questão sucessória, e não a crise econômico-social, teria centralidade naquela conjuntura.¹⁵⁹ A dissociação entre movimento estrutural e superestrutural vista por Vianna em sua interpretação da transição o levava a relegar à estrutura um papel secundário – *a positividade latente era da política*. O ponto de vista informado pela centralidade da crise econômica seria, em sua perspectiva, a razão de fundo responsável pelo atraso de diversos setores da esquerda em aderir à campanha, em especial a direção nacional do PCB, a quem Vianna atribuía a “irreparável perda de terreno daí resultante diante de outras organizações de esquerda” (Vianna, P.4, 1984, p. 9). A segunda premissa era a de que a questão sucessória significava tão somente impedir a reprodução política do regime, “e por qualquer das formas que se mostrassem viáveis” (Vianna, P.4, 1984, p. 8). Ou seja, uma construção baseada na mobilização e na negociação e que, por isso, havia conquistado uma coligação democrática “amplíssima” capaz de prover um governo de transição expresso na candidatura Tancredo Neves.

Na visão de Vianna, bastante distinta do editorial que abria o primeiro número de *Presença*, seria *irrelevante* que a forma da transição se revestisse do caráter de uma eleição indireta. Não se trataria, por isso, de uma negociação intralites – só em aparência o Colégio Eleitoral estaria afastando a presença e a participação das massas. Com êxito, caber-lhe-ia apenas homologar a vontade da sociedade expressa através dos seus partidos, personalidades, instituições e movimentos sociais. As forças progressistas deveriam se engajar, no entanto, num processo de democracia progressiva, pois haveria o risco de que

¹⁵⁹ Houve relativo consenso no debate da época sobre o realinhamento das forças políticas promovido pela campanha das Diretas, embora com distintas ênfases. Diferentemente de Vianna, havia interpretação que creditava à crise econômica e ao conflito distributivo a mudança qualitativa da abertura, decorrendo disto a mobilização popular pelas Diretas – esta era a visão que baseava, em linhas gerais, a atuação petista. Paul Singer estava entre os intelectuais desta orientação, centrada na economia política. Para Singer (1988, p. 121), ao contrário do Estado Novo, o regime militar de 1964 teve o seu fim condicionado por crise econômica, provocada pelo superendividamento externo. Este, após 1982, teria imposto ao país um serviço equivalente a mais de 5% do PIB só em termos de juros, o que inevitavelmente *acirrou o conflito distributivo* externo e interno. A classe operária, premida pelo aumento do desemprego, teria tido dificuldades para defender o salário real. No entanto, teria se mobilizado politicamente pelas eleições diretas, “ao identificar no governo e no regime militar os responsáveis pelo seu empobrecimento”. Acrescentava o economista que “a representação oficial do capital industrial manifestou simpatia pela luta proletária contra o arrocho. (...) O fim do regime militar assistiu uma virtual ‘aliança de classes’ contra a política econômica de ajuste face ao superendividamento, que desaguou na enxurrada de votos dados, no Colégio Eleitoral, à chapa de oposição formada por Tancredo Neves e José Sarney”. Nesse contexto, “só o PT manteve-se irredutivelmente fiel à exigência de eleições diretas para presidente, abstendo-se de tomar parte na escolha do novo governo. A recusa do partido que representava a parte mais mobilizada da classe operária foi premonitória da fragilidade da aliança política e social que deveria servir de alicerce ao primeiro governo civil após duas décadas de regime militar” (Singer, 1988, p. 123, *grifos nossos*).

a transição se resumisse a “atualizar a ordem burguesa a si mesma (...) à moda socialdemocrata” (Vianna, P.4, 1984, p. 12). Esse processo só poderia ser levado em diante no terreno da política, que *exigiria a presença de um partido comunista*:

Mas um partido comunista – para que se credencie à interpelação da nova natureza dos movimentos sociais, da intelectualidade e das forças democráticas em geral – não pode deixar de ajustar contas com seu próprio ser, recriando sua identidade. Que deve estar no seu caráter democrático, laico e de massas, expressão superior e consciente da modernidade social, e exatamente porque aplicado a levá-la às suas últimas consequências (Vianna, P.4, 1984, p. 12).

Confluente a Vianna, Marco Aurélio Nogueira escrevia na sequência sobre o que entendiam como “o lado fraco da transição”: os partidos políticos. Essa fragilidade seria resultado do projeto autoritário-desmobilizador da ditadura, “pela violência da repressão e pela burocratização/massificação derivada da transfiguração de nosso capitalismo em capitalismo monopolista do Estado” (Nogueira, P.4, 1984, p. 13). Esse processo teria criado um hiato tão grande que, mesmo o partido situacionista não teria conseguido escapar ao “estralhamento”, ficando desprovido de um “braço político-parlamentar capaz de articular sua autorreforma” (Nogueira, P.4, 1984, p. 13). A fragmentação se estenderia por todo o campo político, incluindo os matizes da oposição, o que “tumultuaria” e “emperraria” o desfecho da crise sucessória e o fim do regime.

O processo de modernização levado a cabo pelo regime militar não teria sido somente autoritário, como sempre se acentuava nas páginas de *Presença*, mas também “perverso”. A maneira perversa teria sido especialmente exacerbada com a política “milagrosa” da tecnocracia, à qual se seguiria a recessão e o desemprego. Disso teria resultado um “país meio mosaico, meio babel, onde se falam muitas línguas ao mesmo tempo” (Nogueira, P.4, 1984, p. 14). A face moderna seria caricatural e não encontraria, na visão de Nogueira, representatividade política. O argumento central, somando-se a Vianna, era o de que inexistiriam partidos como instituições modernas competentes para articular as grandes massas emergentes e elevá-las à condição de força política determinante. Dentre os partidos existentes, uns vagariam pela “esclerose”, como seria o caso dos PC’s, “com seu ritual dissonante, seu discurso arcaico, sua incapacidade de alcançar as grandes massas”, e o PDS, considerado “mero agregado de interesses em extinção –, encharcado de fisiologismo e destinado apenas à manipulação de prebendas do poder” (Nogueira, P.4, 1984, p. 15). Na outra ponta, estariam os partidos “imaturos”, como o PMDB que estaria “ensaaiando uma arrancada rumo à edificação de um partido aberto, radicalmente fincado na questão social e com forte presença parlamentar”, e o PT,

“tentando formas novas de unidade partidária e de ligação com os movimentos sociais” (Nogueira, P.4, 1984, p. 15).

O novo cenário que emergia como “subversão das formas de fazer política” era marcado pela tentativa de alcançar expressão institucional autônoma. Desse processo decorreria a defasagem dos partidos comunistas, na visão de Nogueira. Nas esquerdas brasileiras, estaríamos entre a “reificação das velhas fórmulas marxista-leninistas” e a apologia retórica do “novo”, enquanto o processo político se encaminharia para a “cristalização de uma hegemonia liberal-conservadora” (Nogueira, P.4, 1984, p. 16). Nogueira vislumbrava uma perspectiva pessimista ao processo de transição. Para ele, a despeito da possibilidade de ruptura política – quebrando a reprodução do regime – o fato é que não se teria “potencial para suprimir todo o legado macabro” da ditadura. Ou seja, qualquer que fosse o governo de transição, estaria forçado a firmar compromissos “constrangedores”, a proceder de “forma ampla e policlassista”. O que estaria em jogo seria, tão somente, a possibilidade de criar uma nova situação que permitisse o avanço popular (Nogueira, P.4, 1984, p. 19).

Baseada nesta interpretação da conjuntura brasileira, num quadro de modernização conservadora, crise econômico-social e ausência de partidos modernos, a quarta *Presença* continuava a pautar sua seção política. No que diz respeito à crise, sua dimensão internacional era novamente aludida em entrevista de Armênio Guedes com João Manuel Cardoso de Mello.¹⁶⁰ Para o economista, o Brasil havia se americanizado, desde 1964, mas “sem grandeza” – copiando caricatamente os estilos de vida, as aspirações e angústias – e permanecendo dependente, sem capacidade de iniciativa e liderança no processo de inovação e de mudança capitalista em nível mundial (Cardoso de Mello, P.4, 1984, p. 30). Tudo isso em meio a uma crise profunda, em que teria envelhecido tudo o que havia amparado a expansão capitalista do pós-guerra. As bases do futuro estariam nas “máquinas paradas e homens em desespero”, na “penalização das atividades produtivas e na glorificação da especulação financeira” (Cardoso de Mello, P.4, 1984, p. 31).

¹⁶⁰ Na primeira *Presença*, a crise estrutural do capitalismo foi tema de Renato Pompeu e, na segunda, foi tematizada por Maria da Conceição Tavares. Ricardo Carneiro, na quarta *Presença*, propunha examinar as principais características da crise estrutural do capitalismo em contexto monopolista marcado por uma crescente presença do Estado no controle das atividades econômicas: “seu ponto de partida é o pós-guerra, caracterizado pelo surgimento de uma nova ordem econômica internacional, sob hegemonia americana” (Carneiro, P.4, 1984, p.44).

Vale mencionar, ainda nessa perspectiva, entrevista com José Arthur Giannotti realizada na edição anterior por Milton Lahuerta e Carlos E. J. Machado. Para o filósofo, o Brasil teria se tornado “uma espécie de caricatura do mundo moderno” (Giannotti, P.3, 1984, p. 38). O Estado brasileiro, no limite, estaria realizando o que almejavam todos os outros, incluso a metrópole – “a destruição de si mesmo como estado de direito” (Giannotti, P.3, 1984, p. 38). Embora estivéssemos em posição privilegiada para entender o movimento do mundo, Giannotti considerava que não havia condições intelectuais para extrair resultados dessa posição, uma vez que a acuidade intelectual dos quadros brasileiros teria “baixado a zero”. A razão disso estaria dada pela “subserviência a modas importadas” que, no caso do marxismo, passara da voga althusseriana ao “gramscismo”.¹⁶¹ Cético em relação ao potencial crítico brasileiro, Giannotti considerava incontornável pensar o papel das classes médias no Brasil – visto como o grande ponto cego para a compreensão do golpe de 1964¹⁶² – além do desafio de refazer, por inteiro, as teses de Marx para entender o capitalismo.¹⁶³

Na quarta *Presença* a renovação da esquerda foi tema de uma série de escritos introduzidos por Milton Lahuerta, que teriam o objetivo de “abrir um campo de discussão

¹⁶¹ Embora admitisse os méritos desse movimento, ao “nos livrar do pensamento monolítico”, Giannotti o considerava próprio da dispersão da intelectualidade brasileira: “afinal, a obra de Gramsci é um conjunto de fragmentos e funcionou, no Brasil, como uma espécie de “teste de Rochart” das nossas inconseqüências. Cada um tem o filósofo que consegue ler e no nosso caso pudemos ler em Gramsci a nossa fragmentação. Ele foi extremamente adequado para pintar de marxismo ou de esquerda ideias as mais estapafúrdias (de direita, esquerda, centro-esquerda, o diabo!). Acabou por servir ao nosso movimento ideológico de esquerda como os espelhos da ‘Dama de Xangai’” (Giannotti, P.3, 1984, p. 39).

¹⁶² Segue síntese em que o filósofo conectou seu diagnóstico da crise do capital ao motivo do porque considerava o papel das classes médias central nesse processo: “O capitalismo subsiste subvertendo a sua base, revela-se plenamente como sistema que destrói a sociabilidade que ele próprio cria. Subverte seus pressupostos e se torna mortífero de forma nunca imaginada, não só porque produz a possibilidade física da destruição do homem como porque está destruindo as condições de qualquer relação social. Para continuar a existirem o capitalismo criou uma série de trabalhos fantásticos, toda a rede de serviços. É claro que todas as classes produtoras são transpassadas por trabalhos fantásticos, mas é nos serviços que este fenômeno se mostra mais típico. Nesse sentido, as classes médias são as grandes “fazedoras-de-conta”, os atores básicos da irracionalidade. Isso aparece particularmente nos movimentos de reivindicação dessas classes médias – desde os movimentos políticos até os corporativos. Eles se vestem como herdeiros da racionalidade clássica, mas não passam de movimentos em defesa do detalhe e dos privilégios” (Giannotti, P.3, 1984, p. 45).

¹⁶³ Nesta entrevista, Giannotti tensionava muito mais o comportamento das classes médias como problema político e teórico central, e não o dos *empresários* em associação ao Estado. Vale lembrar que Fernando Henrique Cardoso já havia demonstrado em 1964 que a burguesia industrial preferia a aliança com o capital internacional a levar a frente um projeto nacional emancipador. E, em 1975, Cardoso voltaria ainda a especificar a sustentação de classe ao golpe: “... a ‘Revolução de 64’, bem como as Constituições que o definem (a de 1967 e a atual) indicam o nome de seus criadores: a aliança empresariado-classe média. Que empresariado e que setores da classe média? Sinteticamente: os chamados ‘setores modernos’ de ambas as classes” (Cardoso, 1975 [1972], p. 178-179). O golpe de 64 havia fechado a possibilidade “nacional-desenvolvimentista”, a burguesia nacional já havia “voltado as costas” para as classes subordinadas, para usar termo de Oliveira (2003 [2013], p. 132), optando pela associação ao capital internacional.

e polêmica, ajudar a examinar os dilemas e perspectivas da esquerda no Brasil” (Lahuerta, P.4, 1984, p. 53). Frente ao risco de anacronismo dos “democratas radicais”, avaliava-se segundo os termos dos presencistas, as chances da esquerda no Brasil se tornar “contemporânea de sua época”. O primeiro a contribuir com o debate foi Ivan Ribeiro. Somando-se a Vianna e Nogueira, o autor achava que só se poderia enfrentar esse desafio definindo, entre os “favoráveis ao socialismo,” a “questão da identidade” (Ribeiro, P. 4, 1984, p. 56). Para contribuir nesse sentido, Ribeiro começava por avaliar a “forma-partido”. Embora estivesse em xeque nas sociedades mais desenvolvidas, Ribeiro considerava que o melhor instrumento para superar a crise ainda seria o partido com centralidade operária. No Brasil, a esquerda estaria se conformando em partidos-programáticos e laicos, chocando-se com a antiga concepção tradicional de centralismo democrático. A luta passava a ser por uma concepção de democracia interna, tendo se esgotado a alternativa de organização pela fórmula da “ditadura do proletariado” (Ribeiro, P. 4, 1984, p. 60). Concluía Ribeiro que o fim do século XX consolidaria em todo o mundo a passagem da “tomada do palácio de inverno” para a “guerra de posição”, com a “criação de novas formas de luta para enfrentar os novos e sofisticados aparelhos hegemônicos criados pelo capitalismo” (Ribeiro, P. 4, 1984, p. 60).

Em seguida, Carlos Américo Pacheco sintetizava o que seria a “angústia constitutiva” de *Presença* – “discutir os problemas, as perspectivas e os projetos dos partidos políticos frente à transição” (Pacheco, P. 4, 1984, p. 63). Essa ansiedade em procurar novas formas de fazer política e de pensar a realidade brasileira podia ser vista nos “rachas” do PCB, com a inicial Convergência Socialista, com o PT e a esquerda católica. A perda do referencial comunista seria fruto de uma crise de concepção que ainda acertava contas com um marxismo stalinizado “incapaz de enfrentar a contemporaneidade” (Pacheco, P. 4, 1984, p. 65). Dentre as transformações que haviam se dado, Pacheco citava uma mudança no Estado, “não apenas pelo fenômeno da regulação, mas pela alteração radical dos limites público/privado” uma vez que “estatizaram-se as relações, da mesma forma que se privatizou o espaço público” (Pacheco, P. 4, 1984, p. 66). O Estado referendaria a contradição pois, de um lado, seria manifestação crescente da socialização e, de outro, limitaria a cidadania e a democracia formal. Nesse processo, a burguesia teria perdido a “capacidade de empolgar”, os partidos não apareceriam como expressões diretas das classes e tornara-se impossível visualizar o partido da burguesia com a nitidez “de quem procura identificar o inimigo”, lembrando as palavras de Francisco de Oliveira. Em segundo lugar, a individualização teria

estilhaçado os antigos padrões de solidariedade, com enorme fragmentação das classes e destruição dos laços mediadores da sociabilidade.

Frente a essas transformações, Pacheco rechaçava a reabilitação das “certezas desenvolvidas nos anos de stalinização”. Em suas palavras, “não bastasse ignorar o mundo contemporâneo e seus enormes problemas, mas também os caminhos abertos para construção de uma nova individualidade social, esse marxismo se apresenta como caricatura da antiga ideologia burguesa” (Pacheco, P. 4, 1984, p. 67). Pacheco terminava por desafiar Renato Pompeu – que havia lançado na segunda *Presença* cinco hipóteses “em estado embrionário” sobre o que seria a passagem do “pré-leninismo ao pós-gramscismo”¹⁶⁴ – afirmando que não bastava afirmar que a esquerda devesse ser pós-leninista ou pós-gramsciana; primeiro porque careceria de uma definição, segundo porque qualquer alternativa real deveria partir do quadro partidário existente. Era nesse sentido que Pacheco considerava o PT e o PMDB, reforçando as características analisadas por Marco Aurélio Garcia e Fernando Henrique Cardoso nas *Presenças* anteriores.

Na sequência, Pompeu respondia ao desafio lançado por Pacheco. “Partido gramsciano” referir-se-ia a um modelo teórico mais ou menos concretizado em cada país e cuja tendência Gramsci havia constatado quando “estavas em vias de concretizar-se”. O modelo clássico seria o PCI, mas teria permeado “toda a atividade política de fundo proletário-socialista mesmo não filiada a Marx, em todas aquelas partes do mundo capitalista em que se combinaram um movimento geral de expansão do capitalismo e um mínimo de consciência proletária” (Pompeu, P. 4, 1984, p. 71). Assim, seriam considerados partidos desse tipo todos os que tivessem procurado consolidar a democracia capitalista e, dentro dela, a hegemonia ideológica do proletariado.

No Brasil, tenderiam a ser “partidos gramscistas” tanto o PCB como o PT. Diferente do modelo leninista que, segundo Pompeu, só teria se concretizado na Rússia, vários partidos “gramscistas” teriam chegado ao governo (ainda que nenhum tivesse “tomado o poder”). O problema desses partidos seria que, uma vez que chegassem ao poder, não possuiriam um programa prévio de como enfrentar a forte reação dos meios conservadores (Pompeu, P. 4, 1984, p. 75). A “Nova Depressão”, como Pompeu denominava a crise daquele período, teria criado condições para um novo tipo de “partido

¹⁶⁴ Não ficava muito claro o que Pompeu tratava por “gramscismo” – mas o seu conjunto de teses pareciam conformar uma visão que identificava o socialismo estritamente ao desenvolvimento das forças produtivas, à “questão material”. Assim, não haveria mais chão para partidos leninistas ou “gramscistas”, restando à luta política a dedução de “brechas” que permitissem a “socialização democrática dos meios de produção”. Assim como no caso de Werneck, Pompeu via com grande ceticismo a novidade petista.

dos trabalhadores” guardando, da herança socialdemocrata, a vinculação com as massas; do leninismo, a direção profissionalizada e a perspectiva revolucionária, e do “gramscismo”, “a extensão da luta pela hegemonia política e ideológica a todos os poros da sociedade, da luta de classes ao balé, e sua centralização dos contatos com uma infinidade de instituições formais e informais” (Pompeu, P. 4, 1984, p. 75).

A quinta *Presença* de fevereiro de 1985 registrava a vitória de Tancredo Neves em artigo de Milton Lahuerta e Angelo del Vecchio. Na análise dos autores, esgotava-se finalmente o móvel que havia norteado a conjuntura nos últimos dois anos. Embora fosse uma grande vitória para as forças democráticas, Lahuerta e Vecchio retomavam o argumento sobre o “lado fraco da transição” – a ausência de sujeitos políticos – para lançar luz ao contexto de crise e reorganização institucional em curso. O regime estaria conseguindo driblar a própria derrota através de uma “convergência de sagacidades”. A estratégia de isolamento, pelo lado do regime, e a ausência de uma reflexão sobre a derrota da Emenda Dante de Oliveira pelas forças democráticas, por outro, teriam convergido na manutenção das “regras do jogo”, isolando os “radicais”. A estratégia teria dado certo ao ampliar a frente antirregime, mas teria trazido também elementos de complicação.

Frente à vitória da oposição, o regime teria conseguido se adequar à estratégia de avançar pela linha de menor resistência – como ficava claro no convite realizado ao general-presidente para participar de comícios da Aliança Democrática,¹⁶⁵ sob o argumento de sua “inata postura democrática” (Lahuerta; Vecchio, P. 5, 1985, p. 7). Este seria um “jogo de faz de conta”, cheio de “espertas malandragens”, feito em nome do “transformismo caboclo” que, sob aparente tranquilidade, definiria um caminho marcado por ambiguidades e incertezas. Outro sintoma deste movimento estaria dado pela “síndrome de centro” em nome da garantia da transição. Setores inteiros estariam sendo iludidos pelos atalhos da luta democrática e se tornando prisioneiros de seus interesses particularistas, equacionando mal a relação entre as necessárias mudanças políticas e sociais e sua tradução institucional (Lahuerta; Vecchio, P. 5, 1985, p. 7).

Centrado em assunto sobre o qual repetidas vezes os teóricos de *Presença* faziam menção e sendo núcleo fundamental do prisma que articulava uma interpretação da história brasileira a partir do conceito de “revolução passiva”, Werneck Vianna escrevia

¹⁶⁵ Os dissidentes do PDS em 1985 organizaram o PFL que formou com o PMDB o maior partido da oposição, a Aliança Democrática. Esta lançou a chapa formada pelo governador de Minas Gerais Tancredo Neves do PMDB e o ex-presidente do PDS José Sarney, a Presidente e Vice-Presidente respectivamente. Em janeiro de 1985 esta chapa foi sufragada por enorme maioria do Colégio Eleitoral.

no quinto número sobre o “moderno na política brasileira”. Saindo da esfera mais imediata da conjuntura, Werneck Vianna registrava neste artigo hipóteses mais gerais e que nos permitem acompanhar a construção de sua visão de Brasil. Para ele, a “civilização brasileira” teria optado, sem sombra de dúvidas, pela modernidade. Haveria, no entanto, uma particularidade desta modernidade, dialogando com a interpretação de Schwarz sobre o liberalismo no Brasil:

A modernidade não nos chega como verniz, disfarce, carnavalização, apesar das lembranças recentes da senzala, do nosso capitalismo de lapa, marginal, predatório, pirata, *da importação de ideias, modas e costumes nem sempre no seu lugar*. Longa construção, pelos tempos afora venceu resistências, nostalgias, ganhou corações e mentes. Virou projeto nacional, campo em que os atores sociais disputam qual deles é o mais moderno e merecedor, portanto, da confiança de todos para dirigir a sociedade (Vianna, P. 5, 1985, p. 37, *grifos nossos*).

A aspiração pelo moderno antecederia, no Brasil, a primazia da burguesia industrial e o “mundo do trabalho”. Nem o atraso negaria, por isso, o moderno, e nem vice-versa – ter-se-ia constituído uma “composição de contrários” que mutuamente se sustentariam, “a modernidade começa seu caminho sem ruptura com o passado”. Marca de origem e que continuava a se reiterar na história brasileira, sempre “renovando uma coalizão entre classes e elites dominantes de papéis sociais novos com as tradicionais” (Vianna, P. 5, 1985, p. 38).

Vianna demonstrava essa tese desde fim do século XIX, com os primeiros anos republicanos, em que o positivismo havia se metamorfoseado de “ideologia conservadora” a “progressista”, “animando as elites intelectuais a romper com a sociedade colonial e sua lassidão agrária a fim de incluir o país (...) na corrente do ‘processo civilizatório’” (Vianna, P. 5, 1985, p. 38). Essa acepção, no entanto, não possuiria “vocaçãõ de generalizaçãõ”. O mundo que havia se aberto parecer-lhes-ia “estrangeiro e hostil” com seus novos personagens. Moderno, a partir do começo da década de 1920, passaria então a ser associado com a ideia de universalizaçãõ, não podendo mais consistir numa réplica de um padrão de certos círculos das elites. Passava a constituir-se como projeto de identificaçãõ dos seres sociais emergentes com a urbanizaçãõ e industrializaçãõ (Vianna, P. 5, 1985, p. 39). No entanto, a nova sociedade “imatura e profundamente ingênua” rejeitaria a ordem oligárquica e sua concepçãõ de moderno, sem ser capaz de apresentar uma alternativa.

Com os sindicatos, o moderno estatizar-se-ia simultaneamente à ampliaçãõ da cidadania. Essa ampliaçãõ dar-se-ia, entretanto, sob condiçãõ de incompletude,

restringida pela regulação do Estado. E, assim, teria emergido “nosso bizarro americanismo forjado pelo Estado” (Vianna, P. 5, 1985, p. 40).¹⁶⁶ Essa versão do moderno tornou-se hegemônica, segundo Vianna, “e o dinamismo das velhas e novas agências estatais ao organizar a sociedade civil” teriam feito “do Estado burguês um verdadeiro ‘Estado ampliado’, conforme acepção gramsciana” (Vianna, P. 5, 1985, p. 40). O Estado Novo – corporativo e autoritário – não teria nascido, portanto, em oposição à modernidade. Tratar-se-ia, mais uma vez, de um caso de “modernização pelo alto, reguladora e disciplinadora da sociedade, inibindo-lhe sua livre manifestação, mas conduzida com a audácia de quem porta consigo a novidade – a indústria e a ideologia do industrialismo” (Vianna, P. 5, 1985, p. 41).

No período de 1945 a 1964 teria se democratizado a ideia de modernidade não mais como monopólio do Estado, embora este persistisse como seu protagonista principal (Vianna, P. 5, 1985, p. 42). As duas dimensões que caracterizaram o sistema político – a corporativa e a democracia representativa – teriam se atraído ou se repellido segundo convergências ou divergências em sua concepção de modernização (Vianna, P. 5, 1985, p. 42). Como desfecho, o nacional como suposto do moderno não teria propiciado a incorporação do tema da democracia política. Na sequência, o renovado Estado burguês do pós-1964 surgiria, nos termos de Vianna, “com a vocação e o projeto de concluir a modernização burguesa, compreendida estreitamente em sua dimensão econômica” (Vianna, P. 5, 1985, p. 43). As classes subalternas teriam participado apenas como fornecedoras de força de trabalho e sujeitos de consumo de bens modernos.

O recurso à política como meio violento para a expansão capitalistas provocara, segundo Vianna, a intensificação das formas tradicionais de controle social. No entanto, essas formas iam se tornando cada vez mais contraditórias na medida em que eram

¹⁶⁶ Diferente da experiência de *Pasado y Presente*, recorria-se aqui à ideia gramsciana de “americanismo” não para tratar das questões de consciência e alienação, mas para acentuar as condições contraditórias da sociedade moderna. Era mais uma vez empregada uma categoria gramsciana correlata à de revolução passiva. Diferente da *forma francesa* em que a restauração fora precedida por uma revolução; e da *piemontesa* em que um novo Estado fora constituído, mas sem o fenômeno jacobino, *a americana seria aquela na qual a inovação-conservação não ocorre no âmbito da política, mas das forças produtivas, como uma atualização do capitalismo* (Bianchi, 2017, p.30-32, *grifos nossos*). Em seu *Caderno* dedicado ao tema, Gramsci se questionava “se o desenvolvimento deve ter seu ponto de partida no interior do mundo industrial e produtivo ou se pode ocorrer a partir de fora, através da conjunção cautelosa e maciça de uma estrutura jurídico-formal que guie a partir de fora os desenvolvimentos necessários do aparelho produtivo” (C. 22, §1, p.2140-1). O controle “por cima” da modernização capitalista se daria até quando? Restaria, para Gramsci, que a reconstrução fosse feita pelos que estivessem criando, pelo próprio sofrimento, as bases materiais desta nova ordem: “esses últimos ‘devem’ encontrar o sistema de vida ‘original’ e não de marca americana, a fim de transformar em ‘liberdade’ o que hoje é ‘necessidade’” (C. 22, §15, p.2179; Baratta, 2017).

aplicadas a “novíssimos seres sociais”, resultado mesmo da modernização econômica. Seria neste quadro que o autor entenderia o levante dos movimentos sociais contra o autoritarismo do regime, responsáveis por evidenciar a “caducidade das instituições de controle social e político do Estado burguês” (Vianna, P. 5, 1985, p. 43). Seria neste momento que, para Vianna, *deslocar-se-ia o moderno da dimensão econômica para a dimensão política*, “expressão livre dos conflitos sociais e políticos, a legitimação dos interesses coletivos das classes subalternas através da vida sindical e do sistema dos partidos” (Vianna, P. 5, 1985, p. 44). A longa revolução passiva brasileira era, então, sintetizada nos seguintes termos:

Ele – o moderno – se tem apresentado reiteradamente no processo de modernização autoritária brasileira, pela simples razão de que nunca pôde se resolver. A condição para o seu curso tem sido a do compromisso com o passado, o que nos tem condenado a viver um duplo tempo – o de ontem e o de hoje: as indústrias do ABC com a CLT de 1943, o processo eleitoral da democracia representativa com o coronelismo, a sobre-representação dos estados atrasados em relação aos adiantados em oposição à densidade política e social das grandes regiões metropolitanas brasileiras. *A concepção de modernidade da burguesia se construiu ignorando a ideia de descontinuidade e de ruptura. Admite a tese, a antítese e foge da síntese como o diabo foge da cruz* (Vianna, P. 5, 1985, p. 44, *grifos nossos*).

No entanto, um novo caminho para a revolução passiva brasileira se colocava naquele momento. Para Vianna, o moderno estaria assumindo, então, uma acepção revolucionária – até ali inatingível. Ser contemporâneo significaria, em sua visão, “a escolha de uns valores em oposição a outros feita por um sujeito” (Vianna, P. 5, 1985, p. 45). E o sujeito seria, na acepção de Vianna, os partidos. Sem eles, as classes subalternas não conseguiriam traduzir a modernidade social numa opção política para toda a sociedade. Concluía-se, assim, que, ou se conquistava a democracia política num processo progressivo, ou o curso da revolução passiva brasileira permaneceria a dirigir uma mudança conservadora, que acionaria assim que possível, “os freios para impor limites à democratização da sociedade” (Vianna, P. 5, 1985, p. 45). Mais uma vez, Vianna reforçava o argumento de que sem um partido comunista centrado na questão operária essa dinâmica não poderia ser realizada plenamente, já que os movimentos sociais não seriam sujeitos dotados de capacidade de produzir interpelações políticas (Vianna, P. 5, 1985, p. 46).

É importante destacar que, neste momento, Nogueira retornava ao Brasil após realizar pós-doutorado na Itália, trazendo na bagagem o livro de Norberto Bobbio, *O*

*futuro da democracia*¹⁶⁷ que traduziria ainda em 1985 pela editora Paz e Terra. Diferente do ambiente italiano que era marcado pela polêmica entre Bobbio e os comunistas, inclusive acerca de suas distintas leituras de Gramsci,¹⁶⁸ Nogueira e Vianna combinavam elementos da ideologia eurocomunista a uma acepção de democracia bastante afim àquela proposta pelo liberal italiano, entendida como “um conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados” (Bobbio, 1985a, p. 22). Para Bobbio, essa definição mínima de democracia incluiria a estratégia do compromisso entre as partes através do livre debate para a formação de uma maioria e, por isso, refletiria melhor a realidade da democracia representativa – pouco importando se se tratasse de representação política ou dos interesses – do que a realidade da democracia direta: “o *referendum*, não podendo colocar os problemas a não ser sob a forma de exclusão, de escolha forçada entre duas alternativas, obstaculiza o compromisso e favorece o choque, e exatamente por isto é mais adequado para dirimir controvérsias sobre princípios do que para resolver conflitos de interesse” (ibid., p. 22). Nesse sentido, o teórico esclarecia um ponto central à argumentação dos nossos presencistas – a democracia como método ainda que estivesse aberta a todos os possíveis conteúdos, seria ao mesmo tempo “exigente ao solicitar o respeito às instituições, exatamente porque neste respeito estão apoiadas todas as vantagens do método e entre estas instituições estão *os partidos políticos como os únicos sujeitos autorizados a funcionar como elos de ligação entre os indivíduos e o governo*” (ibid., p. 23, *grifos nossos*).

A sexta e última *Presença* paulistana era publicada em outubro de 1985. Nela, Capistrano Filho já não aparecia mais no conselho de edição que, agora, passava a incluir Alberto Aggio e Maria Alice Rezende de Carvalho. O editor, Milton Lahuerta, abria as análises conjunturais. Na sua visão, paradoxalmente à aceleração do ritmo da transição em curso naquele momento – com partidos legalizados, fim da censura, proposta de Reforma Agrária, apuração de crimes do antigo regime, e conflitos trabalhistas encaminhados pelo recurso da negociação – haveria a difusão de uma cultura da desesperança e a “sensação de que entre o governo da Aliança Democrática e o antigo regime” ter-se-ia “apenas *continuidade*” (Lahuerta, P. 6, 1985, p. 6, *grifos do autor*).

¹⁶⁷ A tese central de Bobbio neste livro é a de que não haveria uma doutrina marxista do Estado, tampouco uma teoria das instituições ou formas de governo e a esta lacuna o marxismo teria desenvolvido uma teoria negativa do Estado, pensado como mal necessário e que deveria se extinguir com o fim das classes sociais.

¹⁶⁸ Os termos dessa polêmica encontram-se registrados em alguns livros, como *Marxismo e Estado* (1982) e *Qual socialismo?* (1985b).

Lahuerta registrava que os passos iniciais da Nova República eram dados em um clima de muitas incertezas, devido à “conjunção de individualismo desprovido de valores positivos, o descrédito das instituições representativas e a corrosão da moralidade pública” (Lahuerta, P. 6, 1985, p. 7). Esse conjunto de aspectos teria contribuído a diluir muito rapidamente a expectativa de mudanças que haviam alimentado o movimento de deslegitimação do regime militar. O maior problema, contudo, estaria no fato de que o corporativismo permeasse inclusive a política institucional. Os partidos políticos tenderiam a perder, com isso, os objetivos mais amplos da transição, desagregando-se em torno de interesses particularistas e imediatos, além da tentativa de afirmar suas identidades “de forma doutrinária” (Lahuerta, P. 6, 1985, p. 8). Mais uma vez, o problema alardeado por Lahuerta estaria na “inexistência de partidos implantados na sociedade” (Lahuerta, P. 6, 1985, p. 9).

Os motivos que levavam a esse cenário paradoxal e temeroso deviam-se a um enigma, segundo Lahuerta, que retomava uma série de argumentos centrais já apontados por Vianna. Ainda que a sociedade brasileira tivesse optado por ser moderna, a própria modernidade estaria em risco caso não fosse possível torná-la “*politicamente contemporânea de seus dilemas e problemas*”, podendo acabar reduzida à “vivência da desagregação e da decadência” (Lahuerta, P. 6, 1985, p. 10, *grifos do autor*). O editor, então, esclarecia o esforço de *Presença*:

No plano estrito da transição em que estamos imersos o mais preocupante é que seu desfecho repõe e potencializa o dilema que tem caracterizado a sociedade brasileira nos últimos anos – aquele amplamente apontado por nós de *Presença* e que se manifesta *no descompasso galopante entre a institucionalidade vigente e a movimentação do social* em busca de seus interesses – colocando a necessidade de se trabalhar pela constituição de consensos mínimos em torno dos quais as forças partidárias progressistas, as grandes corporações da sociedade civil e os setores formadores de opinião busquem se articular (pré e pós-eleições), para construir soluções positivas, alternativas, que bloqueiem o conservadorismo, valorizem as instituições, e encaminhem e aprofundem o caráter mudancista do processo político (Lahuerta, P. 6, 1985, p. 10, *grifos nossos*).

Marco Aurélio Nogueira, na sequência, aprofundava mais os aspectos traumáticos que aquele contexto conferia ao processo de transição – reforçando a urgência de “consensos mínimos”. De um lado, o desafio da institucionalização democrática e o da eliminação de uma terrível crise econômica. De outro, a ausência inesperada do principal articulador, Tancredo Neves, cujo adoecimento, segundo Nogueira, teria soado “simbolicamente como advertência de que as coisas não seriam tão fáceis como esperava

o sofrido imaginário popular” (Nogueira, P. 6, 1985, p. 16). A lenta agonia do presidente eleito teria estimulado a descrença na capacidade que teria a Aliança Democrática de gerir as reformas indispensáveis e consolidar a transição.¹⁶⁹

O governo de José Sarney, por sua vez, teria o mérito de estar tentando superar o impasse que a área econômica o impunha através da política – com a divulgação prévia de seus planos e a realização de reuniões periódicas com economistas, parlamentares, empresários, líderes sindicais, etc. No entanto, o contraditório, para Nogueira, era o fato de que a política fosse a sua principal debilidade (Nogueira, P. 6, 1985, p. 18). Nesse sentido, Nogueira arriscava algumas conclusões. A primeira era de que a Nova República estaria atravessada pela tensão que oporia liberais democratas e esquerda a conservadores de diferentes matizes, “agentes hegemônicos da grande burguesia” (Nogueira, P. 6, 1985, p. 19). Para contornar a crise política potencial, o governo Sarney deveria ter a capacidade de abrir-se à sociedade e aos movimentos sociais, fazendo política em todos os níveis e recusando-se o papel de mero administrador da crise nacional (Nogueira, P. 6, 1985, p. 19). Tratava-se, em sua visão, de uma nova dialética entre Estado e movimentos sociais, cuja evolução em sentido progressivo dependeria de sensibilidade por parte do governo e “um novo tipo de unidade entre as forças interessadas na transição” (Nogueira, P. 6, 1985, p. 20). Mais uma vez, a conclusão seria a de que:

*(...) é preciso dar vazão a uma nova ordem político-institucional que atualize o Brasil à modernidade de suas estruturas produtivas. Em outros termos: é preciso desobstruir a sociedade do entulho autoritário que não só bloqueia o prosseguimento da acumulação (reproduzindo a crise), como impede o livre curso da política e da luta pela hegemonia (...). Mas entendamo-nos: a centralidade da questão democrática não pode implicar o adiamento *sine die* do ataque à questão social ou o “continuismo” governamental em matéria de política econômica. Especialmente para as forças democráticas e de esquerda, não pode implicar qualquer tipo de imobilismo (Nogueira, P. 6, 1985, p. 20, grifos nossos).*

Werneck Vianna somava-se a Lahuerta e Nogueira na ênfase dada à questão do tempo histórico, que decorreria da própria natureza do processo em curso, “uma transição do autoritarismo para a democracia sem ruptura no plano formal da política” (Vianna, P. 6, 1985, p. 34). Diferentes das “rupturas revolucionárias”, que transcenderiam a capacidade de se atuar sobre eles, nos processos modernos de transição do autoritarismo para a democracia – como revoluções passivas – ainda que se mudassem menos as coisas, “o papel do sujeito político no que muda tende a ser não só saliente, como frequentemente

¹⁶⁹ Soma-se a isso a ambiguidade básica da transição, expressa abertamente na troca na presidência do ex-líder da oposição para o ex-líder da situação.

determinante” (Vianna, P. 6, 1985, p. 34). Para Vianna, o tempo histórico da transição estaria partido de modo tríplice. Haveria o tempo do antigo regime; o tempo da transição com a “lógica do agora” e o tempo futuro que já se antecipava equivocadamente como prática, “a nitidez político-ideológica, o sistema de partidos classistas” (Vianna, P. 6, 1985, p. 34). Nenhum dos tempos se imporia, e a contemporaneidade dependeria da rejeição da falsa oposição entre político-institucional e econômico-social. Dessa oposição viveria o passado tanto à direita, nos “círculos conservadores” quanto à esquerda, “populista e revoltosa”.¹⁷⁰ Ambas as forças convergiriam no esforço de implodir a frente política consubstanciada na Aliança Democrática, cujo papel, considerado da maior importância por Vianna, seria o de “conduzir a Nação ao processo constituinte” (Vianna, P. 6, 1985, p. 35). Seria grave erro, na visão do cientista político, que se desse ênfase à ideologização em detrimento desta tarefa política primordial, pois consistiria em “antecipar o futuro sem realizar o presente” (Vianna, P. 6, 1985, p. 37). Assim, concluía Vianna: “os três tempos que informam a conjuntura impõem ao ator que faz política um problema de escolha quanto a objetivos e procedimentos. O tempo futuro virá a partir do esgotamento das possibilidades do tempo presente, e não pelo seu cancelamento arbitrário” (Vianna, P. 6, 1985, p. 38).

“Cultura”

O primeiro texto de Maria Alice Rezende de Carvalho é publicado na segunda *Presença*, de fevereiro de 1984. Embora encerrasse a seção “Política” da revista, a alocamos em “Cultura” por fornecer um prisma que conjuga bem ambos os temas, caracterizando a unidade dos polos temáticos entre os *presencistas*. Carvalho tratava, então, da identidade social dos intelectuais e a política da universidade; intervindo mais particularmente na reflexão sobre a própria existência e a prática política dos professores universitários. Segundo a autora, a crise da Universidade, no pós-1964, da qual emergira a reforma de 1968, teria aprofundado a “racionalidade” capitalista e atenuado as fissuras no discurso legitimador do regime (Carvalho, P.2, 1984, p. 95). O “moderno” teria se traduzido, então, na “proliferação das unidades isoladas privadas, na ênfase à profissionalização, no predomínio das carreiras técnicas, na superespecialização do

¹⁷⁰ Vianna referia-se aqui, por um lado, à “velha linguagem do PTB”, “com seu nacionalismo tecnocrático e estatista, seu populismo manipulador” e ao PSP paulista, que ressurgiria “o cediço populismo clientelista, a ultrapassada esquerda putchista e revolucionária” e, por fim, “esta velha senhora sem princípios que foi a UDN, com seu liberalismo econômico entreguista” (Vianna, P. 6, 1985, p. 33).

educando e do educador e, sobretudo, no lema da otimização dos recursos destinados à educação” (Carvalho, P.2, 1984, p. 95).

A transformação que ocorria na vida brasileira, às voltas com o “milagre”, teria levado os professores universitários aos sindicatos, simultaneamente à crescente intervenção do Estado no plano cultural e da presença “avassaladora” dos meios de comunicação de massa. Reforçando o protagonismo estatal, marca indelével da abordagem da revolução passiva brasileira, o Estado teria conseguido, para Carvalho, conduzir o debate sobre a educação e a Universidade no Brasil, deixando de praticar a pura repressão. A grande heterogeneidade da “massa” de profissionais que chegava às instituições, naquele momento, teria facilitado, segundo Carvalho, a emergência da noção de “mercado” como referência quase absoluta: “A condição social do professor universitário, neste caso, torna-se mais apreensível como uma realização do mundo da economia – do mercado no seu sentido mais perverso – e a resposta à modernização, nos termos em que está proposta, termina por reafirmá-los” (Carvalho, P.2, 1984, p. 97). Para Carvalho, os intelectuais deveriam definir o fundamental das transformações pelas quais passava a sociedade de modo a afastar ou neutralizar os “ruídos” desta transmissão que ganhava terreno na opinião pública, inclusive com propostas de privatização da universidade. Para a autora, haveria também um problema a enfrentar entre os críticos da “modernização” que reagiriam a este projeto “liberal” com “utopias” diversas, baseadas na “idealização democrática da prática educativa”. Em suma, os intelectuais deveriam tomar a crise da Universidade não como fato isolado da sociedade, nem como alinhavo corporativo da categoria – sua identidade social só se constituiria, na perspectiva de Carvalho, pela política (Carvalho, P.2, 1984, p. 97). Mais adiante, retornaremos a essa polêmica em torno do “moderno” e da impossibilidade de sua “recusa”, vista continuamente como “ilusória”, o que distinguirá a posição de *Presença* no ambiente cultural brasileiro.

Já na seção propriamente de “Cultura” da segunda *Presença*, abarcava-se temas diversos que iam desde a cultura de massas, com textos sobre a televisão e o cinema; passando por artigos que abordavam o amor e a concepção de filosofia e comunismo em Marx, bem como apresentava tirinhas assinadas por Laerte e, finalmente, as resenhas. Destaca-se desse conjunto intervenção de Renato Pompeu, que se somava a Acácio Werneck em sua apreciação crítica do PT. Como já mencionamos,¹⁷¹ Pompeu havia

¹⁷¹ Ver polêmica da primeira subseção com Carlos Américo Pacheco.

lançado cinco hipóteses sobre o que seria a passagem do “pré-leninismo ao pós-gramscismo”.¹⁷² Já no terceiro número de *Presença*, de maio do mesmo ano, Antonio Carlos Robert Moraes abria “Cultura” polemizando com as vertentes “ortodoxas” do marxismo, que persistiriam a rondar a esquerda brasileira – “o fantasma de Stálin ainda passeia entre as vanguardas políticas de um país ‘oriental’; estas encontram um caldo de cultura e um chão social para se sentirem unguidas, predestinadas, porque são na verdade também elites” (Moraes, P. 3, 1984, p. 95). Para Moraes, haveria uma “refração às questões da modernidade” nesta postura doutrinária, que deixaria a ação política “descoberta de sua orientação teórica”. A ausência de uma “teoria” era tema muito comentado neste momento, sendo reivindicado por diferentes perspectivas. Já vimos críticas ao PT por despossuir uma “teoria revolucionária” e a apreciação do núcleo duro de *Presença* direcionada à incapacidade de renovação teórica do PCB, e que o levaria fatalmente ao isolamento.

O texto de Moraes reflete bem o clima que animava a revista. Para ele, o problema residiria, justamente, em que o pensamento crítico brasileiro continuasse a tentar equacionar a realidade com instrumentos teóricos tradicionais: “em grande parte ainda se buscam *repetições e analogias históricas*, se ‘clama’ por uma ordem estabelecida no passado” (Moraes, P. 3, 1984, p. 93, *grifos nossos*). Esse tipo de atitude fecharia, em sua visão, a possibilidade de compreensão do “novo” – em sua argumentação, a busca por inspiração no passado se oporia diametralmente à investigação do presente vivenciado. Diferentemente do que propomos em nossa hipótese, portanto, Moraes considerava que o recurso à analogia se oporia à teorização.

Somava-se à construção do panorama pessimista de Moraes o fato de suas lentes não registrarem, naquele momento, nenhuma liderança política que pudesse suprir a

¹⁷² A primeira constatava uma realidade – naquele momento, um partido dos trabalhadores não precisaria mais ser, “necessariamente”, leninista. Do PCUS aos partidos da esquerda brasileira, passando pelo PCI e pelo Partido Comunista Chinês, nenhum deles seria mais do “tipo bolchevique”, por mais que afirmasse sê-lo (Pompeu, P. 2, 1984, p. 121). A segunda hipótese afirmava que nenhum partido dos trabalhadores poderia ser, por isso, “pré-leninista” – ou seja, “estar enredado em problemas teóricos e práticos que já foram resolvidos por Lenin” (Pompeu, P. 2, 1984, p. 122). Na visão de Pompeu, este seria o caso do PT. A terceira tese tratava da teoria de partido em Antonio Gramsci que, segundo o autor, fora válida apenas para o período de expansão do capitalismo, de 1945 a 1980. Sem definir a suposta teoria gramsciana, o autor afirmava ser necessário ir “além de Gramsci” tal como teria sido necessário, “nos países socialistas e capitalistas, ir além de Lenin” (Pompeu, P. 2, 1984, p. 123). A quarta formulação era mais esclarecedora, e afirmava que as teses anteriores se refeririam às questões materiais e não a reflexos ideológicos – de modo que pouco importariam as “proclamações oficiais”, pois “consciente ou inconscientemente, os partidos serão pós-leninistas e pós-gramscistas” (Pompeu, P. 2, 1984, p. 124). Por fim, Pompeu afirmava abordar a democracia como questão material e não como questão ideológica: “não se trata de fazer propaganda duma ‘opção’ que seria o socialismo democrático – e sim de deduzir da situação material as possibilidades duma socialização democrática dos meios de produção” (Pompeu, P. 2, 1984, p. 124).

necessidade de orientação teórica que superasse o “praticismo”. Hegemonizados na busca por ocupar espaços institucionais, uma série de questões fundamentais permaneceria desassistida – desde a singularidade da estrutura de classes brasileira e sua complexificação nos anos 1980, o papel ocupado pela comunicação de massas e indústria cultural e, por fim, o valor de fato atribuído à democracia no processo político. Era a primeira vez, salvo engano, que a conhecida tese de Coutinho sobre o valor universal da democracia era diretamente aludida em *Presença*:

Falemos claro: a meta é um regime democrático ou uma ditadura? E não me venham com indiretas: democracia implica a possibilidade estrutural de manifestação de divergências, implica pluralidade ideológica (...). Enfim, a questão da ditadura do proletariado e a do partido único precisam ser revistas ou explicitadas. Ou assumimos que a democracia é um valor tático – e não universal (Alô Carlos Nelson Coutinho) – e a luta democrática uma bandeira conjuntural, ou abrimos mão de alguns postulados centrais do leninismo (Moraes, P. 3, 1984, p. 100).

Moraes reagia às críticas que encaravam a questão democrática como “desvio liberal” e clamava por uma renovação teórica que a afirmasse sem tergiverses. Salta aos olhos que, em maio de 1984, Moraes não tivesse reconhecido nenhum movimento ou liderança que estivesse ousando escapar aos moldes leninistas – em seu ponto de vista, estariam todos incorrendo no “praticismo”. Confluentemente a Moraes em sua afirmação de que persistiria um “elitismo” na esquerda tradicional e uma miopia sobre a específica matéria brasileira, escrevia Eduardo Mascarenhas na sequência. O psicanalista abordava um traço específico da ideologia dominante no Brasil, de suas “resistências psicológicas e das resistências provenientes de um passado leninista-guevarista não muito distante” à compreensão da sociedade brasileira em sua característica amorfa e “inorgânica”. Questionava-se, particularmente, sobre que tipo de sociedade discutiam os intelectuais e militantes de esquerda:

Quando empregam a expressão, por exemplo, “é preciso que o partido ouça a sociedade” ou “se abra para a sociedade”, falam imediatamente de OAB, ABI, CNBB, Clube de Engenharia, Federação das Associações de Moradores, lideranças sindicais, CUT CONCLAT, metalúrgicos do ABC, movimento estudantil, e por aí vai. A primeira pergunta que me assalta é: “que país é esse? Será que estamos falando da Suécia, da França ou da Alemanha?” (Mascarenhas, P. 3, 1984, p. 102).

Faltava incluir uma parcela esmagadora da população brasileira e que, portanto, conformaria elementos decisivos no desfecho eleitoral:

Onde estariam os “paraíbas” de obra, as meretrizes dos caminhoneiros, os engraxates, os guardadores de automóvel, os vendedores de mate e amendoim, os bêbados de pracinha, as empregadas domésticas, os trombadinhas, os

pequenos bicheiros, os camelôs, os trabalhadores “místicos” do campo? (Mascarenhas, P. 3, 1984, p. 102).

Haveria, em seu diagnóstico, uma confusão em muitos intelectuais da esquerda brasileira entre o “país dos seus sonhos” e o “país da realidade” constituído por “esse gigantesco lumpesinato amorfo e inorgânico, pontilhado por pequenos núcleos industriais altamente desenvolvidos” (Mascarenhas, P. 3, 1984, p. 102). Mascarenhas relatava ainda como o elitismo da esquerda se refletia numa hierarquia dos “massa-media”. A forma com que a pequena burguesia trataria os assuntos populares seria mera projeção dos sentimentos de indignidade próprios de sua classe social, e não uma percepção objetiva da realidade – “mundo cão, circo dos horrores, exploração da miséria e da credice popular, e por aí vai” (Mascarenhas, P. 3, 1984, p. 104). Questionava Mascarenhas, fazendo lembrar Gramsci, “será que nós também não possuímos as *nossas credices*”? (Mascarenhas, P. 3, 1984, p. 105, *grifos do autor*). Indo mais adiante nas contradições tipicamente brasileiras, Mascarenhas perguntava ainda – “por que Lula emociona proporcionalmente mais às pequenas burguesias de esquerda, do que o próprio povo trabalhador?” Sua hipótese era a seguinte:

Primeiro, porque operário não possui ainda grau suficiente de consciência política, é verdade. Segundo, porque operário não vota em operário, vota em engenheiro. Terceiro, porque a pequena burguesia alivia suas culpas sociais ao idolatrar um líder operário. Quarto, porque, a despeito dele, Lula, ele é a *encarnação viva do país dos intelectuais (...)*. Se todo o Brasil fosse igual ao ABC, que maravilha viver (Mascarenhas, P. 3, 1984, p. 105, *grifos do autor*).¹⁷³

Segundo Mascarenhas, outro aspecto da postura elitista estaria em seu desprezo por tudo que pudesse ser taxado de “fisiologismo”. As alianças políticas consideradas “*necessárias para colocar em marcha o real* lhes provocariam “as maiores cólicas políticas”. Seria necessária a “formação de partidos políticos mais heterogêneos e, por isso, capazes de espelhar e sensibilizar eleitoralmente maiores massas populares” e o respeito por “lideranças políticas mais atrasadas”, mas que refletiriam “o atraso de nosso povo” (Mascarenhas, P. 3, 1984, p. 107). Tudo isso teria que ver com o voluntarismo e aventureirismo que acompanhariam o elitismo das esquerdas, oriundas das classes médias, que não teriam nada a perder, mas muito a ganhar, “inclusive a extrema honra e

¹⁷³ É curioso que nesse momento, quando Lula liderava a frente de um movimento político moderno dos trabalhadores, Mascarenhas não atinasse para a sua história típica, de proveniência dos setores tipicamente “inorgânicos” da sociedade brasileira de que falava no início de seu texto. O forte contraste moderno das lutas sindicais e a formação de um partido de operários pareciam nublar o fato de que se tratava de uma mesma classe trabalhadora.

o supremo prazer de tornar esse mundo melhor” (Mascarenhas, P. 3, 1984, p. 108). Acostumados a uma “supercidadania”, teriam a certeza de serem sempre “o último a subir no pau de arara e o primeiro a sair e tomar um avião para Paris” (Mascarenhas, P. 3, 1984, p. 108). Freud e Marx explicariam as posturas políticas radicais típicas do voluntarismo que confundiriam desejo e realidade, sonho e realização, ideologia e política. O desafio que urgia, segundo Mascarenhas, seria reconhecer a necessidade de fazer política e organizar a sociedade tal qual ela se mostrava na realidade. Isso implicaria a possibilidade de “estabelecer alianças, em conviver dentro e fora dos partidos com pessoas ideologicamente diferentes” (Mascarenhas, P. 3, 1984, p. 110). O psicanalista rememorava o diagnóstico de Armênio Guedes e Capistrano Filho na primeira *Presença* – para ele, ou se avançava na construção de uma “democracia permanente” ou corria-se o risco de “toda sorte de retrocessos”.

No quarto número de *Presença*, Maria Alice Rezende de Carvalho abordava a “tradição” carioca, desdobrando as teses da revolução passiva que circulavam na revista para elaborar a ambição que a cidade do Rio de Janeiro possuiria de “erigir-se como síntese das variadas tendências morais, culturais e políticas que convivem no país” (Carvalho, P. 4, 1984, p. 109). Carvalho ressaltava o fato de que a cidade ainda carecesse de uma “identidade moderna” (Carvalho, P. 4, 1984, p. 109). Sua perpetuação como “microcosmo do nacional” dever-se-ia ao fato de que, no Brasil, as práticas especificamente capitalistas não tivessem se feito acompanhar de um aperfeiçoamento institucional – “as relações entre Estado e sociedade tendem a continuar passando pelos *salões* e a superdimensionar o império da opinião” (Carvalho, P. 4, 1984, p. 109-110, *grifos da autora*). Disso decorreria que a elaboração de nossa história nacional fosse ainda mais ideológica do que a de qualquer uma das democracias liberais. Na esteira das teses de Vianna, Carvalho lembrava a inexistência de partidos modernos e instituições culturais capazes de organizar coletivamente a memória, o que levaria a sociedade brasileira a ver-se com “os olhos de suas personalidades, internalizando e perenizando visões fragmentadas e explicitamente valorativas, como o são as recordações ou os *insights* humanos” (Carvalho, P. 4, 1984, p. 110).

Haveria, portanto, uma recusa hegemônica às generalizações. Carvalho, entretanto, não via esse traço como mera contingência histórica, tendo em vista que “o ocidente, tomado genericamente” viveria, como tendência filosófica predominante, “a crítica radical ao racionalismo iluminista, o que tem condenado ao degredo todas as nuances do pensamento assentado sobre leis gerais e sobre a noção de progresso”

(Carvalho, P. 4, 1984, p. 110). Ainda assim, o caso brasileiro mostraria que o relativismo e a “afirmação desmesurada” da singularidade expressariam no plano cultural e ideológico “uma forma específica de articulação de diferentes visões do mundo, capazes de neutralizar a potencialidade antagônica implícita nesta convivência” (Carvalho, P. 4, 1984, p. 110). Essa fragmentação teria sido pressentida por Giannotti em edição passada da revista – ao tentar explicar a influência de Gramsci nas esquerdas brasileiras – ao que Carvalho agregaria que a fragmentação não se experimentaria apenas “no plano sublime da filosofia”, mas se faria sentir na vida cotidiana, “que movimentava nossas emoções e nossa subjetividade na direção e uma atomização crescente, priorizando o que concerne ao individual e ao privado” (Carvalho, P. 4, 1984, p. 111).

A versão de um Brasil miniaturizado nos limites espaciais da cidade do Rio de Janeiro ganharia grande significado, segundo o ponto de vista de Carvalho. Comparando-a com São Paulo, a autora destacava que, diversamente, o Rio não possuiria como referência predominante o mundo da produção. Ali a modernização teria mantido um maior compromisso com o “velho”, não sendo fruto de um “profundo processo de reformulação capaz de redefinir a inserção dos seus diferentes agentes sociais” tal como havia se dado em São Paulo (Carvalho, P. 4, 1984, p. 115). O Rio de Janeiro teria se reformulado prioritariamente pela política, sem que o mercado tivesse determinado o lugar preciso dos interesses. Em síntese, no Rio de Janeiro, a valorização do trabalho não teria dirigido o processo de modernização, mas, antes, o “espectro da desordem”.¹⁷⁴ Isso teria conformado intelectuais muito diferentes dos paulistas, cuja relação com as classes subalternas teria se orientado de forma orgânica, pelo caminho das instituições, orientados pela “transparência das contradições sociais” (Carvalho, P. 4, 1984, p. 116).

Os intelectuais cariocas, pelo contrário, teriam se relacionado com as camadas subalternas “procurando a cumplicidade na fuga”. Isto é, “num quadro de opacidade que reproduz o senso comum sobre o passado sem imprimir direção, portanto, à cidade futura” (Carvalho, P. 4, 1984, p. 116). No entanto, parecia haver, para Carvalho, uma

¹⁷⁴ Embora a autora não cite, a referência subjacente é a da “dialética da ordem e da desordem” conforme formulado por Antonio Candido em sua interpretação de *Memórias de um sargento de milícias*. Haveria no livro, segundo o crítico, representações da vida capazes de estimular a imaginação do universo brasileiro, que seria regido pela “dialética da ordem e da desordem” (Candido (2015 [1970]), p. 31). Essa “dialética” teria se conformado em uma “sociedade na qual uns poucos livres trabalham e os outros flauteavam ao Deus dará, colhendo as sobras do parasitismo, dos expedientes, das munificências, da sorte ou do roubo miúdo” (ibid., p. 38). Suprimido o mundo do trabalho, portanto, destacava-se a anomia e a confusão, “porque todos acabam circulando de um para outro com uma naturalidade que lembra o modo de formação das famílias, dos prestígios, das fortunas, das reputações, no Brasil urbano da primeira metade do século XIX” (ibid., p. 39). Na nota 183, retornaremos brevemente a esse tema do “modo de ser brasileiro”.

“positividade latente” nesta conformação *sui generis*. Desdobrando a tese de Vianna que enxergava uma saída positiva ao “prussianismo” brasileiro, e sendo o Rio de Janeiro a sua melhor versão “miniaturizada”, esta tradição não deveria ser negada:

(...) no Rio de Janeiro, onde a tradição separou a *cidade* do *trabalho* e, desta forma, destacou com contornos visíveis o mundo da política, a rua foi, até aqui, vitoriosa, produzindo mecanismos de socialização alternativos aos que vigem numa sociedade regulada pelo tempo fabril (Carvalho, P. 4, 1984, p. 117, *grifos da autora*).

Carvalho considerava que a aliança entre “mundo do governo” e “mundo da desordem” estaria revivendo o velho fenômeno do clientelismo político carioca, sendo a forma política de um ideal de democracia ampliada: “o encontro das máquinas partidárias com as formas organizadas de luta presentes na sociedade civil” (Carvalho, P. 4, 1984, p. 118). Esse universo deveria ser posto em consonância “com o novo tempo”. Isso não significaria, entretanto, negar a tradição, mas reinventá-la:

Da tradição reinvente-se a ideia de uma cidade que se constitui pela política, mais do que pelos interesses e demandas particularistas. Reinvente-se a organização subterrânea – tornada agora um ser que respira na superfície (pelos partidos políticos *modernos*) –, mais do que a indiferenciação pressuposta nos “bairros” ou a atomização dos “pobres seres tristes que vivem dos ciscos”, tal como sublinhou Luiz Edmundo, um cronista carioca das primeiras décadas do século (Carvalho, P. 4, 1984, p. 118, *grifos da autora*).

A argumentação de Carvalho nos permite observar quão significativa será a mudança, em um par de anos, de *Presença* para o Rio de Janeiro. A positividade da fórmula da revolução passiva, que deveria ser reinventada, parece encontrar terreno particularmente fértil em solo carioca, em contraposição à direção intelectual paulista que, ao contrário, queria negá-la. É significativo também que o PT não fosse considerado, por estes intelectuais, o partido moderno que tanto aclamavam, pois intimamente relacionado aos movimentos da sociedade civil e a uma conformação do espaço que ressaltava *a nitidez das contradições entre as classes* a partir da centralidade do mundo fabril. Na visão de Carvalho, essa orientação não estaria propriamente constituída pela política, mas “pelos interesses e demandas particularistas” que ajudariam a “atomizar” os sujeitos, além de incapazes de sintetizar, como seria o caso carioca, o “cosmos brasileiro”.

Rio de Janeiro (1986-1992)

“Política”

A sétima edição de *Presença*, publicada em março de 1986, inaugurava a fase carioca¹⁷⁵ com dois textos editoriais assinados por Milton Lahuerta, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Werneck Vianna. Pautava-se a economia política da transição e a questão da censura.¹⁷⁶ No primeiro texto, a reforma econômica,¹⁷⁷ adotada em fevereiro daquele ano, era vista em ângulo político e social. Os autores a consideravam uma mudança radical, que havia restaurado a esperança e recomposto o tecido político, até então esgarçado (Editores, P. 7, 1986, p. 6). A economia apresentar-se-ia, lembrando Lênin, como “expressão concentrada da política”. A transição à democracia dependeria do êxito do programa desencadeado pelo governo, que transcenderia, na visão dos editores, a mera “intenção de pôr o capitalismo brasileiro sobre bases ‘saudáveis’, valorizando o capital produtivo em detrimento do especulativo, eliminando assim os fortes traços de ‘asiatismo’ nele presentes” (Editores, P. 7, 1986, p. 8). Isso porque se verificaria que a efetivação das mudanças dependeria “da participação *ativa* do povo e de suas organizações” (Editores, P. 7, 1986, p. 8, *grifos dos autores*). Era nisso que estaria sua

¹⁷⁵ Não há nas páginas de *Presença* nenhuma explicação sobre a mudança para o Rio de Janeiro. Aventamos que tenha a ver com a absorção pelo PT e pela nova esquerda do núcleo concentrado sob a direção de Capistrano Filho inicialmente em São Paulo. Esse movimento não acontece da mesma forma e nem no mesmo ritmo com os renovadores comunistas no Rio de Janeiro. Segundo Maria Alice Rezende de Carvalho, em sua contribuição ao Seminário Internacional de Sociologia da Cultura realizado na USP em 2017, a *Presença* teria sido mais bem-sucedida no Rio de Janeiro porque lá a “moeda acadêmica” seria mais fraca no sentido da especialização, o que garantiria maior público para uma “revista de opinião” (Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=sBEK_8UxVD8&t=16748s. Acesso em nov. de 2020).

¹⁷⁶ Os editores se posicionavam frente a uma polêmica daquele momento referindo-se ao filme *Je vous salue, Marie*, de Jean-Luc Godard, o qual teria retomado o tema da gravidez de Maria, sem “pecado original” (Editores, P. 7, 1986, p. 9). Isto teria bastado para que se formasse um “coro de vozes, protestando e pedindo a proibição da fita”, que incluía o prefeito de São Paulo, Jânio Quadros. Mais preocupante, porém, que as forças conservadoras, seria a hesitação em setores do pensamento progressista, que chegaram mesmo a sugerir a proibição do filme em nome da importância da participação da Igreja Católica no processo de democratização em curso. Os editores lembravam setores da própria Igreja Católica que haviam opinado contra a censura e terminavam por reforçar a liberdade de expressão como “reconhecimento do direito de manifestação para todas as tendências e correntes que expressam a realidade atual em toda a sua riqueza e em toda a sua contraditoriedade” (Editores, P. 7, 1986, p. 13). A proibição do filme seria uma violência, e sua exibição, mesmo que causasse tumulto, tornaria possível o amadurecimento da consciência, que com maior vitalidade, permitiria atuar mais democraticamente.

¹⁷⁷ Através do *Decreto-Lei* n.º 2.283 a reforma econômica conhecida como “Plano Cruzado” instituía: “a substituição do cruzeiro pelo cruzado – indexação da moeda, incorporando a expectativa de uma deterioração do valor da moeda, de quase 15% ao mês para os próximos 12 meses. Indexando-se a moeda, ficaram automaticamente desindexados todos os demais ativos (quando referidos a nova moeda). O resultado é imediato: elimina-se o *componente inercial* da inflação, bem como o efeito de retroalimentação financeira do déficit público, e abre-se a perspectiva de preços estáveis, e portanto de preservação do poder de compra dos salários. Acrescenta-se, ademais, o congelamento dos preços, para levantar um dique contra as expectativas altistas, que eram outro componente importante do processo inflacionário” (Editores, P. 7, 1986, p. 5, *grifos dos autores*).

“positividade” – na possibilidade de aprofundamento do processo de transição, encaminhando-o para uma ruptura com o regime e o capitalismo autoritário. Essa participação ativa incluiria, sobretudo, os partidos políticos da oposição ao regime, que deveriam compor “ampla coalizão” que repelisse “o revanchismo do antigo regime e o populismo autoritário” (Editores, P. 7, 1986, p. 8).

Werneck Vianna aprofundava diversos aspectos da argumentação que subjaz o editorial, em especial sobre o que entendia por “populismo” – conceito que, como vimos, vinha recorrendo bastante em seus textos. Escrito antes da edição do “Plano Cruzado”,¹⁷⁸ o artigo de sua autoria no sétimo número de *Presença* começava por invocar frase de João Sayad, então Ministro do Planejamento: “quem diz que a Nova República não está promovendo mudanças é quem menos as quer” (Vianna, P. 7, 1986, p. 15). A frase iria, segundo o autor, direto ao “espírito da coisa”. Vianna reafirmava-se contra à ideia – que seria da direita, mas também de certa esquerda – de que a Nova República não teria mudado nada. Por parte da direita, a tentativa seria a de “inviabilizar o mudancismo”. Enquanto que, na esquerda, se repetiria “a arquiconhecida história” de que “se afigura mais fácil o assalto aos céus do que a conquista da tangível terra” (Vianna, P. 7, 1986, p. 15).

O empenho na retomada do desenvolvimento econômico não poderia ser subestimado, embora de fato a Nova República ainda não se constituísse numa ruptura. A transição deveria ser vista como momento de acumulação de forças entre dois movimentos opostos – um engajado com a autorreforma e outro que pretendia uma solução de ruptura. Ambos os movimentos apresentar-se-iam dentro da Aliança Democrática enquanto bifronte – de um lado, o PFL e de outro, o PMDB (Vianna, P. 7, 1986, p. 15). Daí que o processo de transição ultrapassasse em abrangência, velocidade e ritmo a dimensão do projeto aberturista (Vianna, P. 7, 1986, p. 17). Era nesse sentido que Vianna considerava o “lado forte” do governo de transição não seu projeto, mas o próprio processo social de abertura, que estaria sendo promovido direta ou indiretamente pela garantia das liberdades públicas e civis (Vianna, P. 7, 1986, p. 17). A disputa pelo encaminhamento da transição estaria, portanto, no terreno da sociedade civil. Deslocava-se, naquele momento, o eixo da disputa política para o da questão social. A debilidade

¹⁷⁸ Vianna esclarecia em uma nota: “Este artigo já estava na fábrica quando foi editado, em 27 de fevereiro, o programa de estabilização da economia (...) programa que confirma, em essência, a análise que desenvolvo aqui, ao identificarmos a Nova República com o ‘mudancismo’, em particular se apoiada e impulsionada pelo movimento democrático e popular” (Vianna, P. 7, 1986, p. 14).

política do governo, como já havia ressaltado Nogueira, fazia com que a movimentação “puramente social” tendesse a dominar o espaço que a política não estaria preenchendo.

Equivocadamente, a política estaria sendo “atropelada” pelas urgências dos movimentos, “passando ao largo da intervenção calculadora e racional dos partidos” (Vianna, P. 7, 1986, p. 18).¹⁷⁹ Era nesse ambiente cultural que havia se reatualizado, para Vianna, o fenômeno do populismo; as fantasias da “esquerda revolucionarista, sempre voltada para um Oriente político” e, de forma mais modesta, as ilusões dos “*montoneros* à brasileira, que tentam trazer o socialismo camuflado no interior do Cavalo de Tróia do populismo, mas que, na verdade, conduzem no oco de sua política a possibilidade de retorno de novas intervenções autoritárias” (Vianna, P. 7, 1986, p. 18). Aí estariam os “sinais visíveis do reencontro do populismo com o esquerdismo, celebrando novas bodas depois de vinte anos de separação” (Vianna, P. 7, 1986, p. 18).

Esse movimento combinado estaria esvaziando o sentido da questão democrática e criando “*artificialmente*”, na visão de Vianna, uma polarização entre direita e esquerda, perdendo-se, assim, o papel do centro político. Em vez de criar uma “fictícia divisão entre exigências por reformas sociais e constituição de uma institucionalidade democrática”, o foco deveria estar orientado à composição de uma coalizão de centro-esquerda, cujo núcleo principal estaria no “liberalismo avançado contido no PMDB e no seu programa de mudanças” (Vianna, P. 7, 1986, p. 18). Pois, caso contrário, o centro inevitavelmente seria capturado pela direita. Por fim, Vianna deixava clara sua oposição à ideia de “frente popular” incluindo o PT ao fenômeno populista:

Os que preconizam a via de frente popular, em oposição à frente democrática, e que compreendem como confluência de forças de esquerda como as do populismo tradicional e mais este *neo-populismo do PT*, não de hoje ignoram a natureza do processo atual de transição. Antes, não souberam abrir portas para ele. Agora, mais desenvoltos, já apregoam o primado do substantivo sobre o formal, do social sobre o democrático, do movimento sobre a política organizada, *da espontaneidade sobre o cálculo racional, da interpelação pessoal realizada por líderes carismáticos com a “massa atrasada” sobre as relações dos partidos, sindicatos e associações*. Sua opção é a de viver num Oriente idealizado, caro aos seus preceitos teóricos e idiossincrasias, dando as costas ao país real, justamente aquele que melhor saltou, entre os desta última geração de países de capitalismo retardatário, para a modernidade capitalista (Vianna, P. 7, 1986, p. 20, *grifos nossos*).

Frente à realidade ocidental fruto de nosso “americanismo bizarro” – a modernização reacionária – toda forma de anacronismo seria identificada, por Vianna, a

¹⁷⁹ Destaca-se aqui, como Vianna e Nogueira desdobravam as premissas liberais de Bobbio e de sua proposta de democracia centrada no poder das instituições, principalmente nos partidos.

uma variação populista. Era este o nome dado a todos os que rejeitassem o caráter de ruptura implicado na conquista da democracia política, opondo-o a urgências e reivindicações particulares. Estas deveriam ser *dirigidas pelo mundo da política organizada*, especialmente pelos partidos, visando um “protagonismo efetivo” – o que, na visão do cientista político, consistiria numa “verdadeira revolução” (Vianna, P. 7, 1986, p. 21).

A sétima *Presença*, de março de 1986, apresentava uma série de textos sobre as eleições municipais ocorridas em novembro de 1985. Quatro editores regionais da revista contribuíram com uma análise dos rumos eleitorais nas capitais de seus estados,¹⁸⁰ ecoando as linhas-mestras da interpretação dada por Vianna e os demais intelectuais que compunham o que chamamos de “núcleo teórico” – a exemplo de Nogueira e Lahuerta, Rezende de Carvalho e Luiz Sérgio Henriques – e que formavam a direção político-cultural da revista. Na oitava *Presença*, de setembro do mesmo ano, encontramos em texto de Coutinho – a respeito das categorias de Gramsci e a realidade brasileira, escrito

¹⁸⁰ Angelo Del Vecchio iniciava com sua leitura das urnas paulistanas, que haviam levado à vitória de Jânio Quadros. Para o autor, este resultado refletiria uma particularidade da transição brasileira, às vezes menosprezada pelo que considerava o “simplismo” de parte da esquerda (o PT): “a ausência de uma burguesia efetivamente moderna, capaz de imprimir um caráter não-autoritário ao capitalismo brasileiro” (Del Vecchio, P. 7, 1986, p. 24). Daí a fragilidade com que a Aliança Democrática teria enfrentado sua primeira disputa eleitoral, tendo sua ala mais conservadora (o PFL) apoiando Jânio Quadros, em vez de Fernando Henrique Cardoso. O resultado era particularmente dramático, pois, segundo Del Vecchio, teria sido a seção paulista do PMDB a que, com maior fidelidade, teria expressado as alianças capazes de conformar a transição (Del Vecchio, P. 7, 1986, p. 24). A derrota eleitoral deflagrava, em sua visão, uma crise profunda, com sua unidade interna erodida “não só pela natural tensão da derrota, como também pelo populismo de esquerda, de matriz estatal ou societária, que Brizola e o PT respectivamente praticam” (Del Vecchio, P. 7, 1986, p. 25). Na sequência, Maria Lúcia T. Werneck Vianna analisava a vitória de Leonel Brizola no Rio de Janeiro. A autora reprovava a ideia de que o brizolismo fosse de esquerda, o qual considerava como “um populismo com fachada de radical no que concerne às questões sociais, mas sem nenhum compromisso em relação à dinâmica da democracia” (Vianna, P. 7, 1986, p. 24). Na visão de Maria Lúcia T. Werneck Vianna, o populismo não seria, de forma alguma, uma estratégia eficaz no “combate aos focos mais empedernidos de conservadorismo e na consolidação de rumos permanentes para a democracia”. Ao contrário, desestimularia a organização popular, solaparia o caráter político das demandas por extensão da cidadania e, no que subestimasse o institucional em nome de uma demagogia socializante, favoreceria o arbítrio (Vianna, P. 7, 1986, p. 29). Reforçando o diagnóstico de *Presença*, a autora considerava grande equívoco supor que o “atropelo da transição” pudesse vir a resultar em ganhos para a “esquerda” – a saída estaria na organização de ampla coalizção democrática em torno do PMDB e que pudesse garantir em 1986 o alargamento da via de transição em curso (Vianna, P. 7, 1986, p. 30-31). Domingos Giroletti registrava que o PMDB continuava hegemônico em Belo Horizonte. No entanto, a derrota de São Paulo e a perda de setores à esquerda para o PCB e PSB, assim como a adesão de ex-pedessistas, estariam reforçando sua ala conservadora, o que ameaçaria a coalizção de forças de centro-esquerda, fulcro da posição política presencista (Giroletti, P. 7, 1986, p. 35). Por fim, Raimundo Santos analisava o caso da Paraíba a partir de uma visada mais geral da região nordestina, que teria uma irrupção de consciência política em suas áreas urbanas, enquanto que permaneceria a política dos “currais” no interior do estado, onde concentra-se a massa agrária. Assim, só no caso urbano, haveria a passagem da disputa eleitoral pela luta de ideias (Santos, P. 7, 1986, p. 37). No caso da Paraíba, o PMDB teria deixado de ser oposição na capital do estado e em seu segundo centro urbano, Campina Grande, sem ter estruturado, no entanto, um número de diretórios no interior – o que complicaria as condições de protagonizar “uma política de fôlego” no estado (Santos, P. 7, 1986, p. 39).

por ocasião do seminário internacional promovido pelo Instituto Gramsci em 1985 – uma síntese magistral dos paralelismos históricos entre a experiência brasileira e a situação italiana analisada por Gramsci, e aos quais o próprio autor, junto de Vianna e Nogueira, largamente faziam uso em suas interpretações, conformando a linha editorial de *Presença*. Entendemos que o quadro teórico fornecido por Coutinho apresenta os caminhos através dos quais as categorias de Gramsci levaram estes autores às suas novas interpretações da história brasileira e às estratégias de suas intervenções políticas na transição democrática. Constitui, portanto, as chaves de esclarecimento de nossa hipótese, e a qual buscamos demonstrar no percurso de *Presença*.

Em primeiro lugar, destacavam-se as razões da necessidade de recorrer à noção de revolução passiva junto à noção leniniana de “via prussiana”:

(...) na medida em que se concentra prioritariamente nos aspectos infraestruturais do processo, o conceito de Lenin não é suficiente para compreender plenamente as características superestruturais que acompanham – e, em muitos casos, determinam – essa modalidade de transição. Portanto, não é um acaso que essas tentativas recentes de aplicar ao Brasil o conceito de “via prussiana” sejam quase sempre complementadas pela noção gramsciana de “revolução passiva” (Coutinho, P. 8, 1986, p. 145).

Ou seja, tratava-se, de sublinhar a partir da referência gramsciana, a *centralidade da política*. O primeiro aspecto fundamental dos processos de revolução passiva estaria em se opor a uma revolução realizada a partir “de baixo”, “jacobina”. A revolução passiva implicaria, sempre, de acordo com Coutinho, um momento de “restauração” e um momento de “renovação”. A restauração seria a reação a uma possibilidade efetiva e radical de transformação “de baixo para cima”, enquanto que a “renovação” se daria na assimilação de algumas das demandas populares pelas velhas camadas dominantes (Coutinho, P. 8, 1986, p. 146). O aspecto restaurador não anularia, portanto, o fato de haver modificações efetivas.

Assim como no *Risorgimento* italiano, não seria difícil documentar, segundo Coutinho, nas principais transformações “pelo alto” no Brasil a presença destes dois momentos. Ou seja, reações a movimentos populares, reais ou potenciais, teriam produzido restaurações que, por sua vez, causaram importantes modificações na composição de classes e prepararam o terreno para novas transformações reais (Coutinho, P. 8, 1986, p. 147). Ou seja, assim como na Itália, para compreender a história brasileira podia-se aplicar “o critério interpretativo das modificações moleculares que, na realidade, modificam progressivamente a composição anterior das forças e, por conseguinte, tornam-se matriz de novas modificações” (C. 15, § 11, p. 1767).

Nesse sentido, Coutinho interpretava a Revolução de 1930, o advento do Estado Novo e o regime ditatorial instaurado no Brasil em 1964. Neste último caso, a analogia não seria mais com a análise gramsciana do período de consolidação do capitalismo na Itália, mas com a sua explicação da passagem da fase concorrencial à fase monopolista, na forma de revolução passiva inaugurada pelo fascismo italiano (Coutinho, P. 8, 1986, p. 148). Embora a ditadura brasileira não pudesse ser caracterizada como fascista – como o próprio Coutinho já havia destacado anteriormente – seus objetivos de política econômica encontrariam “fortes semelhanças”. Para demonstração dessa semelhança, Coutinho recorria ao seguinte trecho de Gramsci:

A hipótese ideológica poderia ser apresentada nestes termos: se teria uma revolução passiva no fato de que, mediante intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa, teriam sido introduzidas na estrutura econômica do país modificações mais ou menos profundas a fim de acentuar o elemento “plano da produção”, ou seja, teriam sido acentuadas a socialização e a cooperação da produção, sem por isso tocar (ou limitando-se apenas a regular e controlar) a apropriação individual e grupista do lucro. No quadro concreto das relações sociais italianas, essa poderia ser a única solução para desenvolver as forças produtivas da indústria sob a direção das classes dirigentes tradicionais (C. 10, §9, p. 1228).

A exemplo do fascismo italiano, no Brasil, as forças produtivas da indústria teriam sido desenvolvidas por intervenção “maciça” do Estado. A estrutura agrária, por sua vez, conservara o latifúndio como eixo central e ao mesmo tempo passara por transformações profundas, tornando-se predominantemente capitalista (Coutinho, P. 8, 1986, p. 148). A camada tecnocrática-militar teria adotado “posição cesarista” para manter e reforçar o princípio do lucro privado e para conservar o poder das classes dominantes tradicionais, quer fosse da burguesia industrial e financeira, nacional e internacional, quer fosse do setor latifundiário. O protagonista do “equilíbrio catastrófico” seria, portanto, o Estado, que modernizava o Brasil, conservando e reproduzindo elementos do “atraso” (Coutinho, P. 8, 1986, p. 149). O consenso obtido, ainda que passivo, devia-se à assimilação de algumas demandas dos grupos sociais derrotados em 1964 – o que reforçava a analogia com o fascismo italiano.¹⁸¹

Coutinho destacava duas outras ideias derivadas do conceito de revolução passiva para indicar traços considerados decisivos de nossa formação política e social. O primeiro

¹⁸¹ “O que importa política e ideologicamente é que o modelo de modernização fascista pôde e realmente teve a virtude de criar um período de expectativa e de esperanças, especialmente em certos grupos sociais italianos, como a grande massa dos pequenos burgueses urbanos e rurais e, por conseguinte, pôde manter o sistema econômico e as forças de coerção militar e civil à disposição das classes dirigentes tradicionais” (C. 10, §9, p. 1228).

seria o fortalecimento do Estado em detrimento da sociedade civil, particularmente das formas ditatoriais da supremacia em detrimento das formas hegemônicas. Para Coutinho, o Estado brasileiro teria tido o mesmo papel que historicamente Gramsci havia atribuído ao Piemonte:

Este fato é da máxima importância para o conceito de “revolução passiva”: ou seja, que não um grupo social seja o dirigente de outros grupos, mas que um Estado, mesmo que limitado em potência, seja o “dirigente” do grupo que, ele sim, deveria ser dirigente e que possa pôr a disposição deste um exército e uma força político-diplomática (...). O mais importante é aprofundar o significado que tem uma função do tipo “Piemonte” nas revoluções passivas, ou seja, o fato de que um Estado substitui os grupos sociais locais na função de dirigir uma luta de renovação. É um dos casos no qual se dá a função de “domínio” e não de “direção” nestes grupos: ditadura sem hegemonia (C. 15, § 11, p. 1823).

Coutinho considerava que, no Brasil, as transformações teriam sido resultado de deslocamentos da função hegemônica de uma para outra fração da classe dominante, sem que, em seu conjunto, desempenhassem uma hegemonia efetiva (Coutinho, P. 8, 1986, p. 150). Isso não significava que a burguesia não tivesse levado a cabo sua revolução, mas que a teria realizado por meio de revolução passiva.¹⁸² Mesmo esse modo de transição não teria ocorrido sem um mínimo consenso, o qual teria sido garantido por “transformismo”. As duas formas do fenômeno, apontadas por Gramsci, também poderiam ser identificadas na história brasileira. A primeira seria a de tipo “molecular”, em que se assimilariam individualmente personalidades de partidos democráticos à classe política conservadora-moderada; enquanto o segundo transformismo se caracterizaria pela assimilação de grupos radicais inteiros ao campo moderado (C. 8, § 36, p. 962).

O transformismo molecular, na visão de Coutinho, seria o mais frequente no Brasil, manifestando-se na incorporação de políticos de oposição ao bloco de poder, processo que teria lugar desde o Império até a ditadura. Já o segundo se daria, principalmente, pela assimilação pelo Estado de grande número de intelectuais que representassem, ainda que potencialmente, os valores das classes subalternas (Coutinho, P. 8, 1986, p. 151). Um outro caso seria o populismo, modalidade que teria se iniciado na ditadura de Vargas, entre 1937 e 1945, mas que teria se desenvolvido plenamente durante o período de 1945 a 1964. O populismo poderia ser interpretado como transformismo pois, para Coutinho, “seria uma tentativa de incorporar ao bloco de poder, em posição subalterna, os trabalhadores assalariados urbanos, através da concessão de direitos sociais

¹⁸² Segundo Coutinho, Florestan Fernandes teria usado em *A Revolução Burguesa no Brasil* o conceito de “contrarrevolução prolongada” conscientemente como outro modo de dizer “ditadura sem hegemonia” (Coutinho, P. 8, 1986, p. 151).

e de vantagens econômicas reais” (Coutinho, P. 8, 1986, p. 152). Dever-se-ia a essa forma de legitimação o sucesso da política nacional-desenvolvimentista.

Por fim, Coutinho tratava de pensar a transição democrática à luz desta constelação de conceitos gramscianos, acrescentando a teoria do Estado ampliado e as distinções gramscianas entre Oriente e Ocidente. O filósofo se opunha à compreensão do Brasil como formação “oriental”, tal qual fariam os seguidores do “marxismo-leninismo” e lembrava a distinção realizada por Gramsci:

No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, entre Estado e sociedade civil havia uma justa relação e, quando se dava um abalo do Estado, percebia-se imediatamente uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual havia uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; a proporção variava de Estado para Estado, decerto, mas precisamente isso exigia um rigoroso reconhecimento de caráter nacional (C. 7, §16, p. 866).

Não sendo conceitos estáticos, mas referindo-se a processos históricos, Coutinho destacava a possibilidade de “ocidentalização” de sociedades, a partir do referencial gramsciano. Embora um longo período da história brasileira pudesse ser compreendido como “oriental” – toda fase imperial e parte da republicana – desde fins do século XIX e início do XX, profundas transformações teriam ocorrido – a exemplo da abolição da escravidão, a industrialização, os processos de auto-organização popular que levaram à formação dos sindicatos, etc. (Coutinho, P. 8, 1986, p. 157). Fases relativamente longas de regimes liberais teriam propiciado, portanto, o desenvolvimento de “germes de sociedade civil” que aproximariam mais a sociedade brasileira das europeias da primeira metade do século XIX do que da Rússia czarista ou da China pré-revolucionária.

A tendência à “ocidentalização” teria sido obviamente freada pelo golpe de 1964, sobretudo após o AI-5. A sociedade civil, no entanto, teria conseguido conservar uma margem de autonomia real (Coutinho, P. 8, 1986, p. 159). Mais do que isso, cresceu e se complexificou a partir de meados dos anos 1970. Daí o aparente paradoxo de uma sociedade civil que se ampliava sob regime ditatorial. Esse desfecho teria se tornado possível mediante o colapso de legitimação do regime, a partir da crise do “milagre econômico” em 1974. O mínimo consenso que havia sido conquistado – tolerando-se a presença do parlamento e de um partido de oposição – esfacelava-se mediante a formação progressiva de uma ampla frente política de forças antiditatoriais (Coutinho, P. 8, 1986, p. 160). Esse esfacelamento foi se intensificando nas eleições de 1974, 1978 e 1982. Assim, sintetizava Coutinho o quadro teórico geral sob o qual se moviam os presencistas gramscianos:

Pondo em prática uma política econômica fortemente modernizadora, a ditadura promoveu um espetacular desenvolvimento das forças produtivas: sob a égide de uma “revolução-restauração”, o Brasil ingressou na fase do capitalismo monopolista de Estado. E essa modernização, mesmo sendo “conservadora” – na medida em que manteve e aprofundou a dependência ao imperialismo, as disparidades regionais e a desigual distribuição de propriedade e de renda –, consolidou de modo irreversível os pressupostos objetivos da “ocidentalização brasileira” (Coutinho, P. 8, 1986, p. 161).

Era por isso que entraria em crise, segundo esse ponto de vista, os modelos interpretativos “terceiro-internacionalistas” próprios da “velha esquerda”.¹⁸³ Sendo o Brasil uma sociedade “ocidental”, não haveria mais bases para uma transição centrada na guerra de movimento, “no choque frontal com os aparelhos coercitivos de Estado, em rupturas revolucionárias entendidas como explosões violentas concentradas num breve lapso de tempo” (Coutinho, P. 8, 1986, p. 161-162). Coutinho concluía, entretanto, ressaltando uma diferença importante de sua visada em relação aos colegas de *Presença*. Ao contrário de Vianna e Nogueira, entusiasmados pelo pensamento de Bobbio, o pensador baiano considerava que estaria sim emergindo no Brasil uma esquerda moderna, disseminada em vários partidos e organizações, e que teriam em comum o fato de haver assimilado uma lição essencial da estratégia gramsciana:

(...) o objetivo das forças populares é a conquista da hegemonia, no curso de uma difícil e prolongada “guerra de posições”. Ora, no caso brasileiro, isso significa que a consolidação da democracia pluralista, bem como seu ulterior aprofundamento numa “democracia de massas”,¹⁸⁴ devem ser considerados

¹⁸³ Em contribuição a um seminário realizado em 1986, pelo *Grupo de Pesquisa sobre Direitos Políticos do CEDEC*, Carlos Nelson Coutinho reforçava esse entendimento: “Na minha opinião, houve uma tentativa de subsumir a realidade brasileira a um modelo que tinha sido, originariamente, concebido para a China: a ideia de que o Brasil era um país semicolonial, atrasado, e que dependia, para o seu desenvolvimento, de uma revolução de libertação nacional, com dois objetivos fundamentais: destruir os restos feudais, como se dizia, ou até o próprio feudalismo; e afastar a influência do imperialismo. Durante muito tempo, houve essa noção (que continua presente, até hoje, nos documentos do PCB e do PC do B) de que o desenvolvimento capitalista brasileiro era entravado por esses dois obstáculos: o obstáculo de uma ordem pré-capitalista no campo; e o fato de que o Brasil era uma colônia do imperialismo inglês ou, depois, norte-americano. Então, na prática, a questão democrática foi subordinada ao conceito, de origem sobretudo leninista, de revolução democrático-burguesa” (Coutinho, 1986, p. 60).

¹⁸⁴ Coutinho esclarecia que o conceito de “democracia de massas” seria inspirado naquele de Pietro Ingrao e diferiria das acepções de Francisco Weffort. Selecionamos trechos do debate entre Coutinho e Weffort no Seminário organizado pelo CEDEC em 1986 e que nos ajudam a compreender melhor esse ponto. Esclarecia Coutinho: “(...) Gramsci não é suficiente para resolver todas as questões que hoje se colocam a nós, marxistas, diante do desafio democrático. É preciso, de certo modo, ir além de Gramsci; e alguns neogramscianos, se me permitem a expressão, como Pietro Ingrao e o último Poulantzas, foram além de Gramsci nesse particular. Em Gramsci há a ideia de que a guerra de posição, a batalha pela hegemonia, se trava no interior da sociedade civil, dos aparelhos privados de hegemonia. Pois bem: tanto se trava no interior do próprio Estado, do Estado em sentido estrito, no interior dos aparelhos da sociedade política. Essa é uma ideia nova; embora provenha da matriz gramsciana, certamente introduz um elemento novo em relação à reflexão do próprio Gramsci (...) Penso que é preciso formular uma *nova concepção marxista da revolução, que eu chamaria de concepção processual de transição ao socialismo (...) baseada na ideia de um processo mais ou menos ininterrupto de conquistas parciais*” (Coutinho, 1986, p.62-63, *grifos nossos*).

como ponto de partida e, ao mesmo tempo, condição permanente de nosso caminho para o socialismo *democrático* (Coutinho, P. 8, 1986, p. 162, *grifos do autor*).

Em fina sintonia com a ideologia eurocomunista, e distinto de Vianna, que junto a Nogueira buscavam convalidar uma perspectiva liberal a uma tendência da esquerda comunista de inspiração berlingueriana, Coutinho considerava o caminho brasileiro aberto para a transição ao que considerava como o “socialismo democrático” – uma socialdemocracia de “reformismo forte”. Coutinho ponderava a existência de pelo menos dois partidos – o PT e o PMDB – que teriam sido criados de baixo pra cima e não a partir do Estado, além de constatar um movimento sindical com maior autonomia (Coutinho, 1986, p. 65). Estes seriam elementos que comprovariam que “não só do ponto de vista objetivo, mas também, em grande parte, do ponto de vista subjetivo” já haveria um equilíbrio “ocidental” entre sociedade civil e Estado no Brasil (*ibid.*, p. 65). No entanto, mais próximo à visada de Vianna, acrescentava não concordar com o diagnóstico do PT de que a sociedade brasileira já tivesse atingido tal grau de maturidade “ocidental” que se trataria, então, de “definir a polarização de forças de modo claramente classista, ou melhor, em torno de blocos de classes contrapostos” (*ibid.*, p. 65). Coutinho achava que embora houvesse processo crescente de ocidentalização, a consolidação estaria por vir e, por isso, seria ainda “necessário um razoável grau de entendimento e de acordo entre a esquerda e os liberais para a consolidação desse processo” (*ibid.*, p. 65).

Embora Vianna fosse também um dos defensores da frente democrática entre esquerda e liberais, diferentemente de Coutinho, não constatava a existência de uma expressão partidária ou subjetiva moderna. Embora existisse processo de ocidentalização, este careceria ainda de um ator – os partidos modernos, democráticos e de massa. Como legado da “modernização capitalista reacionária”, Vianna considerava que o sistema político brasileiro estaria dominado, ao contrário, por forças extrapartidárias, pela

Weffort se contrapunha a essa ideia, entendendo-a como sendo a socialdemocracia e apontava suas insuficiências: “Enquanto o bolchevique praticamente dispensa a atividade parlamentar, o socialdemocrata praticamente só vê o parlamento. Mas os dois não veem mais que o poder centralizado no Estado. A grande dificuldade desse assunto é também uma dificuldade histórica. Em primeiro lugar: a socialdemocracia não resolve os problemas. No meu entendimento ela é apenas um liberalismo moderno. O socialdemocrata na Europa e o liberal nos Estados Unidos são essencialmente as mesmas figuras do ponto de vista político, embora sejam historicamente diferentes. Falo de um liberalismo de padrão americano (...). É o liberalismo do *New Deal* e do período pós *New Deal*. Isto é, em essência, a socialdemocracia. O que se tem, na verdade, não é um processo de acumulação de mudanças ou um processo de acumulação de reformas que alteram fundamentalmente a estrutura do sistema capitalista. *Tem-se um superrefinamento do processo de modernização do capitalismo. Não é à toa que o pessoal do PCI, até hoje, está em dúvida quanto a isso* (Weffort, 1986, p. 72, *grifos nossos*).

prevalência do Executivo sobre o Legislativo, do Estado sobre a sociedade, pela primazia da cooptação sobre a representação, com os partidos marginalizados do mundo da expressão dos interesses e canalizados para o interior de agências estatais (Vianna, P. 8, 1986, p. 12). Em resumo, os partidos, na visão de Vianna, “na melhor das hipóteses”, agregariam apenas opiniões, ideologias e, na pior, não passariam “de legendas vazias de identidade manipuladas ao bel-prazer das oligarquias partidárias” (Vianna, P. 8, 1986, p. 12).

Esta era uma característica que não seria acidental nem “natural” à experiência brasileira, mas resultado da interrupção causada pelo golpe de 1964. No lugar do antigo sistema partidário, consolidado no interregno liberal-democrático de 1945 a 1964, as duas décadas autoritárias teriam resultado numa nova forma de organização corporativa, a societal (Vianna, P. 8, 1986, p. 13). Embora considerasse “algo de potencialmente democrático” nessa nova forma de associação, considerada “expressão universal nas modernas sociedades capitalistas”, a ação do Estado nesse sentido teria recriado “um novo e mais amplo espaço vulnerável ao exercício da cooptação”¹⁸⁵ (Vianna, P. 8, 1986, p. 13). Modernizada, a sociedade se veria fragmentada e corporativizada, com o peso de uma “hipoteca anacrônica” na visão de Vianna. Nogueira somava-se nesse diagnóstico:

Nossos partidos políticos – *todos, sem exceção* – estão incapacitados para qualquer gesto grande. Olhos postos nas urnas de novembro e em seus interesses particulares, não têm envergadura para fundar novas políticas ou trabalhar unitariamente por uma causa maior (essa mesma, a da consolidação democrática no país). Estão – momentaneamente? – inutilizados como reais intermediários políticos, posto que vitimados por esta curiosa forma de “corporativismo de partido” mencionada por Milton Lahuerta (*Presença* n. 6, outubro de 1985) (Nogueira, P. 8, 1986, p. 17-18, *grifos nossos*).

Mais uma vez, o exame revelava o fortalecimento da sociedade civil como não possuindo contato, ou mesmo estando de fato separado ou em oposição à sociedade política. Sem projetos, instituições ou sujeitos políticos organizados em perspectiva democrática e progressista, Nogueira considerava que o avanço da transição se dava conforme o figurino conservador: “ausência de grandes rupturas formais, muita transação, reduzida pressão popular” (Nogueira, P. 8, 1986, p. 17). Embora o projeto do regime tivesse fracassado, uma vez que são outros os atores e “generosas as mudanças”, do processo democratizante não estaria nascendo nenhum elemento sólido para a construção do futuro. Ao PMDB faltaria o mais fundamental: “*falta partido*, máquina +

¹⁸⁵ Vianna elencava, como demonstração, algumas das agências públicas especializadas: Embrafilme, CNPq, Conselho Nacional de Mulheres, associativismo de moradores, etc.

projeto, estrutura organizativa + coração, unidade + ação” (Nogueira, P. 8, 1986, p. 19, *grifos do autor*). O que, segundo o autor, decorreria do fato de o partido, depois de chegar ao governo, não ter conseguido evitar que a máquina partidária se submetesse à máquina estatal, o que terminou por sugar a energia de sua melhor militância (Nogueira, P. 8, 1986, p. 19). A esquerda, por sua vez, teria se voltado “toda para o próprio umbigo”, desinteressada das “grandes questões nacionais” (Nogueira, P. 8, 1986, p. 20). Segundo Nogueira, a esquerda, “ora arrogante, ora subalterna”, não teria se dado ao trabalho de “atualizar o repertório ou de conferir os planos com a realidade; limitando-se a repetir jargões e práticas conhecidas” (Nogueira, P. 8, 1986, p. 20).

Já em fevereiro de 1987, no nono número de *Presença*,¹⁸⁶ Vianna seguia analisando a transição e o desajuste entre sociedade civil e sociedade política. Desse ponto de vista, a omissão e “imobilismo” do governo de transição possuiria um engano e um mérito. De um lado, a movimentação social era liberada mediante a garantia de inéditas liberdades civis e públicas. De outro, a movimentação social se exprimiria de modo desajustado à sua política, quando não em confronto aberto com ela (Vianna, P. 9, 1987, p. 7). Esse processo decorreria diretamente da modernização autoritária, que invertia tendência histórica da revolução passiva brasileira: “o Estado de vocação histórica ocidentalizante se orientaliza no despotismo; a sociedade, superando seu legado de inarticulação e passividade, é quem agora se ocidentaliza” (Vianna, P. 9, 1987, p. 10). Daí que modernização e modernidade realizassem uma contradição:

(...) institucionalização da democracia política, livre manifestação dos conflitos de interesses, envolvimento das massas na questão econômica, particularmente na democratização do acesso à terra, reforma democrática do Estado e da sua política social – cerne da modernidade da nova sociedade civil – não só denunciam o anacronismo da tradicional forma do Estado, como o inviabilizam como agência de realização de fins econômicos autoritariamente impostos (Vianna, P. 9, 1987, p. 10).

Era deste processo contraditório que Vianna buscava as explicações para a transição em curso. A economia se constituiria como linguagem dominante da modernização autoritária, enquanto que a política se tornava o campo privilegiado da

¹⁸⁶ O primeiro número sob editoria do Centro de Pesquisas e Difusão Cultural, o nono número de *Presença*, reforçava a necessidade “de pensar e discutir as questões políticas e culturais que movem a sociedade brasileira, participando do esforço de construção de um pensamento renovado e renovador que possa enriquecer as iniciativas de pessoas, organizações e movimentos que visam a construção de um futuro democrático e socialista em nosso país” (Editor, P. 9, 1987, p. 5). A editora considerava a experiência bem sucedida pois teria “sabido incorporar a contribuição de tradições intelectuais diferentes no debate sobre a modernização democrática (...) e na formulação de uma política que tem na democracia uma conquista estratégica, potencializadora das lutas pela liberdade e pela felicidade dos cidadãos desse país” (ibid., p. 5).

modernidade. Aí residiria a ambiguidade do PT: ainda que sua forma de partido fosse considerada moderna, pois enraizada nos movimentos sociais e no embate de interesses, acabava por se confundir, segundo Vianna, “com o atraso e o tradicionalismo político do velho tronco terceiro-mundista ao subestimar o tema da democracia política como central na luta contra a modernização autoritária” (Vianna, P. 9, 1987, p. 10).

Era a primeira vez, salvo engano, que Vianna acrescentava a esse quadro de interpretação da transição, a existência minoritária no PT (e também no PDT) de uma “moderna esquerda brasileira” (Vianna, P. 9, 1987, p. 17). O problema seguia sendo o fato de ambos os partidos serem “adversários fidalgos da transição” (Vianna, P. 9, 1987, p. 14). No décimo número de *Presença*, Vianna ia adiante em sua crítica a esses partidos, de julho de 1987, entendidos como “esquerda populista”. Diferente da sua velha expressão – terceiro-mundista e estatista – a nova expressão do populismo na esquerda encontraria raízes no corporativismo societal e na ideologia católica de “ida ao povo” (Vianna, P. 10, 1987, p. 7). O equívoco dessa nova esquerda estaria em entender a Nova República como “forma branda do antigo regime”.

Embora a partir de 1974 o caminho da frente democrática tivesse se imposto como hegemônico entre os setores progressistas, alguns anos depois, no interior do movimento em favor das Diretas Já, a disputa entre frente democrática e frente de esquerda teria tornado a se fazer presente. Enquanto a primeira visava derrotar o regime numa ampla coligação, a segunda teria o objetivo de derrubá-lo a partir de setores socialmente avançados (Vianna, P. 10, 1987, p. 8). A questão central que dividia ambas as posições girava em torno do centro político e da aliança com os liberais. A “esquerda populista” havia recusado a solução posta por Tancredo Neves e a Aliança Democrática. O que revelaria, segundo o ponto de vista de Vianna, uma “siderúrgica incompreensão sobre o caráter da Nova República” (Vianna, P. 10, 1987, p. 8). As “fantasias políticas” deste setor, segundo o cientista político, com a frustração do plano Cruzado, encontravam então um momento favorável para difundir-se. A “via democrática” encontrar-se-ia, assim, ameaçada pela disseminação da ideia de que já se vivia uma democracia, dispensando a estratégia de transição, por um lado, e pela gravidade da crise econômica, que poderia comprometer o alinhamento político da sociedade, por outro.

A Constituinte – instalada no Congresso Nacional em fevereiro de 1987 – seria o terreno principal da luta pela hegemonia, na visão de Vianna (Vianna, P. 10, 1987, p.

7).¹⁸⁷ No décimo primeiro número de *Presença*, de janeiro de 1988, Werneck Vianna dedicaria um artigo de maior estofa teórico para pensar os “problemas modernos na construção de hegemonia” em nexos internacional e nacional. Na visão do cientista político, longe de fechar o século com o fim das utopias, haveria na verdade um renascimento delas:

É de ver como o liberalismo do *welfare state* sofre a denúncia da ideologia neoliberal, reduzido a um sistema negador da livre iniciativa e da ordem privada. E também como o socialismo de Estado, fruto da coletivização forçada e da revolução pelo alto stalinista, cede lugar às concepções autogestionárias, concebido o povo como o proprietário direto dos meios de produção. Produz-se, lá e cá, um acerto de contas com práticas dominantes desde os anos 30, numa evidente retomada dos princípios de suas utopias (Vianna, P. 11, 1988, p.5-6).

Em ambas as utopias, o Estado seria representado como a anti-utopia com sua carga coercitiva e experiência contemporânea de invasão disciplinadora da sociedade civil. Apesar desse ponto comum, as utopias radicalizariam sua oposição, na medida em que extremariam as diferenças sobre a compreensão do indivíduo, da natureza humana e da sociedade (Vianna, P. 11, 1988, p. 6). A emergência neoliberal – que conformava-se, então, como projeto de hegemonia das classes dominantes – confrontaria o corporativismo, o solidarismo cristão e a própria concepção de ordem da socialdemocracia; enquanto que, na outra ponta, o “socialismo estatista” esbarraria na revitalização da utopia comunista conduzida por Gorbachev¹⁸⁸ (Vianna, P. 11, 1988, p.

¹⁸⁷ Nela, os liberais estariam cindidos entre conservadores e democratas, complicando a identificação precisa de um centro político: “Imprensada entre o privatismo particularista do neoliberalismo conservador (Delfim, R. Campos, Simonsen, Dornelles, a banda de música da UDR) e a explicação despolitizada do social (PT, PDT, movimentos corporativos), a coalizão que agrupa liberais e esquerda experimenta dificuldades que não podem ser subestimadas. Especialmente porque a esquerda de estratégia democrática se encontra praticamente isolada dos movimentos sociais” (Vianna, P. 10, 1987, p. 9). O risco estaria em que a direita conseguisse quebrar a coalizão democrática, cancelando a natureza de transição do governo e submetendo a economia aos ditames do capitalismo internacional e, por fim, imprimindo sua marca conservadora na redação da Constituinte (Vianna, P. 10, 1987, p. 9).

¹⁸⁸ Neste mesmo número de *Presença*, Luiz Sérgio Henriques analisava Gorbachev e a dinâmica da *perestroika* – plano de reestruturação da economia soviética, que apontava para a necessidade de uma aceleração do desenvolvimento num sentido intensivo, de modo a enfrentar as disfunções da economia. Para Henriques, o sucesso das reformas econômicas se mediria pela capacidade de desmontar, ainda que gradualmente, e “de cima para baixo”, as estruturas políticas e ideológicas herdadas: as estruturas do monolitismo. Com vigor crescente, esse processo estaria abrindo caminho para o rompimento deste quadro, “com a manifestação da sociedade civil evidentemente complexa, não obstante áreas ainda majoritárias de apatia e despolitização induzidas pelos mecanismos burocráticos” (Henriques, P. 11, 1988, p.133). Ainda que o socialismo soviético não fosse mais centro nem modelo, uma vez que “democraticamente renovado” teria muito a contribuir, na opinião de Henriques, “para a redefinição – urgente – do conceito de esquerda e para a luta comum pelo socialismo como um nível mais alto de cultura e civilização” (Henriques, P. 11, 1988, p.137).

7). No entanto, Vianna reforçava ser a socialdemocracia adversária imediata do liberalismo no capitalismo maduro:

Se a socialdemocracia sob hegemonia burguesa tem como objetivo garantir a reprodução da ordem capitalista pela ação organizadora de um Estado que se amplia sobre a sociedade, os neoliberais assumem proposta inversa: para eles, trata-se de recriar a sociedade civil burguesa, tendo como paradigma a concepção fordista de capitalismo popular (Vianna, P. 11, 1988, p. 8).

Esse processo assumiria singularidades relevantes na América Latina, visto que aqui, o neoliberalismo não se apresentava como reação à socialdemocracia, mas como continuidade, sob novas condições, do padrão excludente e autoritário que havia presidido a formação das sociedades latinoamericanas (Vianna, P. 11, 1988, p. 9). No caso brasileiro, entretanto, essa continuidade teria se visto ameaçada pela natureza dos conflitos e atores envolvidos na transição do autoritarismo à democracia. A lógica desse movimento, na ótica de Vianna, era a de ampliação da esfera pública e da inédita influência do associativismo das classes subalternas sobre ela – e era contra a vitória desse processo que reagia o neoliberalismo (Vianna, P. 11, 1988, p. 9). Essa disputa hegemônica podia ser visualizada na Constituinte em três grandes correntes:

A da tradição republicana, centralista, corporativa, autocrática, a da renovação republicana, cuja orientação é a de preservar a instância do público para democratizá-la, e a dos neoliberais, privatistas que pretendem recriar as instituições à imagem e semelhança da ordem burguesa emergente nestas últimas décadas (Vianna, P. 11, 1988, p. 11).

Assim, ao lado da velha direita, “truculenta e militarizada, especialmente nos latifúndios”, Vianna via surgir uma nova versão, “moderna e civilizada” – “um projeto de hegemonia burguesa a partir da sociedade civil” (Vianna, P. 11, 1988, p. 13). A ideologia dessa nova hegemonia atingiria sobretudo os pobres, segundo Vianna – a responsabilidade de dirigir a batalha contra o atraso e a pobreza eram entregues à iniciativa individual e à empresa privada. O adversário desta posição não seria a velha tradição republicana e sim o movimento que avançava a democratização do público e o empenho direto do Estado no desenvolvimento econômico e na questão social. A esquerda só poderia propor uma alternativa se rompesse com a tradição – tida como anacrônica – de conceber a política pelo Estado; e a ruptura estaria no deslocamento da sua orientação para a sociedade civil (Vianna, P. 11, 1988, p. 13).

Konder somava aos desafios do campo progressista a necessidade de avançar seus instrumentos teóricos – seu artigo em *Presença* parecia polemizar, tacitamente, com as saídas interpretativas sugeridas pela própria revista, vistas como insuficientes. O desgaste

sofrido pelas forças da esquerda com o governo de transição teria gerado graves consequências nesse sentido:

Na cabeça de algumas pessoas se desenvolveu a convicção de que, se os instrumentos teóricos mais sofisticados tinham sido utilizados para impedir o reconhecimento de algo que “todos” percebiam a olho nu (a incapacidade de Sarney para levar adiante a política iniciada por Tancredo), então valeria a pena renunciar à própria sofisticação teórica. Fortaleceu-se nas áreas comprometidas com a difícil luta pela democratização da sociedade uma antiga tara, um vício profundo, cujos prejuízos têm sido enormes para a causa dos democratas: o desprezo pela teoria (Konder, P. 11, 1988, p. 17).

Exemplificando o cenário, Konder afirmava que, apesar dos esforços de Francisco Weffort, haveria uma tendência no PT de reativar o velho “obreirismo”, em que os complexos problemas da realidade se veriam reduzidos à escala da fábrica ou do bairro (Konder, P. 11, 1988, p. 17). No caso do PDT de Brizola, o panorama seria ainda pior, dado o entusiasmo pelo empirismo e a confiança cega na liderança carismática de Brizola. De um lado, ignorar-se-ia a história cultural específica brasileira e seus traços “ocidentais”; de outro, dissolver-se-ia a complexidade da realidade na percepção empírica de cérebros magicamente identificados com o “povão” (Konder, P. 11, 1988, p. 17-18).

Recusando o “*Sacrificium Intellectus*”, nos termos de Konder, Werneck Vianna apresentava um denso artigo teórico – que consideramos sua contribuição mais importante em termos de síntese de uma visão de Brasil – na *Presença* posterior, de julho de 1988, em que refinava suas hipóteses interpretativas sobre a modernização brasileira, o papel do PCB nesta trajetória e as consequências políticas desdobradas para o momento de transição. Vianna iniciava seu raciocínio retomando “as vantagens do atraso” no debate dos pré-revolucionários russos, acerca de uma via especificamente russa de ocidentalização a partir de um salto da comuna rural direto para o socialismo. De acordo com Vianna, essa teoria teria sido superada pela obra de Lênin que, por meio de solução original, rejeitara a noção de etapas sem abrir mão do tema do atraso.

Segundo a perspectiva leniniana, longe de importar radical descontinuidade com o autocratismo, o caminho burguês tenderia a buscar sustentação política e social em forças do antigo regime, o que configuraria o *tipo prussiano* de desenvolvimento capitalista. Nesse contexto, a vitória socialista dependeria de uma coalizão operário-camponesa. Nos termos de Vianna, essa coalizão combinaria a “vantagem do moderno” com a “vantagem do atraso”, maximizando “sob hegemonia da classe operária, as possibilidades de uma modernização revolucionária, num contexto de um capitalismo ainda imaturo” (Vianna, P. 12, 1988, p. 148, *grifos do autor*). O processo de

ocidentalização dar-se-ia, portanto, com protagonismo de atores modernos, mas com sustentação política “oriental” do campesinato, o “atraso”.

Após a Revolução Russa, entretanto, teria havido um deslocamento inesperado do eixo do Ocidente para o Oriente, principalmente em razão das lutas contra o colonialismo. Seguiu-se concepção da intervenção política – animada, especialmente, por *O que fazer?* de Lênin – como “obra de arte da vontade política”. Essa tendência, após “perversão voluntarística de Stálin” teria reduzido o marxismo, segundo Vianna, a “simples maquiavelismo, a política tornada uma potência demiúrgica, extremando o papel da *intelligentsia, condottiere* coletivo da revolução social” (Vianna, P. 12, 1988, p. 149). A situação de dependência e a predominância do mundo agrário teriam feito da América Latina “terreno propício para o transplante da práxis revolucionária que se impunha no Oriente” (Vianna, P. 12, 1988, p. 150). Daí terem predominado os temas dos intelectuais, do atraso como vantagem e da exacerbação da vontade política como “dimensão construtora do mundo”. Desse cenário teriam surgido ideias como a de um “feudalismo latino-americano” que supunha um campesinato passível de ser mobilizado para uma revolução. Do ponto de vista da direita e de suas elites políticas tradicionais, embora o Ocidente fosse um valor a ser perseguido, a sua conquista não surgia como imposta por meio de um abandono da tradição. Como exemplar brasileiro desse ponto de vista estaria Gilberto Freyre, cuja aderência à modernidade seria argumento para defender uma cultura tradicional oligárquica. Na visão de Vianna, a singularidade expressa nesse ideário, como na concepção de uma “democracia racial” ou mesmo na “cordialidade do homem brasileiro”, não passaria de uma ficção (Vianna, P. 12, 1988, p. 151).

Pensando em termos continentais, a combinação ideológica da tradicional cultura patrimonial com os “ideais civilizatórios do Ocidente” teria resultado num “Ocidente idealizado, amputado de sua economia política, de seu indivíduo, do seu cidadão” (Vianna, P. 12, 1988, p. 152). O cientista político generalizava sua hipótese teórica para a “Ibero-América”¹⁸⁹ – salvo exceção do caso mexicano, a modernização capitalista não

¹⁸⁹ A referência à “Ibero-América” e não à “América Latina” ressoava a leitura que os presencistas faziam da obra de Richard Morse em *O Espelho de Próspero*. Para Morse, as “Américas do Sul” forneceriam imagem especular à qual a Anglo-América poderia reconhecer seus “problemas”: “é sabido que um espelho dá uma imagem invertida. Embora as Américas do Norte e do Sul se alimentem de fontes de civilização ocidental que são familiares a ambas, seus legados específicos correspondem a um anverso e um reverso” (Morse, 1988, p. 13). Em seu ensaio, Morse percorreu um longo caminho para caracterizar as diferenças entre as visões de mundo das Américas, rastreando desde a Idade Média como nos campos religioso, político, científico e social se conformaram a “opção inglesa” e a “opção ibérica”. Conforme Arocena (P. 15, 1990, p. 98), “a preocupação essencial de Morse (...) é encontrar alternativas ao mundo racionalizado, tecnificado e desencantado das sociedades altamente industrializadas e, em seu caso, particularmente da sociedade americana”. A partir de leituras de *A Tempestade*, Morse sugeria que Próspero não era um

teria irrompido por meio de processos que implicassem descontinuidade revolucionária com a ordem anterior. Fruto de revoluções passivas, o Estado teria se constituído por uma natureza ambígua, “contraditório aparelho consagrado a abrir passagem para o novo em nome da defesa do velho” (Vianna, P. 12, 1988, p. 153).

A contraface desta ambiguidade se veria, segundo Vianna, na novidade da estrutura social e de sua composição demográfica – o que, por sua vez, tensionaria o caráter autoritário do Estado. Para manter o “novo” sob controle, haveria toda uma complexa convergência ideológica entre direita e esquerda. De um lado, radicalizaria-se a singularidade nacional como forma de legitimação da modernização, mitificando um passado ilusório de modo a admitir o moderno somente se fosse para salvar a tradição (Vianna, P. 12, 1988, p. 154). De outro, a esquerda teria apostado no atraso como alavanca para a passagem ao pós-capitalismo permanecendo, assim, sob hegemonia burguesa. Desviava-se, inclusive, do “revolucionarismo oriental”¹⁹⁰ já que “o fundamento da luta pela emancipação não estava na aliança operário-camponesa, e, sim, na frente única nacionalista” (Vianna, P. 12, 1988, p. 155).

Assim, perdia-se a “vantagem do atraso” – que, no Brasil, segundo a visão de Vianna, só existiria em teoria – e a “vantagem do moderno”, ao incluir a classe operária e o sindicalismo numa coalizão sob hegemonia da burguesia. Perdia-se, portanto, a capacidade de exprimir a modernidade da nova sociedade que surgia com o êxito da modernização econômica. Aí estava o núcleo central da interpretação de Vianna sobre a “revolução-restauração” brasileira, e que adquiria traços de particular dramaticidade no

“intelectual benevolente e sagaz, mas sim o colonizador paranoico de uma ilha encantada, a quem o dramaturgo teria profeticamente identificado na aurora da expansão europeia no ultramar” (Morse, 1988, p. 13). A hipótese de Morse era de que os aspectos fundantes da Ibero-América pudessem ser proveitosos na busca de alternativas para o desencantamento de Próspero. Ainda na décima quinta *Presença* havia texto de José Guilherme Merquior dialogando com a obra de Morse, e a última *Presença*, de junho de 1992, apresentava suplemento com texto do ensaísta norte-americano a propósito do decênio de publicação de *O Espelho de Próspero*.

¹⁹⁰ O “revolucionarismo oriental” teria sido afirmado no Brasil, segundo Vianna, pelo “Manifesto de Agosto do PCB de 1950”, “quando se preconizava que as lutas pela emancipação nacional deviam ser conduzidas por intermédio de uma aliança operário-camponesa, de acordo com o figurino, então canônico, inspirado nos movimentos revolucionários do Oriente” (Vianna, P. 12, 1988, p. 155). O abandono desta orientação, entretanto, não havia dado lugar a uma linha de alternativa democrática, o que só vai acontecer com a “Declaração de março de 1958” na qual se encontra a valorização das instituições democráticas. A opção pelo “caminho pacífico” que implicava essa orientação foi contraposta à perspectiva de “assalto revolucionário ao poder”. Nesta mesma *Presença*, Luiz Sérgio Henriques polemizava com essa vertente da esquerda brasileira a partir de resenha *Combate nas trevas...* de Jacob Gorender: “(...) o modelo jacobino da revolução bolchevique, que Gramsci há décadas apontou como inaplicável ao ‘Ocidente’, é o que sustenta a hipótese de mudança social de Gorender. Segundo este modelo, a proposição de uma via pacífica e democrática para o socialismo não passa de reformismo, de ilusão reboquista, etc., quando, na verdade, tal proposição incorpora precisamente aquele aspecto de *não-violência*, que a nosso ver é um dos valores aos quais uma esquerda moderna deve referir-se (...)” (Henriques, P. 12, 1988, p. 13, *grifos do autor*).

período da transição. Para o cientista político, nessa ocasião, a esquerda ainda estaria prisioneira de seu “específico *atraso*”. Dialogando com Antonio Candido e Roberto Schwarz, Vianna afirmava que a reivindicação de uma dialética da malandragem – “da ordem e da desordem” – supostamente anticapitalista seria expressão desse legado.¹⁹¹ Para romper com essa cultura do atraso e conquistar a contemporaneidade, seria necessário assumir a nova identidade das classes subalternas brasileiras. O problema seria que, a partir de mitos de um passado ilusório, tanto a vertente “nacional” como a “popular”, teriam elevado a “desordem” ao estatuto de potência política:

Isolado do mundo, reprimido por uma cultura da “desordem” que visa instrumentalizá-lo, o ser moderno vivenciado pelo proletariado fabril não se constitui como central na organização da resistência – e de uma eventual ofensiva – das classes subalternas. Contido o sindicalismo nos temas de defesa econômico corporativos, vive e atua num universo estranho à questão popular. Embora as favelas, como as do Rio, sejam predominantemente habitadas por trabalhadores, a maioria ocupada no setor formal, elas são tratadas como lugares de vida comunitária, expressão da “alma popular”, galáxia distante anos-luz das fábricas, dos sindicatos e dos valores reinantes, aí, de dignificação do trabalho e do trabalhador (Vianna P. 12, 1988, p. 161).

Para ilustrar o raciocínio, Vianna recorria ao caso do PT. Originário do movimento sindical e com raízes derivadas de ações coletivas típicas do operariado moderno, o partido teria iniciado, segundo Vianna, um “processo de submersão da sua modernidade operária na cultura do *atraso*” (Vianna, P. 12, 1988, p. 160, *grifos do autor*). Isso se veria, principalmente, “na subestimação, ou no mero uso instrumental, da democracia política e suas instituições” (Vianna, P. 12, 1988, p. 160).

Werneck Vianna entendia que a situação de atraso que se conhecia no Brasil naquele momento era nova, decorrente do desenvolvimento desigual do capitalismo – e que, portanto, implicaria o enfrentamento da questão da hegemonia. Para a sua

¹⁹¹ Vianna citava a perspectiva crítica de Roberto Schwarz a respeito do “modo de ser brasileiro”, que supostamente se oporia aos “valores puritanos de que se nutrem as sociedades capitalistas”. Essa aposta estaria presente mesmo na perspectiva de Candido (2015 [1970]) que, em sua teorização a respeito da “dialética da ordem e da desordem”, previa possibilidades dessa formação ideológica levar a um “mundo mais aberto”. Schwarz entendia que essa aposta pudesse ter sido reivindicada como resposta à brutal modernização que estava em curso. No entanto, questionava: “(...) a repressão desencadeada a partir de 1969 – com *seus interesses clandestinos em faixa própria, sem definição de responsabilidades, e sempre a bem daquela mesma modernização – não participava ela também da dialética da ordem e desordem?* É talvez um argumento indicando que *só no plano dos traços culturais malandragem e capitalismo se opõem...*” (Schwarz, 1987 [1979], p. 154, *grifos nossos*). Posteriormente, Francisco de Oliveira criaria a categoria de “jeitinho” para explicar o caráter nacional brasileiro – “a origem do jeitinho, assim como da cordialidade teorizada por Sérgio Buarque, explica-se pela incompletude das relações mercantis capitalistas” (Oliveira, 2018 [2012], p. 144). Embora a matriz dessa ideologia estivesse no longo período escravagista, esta não explicaria a longa informalidade e os hábitos que a acompanharam. Indo adiante da hipótese da revolução passiva, Oliveira afirmava que foi mediante o “jeitinho” que a classe dominante brasileira teria driblado as saídas “jacobinas”.

postulação, “um partido marxista de novo tipo” deveria emancipar a classe operária de sua pauta “econômico-corporativa” (Vianna, P. 12, 1988, p. 161). O seu esforço hegemônico poderia ser indicado pela irradiação do núcleo fundamental de seus valores na cultura popular – vistos na ética do trabalho e no princípio da ação coletiva. No entanto – e este é um elemento fundamental da interpretação de Vianna e que o distingue – esses novos valores *não deveriam desorganizar a singularidade do modo de ser brasileiro*:

Singularidade que deriva de uma certa tradição cultural nas classes populares, que desconhecem a influência puritana e o papel disciplinador do universo fabril e das relações de cálculo e de previsibilidade prevaletentes no mercado formal. Nelas, persistem e devem encontrar meios de reprodução os traços originários da matriz ibérica que presidiu nossa formação (...). Traços que, de algum modo, ainda apontam para a *primazia da comunidade em detrimento de uma concepção moderna de indivíduo, consistindo num foco de resistência cultural, implícito, mas renitente, aos valores propriamente capitalistas* (Vianna, P. 12, 1988, p. 162, *grifos nossos*).

Essa tradição – pertencente, portanto, ao espectro da “desordem” e à cultura do atraso – não se tornaria, *por si mesma*, parte ativa da construção democrática. Ecoando a hipótese de Morse de que haveria um modo de ser “ibérico” que ofereceria uma saída à via “americana”, Vianna parecia contradizer-se. O problema, para ele, permanecia a ser a ausência de uma “direção racional”. Frente a essa ausência, e em momento de expansão burguesa, as classes populares estariam sendo absorvidas rapidamente pelos valores capitalistas – o banditismo organizado seria, nesse sentido, exemplar de como os negócios capitalistas estariam se desenvolvendo nas favelas cariocas (Vianna, P. 12, 1988, p. 160). Mantida como “folclore”, a positividade da cultura popular não conseguiria se tornar ação empenhada na mudança social, necessitando de uma direção operária moderna, que as organizasse de “cima” para “baixo”, sem que, no entanto, negasse a sua singularidade.

Em maio de 1989, na décima terceira *Presença*, Vianna sintetizava seu ponto de vista em “6 teses sobre a conjuntura da transição”. A primeira apontava a contradição política da transição – o avanço do processo de democratização não estaria sendo acompanhado do aumento de sustentação, na opinião pública e na sociedade civil organizada, das forças políticas que a teriam desencadeado (Vianna, P. 13, 1989, p. 6). As forças políticas em questão se expressariam no MDB e no PCB: “liberalismo de Estado, de um lado, socialismo estatista, de outro, estas serão as duas tradições que, separadas no entreato de 1946 a 1964, vão convergir na luta contra a modernização autoritária” (Vianna, P. 13, 1989, p. 6).

A segunda tese retomava a interpretação de Vianna sobre o processo de modernização autoritária como “revolução sem revolução”, e que teria sido responsável pela internalização do modo de produção especificamente capitalista. O cientista político destacava, então, que a forma dominante de legitimação teria consistido no desempenho econômico – que, por sua vez, teria angariado ao regime “apoio incondicional no grande empresariado e, logo depois, nas camadas médias urbanas, especialmente daquelas cuja identidade datava da nova onda de expansão” (Vianna, P. 13, 1989, p. 8). Sendo econômica a fonte de legitimação, as forças de oposição só teriam conseguido oferecer uma alternativa com a “crise do milagre econômico”, quando teria passado a gravitá-la os “setores emergentes da modernização capitalista – os empresários e o novo sindicalismo dos setores de ponta do parque fabril” (Vianna, P. 13, 1989, p. 8). Teriam se encontrado, portanto, no campo liberal, da esquerda e do sindicalismo, velhos e novos personagens sociais e políticos:

Duas lógicas se estabelecem: enquanto a coalizão classicamente emedebista absolutiza o primado da razão política na luta contra o autoritarismo – política de alianças, caminho da transição, divisão política das forças de sustentação do regime –, mantendo uma relação distante e instrumental com os movimentos sociais, os recém-chegados definem seu posicionamento como uma espécie de levante do *interesse* contra o Estado autoritário, induzindo a constituição de movimentos sociais alheios e até hostis à política (Vianna, P. 13, 1989, p. 9, *grifos do autor*).

Em sua terceira tese, Vianna sugeria hipóteses para a compreensão desta divisão considerada dramática entre interesses e democracia política. O problema não residiria apenas na natureza dos novos atores, mas na incapacidade que as lideranças históricas do PCB teriam tido de compreender as mudanças por que passava a sociedade. Também, no caso dos liberais, teria havido uma desconsideração das exigências modernas do empresariado e da vasta opinião liberal – a cisão do PMDB que formara o PSDB era entendida nesse sentido, como “expressão de uma concepção liberal mais moderna” (Vianna, P. 13, 1989, p. 10). A tese subsequente afirmava que a “superação” das forças políticas identificadas com a transição não significaria que o processo se realizasse em razão disto – para Vianna, os adversários queriam cancelá-la sem antes concluí-la. Não havia, por isso, uma “alternativa nítida para a transição”, que seguiria seu curso, segundo o autor, como “um processo sem sujeito, *uma mula sem cabeça*, um movimento pelo movimento, *sem política e direção*, seus críticos ingênuos crentes de que uma mão invisível conduz o país à democratização” (Vianna, P. 13, 1989, p. 10, *grifos nossos*).

Vianna discordava que a “Carta de 1988” fosse tida como a conclusão da transição – seria notória a hostilidade com que as elites econômicas lidariam com o texto constitucional e que, ademais, não encontraria legitimação “na massa da população” (Vianna, P. 13, 1989, p. 10). A institucionalidade democrática não havia se instituído em obrigação política válida para todos, de nada adiantando a tentativa de reconstituição de um centro político, sob a dominância do PDT ou do PT. Ambos os partidos, na visão de Vianna, “alvejariam” a transição sem uma política concreta alternativa. O caso da candidatura presidencial petista,¹⁹² por exemplo, era vista como profundamente ambígua:

sua orientação e comando central caracterizam-se com todos os traços modernos de uma socialdemocracia *aggiornata*, não lhe faltando sequer a elegante e ponderada abertura à temática neoliberal (...) Caliban messiânico e utopista, conhecendo só o tempo da urgência, às voltas com um socialismo primitivo de retorno às comunidades orgânicas do povo, avesso ao moderno, deste só experimentando o apetite das corporações de interesses, e embevecido pelo tema da força do atraso na teoria das revoluções (Vianna, P. 13, 1989, p. 11).

Não havia, portanto, uma dialética do moderno e do atraso sob hegemonia do primeiro. Em vez de uma totalidade orgânica, resultaria antes numa “bizarra figura”, que combinava um discurso incorporador das classes subalternas junto com jacobinismo, o terceiro-mundismo e a “carnavalização revolucionarista” (Vianna, P. 13, 1989, p.11). A quinta tese afirmava que, do ponto de vista da “moderna ordem burguesa”, o processo estaria consolidado, ainda que sob desajuste “evidente” de suas instituições políticas e sociais com a expressão da sua economia (Vianna, P. 13, 1989, p.12). A “solução socialdemocrata moderna” não seria a desejada pelas elites econômicas constituídas por neoliberais. No entanto, poderiam aceitá-la, segundo Vianna, “pela via do voto e da pressão organizada da sociedade civil” (Vianna, P. 13, 1989, p.12). Vibrava mais uma vez os preceitos de Bobbio na interpretação do cientista político em sua rigorosa distinção dos planos social e político – o caminho moderno era eleitoral e, portanto, *não poderia renunciar o caminho das instituições*. O risco estaria em repor condições para mais uma intervenção militar, “particularmente se isto coincidir com a implosão do centro político e a derrota da via da transição” (Vianna, P. 13, 1989, p.12). A sexta tese, enfim, consistia em afirmar que a sucessão presidencial poderia favorecer a recomposição das forças da transição. O PMDB tinha sua chance de confirmar a posição de “grande partido nacional” se modernizasse seu *compromisso liberal* e o PCB teria a oportunidade de retomar a

¹⁹² Em março de 1989, a candidatura de Lula havia sido formalizada junto com o PT e a Frente Brasil Popular, composta pelo PV, PSB e PC do B.

questão comunista a partir de uma *perspectiva democrática* – para isso, teria que disputar a hegemonia política da esquerda, “pondo a nu as concepções do populismo de velho tipo do PDT e do neopopulismo do PT” (Vianna, P. 13, 1989, p.13).¹⁹³ Nesta mesma *Presença*, Palácios somava a interpretação de que o PT estaria acolhendo, naquele momento, a “cultura jacobina”¹⁹⁴ (Palácios, P. 13, 1989, p.83). Contra a ideia de “nova esquerda”, argumentava-se que o PT estaria reeditando velhos fenômenos da política brasileira, a partir de um “corporativismo societal” enriquecido com “novos populismos”.

Em novembro de 1989, a “cultura política jacobina” ainda seria tema de Werneck Vianna para pensar a história da esquerda brasileira e os desdobramentos para a conjuntura da transição. Antes do golpe de 1964, a mentalidade e a cultura política do jacobinismo nacionalista da esquerda e dos comunistas teriam sido animadas pela ideia de positividade da vontade como elemento de transformação. Após o regime autoritário ter realizado a modernização burguesa e intensificado o desenvolvimento das forças produtivas de modo compatível com o capital externo e o sistema fundiário existente, a “teoria da revolução” teria sido desmentida pelos fatos e se convertido em anacronismo.

A crescente racionalização imposta pela expansão da ordem burguesa, com a submissão do “atraso” ao capitalismo, teria realizado, segundo Vianna, uma verdadeira “revolução dos interesses”: “a agenda de lutas se privatiza, e a ação coletiva operária se desloca do plano do Estado para o da sociedade, da vontade geral para o da representação de interesses” (Vianna, P. 14, 1989, p. 10). A resposta a esses processos dependeria de uma autocrítica radical que levasse, necessariamente, à adesão da “via democrática para o socialismo e a uma tomada de posição diante do socialismo real” (Vianna, P. 14, 1989, p. 10). No entanto, os comunistas do PCB teriam se agarrado à tradição de sua cultura política e só a revisitaram tarde demais, quando foram obrigados pelas circunstâncias – a

¹⁹³ Por fim, Vianna adicionava uma sétima tese – “incluída na publicação quando *Presença* já estava na gráfica – sobre a “medida provisória sobre o direito de greve”, entendida como “agressão ao texto constitucional”, uma tentativa de realizar a “transição” do autoritarismo pragmático da época da ditadura para uma situação de institucionalidade autoritária (Vianna, P. 13, 1989, p.14). Vianna adicionava também os esforços por impedir a candidatura de Ulysses Guimarães como parte da reação conservadora ao texto constitucional.

¹⁹⁴ Palácios entendia que a matriz jacobina da esquerda brasileira teria seu início nos anos 1920/30, com deslocamentos e novas acomodações a partir da década de 1940, quando o Estado fizera-se portador de um ideal de modernização. Esse deslocamento da questão nacional para o Estado não significou, contudo, a ruptura com o jacobinismo: “De um lado, respondeu a uma situação de fato: o crescente potencial de incorporação dos intelectuais pelo Estado. De outro, iniciou uma operação de largas consequências: a acomodação conservadora, em particular o corporativismo sindical. Seguindo os passos de Werneck Vianna, o nacionalismo de final da década de 1950 concluiu um complexo processo de acomodação, em que intelectuais de formação jacobina e corporativa encontraram um terreno comum de luta política” (Palácios, P. 13, 1989, p. 70). Em particular, nesse artigo, Palácios analisa a feição jacobina do discurso antioligárquico de Prestes.

perestroika. Para o autor, “o tempo certo” havia sido perdido (Vianna, P. 14, 1989, p. 10, *grifos do autor*).

Era a perda do fator tempo que teria trazido a concorrência do PT. A formação do partido teria fundo moderno, na ação coletiva sindical, mas integraria também o atraso “da classes subalternas, classes populares e campesinato, e uma boa parte dos intelectuais cuja identidade se exprimia na tentativa de representá-los, como os religiosos vinculados à Teologia da Libertação e as diferentes correntes do jacobinismo revolucionarista” (Vianna, P. 14, 1989, p. 12). Sendo amálgama do moderno e do atraso, o PT abdicaria, na visão de Vianna, da hegemonia do primeiro sobre o segundo:

justiça para os humilhados e os ofendidos, forte impulso ético dos seus intelectuais em prejuízo da razão calculadora da luta de classes moderna, libertação do povo, pão, terra e liberdade, este é o estatuto de um populismo jacobino à russa que se vem impondo à classe operária do parque industrial de ponta (Vianna, P. 14, 1989, p. 12).

Subtraída a estatolatria, Werneck Vianna interpretava o PT como herdeiro do jacobinismo que havia caracterizado o PCB nos anos 1950. Retomando suas teses, o cientista político considerava que o *ethos* revolucionarista do PT não reconheceria as “vantagens do moderno operário”. Embora existente, a ala socialdemocrata petista estaria submersa numa mentalidade e cultura política diferentes das suas e, apesar das aparências, sendo “mais conduzida do que condutora, crescentes as barreiras entre ela e a classe operária, inclusive modernos” (Vianna, P. 14, 1989, p. 12). Em resumo:

militarizam-se os conflitos sindicais, recusa-se o caminho de alianças com setores da liberal-democracia que passaram pela prova de fogo da resistência à ditadura, deixa-se o setor de ponta do operariado fabril confundir seu destino com o anacronismo da revolução do *atraso* por seus aliados públicos (Vianna, P. 14, 1989, p. 12, *grifos do autor*).

O risco em não oferecer uma alternativa à esquerda estaria em conceder passagem para a nova onda da modernização burguesa pela via neoliberal, cuja missão seria a de “encerrar o longo período de crise orgânica, iniciado nos anos 30, pela consolidação sem quartel de uma dominação especificamente burguesa” (Vianna, P. 14, 1989, p. 15). A interrupção entre a esquerda e a tradição liberal desanuviava, segundo Vianna, o campo de tensões políticas que havia ativado o processo de transição. Escrevendo em novembro de 1989, um mês antes do segundo turno das eleições presidenciais entre Lula e Collor, o cientista político concluía que ou a ruptura viria com a vitória do primeiro, ou os neoliberais recriariam a ordem burguesa no país.

Já em abril de 1990, após a vitória de Collor, Werneck Vianna voltava a reforçar suas hipóteses interpretativas para entender a derrota do PT. Para o autor, a dissolução do centro teria apagado a nitidez da direita, que não havia se defrontado com um discurso que a contestasse como tal (Vianna, P. 15, 1990, p. 18). Para Vianna, o problema fundamental seria o fato de o PT não ter se definido politicamente pelo socialismo ou pela socialdemocracia, o que se veria na ausência de uma definição programática (Vianna, P. 15, 1990, p. 19). Teria pesado sobre a candidatura de Lula *a primazia do social em relação à institucionalidade democrática*, a oposição ao caminho da transição, o voto contra o parlamentarismo na Constituinte, a abstenção de voto na aprovação da Carta de 1988 e a aliança com a esquerda anacrônica. Teria faltado desde o princípio a formulação de uma política eleitoral que incluísse o centro, tal qual havia se realizado no processo do segundo turno. A raiz desse equívoco estaria no “discurso da identidade” que teria permeado a esquerda, sustentada ou no suposto de que a transição já se concluía com a Carta de 1988, como no caso do PCB, ou pela negação dela, no caso do PT (Vianna, P. 15, 1990, p. 20).

O dissídio entre opinião democrática e interesses emergentes das classes subalternas teria pervertido, na opinião de Vianna, o que era pra ser democratização da república em legitimação, em novos tempos, da velha república reacionária (Vianna, P. 15, 1990, p. 22). A nova forma desprezava as ideologias de colaboração entre classes e do Estado como ente expressivo da comunhão nacional, reivindicando uma república “integralmente burguesa”, “confessional do lucro e do interesse” (Vianna, P. 15, 1990, p. 23). O programa neoliberal de autorreforma buscava, segundo Vianna, os seguintes objetivos:

Refazer a nação como um reflexo do mercado, empenhar a dimensão do público com a otimização da ordem privada, tornar homólogo o Estado aos interesses burgueses modernos, emancipar o lucro de fins políticos, consagrá-lo como um valor universal em si, realizar o capitalismo *sans phrase* (...). Mundo contábil e eficiente à americana nesta ibéria africanizada, cirurgia radical que sabe não poder recuar do uso da força e da intensificação da marginalização social (Vianna, P. 15, 1990, p. 23).

Assim, coroados o antigo regime, a nova ordem cortaria suas “raízes estadonovistas”. As duas décadas autoritárias teriam resultado numa ordem privada mais vigorosa e autônoma que a anterior, e que reclamava uma esfera pública que não contrastasse com ela, mas que se ajustasse à sua natureza efetiva (Vianna, P. 15, 1990, p. 24). Na visão de Vianna, a Constituinte deveria ter sido o lugar de enfrentamento dos reformistas neoliberais pela corrente que defendia a prevalência do público e a sua

democratização (Vianna, P. 15, 1990, p. 25). O problema é que uma vez promulgada, a Constituição e a centro-esquerda teriam se tornado alvo das elites econômicas e da nova direita. A falta de endosso do PT ao texto constitucional, por sua vez, teria o convertido num “papel manchado de tinta, destituído de sustentação política e social” (Vianna, P. 15, 1990, p. 25).

Também as classes subalternas teriam sido radicalmente afetadas pela modernização burguesa, na formação de novos seres sociais e ocupações modernas. Esse complexo conjunto de mudanças teria implicado, segundo Vianna, num esvaziamento das formas de controle tradicionais, como o coronelismo e o clientelismo. A esse processo Vianna dava o nome de “revolução dos interesses” – o que começara como ação coletiva sindical, passou a movimento social e foi para a política. Nesse processo em que o interesse se universalizava, a luta por hegemonia vai aproximando o sindicalismo de outras forças sociais, especialmente a Igreja e grupos originários da esquerda “fundamentalista”, com história na resistência militarista dos anos 1970 (Vianna, P. 15, 1990, p. 27).

Ecoava nesse “obreirismo tardio” do novo sindicalismo a temática da esquerda dos anos 1920, nos temas do conselhismo e da espontaneidade operária – como, aliás, ocorrera também na “nova esquerda” argentina. No entanto, em vez de inaugurar uma estratégia de ação coletiva baseada no cálculo de interesses e na negociação neocorporativa, esse movimento convertera-se num movimento trabalhista de novo tipo, visando a criação de uma identidade social e política submetida à lógica da coalizão democrática de resistência à ditadura (Vianna, P. 15, 1990, p. 28). Assim teria surgido o PT, com a justaposição dos interesses do moderno e do atraso.¹⁹⁵ Seria inútil solidarizar, fora da política, interesses tão heterogêneos como “os do camponês sem terra do Bico do Papagaio, os do engenheiro da Petrobrás, os do operário metalúrgico do ABC, os do habitante da periferia de Nova Iguaçu” (Vianna, P. 15, 1990, p. 29).

Faltaria conhecimento da circunstância, segundo Vianna, sem a qual seria impossível qualquer ação virtuosa. O recurso à forma jacobina, associando imediatamente objetivos de mudança política e demandas agregadas em bruto, autolimitava a percepção do partido confundindo-a com a sua própria vontade (Vianna,

¹⁹⁵ Segundo Vianna, “pela Igreja virão os excluídos, os pequenos interesses do ‘povo miúdo’ das paróquias do interior, os camponeses, os trabalhadores rurais sem terra, as ‘poblaciones’ metropolitanas. Da *intelligentsia*, os jacobinos revoltosos das camadas médias, mão-de-obra das pastorais e da organização sindical dos intelectuais” (Vianna, P. 15, 1990, p. 28).

P. 15, 1990, p. 29). Não adiantava que se radicalizasse a luta por interesses, pois despolitizada seria incapaz de construir uma nova hegemonia, limitando-se à pressão por mudanças “transformistas” no sistema da ordem que se consolidaria ainda mais ao alargar sua capacidade de incorporação (Vianna, P. 15, 1990, p. 28). Em suma, a “incorporação transformista” se contraporía à hegemonia.

Diferente de *Pasado y Presente* que terminava seu percurso animando uma perspectiva conselheira, Werneck Vianna destacava que a democratização europeia do segundo pós-guerra teria questionado “o modelo de intensa politização e ideologização do movimento operário comunista, tendendo a produzir seu isolamento da classe operária real” (Vianna, P. 15, 1990, p. 31). A nova versão da socialdemocracia europeia teria superado, sindical e politicamente, os partidos comunistas – fora do campo marxista e, frequentemente, adversária dele. As ressalvas eram dadas pelos casos francês e italiano, em que foi possível preservar a influência comunista no movimento operário graças à “tradicional razão iluminista” de seus marxismos nacionais. Vianna destaca o caso do PCI:

... favorecido pelo legado de Gramsci, que combinava um marxismo da “grande cultura” com a reflexão e a prática pessoal sobre e do movimento operário, e por circunstâncias nacionais afortunadas (...) ocupou o espaço não só da temática popular e intelectual, mas sobretudo das novas questões emergentes do mundo operário (Vianna, P. 15, 1990, p. 31).

Vale destacar que, no número anterior de *Presença*, Luiz Sérgio Henriques oferecia uma apresentação, em nome da revista, ao conceito de “euro-esquerda” e introduzia a publicação de textos de um dirigente comunista italiano¹⁹⁶ e de um socialdemocrata alemão.¹⁹⁷ De acordo com Henriques, interessava sobretudo destacar a trajetória do PCI nos anos 1970, quando havia se diferenciado do “movimento comunista internacional”, pondo fim e tomando consciência plena do “esgotamento político e intelectual do próprio comunismo de extração terceiro-internacionalista” (Henriques, P. 14, 1989, p. 41). Superando a identidade comunista tradicional, o PCI teria aberto um campo teórico e político novo que excluía a caracterização de partido ideológico, mas não privava a política de seu horizonte de valor, reduzindo-a a mera técnica de gestão do poder – o que os diferenciaria dos socialdemocratas em sua acepção convencional (Henriques, P. 14, 1989, p. 42). As linhas propostas pelos comunistas italianos seriam definidas por uma noção de “reformismo forte” que buscava superar a cisão entre

¹⁹⁶ “Como construir a democracia europeia” de Achille Occhetto (P. 15, 1989).

¹⁹⁷ “A democracia social como ideia europeia” de Peter Glotz (P. 15, 1989).

comunistas e socialdemocratas numa tentativa de ir além da contraposição, considerada estéril por Henriques, entre “reforma e revolução, entre instituição e movimento social” (Henriques, P. 14, 1989, p. 43).

O desafio no “Terceiro Mundo” seria a sobrevivência da ideia de esquerda em um contexto marcado por agressiva iniciativa econômica, política e cultural do capital – um fato de hegemonia. Como particularidade brasileira teria o PT como partido operário não-comunista, que oscilaria – segundo Vianna – entre a adesão à socialdemocracia, ao socialismo estatista e jacobino e ao neopopulismo. A saída animada pelos presencistas estaria dada pela socialdemocracia europeia, em especial pelo exemplo italiano. Saída considerada inviável, contudo, já que o PT, desde a sua fundação, teria se recusado “à segmentação das classes subalternas, coexistindo no seu interior o interesse moderno com as demandas populares e a tentativa de representação dos excluídos” (Vianna, P. 15, 1990, p. 32). As outras duas opções disponíveis não teriam capacidade de atender ao seu setor operário moderno. Para Vianna, a transição não poderia, dessa forma, se ver cumprida. Entendê-la assim, contudo, significaria conceder perenidade à “república reacionária”. O desafio permanecia sendo a adoção de uma estratégia da esquerda comunista e de defesa de sua herança política na luta contra o autoritarismo – âmago da intervenção editorial presencista que tinha em Werneck Vianna seu principal articulador. Isso significava naquela conjuntura que o PT adotasse “caminho inverso”, de cuja sorte dependia não só o seu movimento interno, mas o de toda esquerda, particularmente a da “renovação comunista – esteja onde estiver” (Vianna, P. 15, 1990, p. 33).

Atestava-se, naquele momento, uma frustração de grandes proporções – nem a transição democrática se completara, muito menos a renovação comunista se efetivara. O PT, visto inicialmente com grande ceticismo, na realidade, havia se tornado a principal força política de oposição ao neoliberalismo e de representação política moderna dos trabalhadores. Ecoavam os efeitos desmobilizadores desses processos no fato de a décima sexta *Presença* não incluir nenhuma análise que desse continuidade ao raciocínio trilhado até então, sendo retomado derradeiramente no décimo sétimo número da revista, de março de 1992 quando constatava-se o “fim de uma época” (Nogueira, P. 17, 1992, p. 9).

Num pequeno artigo, Werneck Vianna reforçava sua hipótese de que a cultura política de esquerda teria se segmentado no período da transição entre um vetor de *opinião* e outro, de *interesse*. A cultura política da *opinião* seria representada pela “herança do PCB” que encarnaria os *fins – a transição à democracia* (Vianna, P. 17, 1992, p. 37). O problema dessa perspectiva estaria em ter desconsiderado as profundas

transformações da sociedade, especialmente em matéria de Estado, sindicalismo e de suas concepções e práticas sobre a forma do próprio partido. Além disso, pesava sobre esse legado a crise do “socialismo real” e a caducidade de seu caráter burocrático e estatista. Como não houvera respostas a essas mudanças, o PC teria se convertido de “um dos principais partidos da resistência democrática em um anacronismo, resíduo histórico na estrutura partidária” (Vianna, P. 17, 1992, p. 37).

De outro lado, a história do “partido de esquerda do interesse”, o PT, não estaria “sendo tão melhor”, a despeito de ter chegado ao segundo turno da eleição presidencial em 1989, e de suas crescentes posições institucionais no sindicalismo, no parlamento e na administração pública, inclusive a de São Paulo conquistada por Luiza Erundina em 1988. O problema, segundo Vianna, permanecia sendo o da disputa entre as representações do atraso e do moderno dentro do partido: “uma que tende para o aperfeiçoamento e aprofundamento da institucionalidade democrática como caminho para a mudança social; outra, que se orienta por imperativos de urgência da massa dos excluídos, tendendo a valorizar a *substância* em detrimento da *forma* democrática” (Vianna, P. 17, 1992, p. 38, *grifos nossos*). Estaria por vir, ainda, um “processo constituinte” da esquerda que correspondesse à recriação da própria cultura política do país. O fim da bipolaridade na ordem mundial exigiria, ademais, uma tomada de posição quanto a valores. Para Vianna, “o valor da democracia torna-se também uma exigência de ruptura com o pragmatismo, cultura de uma razão autoritária que negou a legitimidade aos interesses e ao conflito social e que submeteu a cidadania à sua regulação” (Vianna, P. 17, 1992, p. 39-40).

Ainda nessa *Presença*, uma série de textos originalmente publicados em *L’Unità* de janeiro de 1991, dedicados à memória de Gramsci, eram traduzidos (ver Anexo 2, tabela 1). Destaca-se, entre os textos traduzidos, o de Norberto Bobbio, “A democracia nos Cadernos”. Bobbio realçava que o mundo em que Gramsci viveu, escreveu e agiu era muito diferente daquele que se vivia então. Se, para o dirigente comunista, houvesse ainda grande esperança na revolução, o que se vivia então eram os anos da “falência catastrófica, que parece irreversível, daquele evento” (Bobbio, P. 17, 1992, p. 53). Segundo Bobbio, embora a revolução já tivesse sido derrotada na Itália e em grande parte da Europa de Gramsci, esta lhe teria parecido “momentânea”. Suas reflexões no cárcere partiriam da necessidade de uma nova estratégia, embora o partido continuasse a ser o sujeito desta estratégia. É neste ponto que o teórico liberal questionava a atualidade das considerações gramscianas, mais precisamente sobre “o partido como novo Príncipe”

(Bobbio, P. 17, 1992, p. 53). Em seguida, questionava-se a respeito do tema da democracia nos *Cadernos*:

Ainda que apenas mencionadas, aparecem nos *cadernos* ambas as definições correntes de democracia, entendida ora como regime em que governantes e governados tendem a coincidir, ora como aquelas sociedades em que ocorre uma passagem contínua da classe dirigida à classe dirigente (...). Destas duas definições correntes, a primeira serve para distinguir a democracia da autocracia, o governo de um ou de poucos, no qual há a separação máxima entre governantes e governados; a segunda, para distingui-la da aristocracia, em que o poder é exercido por uma classe fechada que geralmente transmite o poder por herança. Mais genérico, mas não menos expressivo, o trecho em que, a propósito de um tema a que volta muitas vezes, a relação entre humildes e poderosos em *Os Noivos*, romance influenciado pelo historiador francês Augustin Thierry, e a propósito da inexistência na Itália de uma ligação forte com o povo, de uma unidade não servil, devida à obediência passiva, mas viva e ativa, chama esta unidade viva de “democracia” (Bobbio, P. 17, 1992, p. 54).

Bobbio salientava que em todos estes contextos Gramsci havia dado uma conotação nitidamente positiva à democracia e terminava seu texto a lembrar a confiança que Gramsci sempre tinha depositado no poder a partir de baixo. A tentativa de fazer dialogar a perspectiva gramsciana, ou mesmo a tradição comunista, com os procedimentos liberais da democracia moderna, era traço marcante da proposta teórica de Vianna e do núcleo teórico de *Presença*, e é neste contexto que a tradução de Bobbio ganha significado.

Como apresentação a essa série de textos italianos, Luiz Sérgio Henriques comentava a passagem do PCI ao novo *Partito Democratico della Sinistra* (PDS) em 1991. A dissolução do PCI não poderia ser entendida, segundo Henriques, sem o reconhecimento de que a ideia de comunismo estava sendo “mortalmente lesada no processo de sua redução a ideologia de partidos e Estados autocráticos, deixando pelo caminho – uma a uma – as promessas originais de que era portadora” (Henriques, P. 17, 1992, p. 43). Ainda que o comunismo italiano fosse “nota dissonante”, sua função modernizadora estaria sendo esgotada. Segundo Henriques, conforme avançava a hegemonia conservadora, verificava-se o “envelhecimento das categorias” e o “enrijecimento dos instrumentos de ação da esquerda” como fenômeno global (Henriques, P. 17, 1992, p. 45). Ao longo dos anos 1980, o PCI teria sofrido as consequências deste cenário, em termos de perdas eleitorais e envelhecimento de militantes, sinais de que “a forma-partido tradicional tinha dificuldades em estabelecer uma relação produtiva com uma realidade social em constante transformação” (Henriques, P. 17, 1992, p. 45).

Apesar dos esforços em redefinir a identidade comunista, na afirmação do caminho democrático para o socialismo, o PCI não conseguiu resistir à mudança de época efetuada com a queda do muro de Berlim. Modificava-se a estrutura do mundo, não havia mais a luta pela democracia e o socialismo no quadro de dois sistemas contrapostos. Henriques concluía reivindicando, tal qual Vianna, um “processo constituinte de uma nova formação política” que afirmasse, não obstante, a herança comunista da “leitura crítica e antagônica da modernidade capitalista” (Henriques, P. 17, 1992, p. 45). Apesar das incertezas e contradições do novo partido, o autor celebrava a continuidade, dentro dele, “da melhor tradição comunista” que *não caíra junto com o Muro de Berlim* (Henriques, P. 17, 1992, p. 49). Assim como o PCI, ainda que *Presença* tivesse nascido como crítica da tradição comunista, buscando reinventá-la, a queda do muro de Berlim e a conclusão do cenário geográfico, sociocultural e ideológico do que se imaginava cristalizado desde o fim da Segunda Guerra, colocaria obstáculos muito grandes a sua continuidade.

“Cultura”

A sétima *Presença* apresentava em sua seção dedicada à “Cultura” reflexão sobre duas questões teórico-ideológicas importantes. De um lado, Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho se dedicaram a analisar a recepção da “Escola de Frankfurt” no Brasil, em especial tecendo comentários à obra de Sérgio Paulo Rouanet e aprofundando uma acepção sobre a ideologia e a indústria cultural. De outro, Luiz Sérgio Henriques e Manuel Palácios abordavam a esquerda e a modernidade ou a “dialética da modernização”.

Konder ressaltava a proposta teórica de Rouanet em aproximar as obras de Marx e Freud para pensar as questões de ideologia e consciência. Marx teria desenvolvido a questão da ideologia de tal modo que as distorções do conhecimento não puderam mais ser vistas como meramente casuais e, ao mesmo tempo, já não poderiam ser encaradas como subprodutos ou epifenômenos da realidade material (Konder, P. 7, 1986, p. 96). Ou seja, já não se trataria de derivação mecânica do movimento objetivo do mundo, mas de um movimento subjetivo dos homens: “as *ideologias* não se deixam reduzir a um mero acúmulo de equívocos e, apesar de suas limitações, são capazes de impulsionar o processo histórico, ilustrando, de algum modo, a verdade de alguns de seus momentos essenciais” (Konder, P. 7, 1986, p. 96, *grifos do autor*). No entanto, muitas das análises marxistas

teriam se limitado a examinar o condicionamento prático das ideologias como consciência das relações capitalistas de produção, deixando de observar os problemas ligados ao espaço interno da problemática da consciência. Era nesse sentido que a contribuição de Freud seria fundamental.

Konder considerava valiosa a proposta de Rouanet em apontar no funcionamento dos “mecanismos de defesa” elementos decisivos para a compreensão adequada de “como, no espaço interno do sujeito, são deformadas tanto a percepção do mundo exterior como a própria percepção da vida interior” (Konder, P. 7, 1986, p. 97). Contra o poder mistificador da ideologia, extraído da ambiguidade estrutural dos sujeitos,¹⁹⁸ Konder voltava a apontar “o caminho da razão”, tarefa considerada “decisivamente democrática”. Isso porque, atomizado, o indivíduo não conseguiria se renovar suficientemente: “o processo pelo qual a consciência individual se emancipa das relações ideológicas distorcidas é um processo dialógico, pressupõe a experiência social, a comunicação com os interlocutores, a participação deles nas discussões políticas” (Konder, P. 7, 1986, p. 99). Assim, a dialética imanente do movimento do sujeito, às voltas com os problemas ligados aos seus “mecanismos de defesa” teria desembocado “num encontro sintomático com os fatores externos, da realidade social, objetiva” (Konder, P. 7, 1986, p. 99). Desse modo, a “falsa consciência” não só atuaria para desqualificar a verdade, como teria se tornado um estorvo para o processo político de realização da democracia.

Em sua revisão do lugar ocupado pela Escola de Frankfurt na cultura brasileira, Carlos Nelson Coutinho também se orientava pelo caminho da razão. Segundo Coutinho, o primeiro movimento desta escola no Brasil havia se dado com a chegada da obra de Marcuse, na segunda metade dos anos 1960, quando amplo setor da intelectualidade de esquerda radicalizava-se pois julgava não encontrar nas posições do PCB uma resposta adequada aos desafios da realidade (Coutinho, P. 7, 1986, p. 102). A leitura de Marcuse teria animado naquele momento uma “impaciência revolucionária”, fornecendo elementos para contestação radical da ditadura e do marxismo encarnado pelo “velho PCB”. Com a derrota da luta armada, entretanto, a leitura de Marcuse sofreria uma alteração profunda. Uma vertente althusseriana teria refluído, segundo Coutinho, “para

¹⁹⁸ Explicava Konder: “O princípio da realidade, em termos freudianos, se desenvolve na medida em que o princípio do prazer deixa de se impor ditatorialmente e é compelido a aceitar os esforços organizadores do *ego-real*. É então que passa a ser possível o desenvolvimento das distinções entre a realidade subjetiva e a realidade objetiva: o sujeito deixa de coincidir com o *agradável* (como ocorre no *ego-prazer*) e o mundo exterior deixa de ser *indiferenciado*. O pensamento, em seu avanço, permanece sempre marcado por uma ambiguidade que lhe é estrutural: ele é desejo e é empenho em inibir ou controlar o desejo (atividade teleológica, trabalho, disciplina)” (Konder, P. 7, 1986, p. 97, *grifos do autor*).

uma escolástica acadêmica e estéril” fundida com o estruturalismo. Por outro lado, os que mantiveram a “impaciência revolucionária” teriam ganhado nova feição, de rejeição “tão global quanto abstrata da ‘cultura’ em geral” (Coutinho, P. 7, 1986, p. 103). Assim, para o filósofo, todo um legado cultural, antes baseado na razão e na ciência, teria funcionado essencialmente como “instância repressora e alienante”, sendo fonte de inspiração para os movimentos da contracultura de início dos anos 1970. A retomada da “defesa da razão” teria ocorrido na primeira metade dos anos 1970, na visão de Coutinho, através de um movimento lukacsiano dentro do PCB¹⁹⁹ do qual ele próprio havia protagonizado junto a Konder e Luiz Sérgio Henriques, entre outros. Teria se travado, então, uma luta contra a “miséria da razão” encarnada nos estruturalistas e também contra o irracionalismo da contracultura.

O segundo impacto de Frankfurt no Brasil dava-se, então, com Sérgio Rouanet – mas agora vinculando-se, como Konder já havia ressaltado, a uma defesa radical da razão. Diferente da “excessiva politização” do espaço cultural que havia marcado a segunda metade dos anos 1970, quando também Gramsci emergira como “ponto obrigatório da reflexão marxista no Brasil”, agora, tendo atingido amplas liberdades democráticas, as polêmicas abertamente culturais teriam voltado à superfície. Dentre as premissas de Coutinho, estava a de que “sem polêmica sobre concepções do mundo e da cultura, não há luta pela hegemonia; e, sem luta pela hegemonia, não existe uma vida política saudável, ou seja, democrática e pluralista” (Coutinho, P. 7, 1986, p. 105).

Reforçando os elogios já tecidos por Konder, Coutinho achava que a obra de Rouanet teria consolidado “a elevação da ensaística brasileira ao nível de sua melhor congênere internacional”, contribuindo mesmo “para o enriquecimento da problemática frankfurtiana em termos universais” (Coutinho, P. 7, 1986, p. 106). A visada crítica de Coutinho acentuava os pontos de acordo entre a proposta frankfurtiana e a “tradição dialético-racionalista” lukacsiana, no empenho comum em distinguir a alta cultura e a cultura popular de massas. No entanto, era também nesse campo que surgiam as diferenças. Segundo um ponto de vista declaradamente gramsciano, que Coutinho considerava compatível ao lukacsiano, uma série de objeções eram destacadas. As objeções derivavam de um traço que Coutinho julgava demasiado rígido na obra de

¹⁹⁹ Esse grupo fora núcleo central de *Temas para Ciências Humanas*, do qual comentamos no segundo capítulo, e em *Presença* animaria o debate cultural, com menos intervenções políticas, campo dirigido pelas teses de Werneck Vianna. Como vimos, esse grupo teria optado pelo PT, diferentemente do núcleo teórico presencista, às voltas com um projeto de renovação comunista brasileiro fora do PCB.

Rouanet, e na própria Escola de Frankfurt, especialmente de influência adorniana – as distinções entre os vários níveis da cultura e da consciência social expressa através das obras culturais. Em síntese, Coutinho considerava que essa posição conduzia:

(...) a um certo imobilismo: por um lado, devemos proteger a cultura popular, que ele identifica, em mais de uma oportunidade, com o folclore (literatura de cordel, artesanato nordestino, etc.); por outro, trata-se de valorizar os produtos da alta cultura, operando *extraculturalmente* (por meio da democratização da sociedade) no sentido de que o povo tenha acesso a seus produtos. E, finalmente, cabe proteger ambas contra “a cultura de massas, nacional ou estrangeira”, adornianamente concebida como o reino da alienação e da manipulação (Coutinho, P. 7, 1986, p. 109).

Para sua crítica, Coutinho recorria às noções gramscianas de “folclore” – entendido enquanto “amálgama bizarro de elementos heterogêneos provenientes da cultura superior do passado”, como no caso do cordel – e “senso comum” – como “conjunto de concepções do mundo heterogêneas e mesmo contraditórias, que organizam a práxis dos ‘simples’, fornecendo-lhes normas para a ação” (Coutinho, P. 7, 1986, p. 109). A luta hegemônica implicaria depurar o senso comum, elevando-o ao “bom senso”, a uma concepção de mundo mais organizada e sistemática que, “liberta de anacronismos e mesclas bizarras, coloque-se à altura da modernidade e se converta em instrumento de uma práxis crítica” (Coutinho, P. 7, 1986, p. 109). Coutinho retomava conhecida passagem de Gramsci, em que afirmava ser mais importante, no nível da consciência social, o movimento de elevação ao bom senso entre as massas do que uma descoberta teórica que ficasse limitada a um círculo restrito.²⁰⁰ Desdobrando o raciocínio gramsciano, Coutinho defendia que a difusão da cultura poderia encontrar, sim, nos meios de comunicação de massa um “instrumento privilegiado”.²⁰¹ Nesse sentido, afirmava que:

²⁰⁰ “Coloca-se a questão se uma verdade teórica descoberta em correspondência a uma determinada prática pode ser generalizada e conservada universal em uma época histórica. A prova de sua universalidade consiste precisamente naquilo que esta se torna: 1) estímulo a conhecer melhor a realidade efetiva em um contexto diverso daquele no qual foi descoberta e no qual tem seu primeiro grau de fecundidade; 2) tendo estimulado e ajudado esta melhor compreensão da realidade efetiva, se incorpora nesta realidade mesma como se fosse sua expressão originária. Neste incorporar-se se encontra sua concreta universalidade, não meramente em sua coerência lógica e formal, e no fato de ser um instrumento político útil para confundir o adversário. Em suma, deve sempre vigorar o princípio de que as ideias não nascem de outras ideias, que as filosofias não são paridas de outras filosofias, mas que estas são expressão sempre renovada do desenvolvimento histórico real. A unidade da história, isto que os idealistas chamam unidade do espírito, não é um pressuposto, mas um contínuo tornar-se progressivo. Igualdade de realidade efetiva determina identidade de pensamento e não vice-versa. Se se deduz ainda que cada verdade, enquanto é universal, e enquanto podendo ser expressa com uma fórmula abstrata, de tipo matemático (para a tribo dos teóricos), deve a sua eficácia ao fato de ser expressa nas linguagens das situações concretas particulares: se não é exprimível em línguas particulares, é uma abstração bizantina e escolástica, boa para o divertimento dos remastigadores de frases” (C. 9, §63, p.1133-1134).

²⁰¹ Também em 1986, Antonio Candido alertava que o processo de difusão das comunicações e da cultura de massas tal qual historicamente se deu no Brasil e demais países latino-americanos descartaria essa

(...) ao trabalhar num nível demasiadamente abstrato, “filosófico-universal” (...) tende a deixar de lado muitas mediações sociais concretas, sem as quais é impossível realizar uma análise histórico-materialista da cultura e, como consequência, propor uma política cultural democrática e socialista, que não perca de vista a questão da luta pela hegemonia entre diferentes blocos de classe (Coutinho, P. 7, 1986, p. 111).

Na visão de Coutinho, os meios de comunicação de massa seriam terreno de “guerra de posições” entre blocos sociais conflitantes. Este era mais um dos conceitos gramscianos que orbitavam a reflexão sobre a revolução passiva brasileira, de modo a assinalar novas modalidades de luta e organização de classes, consideradas “modernas” ou “ocidentais”. A partir da metáfora militar, Gramsci havia proposto que, diferentemente da “guerra de movimento”, a guerra de posição seria preparada “minuciosamente pelo Estado e classes sociais em tempo de paz” (C. 10, § 9, p. 1228). Assim, seria expressão de “assédio recíproco” entre as classes, desenvolvendo-se constantemente “em todas as sociedades capitalistas modernas” (C. 13, §24, p. 1615).²⁰² Nota-se, portanto, uma positividade latente também na análise de Coutinho sobre a modernização brasileira, considerando próspera a batalha hegemônica através dos meios de comunicação de massa. A ênfase negativa desse processo, trazida por Rouanet, carregaria o risco do “imobilismo” – noção cara às análises da transição democrática, e sintomática do desejo por transformações que o momento carregava. O fundamental, em que pesasse os obstáculos, era o *movimento*.

A tentativa de delinear uma apropriação da “modernidade” pela esquerda era central às preocupações de *Presença*, como constata-se exemplarmente em artigo de Luiz Sérgio Henriques neste sétimo número. Para ele, o desafio estaria em iluminar, por um

possibilidade. As massas passariam da base folclórica, como analfabetos, diretamente para o “folclore urbano” – e isso explicaria o porquê de a alfabetização não aumentar proporcionalmente o número de leitores de literatura. Absorvidos pelo processo de urbanização, passariam sem mediações, para o domínio do rádio, da televisão, da história em quadrinhos, constituindo a base de uma “cultura de massa” (Candido, 2017 [1986], p. 174). Assim, o homem rural se converteria à sociedade urbana “por meio de recursos comunicativos que vão até a *inculcação subliminar, impondo-lhes valores duvidosos e bem diferentes dos que o homem culto busca na arte e na literatura*” (ibid., p. 175, *grifos nossos*). Este era um problema considerado dos mais graves, por Candido, dada a “interferência maciça do que se poderia chamar o *know-how* cultural e dos próprios materiais já elaborados de cultura massificada, provenientes dos países desenvolvidos” (ibid., p. 175). Com isso, os países do centro não apenas difundiriam valores, mas atuariam através deles para orientar a opinião e a sensibilidade das populações periféricas no sentido dos seus interesses políticos. Sobre o processo de desintegração da base cultural “folclórica” acarretada pela modernização, ver célebre estudo sociológico no interior do estado de São Paulo a respeito da cultura caipira: Candido, A. ([1964] 2010).

²⁰² Gramsci destacou que no processo do *Risorgimento* a classe dirigente italiana, por meio de “transformismo”, absorveu habilmente as elites dos grupos inimigos. Assim, formou-se uma ampla classe dirigente que, por “revolução passiva”, permitiu a unificação do país. Essa dinâmica revelava uma luta por guerra de posição que levaria, mais de meio século depois, ao advento do fascismo (Ciccarelli, 2017, p. 360).

lado, a ambiguidade liberal-conservadora da ideia de modernidade sintetizada na “exaltação do absolutismo da empresa privada, no recurso aos ‘espíritos animais’ do capitalismo, temperado no plano político por uma ideia de democracia como sistema de regras posto à margem da história” (Henriques, P. 7, 1986, p. 133). Por outro, estaria o desafio de propor um conceito de modernidade centrado nas forças do trabalho, o que obrigaria uma “análise rigorosa da tradição comunista”. Seus pontos altos estariam na ruptura com o sistema capitalista em 1917 e na “inesquecível” resistência ao fascismo e ao nazismo (Henriques, P. 7, 1986, p. 133). Ambos os “pontos altos” estariam muito distantes, tornando-se patente a “autorrenovação” da tradição que perdia, naquele momento, sua capacidade de atração política.

Em resumo, Henriques defendia que essa autorrenovação dependia de uma crítica às estruturas do monolitismo consagradas pelo “socialismo real”; bem como da denúncia da fusão entre partido e Estado, da degradação do marxismo a “*instrumentum regni*” e, por fim, da forma “abastardada” do marxismo-leninismo transformado em ideologia oficial do Estado, o “stalinismo teórico” (Henriques, P. 7, 1986, p. 135). Ao esquivar-se dessa crítica, os comunistas promoveriam uma visão ideológica do partido, tornando-se anacrônicos ao requisito moderno da laicidade da política. Henriques concluía, portanto, que seria impossível não elaborar “o nexo entre democracia e socialismo, *que substancialmente falta nas experiências do ‘socialismo real’*” (Henriques, P. 7, 1986, p. 136, *grifos do autor*). Rejeitar essa tarefa seria operação suicida, pois, privilegiar a democracia significaria “restar sob hegemonia burguesa”, enquanto que acentuar só o “socialismo” significaria recair num “revolucionarismo abstrato” (Henriques, P. 7, 1986, p. 136).

Ainda sobre o mesmo assunto, um dos coordenadores da revista no Rio de Janeiro, Manuel Palácios, abordava o fato da ideia de moderno associar-se intuitivamente, através das noções de progresso e individualidade, ao desenvolvimento das relações capitalistas. No entanto, a modernização só poderia assumir “significado contemporâneo”, segundo Palácios, se “progresso” implicasse na superação da “atual sociedade” (Palácios, P. 7, 1986, p. 139). Ou seja, haveria, para Palácios, uma dialética da modernização – típica aos processos de revolução passiva – em que a depender de como e quem a protagonizasse e de quais alianças realizasse, resultariam situações variáveis quanto à relação conservação/ruptura (Palácios, P. 7, 1986, p. 139).

Nesse sentido, confluyente a Henriques, Palácios considerava desafio fundamental a realização de uma “crítica comunista” ao projeto modernizante de corte autoritário e,

ressoando tese de Coutinho, reivindicava o reconhecimento de que a relação entre democracia e socialismo não fosse a mesma que se estabeleceria entre meio e fim, mas constituir-se-iam “aspectos de um mesmo trânsito a uma sociedade regulada” (Palácios, P. 7, 1986, p. 144). Ou seja, *a priori*, moderno não se identificaria nem ao burguês nem ao proletário – caberia ao ator histórico realizá-lo. Como diagnosticava crise de hegemonia capitalista naquele momento e não registrava o fenômeno neoliberal, Palácios continuava a afirmar que a burguesia não estaria sendo capaz de incorporar o moderno à sua ordem. Assim, entendia ser a classe operária o portador histórico-concreto de sua realização, da “possibilidade de um novo universal” (Palácios, P. 7, 1986, p. 144).

O nono número de *Presença* fazia circular importante debate do marxismo internacional sobre o tema da modernidade. A revista registrava em sua seção cultural o debate entre Perry Anderson e Marshall Berman originalmente realizado nas páginas da *New Left Review* em 1984. No Brasil, a repercussão do debate revelava também as distintas perspectivas da esquerda nacional – a crítica de Anderson à obra *Tudo que é sólido desmancha no ar* de Berman fora publicada na *Novos Estudos Cebrap* em 1986, enquanto a resposta de Berman era reproduzida pela *Presença* em 1987, com apresentação e sugestão de bibliografia de Wanderley Guilherme dos Santos.²⁰³

O eixo de *Tudo que é sólido...* era a confluência do pensamento de Marx com a tradição modernista, em especial a partir de uma leitura do *Manifesto do Partido Comunista*, com o foco voltado ao desenvolvimento do indivíduo moderno e a modernidade como processo subjetivo de autodesenvolvimento ilimitado. Para Berman, não seria o caso de indicar um caminho que permitisse sair das contradições da vida moderna, mas sim um caminho mais seguro e mais profundo que levasse exatamente ao cerne dessas contradições (Berman, 2007 [1982], p. 156). Não caberia mais a ilusão de que as contradições pudessem ser abolidas por revoluções – uma eventual sociedade comunista só aprofundaria a experiência da modernidade, que seria reposta num fluxo perpétuo. Havia nessa leitura uma valorização da liberdade individual como pré-requisito da liberdade coletiva e uma crítica às organizações marxista-leninistas que haviam sacrificado essa individualidade em nome do partido ou da revolução (Ridenti, 2010, p. 165). Fazia sentido que os presencistas vocalizassem a posição de Berman, tendo em vista o acerto de contas que buscavam realizar com o passado de militância comunista em meio a um contexto de modernização que viam como irrefreável.

²⁰³ Para Santos, a tradução do texto de Berman teria o sentido de “abrir ao leitor avenidas de reflexão sobre a descoberta da modernidade e o impacto de suas implicações” (Santos, P. 9, 1987, p. 123).

Perry Anderson via na proposta de Berman, entre outras críticas, o risco de fornecer justificativa teórica para o abandono das transformações estruturais, dada a inviabilidade das esperanças revolucionárias, restando apenas a possibilidade de fruir da perpétua reposição das contradições da modernidade, em vez de lutar para superá-las (ibid., p. 167). Anderson sugeria, assim, a possibilidade de apropriação neoliberal do livro que, involuntariamente, promoveria uma leitura do *Manifesto do Partido Comunista* ajustada ao narcisismo da era Reagan: “apesar de toda a sua exuberância, a versão que Berman dá de Marx, enfatizando de modo virtualmente exclusivo a liberação do eu, acaba por aproximar-se desconfortavelmente – por mais radical e decente que seja seu tom – das suposições da cultura do narcisismo” (Anderson, 1986, p. 14). Anderson se opunha à ideia de uma revolução continuada, implícita na leitura de Berman, e à qual os gramscianos brasileiros se engajavam teórica e politicamente:

Revolução é um termo com um sentido preciso: a destruição política, de baixo para cima, de uma ordem estatal, e sua substituição por outra. Não se ganha nada ao se diluir no tempo esta noção, ou ao estendê-la por todas as áreas do espaço social. No primeiro caso, ela se torna indistinguível de meras reformas, não importando quão pequena ou gradual: tal como ocorre na ideologia do Eurocomunismo atual ou nas versões cognatas da Social Democracia; no segundo caso, ela se reduz a mera metáfora — podendo ser reduzida simplesmente a não mais que supostas conversões morais ou psicológicas, como ocorre na ideologia do maoísmo, com sua proclamação de uma “Revolução Cultural”. Contra essas desvalorizações irresponsáveis do termo, com todas as suas consequências políticas, é necessário insistir que a revolução é um processo *pontual* e não permanente (Anderson, 1986, p. 15, *grifos do autor*).

Para Anderson, o mundo capitalista avançado não possuiria qualquer prospecto desse tipo como horizonte próximo ou distante.²⁰⁴ Era justamente a falta de qualquer alternativa ao capitalismo de consumo o que bloquearia qualquer renovação cultural profunda, e que fazia do modernismo “a mais vazia das categorias culturais” – não

²⁰⁴ Haveria, no entanto, uma especificidade no Terceiro Mundo, que “como sombra” reuniria algumas das condições que teriam prevalecido no Primeiro Mundo após Segunda Guerra Mundial: “a intersecção entre uma ordem semiaristocrática, uma economia capitalista semi-industrializada e um semiemergente ou insurgente movimento operário” (Anderson, 1986, p. 9). Anderson acrescentava que “nessas regiões, onde ele ocorre, o desenvolvimento capitalista é, de modo típico, muito mais rápido e dinâmico que nas zonas metropolitanas, mas, por outro lado, está ali infinitamente menos estabilizado ou consolidado; a revolução socialista ronda essas sociedades como permanente possibilidade, já de fato realizada em países vizinhos – Cuba ou Nicarágua, Angola ou Vietnã. Foram estas condições que produziram as verdadeiras obras-primas dos anos recentes que se conformam às categorias de Berman: romances como *Cien Años de Soledad*, de Gabriel García Marquez, ou *Midnight's Children*, de Salman Rushdie, na Colômbia ou na Índia, ou filmes como *Yol*, de Yilmiz Güney, na Turquia. Obras como estas, porém, não são expressões atemporais de um processo de modernização em constante expansão, mas surgem em constelações bem delimitadas, em sociedades que ainda se encontram em cruzamentos históricos definidos. O Terceiro Mundo não oferece ao modernismo nenhuma fonte da eterna juventude” (Anderson, 1986, p.12, *grifos nossos*).

designando nenhum objeto passível de descrição por si mesmo e carecendo “completamente de qualquer conteúdo positivo” (ibid., p. 15). Para Berman, ao contrário, este “horizonte fechado” deveria ser pensado como problema e não como “condição humana” (Berman, P. 9, 1987, p.125). Se a estrutura teórica o tivesse levado a um “beco sem saída” – aqui outra palavra correspondente e muito utilizada na época para designar o “imobilismo” – então ele “poderia voltar-se e olhar em outra direção, onde talvez existam muitos problemas, mas ao menos existe luz e espaço” (Berman, P. 9, 1987, p.125). A concepção alternativa de natureza humana oferecida por Berman, comprometido com a busca de “luz e espaço”, seria a da certeza da permanente abertura de “novos horizontes”:

quando algumas de nossas esperanças veem-se desapontadas, nós descobrimos ou criamos novas visões que inspiram novas esperanças. É assim que nossa espécie tem sobrevivido a tanta tristeza e ruína através dos tempos. Se a humanidade tivesse aceito, alguma vez, a ideia de “juízo final” da história, nossa história já teria encerrado há muito tempo (Berman, P. 9, 1987, p.125).

Para demonstrar essas “novas esperanças”, Berman apresentava cenas do cotidiano, “das ruas”. É compreensível que *Presença* publicasse essa perspectiva e animasse o debate, dado seu particular interesse aos temas do cotidiano, às questões da cidadania e à valorização da modernidade. Mais compreensível que o fizesse ainda em meio a uma crise de identidade comunista, engajada com uma autocrítica da tradição e sua renovação. Como é patente na trajetória da revista, também nesse caso, a recusa ao “imobilismo” pareceria levar a soluções que ficavam no limiar entre a autocrítica que poderia colocar num patamar superior seu engajamento político e o abandono desse engajamento, em vista das possibilidades realmente existentes, continuamente compreendidas como insuficientemente “modernas” ou anacrônicas.²⁰⁵

Sérgio Rouanet voltava a ser tematizado por *Presença* em seu décimo número, visto justamente como privilegiado interlocutor de uma esquerda “atenta às exigências da modernidade”, mas que não negava a “inspiração marxiana original” (Henriques, P. 10, 1987, p.133). Luiz Sérgio Henriques destacava que os debates das teses de Rouanet permitiram mesmo reafirmar linhas de pesquisa e de orientação prática fundamentais ao contexto de renovação. Em primeiro lugar, destacava-se o empenho em reaproximar as noções de socialismo e democracia e, em segundo, a recusa do irracionalismo, considerada “armadilha permanentemente preparada pela crise cultural de nosso tempo”

²⁰⁵ Para uma análise detida da recepção de Berman no Brasil, ver capítulo “Intelectuais na (re)democratização: Marshall Berman e seu público brasileiro” (Ridenti, 2010).

(Henriques, P. 10, 1987, p.133). Parte da “nova esquerda”, segundo Henriques, e de uma certa leitura do pós-estruturalismo, teria passado a considerar a razão como principal agente da repressão, e não como o órgão da liberdade, tal qual afirmava a “velha esquerda” (Henriques, P. 10, 1987, p.134).

Contra essa perspectiva, o autor valorizava a tentativa de Rouanet em destacar a atualidade do Iluminismo, entendendo-o não como corrente confinada no século XVII, mas como tendência básica do pensamento, “portadora obstinada de um projeto de emancipação para o homem: a maioria moral e intelectual” (Henriques, P. 10, 1987, p.135). Parte da tradição comunista estaria, assim, sendo recuperada por Rouanet que ampliava a trajetória do Iluminismo de modo a abarcar Freud, Marx e Adorno. A dificuldade estaria em conceber o Iluminismo como dialética, na medida em que ele também preparara o advento da moderna dominação burguesa:

O liberal-conservadorismo, que vive a positividade capitalista como se estivesse candidamente instalado no melhor dos mundos, recolhe a herança da ilustração, mas transforma o demônio da negação e da dúvida num pobre diabo aposentado. Agora, não mais se pode criticar *globalmente* o que existe (...) (Henriques, P. 10, 1987, p.136, *grifos do autor*).

Em oposição a isso, “um pensamento iluminista moderno teria como pressuposto muitas críticas à própria Ilustração” (Henriques, P. 10, 1987, p.136). Do mesmo modo, a esquerda comunista se encontraria num “beco sem saída” da qual só poderia sair se passasse a encarar os valores da democracia política como “exigência de sua concretização, exigência esta verdadeiramente explosiva nas condições de desigualdade material, econômica, entre as classes e os indivíduos da sociedade burguesa” (Henriques, P. 10, 1987, p.136). Henriques referenciava-se em Biagio de Giovanni para defesa de uma “teoria política do socialismo”. Em contraste com a cultura liberal-burguesa, para a qual não haveria a questão da hegemonia, esta teoria insistia em mostrar que não haveria pluralismo em abstrato, mas que, através do próprio pluralismo da sociedade burguesa passaria um tipo de hegemonia historicamente determinado (Henriques, P. 10, 1987, p.137). Ou seja, através da categoria de hegemonia se pretendia contribuir para um entendimento crítico e racional da “estrutura do mundo” sem negar, ao mesmo tempo, um aspecto básico da democracia política – o próprio pluralismo (Henriques, P. 10, 1987, p.13.7).

No décimo terceiro e décimo quarto números de *Presença*, Maria Alice Rezende de Carvalho discutia a viabilidade das chamadas “revistas de opinião”. Além da tendência à especialização profissional, o caminho da institucionalidade democrática estaria

apontando para o funcionamento de um sistema pluripartidário que seccionaria e também “especializaria” a intervenção política (Carvalho, P. 13, 1989, p. 155). A própria revista *Presença*, nesse sentido, seria exemplo e espaço para a reflexão crítica sobre o projeto de “formular e difundir ‘opiniões’”. A tese de fundo de Carvalho é a de que os limites que esse tipo de intervenção encontraria e as características da modernização no Brasil estariam relacionados.

Frente ao processo de “revolução-restauração”, a vocação intelectual teria se cindido entre a “vontade transformadora” e as “energias destrutivas que decorrem da percepção da reprodutibilidade que a ordem oligárquica e excludente tem demonstrado ao longo de todo esse processo” (Carvalho, P. 13, 1989, p. 156). Essas transformações recomendariam, segundo a editora, não uma sociologia dos intelectuais, mas uma investigação sobre o “progressivo esvaziamento de um certo tipo de *sensibilidade modernista*” (Carvalho, P. 13, 1989, p. 156, *grifos da autora*). Ecoando as teses de Marshall Berman, Carvalho afirmava que toda trajetória da modernização no Ocidente teria levado os intelectuais a um conflito entre “a tendência à autonomização do pensamento e a resistência oferecida pelos sistemas de referência consagrados” (Carvalho, P. 13, 1989, p. 158). Entre os “modernos” do século XIX, “devotos ao propósito iluminista”, nos termos de Carvalho, esse conflito teria levado a uma incorporação de “elementos românticos”, como a recusa à institucionalidade burguesa, e a construção de uma utopia baseada na “revolucionarização permanente das formas de vida engendradas pela burguesia” (Carvalho, P. 13, 1989, p. 158-9).

A partir das aproximações possíveis entre as perspectivas de Marx e Tocqueville, considerados representantes de um tipo de modernismo, Carvalho buscou mostrar como os pressupostos para a legitimação de uma determinada ordem são históricos e não abstratos (Carvalho, P. 14, 1989, p. 69). Em suma, tanto Marx quanto Tocqueville teriam produzido uma reflexão sobre os fundamentos da sociabilidade, nas quais teriam se destacado uma dimensão normativa, seja na predição da socialização do trabalho, seja na generalização das associações voluntárias (Carvalho, P. 14, 1989, p. 71). Em ambos, a constituição de uma finalidade comum a toda a sociedade não seria tarefa da política, mas da própria dinâmica social.

No Brasil, ao contrário, o tema central à reflexão sobre as revistas de opinião seria o da “valorização excessiva da política nas tarefas de solidarização dos indivíduos e de contenção de uma temível energia centrífuga que é tida como constitutiva da vida social brasileira” (Carvalho, P. 14, 1989, p. 71). A hipótese de Carvalho era a de que, nas

sociedades autocráticas como a brasileira, em que há baixa formalização das relações interpessoais e uma indistinção básica entre as esferas pública e privada, a imposição do moderno promoveria alterações significativas no padrão de acumulação sem, no entanto, uma racionalização da vida social (Carvalho, P. 14, 1989, p. 72). Daí que a sociologia acenasse para os intelectuais como uma possibilidade de “criação” da realidade:

(...) na ausência de um processo massivo de individuação – que é a premissa cultural presente nas transformações da ordem política nas sociedades da Europa ocidental e também da experiência democrática norte-americana –, os intelectuais dispõem-se a preencher esse “vazio” a partir de uma decisão voluntária de constituir o mundo segundo determinados preceitos ordenadores (Carvalho, P. 14, 1989, p. 74).

Para Carvalho, todo o processo de modernização brasileira – tomado como um só processo desde o Império – poderia ser resumido como a história de um “sentimento de desencontro dramaticamente vivido pelos intelectuais entre a Razão e a História” (Carvalho, P. 14, 1989, p. 75). O sentimento revelaria uma concepção de mundo dotada de um destino prefigurado, rumo a uma suposta racionalização crescente que nunca se completou. A premissa das revistas de opinião seria, portanto, não a de “mudar o mundo”, mas da “organização de um mundo fragmentado” (Carvalho, P. 14, 1989, p. 75). Desde os anos 1960, entretanto, os pressupostos teriam mudado, “toda a cultura que sedimentou a percepção do tipo de intelectual referido à *Opinião* encontra-se questionada” (Carvalho, P. 14, 1989, p. 76). Para a editora, teria mudado, sobretudo, a expressão do domínio burguês na sociedade brasileira. Os intelectuais agora teriam identidade e lugar, o que implicava uma tomada de posição:

Eles não são mais os herdeiros de contradições não contemporâneas a eles próprios, projetando sua identidade num horizonte bloqueado e sombrio. São, antes, o espelho de um bem-sucedido processo de modernização, incorporadora e massiva. *O modernismo que está em crise entre nós é o modernismo que consagrou a ideia da palavra como organizadora do mundo. São muitas, agora, as palavras. E é bom que comecemos a pensar sobre a nossa* (Carvalho, P. 14, 1989, p. 76, grifos nossos).

Essa constatação de Carvalho era reforçada na décima-sexta *Presença*, de abril de 1991, como tema de “inadiável reestruturação” da revista. Além da perda de apoio editorial do CNPq, a partir daquele número, havia também uma mudança política em curso. Reproduzindo argumentos de seus textos anteriores, a editora afirmava que o caminho da institucionalidade estaria se erguendo em torno do pleno funcionamento de um sistema pluripartidário que seccionaria o campo de vigência do pensamento pluralista e especializaria a intervenção política (Carvalho, P. 16, 1991, p. 5). Esse contexto

deslocava a primazia das revistas de opinião na organização e vocalização desse tipo de pensamento. Os limites do projeto editorial confundiam-se com os próprios limites da renovação teórico-política proposta pela revista. Na realidade, não havia se conformado uma renovação comunista e a solução proposta pelos presencistas, centrada na democracia política e na aliança entre esquerda e liberais, havia se visto frustrada pela realidade. O ímpeto de Carvalho em refundar a revista para que pudesse ter continuidade não daria certo, tendo a *Presença* publicado apenas mais dois números nos anos de 1992 e 1993.

Conclusão – As almas das revistas e os distintos alcances das traduções

Ao longo desta tese, seguimos o percurso das revistas gramscianas *Pasado y Presente* e *Presença* enquanto tentativas de tradução em linguagem teórica das realidades argentina e brasileira, tendo como ponto de partida analogias histórico-culturais estabelecidas por categorias originalmente formuladas pelo marxismo italiano. Entendemos que ambas as empreitadas editoriais tenham corroborado a hipótese lançada por Jacques Julliard: “(...) em quase todos os casos, não existe uma revista digna desse nome sem que um homem tenha lhe consagrado suas *ideias*, seu tempo, sua energia e às vezes seu dinheiro. *Uma revista pode ter uma vida coletiva, mas sua alma permanece sempre individual*” (Julliard, 1987, p. 5, *grifos nossos*). Enquanto “aventuras coletivas”, as revistas nos contam a história de grupos de intelectuais marxistas que encontraram nas sugestões teóricas e políticas dos comunistas italianos a força motriz de seus projetos de renovação cultural da esquerda, em oposição às estruturas consideradas dogmáticas dos partidos comunistas. O fato de terem se constituído, a partir da identidade gramsciana, em espaços plurais e heterodoxos de ampla circulação de ideias não nega – sobretudo no que diz respeito às *ideias* repercutidas – certos “compromissos pessoais”. Propomos, como conclusão, ser possível comparar os distintos alcances das traduções, realizadas por *Pasado y Presente* e *Presença*, a partir da sequência de hipóteses interpretativas realizadas por José Aricó²⁰⁶ e Luiz Werneck Vianna – as *almas* das revistas.

Segundo os parâmetros da tradutibilidade que buscamos desenvolver neste trabalho, a decisão por Aricó e Vianna não se explica unicamente pelo engajamento dos autores com os afazeres da revista, papel que costuma ser próprio dos editores – que coincide no caso argentino com a figura de Aricó, mas que caberia melhor, no caso presencista, a Maria Alice Rezende de Carvalho que foi a editora mais longeva na revista. Tampouco se explica devido a critérios de fidelidade ou rigor teórico na forma com que lidaram com o pensamento de Antonio Gramsci – é possível que, no caso de *Pasado y Presente*, Portantiero pertencesse melhor a esse juízo, bem como, no Brasil, talvez esse fosse o lugar de Carlos Nelson Coutinho. Nossa escolha está pautada, antes, pelo desafio dialético da tradução animado pelos autores – na busca por novas interpretações, enquanto sínteses possíveis da tensão imanente entre um esquema teórico geral e a forma peculiar que este apresenta em uma dada realidade histórico-social. Mas, se um mesmo

²⁰⁶ No caso de *Pasado y Presente*, destaca-se a ênfase na qualidade coletiva, dada a maior quantidade de sínteses do grupo em textos assinados por todos os “editores”.

ímpeto encorajou as iniciativas de nossos tradutores, seriam distintos os alcances de suas traduções.

Ao adentrarem o profícuo caminho das analogias promovidas pelo pensamento gramsciano para refletirem sobre a história da Argentina e do Brasil, Aricó e Werneck Vianna parecem ter sido atormentados por um problema político comum, que talvez decorresse do método compartilhado – *por que não havia em seus países um Partido Comunista Italiano?* O panorama histórico no qual havia se desenvolvido o capitalismo e se unificado o Estado na Itália servia de quadro geral para elevar as semelhanças entre os países, ao mesmo tempo em que podia servir ao propósito de diminuir suas diferenças. Se o quadro geral da “incompletude” italiana servia para destacar as formas espúrias da hegemonia burguesa na Argentina e no Brasil, aproximando os comunistas de suas realidades, uma assombrosa inferioridade era sentida, quando subterraneamente comparavam-se política e culturalmente aos italianos – que haviam tido não só Gramsci como fundador e dirigente, mas também Togliatti e Berlinguer, de cujas teses específicas se alimentariam nossos autores em suas polêmicas com os partidos comunistas nacionais.

Na Argentina, embora Aricó tivesse rompido com Agosti – na radicalização de seu impulso antiliberal e na abertura a diversos aspectos do conhecimento humano, em especial à questão da subjetividade – dar-se-ia continuidade ao paralelismo histórico que havia despontado em sua obra. Agosti havia apontado, à luz do *Risorgimento*, um profundo abismo na relação entre intelectuais e massas na Argentina. Partindo desse diagnóstico, o primeiro número de *Pasado y Presente* enunciava o objetivo de construir a “ponte” perfeita que ligasse a teoria à realidade. O primeiro movimento, nesse sentido, foi o de fazer circular na Argentina o que se considerava de mais avançado no campo da filosofia marxista – justamente, o produzido pelos comunistas italianos, que deveriam ser imitados na busca por um novo marxismo que expressasse, de fato, a realidade complexa que viviam.

O projeto de realizar essa atualização da teoria por dentro do partido comunista fracassara logo no primeiro número, levando os cordobeses a transformar a iniciativa editorial da revista no que desejavam para o PCA – um lugar de inovação teórica comunista antistalinista, a exemplo do PCI. Se a identidade comunista era assegurada graças à referência heterodoxa italiana, esta não seria suficiente para fundamentar a inovação teórica. Nesse aspecto, seria fundamental o desenvolvimento de uma série de investigações que pretendiam “objetividade científica” em perspectiva sociológica, filosófica e estética a respeito da particular situação argentina. Caberia a Aricó – e nos

textos assinados por todos os editores – o papel de sintetizador destes resultados numa visão de Argentina. A construção desta visão não foi linear, mas desenvolveu-se de modo errático e dinâmico. Num primeiro momento, o anseio por inverter o processo de enquadramento da realidade a princípios gerais foi falho. Afastando-se dos modelos eurocêntricos, a experiência argentina passou a ser plasmada ao modelo cubano. O exagero na teoria sobre o papel revolucionário da “sociedade tradicional” levaria a uma análise equivocada e a uma experiência trágica. A despeito disso, o destaque dado ao problema da unidade nacional faria Aricó avançar suas hipóteses sobre a questão regional argentina.

Desta investigação calcada na analogia com a Questão Meridional italiana desenvolver-se-ia a compreensão do que parecia ser o “grande outro” da cultura comunista no país – o peronismo. A singularidade do fenômeno seria uma das frustrações da fantasia italiana, abrindo a avenida para a realidade argentina – não havia instrumentos conceituais prontos para percorrê-la. Primeiramente abordado através da noção de “bonapartismo”, o peronismo foi entendido como soldagem ideológica ao bloco formado pela burguesia nacional, às velhas oligarquias e às classes trabalhadoras em oposição ao imperialismo. Findada a experiência peronista no poder em inícios dos anos 1950, recorrer-se-ia outra vez ao arranjo nacionalista com o “integracionismo” – nova categoria formulada por Portantiero para a reedição da frente bonapartista sob a liderança de Frondizi – que, no entanto, se quebraria em 1962. Neste cenário, Aricó (PyP 4, 1964) proporia uma agenda de pesquisa centrada nas raízes históricas do capitalismo argentino de modo a se afastar da perspectiva ideológica que unia comunistas e liberais. Deste exame resultaria a visão da Argentina como “unidade formal de realidades contraditórias” em que se justaporiam diversas temporalidades – o litoral agrário e industrial e o interior colonial. Ao destacar a unidade entre as classes dominantes, ampliando as categorias inspiradas na análise de Gramsci, Aricó refutava como falsa a dicotomia entre indústria nacional e imperialismo. Na verdade, o capital monopolista estrangeiro e a burguesia nacional estariam vinculados por uma vasta trama de conexões, chegando mesmo a ser interdependentes. O “atraso” e o “moderno” conformariam um equilíbrio de “múltiplas contradições” – sendo vantajosa a diferença entre a “velha” e “nova” estrutura, que concedia ao capital a extração de “benefícios extraordinários”.

Aricó mostrava, ademais, que o positivismo teria sido a “ideologia” difundida por intelectuais de modo a manter esse bloco coeso – nessa visão, não teria sido o desenvolvimento *histórico* do capitalismo argentino, mas as “desigualdades naturais”, os

“fatores psicológicos” ou mesmo os “estigmas biológicos” que explicariam a divisão do país. No caso específico do PCA, essa ideologia teria se expressado na forma de ingenuidade sociológica e paternalismo, na expectativa de que a massa operária estivesse sempre pronta, só esperando a vanguarda chegar para fazer a revolução. Vale registrar que o próprio Aricó recairia nessa mesma ingenuidade, enquadrando os camponeses do “hinterland” ao esquema guevarista dos focos guerrilheiros.

A aspiração por realizar uma interpretação científica persistiria, entretanto, no esforço por circunscrever os conflitos reais que perpassavam o fenômeno do peronismo. A compreensão equivocada deste como uma forma de nazismo ou fascismo seria própria a uma perspectiva cosmopolita que deixaria de fora da análise todo o específico processo de desenvolvimento na Argentina de uma nova classe trabalhadora formada naqueles anos fundamentalmente por migrações internas. Aqui aparecia uma nova elaboração de Aricó a respeito do peronismo. Visto “desde baixo”, seria identificado a uma forma de resistência particular aos intentos políticos de integração e homogeneização encarados pelas classes dominantes argentinas. O cordobês identificava no fenômeno o surgimento, em meados dos anos 1960, de um sentido de “diferenciação” ou “separação” que evidenciaria na classe operária argentina um primeiro escalão da conquista progressiva de uma consciência de classe (Aricó, PyP 9, 1965). Aricó não deixava, entretanto, de sublinhar neste processo os limites ideológicos do “populismo”. O fato a se reter era o de que haveria uma identificação sólida, quase absoluta, entre proletariado industrial e ideologia peronista.

Tornar-se-ia muito mais complexa a base social peronista no período que separa a fase cordobesa de *Pasado y Presente* de sua fase portenha, que abarcou a ditadura militar de 1966 a 1973. A ofensiva do capital monopolista, como havia se realizado no Brasil, teria sido fracassada graças à resistência das classes trabalhadoras, e a eleição de Hector Cámpora em 1973 representaria, finalmente, a possibilidade de uma “nova consciência socialista”. Nesta nova fase, avançar-se-ia a compreensão de que os problemas de “imaturidade” ou “deformações conjunturais” da Argentina não se resolveriam pelo desenvolvimento econômico, mas seriam inerentes a eles. A superação da situação de dependência estaria condicionada ao rechaço radical do modelo de desenvolvimento do capitalismo avançado, a partir de um processo de “revolucionarização” – não se tratava mais de *tomar o poder*, mas de realizar um longo processo histórico de subversão das relações capitalistas. Essa possibilidade brotava das lutas operárias e populares situadas no interior do peronismo e no chão da fábrica. Se,

para Gramsci, a questão camponesa na Itália não poderia ser separada da “Questão Meridional”, igualmente a “questão operária” na Argentina não poderia se separar da “Questão Peronista”. O drama argentino seria, na verdade, o de todas as sociedades dependentes – o ponto de partida para a prática e consciência socialistas estaria dado pela adesão de amplas massas a movimentos nacional-populares. O caso argentino teria a especificidade, entretanto, de possuir como protagonista deste movimento a grande maioria da classe operária. Assim, as eleições de março de 1973, que levaram à vitória peronista, teriam aberto uma nova fase do peronismo, então marcada pelas lutas operárias e populares e pelo rechaço ao projeto monopolista. A analogia italiana passava a ser da experiência de conselhos e no centro da reflexão estava posta a ação espontânea das classes operárias e a revolução como processo social – Turim por Córdoba, *L’Ordine Nuovo* por *Pasado y Presente*.

O problema é que o retorno de Perón em junho de 1973 marcaria uma reorientação no campo, que passaria a se articular anacronicamente aos interesses da burguesia nacional que demandava uma consequente desmobilização das massas. As teses de *Pasado y Presente* já haviam refutado a hipótese do arranjo nacionalista clássico, pois as condições objetivas teriam mudado, dado o entrecruzamento das forças imperialistas junto ao desenvolvimento do capitalismo nacional, pelo menos desde a década de 1960. Os riscos da violência contrarrevolucionária eram destacados pelos editores, que insistiram para que as forças revolucionárias que haviam brotado do peronismo não partissem para a luta armada e permanecessem como processo social fundado na centralidade econômica e política da fábrica. A análise dos gramscianos de *Pasado y Presente* mostrar-se-ia correta, a luta armada seria derrotada e uma nova Ditadura Militar instaurar-se-ia em poucos anos. Interessa destacar, segundo nossos parâmetros, o deslocamento do ponto de vista – antes vinculados a uma ideia de defasagem em relação aos italianos, ou mesmo aos cubanos, os gramscianos argentinos passariam a pensar as questões de dentro do que lhes havia de mais singular nacionalmente – o peronismo. Constataram que era insuficiente demarcá-lo como forma específica de doutrinas exteriores e que, nele, se expressaria ao mesmo tempo uma generalidade dos países dependentes e uma especificidade nacional.

A forma “passiva” das transformações nacionais impunha uma série de obstáculos para a conformação de uma vontade nacional coletiva sob hegemonia do proletariado. As ideologias nacionalistas era um destes obstáculos, pois nublavam as contradições entre as classes. No entanto, tal qual havia se experimentado historicamente na Argentina, deste

mesmo fenômeno e a partir das lutas operárias e populares, teriam surgido elementos combativos e anticapitalistas. O peronismo agiria, assim, tanto no sentido de soldar as classes trabalhadoras às classes dominantes – através de seu “suporte populista” – ao mesmo tempo em que abarcava uma forma de resistência a essa soldagem – em seu rechaço ao capital monopolista, diferenciando-as do resto dos setores sociais. Era do ângulo das “múltiplas contradições” da sociedade argentina que Aricó teorizava dilemas próprios aos países dependentes. A parcialização do fenômeno – como faziam os velhos comunistas, que entendiam a adesão das massas como elemento fascista, mas apoiavam a sua burocracia, cuja ação importava ao desfecho nacionalista – significava manter-se sob hegemonia liberal. Afinal, a quem interessaria, principalmente, a dissolução do peronismo? A reconciliação com os interesses da classe operária, neste caso, só se daria na reflexão.

Diferentemente dos argentinos, os gramscianos brasileiros não levariam adiante nenhum precedente teórico comunista, apenas um político – reivindicariam como “herança” a valorização da democracia política inaugurada pela “Declaração de março de 1958”. Além de arrogarem este legado, os brasileiros, assim como os argentinos, buscariam se justificar, uma vez fora do PCB, a partir do exemplo dos italianos – à contraluz estaria, então, o movimento eurocomunista e os preceitos teóricos do “socialismo liberal” de Bobbio. A visão de Brasil continuamente elaborada por Werneck Vianna nas páginas de *Presença* conformaria um panorama geral centrado no conceito de revolução passiva que chegaria a se estender, mesmo, à América Latina. Salvo o México, todos os países do continente teriam se modernizado capitalistamente por meio de processos que não implicaram descontinuidade revolucionária com a ordem anterior (Vianna, P. 12, 1988). O Estado teria se constituído por natureza ambígua – consagrado a abrir passagem para o novo em defesa do velho. Assim, sua contraface ambígua estaria na novidade da estrutura social que tensionaria o caráter autoritário do Estado. Para manter o “novo” sob controle, direita e esquerda – com ideologias nacionalistas e mediante o “revolucionarismo oriental” – teriam convergido. Perdia-se, assim, a possibilidade de exprimir a modernidade da nova sociedade que surgia com a modernização.

Baseado neste panorama interpretativo, o projeto de Vianna era o de configurar uma direção teórica e política comunista mais avançada do que a oferecida pelo PCB. Embora avançasse a compreensão da história brasileira, a partir do destaque à “forma passiva” de suas transformações, se atrelava a essa visão uma série de afinidades

vanguardistas, também herdadas da tradição – os presencistas confrontar-se-iam, até o fim, com a expectativa tida como *natural* de que seriam os comunistas a dirigir as classes populares na transição democrática. Diversamente aos argentinos, a frustração dessa perspectiva não lhes abriu espaço a uma transformação informada pelas categorias gramscianas que desse conta da realidade rebelde – sofisticar-se-ia a visão da revolução passiva, mas não se abriria mão, frente às *invenções políticas* do período, de algumas convicções.

O processo de modernização teria se completado durante os anos da Ditadura Militar, compreendido estritamente em sua dimensão econômica, e mantendo as classes subalternas apenas como forças de trabalho e sujeitos de consumo (Vianna, P.5, 1985). O recurso à política como forma de controle social caducava, entretanto, à medida que os “novíssimos seres sociais” entravam em cena, deslocando o “moderno” da dimensão econômica para a política. No período pós-1964 havia se completado a modernização do país, emergindo como resultado não almejado o “mais vasto movimento em favor das classes subalternas”, com destaque ao movimento operário e à organização dos trabalhadores do campo (Vianna, P.3, 1984). A originalidade da situação fazia Vianna ir além da proposta gramsciana, diferindo aquele momento do restante da história brasileira – a emergência das massas era vista como uma verdadeira ruptura. A revolução passiva brasileira passava a guardar, então, uma “*positividade latente*” que só poderia se tornar realidade, entretanto, se encontrasse uma adequada direção política.

O problema, para Vianna, repercutindo as teses sobre a democracia procedimental, é que havia um descompasso entre a nova realidade “ocidental” e as *instituições*, sobretudo no caso dos *partidos políticos* – considerados o “lado fraco” da transição (Nogueira, P. 4, 1984). O cientista político atestava uma defasagem da realidade brasileira justamente no momento em que se tornava possível distinguir, inclusive partidariamente, os diferentes interesses de classe em conflito. Tendo bem resolvido a interpretação do golpe militar de 1964, o “grande outro” dos presencistas seria dado pelo surgimento do PT. Vianna considerava errada a defesa petista de interesses em detrimento da tarefa política primordial da transição democrática, consubstanciada na Aliança Democrática. Assim como na “Declaração” de 1958, a aposta estava centrada na ideia de “modernização” e na democracia política como seu corolário. A convicção era a de que sem um *partido comunista centrado na questão operária* essa dinâmica de progressiva conquista da democracia política não poderia ser realizada. Partindo de uma visão dual da relação entre Estado e sociedade civil, Vianna entendia que a “nova esquerda”

brasileira em sua ênfase sobre o social, o movimento e a espontaneidade teria permanecido presa a “velhos” preceitos teóricos e idiosincrasias de um “Oriente idealizado” (Vianna, P. 7, 1986). Modernizada, a sociedade brasileira se veria fragmentada, sem partidos modernos, e com o peso de uma “hipoteca anacrônica” (Vianna, P. 8, 1986).

Mais adiante, Vianna atribuiria ao PT um aspecto contraditório – ainda que fosse moderno, pois enraizado no embate de interesses, se confundiria com o atraso *ao subestimar o tema da democracia política* (Vianna, P. 9, 1987). A novidade petista estaria apenas na transformação do populismo de terceiro-mundista e estatista a corporativista societal, centrado na ideia católica de “ida ao povo”. Vianna condenava, ademais, a sua recusa em apoiar Tancredo Neves e em se aliar aos liberais. O erro estaria em supor que já se vivia numa democracia, dispensando a estratégia da transição. Parece-nos que, nesse aspecto, fosse Vianna a não querer crer que a nossa democracia se estruturava *daquela forma* e com *aqueles atores*. Nem mesmo a Constituição de 1988 significava, para ele, a conclusão da transição (Vianna, P. 13, 1989).

No conflito hegemônico brasileiro, diferentemente do capitalismo maduro, o neoliberalismo surgia não como reação à socialdemocracia, mas como continuidade, sob novas condições, do padrão excludente e autoritário da sociedade. A nova direita “moderna e civilizada” emergia como reação, assim, à ampliação democrática em curso, aliando-se à “velha direita”. O caminho moderno da disputa estaria dado pelas eleições e instituições, por meio das quais a união entre velha e nova direitas poderia ser derrotada. Nas eleições de 1989, em que precisamente essa opção emergia com a candidatura petista, Vianna a interpretava como “profundamente ambígua”, uma “bizarra figura” (Vianna, P. 13, 1989). A derrota de Lula, que havia chegado ao segundo turno das primeiras eleições diretas no Brasil pós ditadura, continuaria a ser explicada segundo a mesma linha argumentativa – o problema teria sido a primazia do petista pelo social, a sua suposta oposição à transição, a abstenção de voto na aprovação da Carta de 1988, etc. (Vianna, P. 15, 1990).

Deste modo, os gramscianos brasileiros não mudariam de ponto de vista frente à frustração que atestavam na realidade, entendida repetidamente em termos de diminuição e descompasso frente a um ideal de modernidade ou de democracia refletido na experiência italiana. Chegar-se-ia a afirmar mesmo que, frente a uma ausência de um partido análogo – uma vez que o PT teria se recusado a “segmentar” as classes subalternas – *a transição não poderia se ver cumprida* (Vianna, P. 15, 1990). Salta aos olhos que o

fim da empreitada de *Presença* coincidissem, justamente, com a dissolução do PCI – via-se fracassada a estratégia de levar adiante uma estratégia de comunismo democrático não só no Brasil, mas também na Itália. Assim, o problema posto pelo PT e pela democratização da sociedade brasileira permaneceria sem respostas à altura, mantendo-se, entretanto, evidente a utilidade em recorrer ao conceito gramsciano de revolução passiva. Inclusive, a própria transição poderia ser bem entendida nesta ótica *tendo se cumprido sob a forma passiva, realizada “por cima”* – controlada pelo PMDB, partido do “interesse nacional”, e pelo PFL, “metamorfose de parte do partido da ditadura” (Oliveira, 2007). A positividade decorrente das novidades políticas – gestadas durante o processo de modernização autoritária – se veria confirmada numa *reinvenção da política* traduzida pela nova esquerda partidariamente organizada no PT, cuja base social podia ser reconhecida, e da qual as linhas de força emergiam com certa clareza. Feito raro na política brasileira, dado um traço característico das sociedades dependentes que, como vimos, tendem a se conformar como massa e não como classe.

Da comparação entre ambos os grupos, a partir da exposição em sequência das hipóteses desenvolvidas por seus principais teóricos, constatamos alcances distintos das traduções realizadas. Se, no caso argentino dos anos 1960 e 1970, o percurso argumentativo demonstrava uma reformulação constante das categorias de modo a dar conta de sua realidade concreta, no caso brasileiro dos anos 1980, um apego às convicções junto a uma radical descontinuidade teórica com o que havia de mais avançado em termos de compreensão do contexto nacional, parece ter impedido uma mediação dialética similar frente às novidades postas pelo meio. A crítica que os presenciaistas haviam endereçado ao PCB retornava em sua própria experiência na marcada dissintonia entre crítica cultural e análise político-econômica. Desinseridos de uma organização política nacional, e colocando-se na oposição ao movimento autônomo da sociedade brasileira, seriam vitimados pelo cosmopolitismo.

A agenda de pesquisa elaborada por Aricó e os intelectuais de *Pasado y Presente* acompanharia o surgimento de uma “nova esquerda” argentina – reelaborar-se-ia, em seu âmago, uma nova apreensão do “ponto cego” da velha esquerda comunista, o peronismo. De modo oposto, os presenciaistas não reconheceriam a novidade da esquerda que emergia da “sociabilidade” gestada na oposição à Ditadura Militar (Oliveira, 2007). Enquanto no resto do mundo o avanço neoliberal parecia desmontar o que havia sido construído no

pós-guerra (Singer, 2012), no Brasil o nascimento de um partido de massas radical²⁰⁷ era entendido apenas no que se via como reedição do velho populismo, ainda que em novas condições. As esperanças depositadas na frente democrática e na aliança com os liberais parecia decorrer do mesmo erro que imputavam aos petistas – a incompreensão de que haviam mudanças importantes em jogo.

Vale destacar que, tendo em vista os distintos tempos históricos, a interpretação que propomos se pretende válida apenas se contextualizada. Estamos cientes de que, nos anos 1980, seja possível identificar nas produções do núcleo editorial argentino de *Pasado y Presente* muitas das críticas que ora veiculamos aos brasileiros, principalmente em sua produção reunida na revista *La Ciudad Futura*. Nesse sentido, mais do que sobrevalorizar um grupo em detrimento do outro, o que buscamos com a comparação foi desenvolver os distintos *parâmetros de tradutibilidade* propostos. Um sentido aplanador da democracia, assumida como desfecho natural da modernização, colocou enormes desafios ao pensamento crítico. O desapontamento frente às promessas descumpridas do horizonte progressista que brilhou nos anos 1980 parece ter aberto dois caminhos aos intelectuais engajados – ou radicalizava-se a dimensão crítica e negativa, atribuindo definitivamente o sentido mistificador e ideológico ao ideal de modernidade; ou permanecia-se firme na crença do progresso, invertendo a preponderância do atraso em seu amálgama com o moderno, como se não fosse este a funcionalizar o primeiro.

²⁰⁷ Nesse sentido, foi visto como a maior invenção política da história brasileira do século XX depois do PCB, ou mesmo como o único partido de trabalhadores de massas criado no planeta depois da Segunda Guerra Mundial (Oliveira, 2007; Anderson, 2007).

Arquivos consultados

Fondo Héctor Pablo Agosti, CEDINCI/UNSAM

Fondo José María Aricó, CEDINCI/UNSAM

Fondo Jorge Tula, CEDINCI/UNSAM

Revistas e publicações periódicas

La Ciudad Futura, CEDINCI/UNSAM

Cuadernos de Cultura, primeira época (1950-1967), CEDINCI/UNSAM

Controversia, AmericaLee

Izquierda Nacional, CEDINCI/UNSAM

Pasado y Presente, AmericaLee

Punto de vista, AHira online

Presença

Voz Operária

Bibliografia

- ACHA, O.; D'ANTONIO, D. Cartografía y perspectivas del “marxismo latino-americano”. *A Contracorriente – una revista de historia social y literatura de América Latina*. Vol. 7, No. 2, p. 210-256, 2010.
- AGOSTI, H. *Echeverría*. Buenos Aires: Futuro, 1951.
- _____. Los recuerdos actuales. *Centro*, n.º 10, p. 44-50, 1955.
- _____. *El mito liberal*. Buenos Aires: Procyon, 1959.
- _____. *Nación y Cultura*. Buenos Aires: Procyon, 1959.
- ALTAMIRANO, C. Entrevista a J. Timboli. In: TIMBOLI, J (org.). *La izquierda en la Argentina*. Buenos Aires: Manantial, 1998.
- _____. *Peronismo y cultura de izquierda*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2013.
- ALVES, A. “Um projeto para o Brasil: arquitetura e política na trajetória de Lina Bo Bardi no Brasil, 1946–1977”, *Risco*, n.20, v.2, 2014.
- _____. *Peronismo y cultura de izquierda*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013.
- AMARAL, S. *La renuencia de las masas: el partido comunista ante el peronismo 1945-1955*. Buenos Aires: Univ. del CEMA, 2008.
- ANDERSON, P. *Considerações sobre o marxismo ocidental; nas trilhas do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2004 [1979].
- _____. Modernidade e Revolução. *Novos Estudos*, n. 14, fev. 1986.
- _____. *English Questions*. London: Verso, 1992.

- _____. Jottings on the conjuncture. *New Left Review*, n. 48, nov./dez. 2007.
- ARANTES, P. Uma reforma intelectual e moral: Gramsci e as origens do idealismo alemão. *Presença: revista de política e cultura*, n.17, Rio de Janeiro, nov. 1991.
- _____. *Sentimento da dialética*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. *Um departamento francês de ultramar: estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- _____. Uma história dos paulistas no seu desejo de ter uma filosofia: duas entrevistas com Paulo Arantes. *Trans/Form/Ação*, Marília, v.18, p.183-198, jan. 1995.
- ARÉVALO, O. *El partido comunista*. Biblioteca Política Argentina, Centro Editor de América Latina, 1983.
- ARIAS, S. “Astrogildo Pereira e a revista *Estudos Sociais*”. *Novos Rumos*, ano 20, n.44, 2005.
- ARICÓ, J. Pasado y Presente. *Pasado y Presente*, nº 1, Córdoba, abril-junho de 1963.
- _____. El stalinismo y la responsabilidad de la izquierda. *Pasado y Presente*, nº 2-3, Córdoba, jul. 1963.
- _____. Examen de conciencia. *Pasado y Presente*, nº 4, Córdoba, mar. 1964.
- _____. Problemas del desarrollo económico en Cuba. *Pasado y Presente*, nº 5-6, Córdoba, set. 1964.
- _____. Algunas consideraciones preliminares sobre "La Condición Obrera". *Pasado y Presente*, nº 9, Córdoba set. 1965.
- _____. Espontaneidad y dirección consciente en el pensamiento de Gramsci. *Pasado y Presente*, nº 1, junho 1973.
- _____. Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano. In: *José Aricó: dilemas del marxismo en América Latina: antología esencial*/ editado por Martín Cortés. - 1a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2017 [1978].
- _____. *Marx y América Latina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010 [1980].
- _____. La hipótesis de Justo: escritos sobre el socialismo en América Latina. In: *José Aricó: dilemas del marxismo en América Latina: antología esencial*/ editado por Martín Cortés. - 1a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2017 [1980].
- _____. O marxismo latinoamericano nos anos da Terceira Internacional. In: HOBBSAWM, E. *História do marxismo*. v. 8. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 [1981].
- _____. Geografía de Gramsci na América Latina. Entrevista a Horácio Crespo e Antonio Marimón. In: COUTINHO; NOGUEIRA (org.). *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993 [1985].
- _____. América Latina: el destino se llama democracia. In: CRESPO, H. (org.). *José Aricó: entrevistas 1974-1991*. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2014 [1986].
- _____. *La cola del diablo*. Itinerario de Gramsci en América Latina. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2014 [2005].

- _____. José Aricó. Entrevista a Carlos Altamirano. In: CRESPO, H. (org.). *José Aricó: entrevistas 1974-1991*. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2014 [1991].
- ASIASTICUS. Lucha política y lucha armada. *Pasado y Presente*, nº 4, Córdoba, mar. 1964.
- BARATTA, G. “Americanismo e Fordismo”. In: VOZA, P.; LIGUORI, G. *Dicionário Gramsciano*, pp. 41-43. São Paulo: Boitempo, 2017.
- BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Tradução Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 [1982].
- _____. Os sinais da rua: uma resposta a Perry Anderson. *Presença: revista de política e cultura*, n.9, Rio de Janeiro, fev. 1987.
- BIANCHI, A. Dossiê Gramsci e a política: Apresentação. *Revista de Sociologia e Política*, n.29, p.7-13, 2007.
- _____. Contextualizando Skinner. *IX Encontro da ABCP*, Brasília, 2014.
- _____. Gramsci intérprete do Brasil. *Actuel Marx*, v.1, nº 57, 2015.
- _____. Circulação e tradução: para uma história global do pensamento político. *X encontro da ABCP*, Belo Horizonte, 2016a.
- _____. Brasil dos Gramscianos. *Critica Marxista*, n. 43, p.117-132, 2016b.
- _____. Revolução passiva e crise de hegemonia no Brasil contemporâneo. *Outubro*, n. 28, 2017.
- BLOOM, H. *A Angústia da Influência: uma teoria da poesia*. Rio de Janeiro: Imago, 2002.
- BOBBIO, N. *Marxismo e Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- _____. *O futuro da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985a.
- _____. *Qual socialismo?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985b.
- _____. A democracia nos *Cadernos*. *Presença – revista de política e cultura*, n.17, Rio de Janeiro, mar. 1992.
- BOOTHMAN, D. *Traducibilità e processi traduttivi*. Perugia: Guerra, 2004.
- _____. Tradução. In: VOZA, P.; LIGUORI, G. *Dicionário Gramsciano*, pp. 779-782. São Paulo: Boitempo, 2017.
- _____. Tradutibilidade. In: VOZA, P.; LIGUORI, G. *Dicionário Gramsciano*, pp. 783-784. São Paulo: Boitempo, 2017.
- BOURDIEU, P. Les conditions sociales de la circulation internationale des idées. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 145, dez. 2002, pp. 3-8.
- BRANDÃO, G. M. *A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista – 1920/1964*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. Memorial. In: COELHO, S. C. T. (org.). *Gildo Marçal Brandão: itinerários intelectuais*. São Paulo: Hucitec, 2010.
- BURGOS, R. *Los Gramscianos Argentinos*. Cultura y Política en la experiencia de *Pasado y Presente*. Buenos Aires: Siglo XXI de Argentina Editores, 2004.
- BUTTERFIELD, H. *The Whig Interpretation of History*. London: Norton, 1931.
- CADART, C. Sobre la crisis del movimiento comunista internacional. *Pasado y Presente*, nº 4, Córdoba, mar. 1964.
- CAMPIONE, D. *Orígenes estatales del peronismo*. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2007.

- CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010 [1964].
- _____. *Literatura e cultura de 1900 a 1945. Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006 [1965].
- _____. *Dialética da malandragem. O discurso e a cidade*. Rio de Janeiro: ouro sobre Azul, 2015 [1970].
- _____. *Intervenção num debate sobre Paulo Emilio Salles Gomes. Filme Cultura, Embrafilme*, n. 35/36, 1980.
- _____. *Literatura e subdesenvolvimento. Educação pela Noite*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2017 [1986].
- CAPISTRANO FILHO, D. Doze teses sobre a conjuntura política. *Presença: revista de política e cultura*, n.1, nov. 1983.
- CARDOSO, F. H. *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964.
- _____. El método dialectico en el análisis sociológico. *Pasado y Presente*, nº 7-8, Córdoba mar. 1965.
- _____. “Teoria da dependência” ou análises concretas de situações de dependência? *Estudos 1: sobre teoria e método em sociologia*. São Paulo: Edições CEBRAP, Editora Brasileira de Ciências, Ltda., 1971.
- _____. “Estado e sociedade no Brasil”. In: *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: 1975 [1972].
- _____. PMDB, ou o teste da oposição ao governo. *Presença: revista de política e cultura*, n.1, nov. 1983.
- CARDOSO DE MELLO, J. M. Crise, povo e transição: os dilemas da democracia progressiva no Brasil (entrevista). *Presença: revista de política e cultura*, n.4, São Paulo, out. 1984.
- CARNEIRO, R. A crise atual do capitalismo. *Presença: revista de política e cultura*, n.4, São Paulo, out. 1984.
- CARVALHO, M. A. R. Universidade e política: esgotados os poderes da ciência? *Presença: revista de política e cultura*, n.2, São Paulo, fev. 1984.
- _____. Reinventando a tradição carioca. *Presença: revista de política e cultura*, n.4, São Paulo, out. 1984.
- _____. Opinião e modernidade. *Presença: revista de política e cultura*, n.13, Rio de Janeiro, mai. 1989.
- _____. Opinião e modernidade (II). *Presença: revista de política e cultura*, n.14, Rio de Janeiro, nov. 1989.
- _____. Aos Leitores. *Presença: revista de política e cultura*, n.16, Rio de Janeiro, abril 1991.
- _____. “Breve história do ‘comunismo democrático’”. *Esquerdas no Brasil: Revolução e democracia*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.
- CARRANZA, E. “Casa Caléria Cirell e o nacional-popular”. *Pós* v.21, n.35, 2014.
- CASTAÑEDA, J. G. *Utopia desarmada: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

- CHAUÍ, M. Três perguntas (entrevista). *Presença: revista de política e cultura*, n.1, nov. 1983.
- CHIARAMONTE, J. C. Acerca del Europeísmo de la Cultura Argentina. *Pasado y Presente n.1*. Córdoba, jun. 1963.
- CICCARELLI, R. Guerra de posição. In: VOZA, P.; LIGUORI, G. *Dicionário Gramsciano*, pp. 779-782. São Paulo: Boitempo, 2017.
- COUTINHO, C. N. A democracia como valor universal. In: SILVEIRA et al. *Encontros com a Civilização Brasileira*, v.9. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- _____. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- _____. “O capital” e a filosofia. *Presença: revista de política e cultura*, n.1, nov. 1983.
- _____. Alternativas da transição. *Presença: revista de política e cultura*, n.3, maio. 1984.
- _____. A Escola de Frankfurt e a cultura brasileira. *Presença: revista de política e cultura*, n.7, Rio de Janeiro, mar. 1986.
- _____. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. *Presença: revista de política e cultura*, n.8, agosto de 1986.
- _____. Exposição de Carlos Nelson Coutinho. In: GARCIA, M. A. (Org.). *As esquerdas e a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: CEDEC, 1986.
- _____. Nueva Lectura del Populismo Brasileño. *La Ciudad Futura* n.6. Buenos Aires, ago. 1987.
- _____. Uma via “não clássica” para o capitalismo. In: D’INCAO, M.A. (org.). *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
- _____. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- _____. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993 [1985].
- _____. O Gramsci no Brasil: recepção e usos. In: MORAES, J. Q. *História do marxismo no Brasil*. V. 3 Teoria. Interpretações. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- CORTÉS, M. La traducción como búsqueda de un marxismo latinoamericano: la trayectoria intelectual de José Aricó. *Contra corriente*, v. 7, nº 3, 2010.
- _____. Las ideas y los lugares. Notas sobre el concepto de traducción y el marxismo latinoamericano. *NOSTROMO Revista crítica latinoamericana*, 2011, v. 3, n. 4, pp. 242-247.
- _____. *Un nuevo marxismo para América Latina: José Aricó: traductor, editor, intelectual*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2015.
- COSPITO, G. Traducibilità dei linguaggi scientifici e filosofia della praxis. *Filosofia italiana*, v. 2, 2017, pp. 47-66.
- CRESPO, H. (org.) *José Aricó. Entrevistas 1974-1991*. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2014.

- DEBRAY, R. El castrismo: La gran marcha de América Latina. *Pasado y Presente*, nº 7-8, Córdoba mar. 1965.
- DEBRUN, M. Democracia ou “conciliação”. *Presença: revista de política e cultura*, n.3, maio. 1984.
- DEL BARCO, O. Notas sobre Antonio Gramsci y el problema de la "objetividad". *Cuadernos de Cultura* n.59, Buenos Aires agosto 1962.
 _____. Respuesta a una crítica dogmática. *Cuadernos de Cultura*, Buenos Aires, junho 1963.
 _____. Carlos Marx y Los Manuscritos Económico-Filosóficos de 1844. *Pasado y Presente*, nº 1, Córdoba, abril-junho de 1963.
 _____. El pensamiento salvaje de Claude Levi-Strauss. *Pasado y Presente*, nº 7-8, Córdoba mar. 1965.
- DEL ROIO, M. Nota sobre a trajetória de Gramsci na América Latina. *Crítica Marxista*, n.33, p.127-130, 2011.
- DEL VECCHIO, A. São Paulo - Lições da derrota paulista. *Presença: revista de política e cultura*, n.7, Rio de Janeiro, mar. 1986.
- DIAS, E. F. Gramsci no Brasil: o rabo do diabo. *O outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996.
- DROZ, J. *História general del socialismo*. Barcelona: Destino, 1984-1985.
- ECO, U. *Interpretación y sobreinterpretación*. Cambridge University Press, 1997.
- EDITORES. Nota de la redacción. *Pasado y Presente*, nº.2-3, Córdoba, jul. 1963.
 _____. Informe preliminar sobre el conflicto FIAT. *Pasado y Presente*, nº 9, Córdoba set. 1965.
 _____. La “larga marcha” al socialismo en la Argentina. *Pasado y presente*, nº 1, junho 1973.
 _____. La crisis de julio y sus consecuencias políticas. *Pasado y Presente*, nº 2-3, dez. 1973.
- EDITORES. *Je vous salue, Marie*. *Presença: revista de política e cultura*, n.7, Rio de Janeiro, mar. 1986.
 _____. Reforma econômica e participação popular: a economia política da transição democrática. *Presença: revista de política e cultura*, n.7, Rio de Janeiro, mar. 1986.
- EDITOR. Nota do Editor. *Presença: revista de política e cultura*, n.9, Rio de Janeiro, fev. 1987.
- FIGURELLI, M.; PETRONE, F. La revolución colonial. *Pasado y Presente*, nº 4, Córdoba, mar. 1964.
- FILIPPINI, M. Bonapartismo. In: VOZA, P.; LIGUORI, G. *Dicionário Gramsciano*, pp. 779-782. São Paulo: Boitempo, 2017.
- FROSINI, F. Sulla “Traducibilità” nei Quaderni di Gramsci. *Crítica Marxista*, 2003.
 _____. Surdeterminazione, egemonia e storia: il Gramsci “althusseriano” di Juan Carlos Portantiero (“Los usos de Gramsci”). *Décalages: Vol. 2*, 2016, p.1-19.
- GAIDO, D.; BOSCH ALESSIO, C. D. A strange mixture of Guevara and Togliatti: José María Aricó and the Pasado y Presente group in Argentina. *Historical Materialism*, v.22, n.3-4, p. 217-250, 2014.

- GARCIA, M. A. A cruzada anti-PT do professor Acácio. *Presença: revista de política e cultura*, n.3, maio. 1984.
- GIROLETTI, D. O resultado das eleições em Belo Horizonte. *Presença: revista de política e cultura*, n.7, Rio de Janeiro, mar. 1986.
- GÓES, C. *Existe um pensamento político subalterno? Um estudo sobre os Subaltern Studies: 1982-2000*. São Paulo: Alameda, 2018.
- GORZ, A. El conflicto chino-soviético. *Pasado y Presente*, nº 4, Córdoba, mar. 1964.
- GIANNOTTI, J. A. Marxismo, técnica y alienación. *Pasado y Presente*, nº 5-6, Córdoba, set. 1964.
- _____. Acabou o capitalismo, é a barbárie? (entrevista) *Presença: revista de política e cultura*, n.3, São Paulo, maio. 1984.
- GUEDES, A. Um esforço pluralista. *Presença – revista de política e cultura*, n.1, nov. 1983.
- GUEDES, C. De 1983 a 1984: crise econômica e sucessão. *Presença: revista de política e cultura*, n.2, fev. 1984.
- GUIMARÃES, C. A lógica da negociação pura. *Presença: revista de política e cultura*, n.3, maio. 1984.
- GUHA, R. *Dominance without hegemony: history and power in colonial India*. Cambridge: Harvard University Press, 1997.
- GRAMSCI, A. *Quaderni del Carcere*. Turim: Einaudi, 1975.
- _____. *Cartas do Cárcere*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. *Escritos Políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- HENRIQUES, L. S. Esquerda e modernidade. *Presença: revista de política e cultura*, n.7, Rio de Janeiro, mar. 1986.
- _____. Razão, iluminismo e renovação da esquerda. *Presença: revista de política e cultura*, n.10, Rio de Janeiro, jul. 1987.
- _____. Gorbachev: além do stalinismo? *Presença: revista de política e cultura*, n.11, Rio de Janeiro, jan. 1988.
- _____. Gorender, a esquerda armada e a questão democrática. *Presença: revista de política e cultura*, n.12, Rio de Janeiro, jul. 1988.
- _____. Em torno do conceito de euro-esquerda. *Presença: revista de política e cultura*, n.14, Rio de Janeiro, nov. 1989.
- _____. Do PCI ao PDS: as incertezas de um novo início. *Presença – revista de política e cultura*, n.17, Rio de Janeiro, mar. 1992.
- HOBBSBAWM, E. J. Para el estudio de las clases subalternas. *Pasado y Presente*, nº.2-3, Córdoba, jul. 1963.
- _____. *História do marxismo*. v. 11. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989 [1982].
- JAAWARE, A. Of Demons and Angels and Historical Humans: Some Events and Questions in Translation and Post-colonial Theory, *The European Legacy*, 7:6, 735-745, 2002.
- JULIÃO, F. *O que são as ligas camponesas?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- KANOSSI, D. Introduzione. In: VACCA; SCHIRRU. *Studi gramsciano nel mondo*. Bologna: Il Mulino, 2011.

- JULLIARD, J. Le monde des revues au début du siècle. Introduction. Les revues dans la vie intellectuelle 1885-1914, *Cahiers Georges Sorel*, n°5, pp. 3-9, 1987.
- KAYSEL, A. *Dois encontros entre o Marxismo e a América Latina*. São Paulo: Hucitec, 2012.
- KOHAN, N.; BOLOGNA, M. Reseña de “Cuadernos de la cárcel”, edición crítica completa a cargo de Valentino Gerratana. México, Ediciones ERA-Universidad Autónoma de Puebla, 2001. Traducción de Ana María Palos y revisión de José Luis González. *Utopía y Praxis Latinoamericana*, ano 10, no. 31, p. 125-130, 2005.
- KOHAN, N. *Ni calco ni copia: ensayos sobre el marxismo argentino y latinoamericano*. La Habana, 2002.
- _____. *De ingenieros al Che: ensayos sobre el marxismo argentino y latinoamericano*. Havana: Instituto Cubano de Investigación Cultural Juan Marinello, 2008.
- KONDER, L. O "curriculum mortis" e a reabilitação da crítica. *Presença: revista de política e cultura*, n.1, nov. 1983.
- _____. Tarefa democrática: libertar a razão. *Presença: revista de política e cultura*, n.7, Rio de Janeiro, mar. 1986.
- _____. O *sacrificium intellectus* e o bonde da História. *Presença: revista de política e cultura*, n.11, janeiro 1988.
- KONDER, R. A morte contra a inteligência. *Presença: revista de política e cultura*, n.4, São Paulo, out. 1984.
- LAHUERTA, M. E a esquerda, como é que fica? *Presença: revista de política e cultura*, n.4, São Paulo, out. 1984.
- _____. Cultura política e transição: entre a democracia e a barbárie. *Presença: revista de política e cultura*, n.6, São Paulo, out. 1985.
- _____; DEL VECHIO, A. Tancredo ganhou, e agora? *Presença: revista de política e cultura*, n.5, São Paulo, jan. 1985.
- LAMOUNIER, B. Completar a transição. *Presença: revista de política e cultura*, n.3, maio. 1984.
- LIGUORI, G. *Gramsci Conteso. Interpretazioni, dibattiti e polemiche*. 1922-2012. Roma: Riuniti, 2012.
- LÖWY, M. *Ni calco ni copia: Che Guevara en búsqueda de un nuevo socialismo*. *Lutas Sociais*, n. 9, São Paulo, 2003.
- _____. *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais* (tradução de Cláudia Schilling e Luís Carlos Borges), 3ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.
- LUPORINI, C. El círculo concreto-abstracto-concreto. *Pasado y Presente*, nº 1, Córdoba, abril-junho de 1963.
- _____. Apuntes sobre una discusión entre filósofos marxistas en Italia. *Pasado y Presente*, nº 1, Córdoba, abril-junho de 1963.
- MARIÁTEGUI, J. C. Advertencia. *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Barcelona: Red ediciones, 2009 [1928].

- _____. Aniversario y balance. Editorial de *Amauta*, n.º 17, ano II, Setembro de 1928. In: *Mariátegui: política revolucionária: contribuição a la crítica socialista*. Tomo V: Ideología y Política y otros escritos. Torre Norte: El perro y la rana, 2010 [1928].
- MARX, K. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escolhidas*. Moscou: Edições Avante!, 1982.
- MASCARENHAS, E. Do elitismo de certas esquerdas. *Presença: revista de política e cultura*, n.3, maio. 1984.
- MASSHOLDER, A. *El Partido Comunista y sus intelectuales: pensamiento y acción de Héctor P. Agosti*. Buenos Aires: Luxemburg, 2014.
- MATTOSO, J. E. Para onde vamos? Emprego e crise no Brasil. *Presença: revista de política e cultura*, n.2, fev. 1984.
- MORAES, J. Q. Autoritarismo e ditadura. *Presença: revista de política e cultura*, n.3, maio. 1984.
- MORAES, A. C. R. Liberal ou liberado? *Presença: revista de política e cultura*, n.3, maio. 1984.
- MORSE, R. *O Espelho de próspero: cultura e ideias nas Américas*. São Paulo: Companhia das letras, 1988.
- MURMIS, M.; PORTANTIERO, J. C. *Estudios sobre los orígenes del peronismo*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012 [1971].
- MUSSI, D. X. H. *Intelectuais rebeldes: política e cultura em Antonio Gramsci e Piero Gobetti* [Tese de Doutorado]. Departamento de Ciência Política, UNICAMP, 2015.
- MST. “Nossa História”. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/>. Acesso em 25 de agosto de 2020.
- NAPOLITANO, M. A “estranha derrota”: os comunistas e a resistência cultural ao regime militar (1964-1968). In: NAPOLITANO, M., CZAJKA, R., MOTTA, S., P. R. (org). *Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- NOGUEIRA, M. A. Comunistas, comunismo: o desafio da renovação. *Presença – Revista de Política e Cultura*, nº 1, São Paulo, nov. 1983.
- _____. Da cultura à democracia: a transição em debate. *Presença – Revista de Política e Cultura*, nº 3, São Paulo, maio de 1984.
- _____. O lado fraco da transição. *Presença: revista de política e cultura*, n.4, São Paulo, out. 1984.
- _____. Mudanças e desafios. *Presença: revista de política e cultura*, n.6, São Paulo, out. 1985.
- _____. O espírito da coisa. *Presença: revista de política e cultura*, n.8, Rio de Janeiro, ago. 1986.
- _____. Fim de uma época. *Presença: revista de política e cultura*, n.17, Rio de Janeiro, nov. 1991.
- _____. Gramsci, a questão democrática e a esquerda no Brasil. In: COUTINHO; NOGUEIRA (org.). *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993 [1985].

- _____. Socialismo e Democracia no Marxismo de Carlos Nelson Coutinho (1943-2012). *Lua Nova*, nº 88, p.11-21, 2013.
- _____. Introdução: Gramsci e a América Latina (quase) trinta anos depois. In: REBUÁ, E. (org.). *Gramsci nos trópicos*. Rio de Janeiro: Luminária Academia, 2014.
- NOVARO, M. *Historia de la Argentina 1955-2010. Biblioteca Básica de Historia*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2016.
- O' DONNEL, G. *El Estado Burocrático Autoritario*. Buenos Aires: Belgrano, 1982.
- OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, [1972]/[2003], 2013.
- _____. *Noiva da revolução; elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflito de classes*. São Paulo: Boitempo, 2008 [1977].
- _____. Medusa ou as classes médias e a consolidação democrática. In: REIS, F. W.; O'DONNELL (Org.). *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, Editora revista dos Tribunais, 1988 [1986].
- _____. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: OLIVEIRA, F. RIZEK, C. *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. *Jeitinho e jeitão. Brasil: uma biografia não autorizada*. São Paulo: Boitempo 2018 [2012].
- OLIVIERI, R. El materialismo dialéctico y la objetividad. *Cuadernos de Cultura*, n. 59, 1962.
- OSLAK, O. *La formación del Estado Argentino*. Buenos Aires: Belgrano, 1997.
- PACHECO, C. A. Os partidos e a crise. *Presença: revista de política e cultura*, n.4, São Paulo, out. 1984.
- PALÁCIOS, M. A dialética da modernização. *Presença: revista de política e cultura*, n.7, Rio de Janeiro, mar. 1986.
- _____. Os comunistas e a modernização: a crise do jacobinismo. *Presença: revista de política e cultura*, n.13, Rio de Janeiro, mai. 1989.
- PCB. Declaração Sobre a Política do PCB. *Voz Operária*, Março 1958. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1958/03/pcb.htm>. Acesso em 9/12/2019.
- _____. Resolução Política do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro. *Voz Operária, Suplemento Especial*, maio de 1965 Disponível em: <http://www.fundacaoastrojildo.com.br/2015/2019/03/29/os-comunistas-e-o-golpe-de-1964-declaracao-de-maio-1965-do-pcb/>. Acesso em 09/12/2019.
- PERICÁS, L. B. *Caio Prado Júnior: uma biografia política*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- PERREAU-SAUSSINE, E. Quentin Skinner in Context. *The Review of Politics*, v. 69, n. 01, p. 106-122, 2007.
- PETRA, A. *Intelectuales y cultura comunista. Itinerarios, problemas y debates em la Argentina de pós-guerra*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2017.
- POCOCK, J. G. A. Preface. In: POCOCK, J. G. A. *Political Thought and History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- _____. The History of political thought: a methodological inquiry. POCOCK, J. G. A. *Political Thought and History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

- POMPEU, R. Seis constatações sobre a atual crise estrutural do capitalismo. *Presença: revista de política e cultura*, n.1, nov. 1983.
- _____. Do pré-Leninismo ao pós-Gramscismo. Cinco teses em estado embrionário. *Presença – Revista de Política e Cultura*, nº 2, São Paulo, fev. 1984.
- _____. Partidos repartidos: como tomar partido? *Presença: revista de política e cultura*, n.4, São Paulo, out. 1984.
- PORTANTIERO, J. C. Algunas variantes de la neoizquierda argentina. *Qué es la izquierda?/ Cuadernos de Cultura*, n. 50, nov./dez. 1960.
- _____. Cap. III – La búsqueda de la realidad, seção 2 – Peronismo y capas medias In: *Realismo y realidad em la narrativa argentina*. Eudeba Sem; Edição: 1, [1961], 2017 [e-book].
- _____. Cap. IV – A la realidad por el compromiso, seção 1 – La primacía de la negatividade. In: *Realismo y realidad em la narrativa argentina*. Eudeba Sem; Edição: 1, [1961], 2017, [e-book].
- _____. Política y Clases Sociales en la Argentina actual. *Pasado y Presente n.1*. Córdoba, Jun.1963.
- _____. Un análisis “marxista” de la realidad argentina. *Pasado y Presente*, nº 5-6, Córdoba, set. 1964.
- _____. Clases dominantes y crisis política en la Argentina actual. *Pasado y Presente*, nº 1, junho 1973.
- _____. Los usos de Gramsci. *Cuadernos de Pasado y Presente*, nº 54. Cerro Del agua: Siglo XXI, 1977.
- _____. Estudiantes y Política en América latina 1918-1938. El proceso de la Reforma Universitaria. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1978.
- _____. O marxismo latinoamericano. In: HOBBSAWM, E. *História do marxismo*. v. 11. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989 [1982].
- _____. O nacional-popular: Gramsci em chave latinoamericana. In: COUTINHO; NOGUEIRA (org.). *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993 [1985].
- _____. “La creación de instituciones”, entrevista à revista *El ojo mocho*, n.1, Buenos Aires, 1991.
- PRADO JR., C. *A Formação do Brasil Contemporâneo*, colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 [1942].
- RIBEIRO, I. A questão agrária e a democracia. *Presença: revista de política e cultura*, n.1, nov. 1983.
- _____. Renovação ou gueto. *Presença: revista de política e cultura*, n.4, São Paulo, out. 1984.
- _____.; NOGUEIRA, M. A. Diretas com consenso. *Presença: revista de política e cultura*, n.2, fev. 1984.
- RICUPERO, B. *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- _____. *O Romantismo e a Ideia de Nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

- _____. Prefácio. In: GÓES, C. *Existe um pensamento político subalterno? Um estudo sobre os Subaltern Studies: 1982-2000*. São Paulo: Alameda, 2018.
- _____. Antonio Gramsci e Oswald de Andrade: ou tradução e antropofagia. *Antonio Gramsci: filologia e política*. 1ed. Porto Alegre: Zoug Editora, 2019, p. 155-164.
- RIDENTI, M. *Brasilidade revolucionária*. São Paulo: Unesp, 2010.
- ROCHA, A. B.; NETO, L. G. Nordeste: crescimento e seca. *Presença: revista de política e cultura*, n.1, nov. 1983.
- ROMERO, J. L. *Las Ideas Políticas en Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.
- RUBIM, A. A. C. Marxismo, Cultura e Intelectuais no Brasil. MORAES, J. Q. *História do marxismo no Brasil*. V. 3 Teoria. Interpretações. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- SAID, E. Travelling Theory. *The text, The World, The Critic*. Harvard University Press, 1983.
- SALLES GOMES, P. E. *Cinema, trajetória no subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- SEGATTO, J. A.; SANTOS, R. A valorização da política na trajetória pecebista: dos anos 1950 a 1991. In: RIDENTE, M., AARÃO REIS, D. (org.). *História do marxismo no Brasil*. v.6 Partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- SANTANA, M. A. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- SANTOS, R. O PMDB na transição regional: o caso da Paraíba. *Presença: revista de política e cultura*, n.7, Rio de Janeiro, mar. 1986.
- _____. *A primeira renovação pecebista: Reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.
- _____. *O pecebismo inconcluso*. Escritos sobre ideias políticas. Rio de Janeiro: Editora Universidade Rural, 1994.
- _____. Crise e pensamento moderno no PCB nos anos 50. In: Quartim de Moraes, J.; Aarão Reis, D. (org.) *História do marxismo no Brasil*. O impacto das revoluções. v.1. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- SANTOS, W. G. Apresentação. *Presença: revista de política e cultura*, n.9, Rio de Janeiro, fev. 1987.
- SARLO, B. “Los dos ojos de Contorno”, *Punto de Vista*, n. 13, novembro de 1981. Disponível em: <https://www.ahira.com.ar/ejemplares/13-4/>.
- _____. *La Batalla de las Ideas (1943-1973)*. Buenos Aires: Emecé Editores, 2007.
- SCHMUCLER, H. La cuestión del realismo y la novela testimonial argentina. *Pasado y Presente*, nº 1, Córdoba, abril-junho de 1963.
- _____. Problemas del Tercer Mundo. *Pasado y Presente*, nº 4, Córdoba, mar. 1964.
- _____. Hacia una nueva estética. *Pasado y Presente*, nº 5-6, Córdoba, set. 1964.
- SCHWARZ, R. Cultura e Política, 1964-1969. *O pai de família e outros estudos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 [1970].

- _____. As ideias fora do lugar. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades/ Editora 34, 2000 [1973].
- _____. Pressupostos, salvo engano, de “Dialética da malandragem”. *Que horas são?* ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1987 [1979]a.
- _____. Crise e literatura. *Que horas são?* ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1987 [1979]b.
- _____. Duas notas sobre Machado de Assis. *Que horas são?* ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1987 [1979]c.
- _____. Amor sem uso. *Novos Estudos 1*, 1981.
- _____. Nacional por subtração. *Que horas são?* ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. Prefácio. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas cidades; Editora 34, 2012 [1990].
- _____. Um seminário de Marx. *Sequências Brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999 [1995].
- _____. Porque “as ideias fora do lugar”? *Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SECCO, L. *Gramsci e o Brasil: Recepção e Difusão de suas Ideias*. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. *A Batalha dos Livros – Formação da Esquerda no Brasil*. Cotia: Ateliê Editorial, 2017.
- SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SINGER, P. Reflexões sobre inflação, conflito distributivo e democracia. In: REIS, F. W.; O’DONNELL (Org.). *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, Editora revista dos Tribunais, 1988.
- SKINNER, Q. Meaning and understanding in the history of ideas. *History and Theory*, v. 8, n.1, 1969.
- SORÁ, G. *Editar desde la izquierda en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2017.
- SPRIANO, P. *Storia del Partito comunista italiano: de Bordiga a Gramsci*, v.1. Torino: Einaudi, 1978 [1967].
- TARCUS, H. *Marx en la Argentina: sus primeros lectores obreros, intelectuales y científicos*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2007.
- TAPIA, L. *La producción del conocimiento local*. La Paz: Muela del Diablo, 2002.
- TAVARES, M. da C. A travessia é penosa e a terra prometida não está à vista, entrevista feita por Aloisio Teixeira. *Presença: revista de política e cultura*, n.2, fev. 1984.
- TERÁN, O. *Nuestros años sesenta: La formación de la nueva izquierda intelectual argentina, 1956-1966*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013.
- TOSSEL, A. Filosofia marxista e traducibilità dei linguaggi e delle pratiche. *Filosofia e politica. Scritti dedicati a Cesare Luporini*. Firenze: La Nuova Italia, 1981.
- VACCA, G. Prefazione. In: SCHIRRU, G. (org.) *Gramsci, le culture e il mondo*. Roma: Viella, 2009a.

- _____. O PCI entre “velho” e “novo pensamento”. *Por um novo reformismo*. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, coedição – Rio de Janeiro: Contraponto, 2009b.
- VIANNA, L.W. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978 [1976].
- _____. Problemas de política e de organização dos intelectuais. *Presença – revista de política e cultura*, n.1, São Paulo, nov.1983.
- _____. O operário e o popular na história recente do PCB. *Presença – revista de política e cultura*, n.2, São Paulo, fev.1984.
- _____. O problema da ruptura. *Presença: revista de política e cultura*, n.3, , São Paulo, maio. 1984.
- _____. O candidato da conciliação nacional. *Presença: revista de política e cultura*, n.4, São Paulo, out. 1984.
- _____. O moderno na política brasileira. *Presença: revista de política e cultura*, n.5, São Paulo, jan. 1985.
- _____. Identidade política e transição. *Presença: revista de política e cultura*, n.6, São Paulo, out. 1985.
- _____. Populismo, cavalo de troia do autoritarismo. *Presença: revista de política e cultura*, n.7, Rio de Janeiro, mar. 1986.
- _____. A esquerda do PMDB e a solução democrática da transição. *Presença: revista de política e cultura*, n.9, Rio de Janeiro, fev. 1987.
- _____. A ruptura está na constituinte. *Presença: revista de política e cultura*, n.10, Rio de Janeiro, jul. 1987.
- _____. Problemas modernos na construção da hegemonia. *Presença: revista de política e cultura*, n.11, Rio de Janeiro, jan. 1988.
- _____. Vantagens do moderno, vantagens do atraso. *Presença: revista de política e cultura*, n.12, Rio de Janeiro, jul. 1988.
- _____. 6 Teses sobre a Conjuntura da Transição. *Presença – revista de política e cultura*, n.13, Rio de Janeiro, maio 1989.
- _____. A esquerda, a cultura jacobina e os neoliberais. *Presença: revista de política e cultura*, n.14, Rio de Janeiro, nov. 1989.
- _____. A herança a que não renunciamos e os movimentos sociais modernos. *Presença: revista de política e cultura*, n.15, Rio de Janeiro, abr. 1990.
- _____. Nova esquerda e cultura política. *Presença – revista de política e cultura*, n.17, Rio de Janeiro, mar. 1992.
- _____. Depoimento. Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2012. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/cientistassociais/werneckvianna>. Acesso em 10/12/2019.
- _____. Entrevista concedida aos professores Ângela Paiva, Maria Alice Rezende de Carvalho e Marcelo Burgos. *Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio*, 2008. Disponível em: <https://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1001>. Acesso em 07/03/2020.

- VIANNA, M. L. T. W. Alguns comentários sobre política social. *Presença: revista de política e cultura*, n.7, Rio de Janeiro, mar. 1986.
- VIDELA, R. Gramsci y los gramscianos. *Izquierda Nacional*, n° 4, 1963.
- WEFFORT, F. Exposição de Francisco Weffort. In: GARCIA, M. A. (Org.). *As esquerdas e a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: CEDEC, 1986.
- WERNECK, A. O PT e a cruzada infantil. *Presença: revista de política e cultura*, n.2, fev. 1984.
- ZANARDO, A. (ed.). *Storia del marxismo contemporaneo*. Milano: Feltrinelli, 1974.

Anexo 1

Tabela 1 - PyP : Traduções da língua italiana

| Autor | Original | Título | Tradutor | Revista | Local | Data |
|----------------------------|---------------------------------------|---|------------|-------------------------------------|---------|---------------------|
| Cesare Luporini | <i>Rinascita</i> jun.-nov. 1962 | Apuntes sobre una discusión entre filósofos marxistas en Italia | José Aricó | <i>Pasado y Presente</i> [I] n.1 | Córdoba | Abr. Jun. /63 |
| Lucio Coletti | <i>Rinascita</i> jun.-nov. 1962 | La relación Hegel-Marx | José Aricó | <i>Pasado y Presente</i> [I] n.1 | Córdoba | Abr. Jun. /63 |
| Nicola Badaloni | <i>Rinascita</i> jun.-nov. 1962 | La realidad objetiva de la contradicción | José Aricó | <i>Pasado y Presente</i> [I] n.1 | Córdoba | Abr. Jun. /63 |
| Enzo Paci | <i>Rinascita</i> jun.-nov. 1962 | Sobre la realidad objetiva de la contradicción | José Aricó | <i>Pasado y Presente</i> [I] n.1 | Córdoba | Abr. Jun. /63 |
| Galvano Della Volpe | <i>Rinascita</i> jun.-nov. | Sobre la dialéctica | José Aricó | <i>Pasado y Presente</i> | Córdoba | Abr. Jun. |

| | | | | | | |
|--|---|--|------------------|---------------------------------------|--------------|---------------|
| | 1962 | | | [I] n.1 | | /63 |
| Cesare Luporini | <i>Rinascita</i> jun.-nov. 1962 | El Circulo Concreto-Abstracto-Concreto | José Aricó | <i>Pasado y Presente</i> [I] n.1 | Córdoba | Abr. Jun. /63 |
| Alessandro Natta | <i>Rinascita</i> jun.-nov. 1962 | Para un desarrollo unitario de los estudios marxistas | José Aricó | <i>Pasado y Presente</i> [I] n.1 | Córdoba | Abr. Jun. /63 |
| Antonio Banfi | | El problema sociológico | José Aricó | <i>Pasado y Presente</i> [I] n.2-3 | Córdoba | Jul. Dez. /63 |
| Eric J. Hobsbawm | <i>Società</i> Ano XVI n.3 mai.-jun.1960 | Para el estudio de las clases subalternas | Mario Spinella | <i>Pasado y Presente</i> [I] n.2-3 | Córdoba | Jul. Dez. /63 |
| Palmiro Togliatti | <i>L'Unità</i> de 11 nov. 1961 | Sobre el XXII Congreso del PCUS | | <i>Pasado y Presente</i> [I] n2-3 | Córdoba | Jul. Dez. /63 |
| Michel Figurelli e Franco Petrone | <i>Nueva Generazione</i> , n. 39, 3 nov. 1963 | La Revolución Colonial | Hector Schmucler | <i>Pasado y Presente</i> [I] n.4 | Córdoba | Jan. Mar. /64 |
| Asiasticus [Pseud. De Ettore Di Robbio]²⁰⁸ | <i>Rinascita</i> n. 21, mai. De 1963 | Lucha política y lucha armada | José Aricó | <i>Pasado y Presente</i> [I] n.4 | Córdoba | Jan. Mar. /64 |
| Palmiro Togliatti | <i>Rinascita</i> n. 23, set. 1964 ²⁰⁹ | Memorándum sobre los problemas del movimiento obrero internacional y su Unidad | César Guiñazú | <i>Pasado y Presente</i> [I] n.5-6 | Córdoba | Abr. Set. /64 |
| Dario Lanzardo | <i>Quaderni Rossi</i> n.5, 1965 | Intervención socialista en la lucha obrera | José Aricó | <i>Pasado y Presente</i> [I] n.9 | Córdoba | Abr. Set. /65 |
| Antonio Gramsci | | Democracia obrera y socialismo | | <i>Pasado y Presente</i> [II] n.1 | Buenos Aires | Abr. Jun. /73 |

Tabela 2 PyP : Traduções da língua francesa

| Autor | Original | Título | Tradutor | Revista | Local | Data |
|--|--|---|-----------------|---------------------------------------|---------|---------------|
| Gian Carlo e Alessandro Pajetta | <i>Les Temps Modernes</i> fev. 1962 | Reflexiones sobre la democracia en el partido | Maria Poyrazian | <i>Pasado y Presente</i> [I] n.2-3 | Córdoba | Jul. Dez. /63 |
| Giorgio Amendola | <i>Les Temps Modernes</i> fev. 1962 | Nuestras corresponsabilidades | Maria Poyrazian | <i>Pasado y Presente</i> [I] n.2-3 | Córdoba | Jul. Dez. /63 |
| Andre Gorz | <i>Les Temps Modernes</i> mai. 1963 | El conflicto chino-soviético | Luis Cabrera | <i>Pasado y Presente</i> [I] n.4 | Córdoba | Jan. Mar. /64 |
| Jean Paul Sartre | | Lumumba y el neocolonialismo | César Guiñazu | <i>Pasado y Presente</i> [I] n.5-6 | Córdoba | Abr. Set. /64 |

²⁰⁸ Conforme Adrian Celentano, *Políticas de la Memoria* n° 14, verão 2013/2014, pp. 151–165.

²⁰⁹ O autor cotejou com a versão francesa publicada em *Bulletin pour L'Etranger del PCI*.

| | | | | | | |
|-----------------------|---|--|----------------|---------------------------------------|---------|-------------------|
| Regis Debray | <i>Les Temps Moderne</i> jan. 1965 | El castrismo: la gran marcha de América Latina | Redação de PyP | <i>Pasado y Presente</i> [I] n.7-8 | Córdoba | Out. 64 - Mar./65 |
| R. Depinay | <i>Les Temps Modernes</i> n. 215 | Las dificultades específicas di socialismo en África | Redação de PyP | <i>Pasado y Presente</i> [I] n.7-8 | Córdoba | Out. 64 - Mar./65 |
| Vários autores | Mesa redonda organizada por <i>Democrati e Nouvelle</i> | África negra ha partido mal? | | <i>Pasado y Presente</i> [I] n.7-8 | Córdoba | Out. 64 - Mar./65 |
| Karl Marx | <i>Socialiste</i> n. 4, 20 de abril de 1860 | La encuesta obrera de 1880 | | <i>Pasado y Presente</i> [I] n.9 | Córdoba | Abr. Set. /65 |

Tabela 3 - PyP : principais articulistas

| Autor | Título | Revista | Local | Data |
|--------------------------------|---|--|--------------|-------------------|
| Jose Aricó | Pasado y Presente | <i>Pasado y Presente</i> [I] n.1 | Córdoba | Abr. Jun. /63 |
| Jose Aricó | El estalinismo y la responsabilidad de la izquierda | <i>Pasado y Presente</i> [I] n.2-3 | Córdoba | Jul. Dez. /63 |
| Jose Aricó | Examen de conciencia | <i>Pasado y Presente</i> [I] n.4 | Córdoba | Jan. Mar. /64 |
| Jose Aricó | Problemas del desarrollo económico en cuba | <i>Pasado y Presente</i> [I] n.5-6 | Córdoba | Abr. Set. /64 |
| Jose Aricó | Algunas consideraciones preliminares sobre "la condición obrera" | <i>Pasado y Presente</i> [I] n.9 | Córdoba | Abr. Set. /65 |
| Jose Aricó | Espontaneidad y dirección consciente en el pensamiento de Gramsci | <i>Pasado y Presente</i> [II] n.1 | Buenos Aires | Abr. Jun. /73 |
| Juan Carlos Portantiero | Política y clases sociales en la Argentina actual | <i>Pasado y Presente</i> [I] n.1 | Córdoba | Abr. Jun. /63 |
| Juan Carlos Portantiero | Clases dominantes y crisis política en la Argentina actual | <i>Pasado y Presente</i> [II] n.1 | Buenos Aires | Abr. Jun. /73 |
| Juan Carlos Portantiero | Introducción a un inédito de Cooke | <i>Pasado y Presente</i> [II] n 2-3 | Buenos Aires | Jul. Dez. /73 |
| Juan Carlos Portantiero | Un análisis "marxista" de la realidad argentina | <i>Pasado y Presente</i> [I] n.5-6 | Córdoba | Abr. Set. /64 |
| Hector Schmucler | La cuestión del realismo y la novela testimonial argentina | <i>Pasado y Presente</i> [I] n.1 | Córdoba | Abr. Jun. /63 |
| Hector Schmucler | Problemas del Tercer Mundo | <i>Pasado y Presente</i> [I] n.4 | Córdoba | Jan. Mar. /64 |
| Hector Schmucler | Hacia una nueva estética | <i>Pasado y Presente</i> [I] n.5-6 | Córdoba | Abr. Set. /64 |
| Hector Schmucler | Rayuela: juicio a la literatura | <i>Pasado y Presente</i> [I] n.9 | Córdoba | Abr. Set. /65 |
| Oscar Del Barco | Metodología histórica y concepción del mundo | <i>Pasado y Presente</i> [I] n.2-3 | Córdoba | Jul. Dez. /63 |
| Oscar Del Barco | El pensamiento salvaje de Claude Levi-Strauss | <i>Pasado y Presente</i> [I] n.7-8 | Córdoba | Out. 64 - Mar./65 |
| Oscar Del Barco | Las formaciones económicas precapitalistas de Karl Marx | <i>Pasado y Presente</i> [I] n.9 | Córdoba | Abr. Set. /65 |

Anexo 2

Tabela 1 - *P.: traduções da língua italiana*

| Autor | Original | Título | Tradutor | Revista | Local | Data |
|--------------------------|--|---|-------------------------------------|-----------------------|----------------|-------------|
| Remo Bodei | <i>Aut-Aut</i> – mar./jun. 1985, | Estratégias de individuação | Carlos Eduardo Jordão Machado | <i>Presença</i> n. 8 | São Paulo | Ago./86 |
| Zdenek Mlynár | <i>Rinascita</i> n. 43,44,45,46 e 47, nov. e dez. de 1986. | Problemas da democracia e do socialismo: a Glasnost | Luiz Sérgio Henriques | <i>Presença</i> n. 10 | Rio de Janeiro | Jul./87 |
| Giacomo Marramao | <i>Rinascita</i> , nº 30, Ag. 1987 | O demônio antissistemático | Alberto Aggio e José Luis B. Beired | <i>Presença</i> n. 11 | Rio de Janeiro | Jan./88 |
| Nicolas Tertulian | <i>Rinascita</i> , nº5, fev.1988 | Heidegger, o destino de uma filosofia | Luiz Sergio Henriques | <i>Presença</i> n. 13 | Rio de Janeiro | Mai./89 |

| | | | | | | |
|----------------------------|--|---|------------------------------------|--------------------------|----------------|---------|
| Umberto Cerroni | <i>Rinascita</i> nº26 jun. 1988 e nº27 jul. de 1988 | Discurso sobre a moral e o direito | Alberto Aggio e Marina Consolmagno | <i>Presença</i> n. 13 | Rio de Janeiro | Mai./89 |
| Achille Occhetto | <i>Rinascita</i> nº26 jun. 1988 e nº27 jul. de 1988 | Como construir a democracia europeia | Alberto Aggio e Marcos Del Roio | <i>Presença</i> n. 14 | Rio de Janeiro | Nov./89 |
| Jerrold Seigel | <i>L'Unità</i> Jan.1991 | Será o homem um jogo de signos? (indivíduo e subjetividade: de Bataille a Foucault) | Luiz Sérgio Henriques | <i>Presença</i> n. 16 | Rio de Janeiro | Abr./91 |
| Norberto Bobbio | <i>L'Unità</i> Jan.1991 | A democracia nos Cadernos | Luiz Sérgio Henriques | <i>Presença</i> n. 17 | Rio de Janeiro | Nov./91 |
| Valentino Gerratana | <i>L'Unità</i> Jan.1991 | A reforma gramsciana da política | Luiz Sérgio Henriques | <i>Presença</i> n. 17 | Rio de Janeiro | Nov./91 |
| Claudia Mancina | <i>L'Unità</i> Jan.1991 | Um grande revisionista | Luiz Sérgio Henriques | <i>Presença</i> n. 17 | Rio de Janeiro | Nov./91 |
| Biagio de Giovanni | <i>L'Unità</i> Jan.1991 | A catástrofe pressentida | Luiz Sérgio Henriques | <i>Presença</i> n. 17 | Rio de Janeiro | Nov./91 |

Tabela 2 - *P.: principal articulista*

| Autor | Título | Revista | Local | Data |
|----------------------------|---|-----------------------|----------------|-------------|
| Luiz Werneck Vianna | Problemas de política e organização dos intelectuais | <i>Presença</i> n. 01 | São Paulo | Nov./83 |
| Luiz Werneck Vianna | O operário e o popular na história recente do PCB | <i>Presença</i> n. 02 | São Paulo | Fev./84 |
| Luiz Werneck Vianna | O problema da ruptura | <i>Presença</i> n. 03 | São Paulo | Mai./84 |
| Luiz Werneck Vianna | O candidato da conciliação nacional | <i>Presença</i> n. 04 | São Paulo | Out./84 |
| Luiz Werneck Vianna | O moderno na política brasileira | <i>Presença</i> n. 05 | São Paulo | Jan./85 |
| Luiz Werneck Vianna | Identidade política e transição | <i>Presença</i> n. 06 | São Paulo | Out./85 |
| Luiz Werneck Vianna | Populismo, cavalo de Tróia do autoritarismo | <i>Presença</i> n. 07 | Rio de Janeiro | Mar./86 |
| Luiz Werneck Vianna | Um processo a procura de um ator | <i>Presença</i> n. 08 | Rio de Janeiro | Ago./86 |
| Luiz Werneck Vianna | A esquerda do PMDB e a solução democrática da transição | <i>Presença</i> n. 09 | Rio de Janeiro | Fev./87 |
| Luiz Werneck Vianna | A ruptura está na Constituinte | <i>Presença</i> n. 10 | Rio de Janeiro | Jul./87 |
| Luiz Werneck Vianna | Problemas modernos na construção da hegemonia | <i>Presença</i> n. 11 | Rio de Janeiro | Jan./88 |
| Luiz Werneck Vianna | Vantagens do moderno, vantagens do atraso | <i>Presença</i> n. 12 | Rio de Janeiro | Jul./88 |
| Luiz Werneck Vianna | 6 teses sobre a conjuntura da transição | <i>Presença</i> n. 13 | Rio de Janeiro | Mai./89 |

| | | | | |
|----------------------------|--|-----------------------|----------------|---------|
| Luiz Werneck Vianna | A esquerda, a cultura jacobina e os neoliberais | <i>Presença n. 14</i> | Rio de Janeiro | Nov./89 |
| Luiz Werneck Vianna | A herança a que não renunciamos e os movimentos sociais modernos | <i>Presença n. 15</i> | Rio de Janeiro | Abr./90 |
| Luiz Werneck Vianna | O ovo da serpente e o omelete de Indiana Jones | <i>Presença n. 15</i> | Rio de Janeiro | Abr./90 |
| Luiz Werneck Vianna | A guerra do Oriente Médio e nós | <i>Presença n. 16</i> | Rio de Janeiro | Abr./91 |
| Luiz Werneck Vianna | Nova esquerda e cultura política | <i>Presença n. 17</i> | Rio de Janeiro | Nov./91 |

Tabela 3 - *P.: principais articulistas*

| Autor | Título | Revista | Local | Data |
|-----------------------------------|---|-----------------------|----------------|-------------|
| Leandro Konder | O "curriculum mortis" e a reabilitação da crítica | <i>Presença n. 01</i> | São Paulo | Nov./83 |
| Leandro Konder | Ainda tem sentido defender a concepção do comunismo de Marx? | <i>Presença n. 02</i> | São Paulo | Fev./84 |
| Leandro Konder | Recordação do Vianinha | <i>Presença n. 04</i> | São Paulo | Out./84 |
| Leandro Konder | Artigas e Pascal | <i>Presença n. 06</i> | São Paulo | Out./85 |
| Leandro Konder | Tarefa democrática: libertar a razão | <i>Presença n. 07</i> | Rio de Janeiro | Mar./86 |
| Leandro Konder | As ambiguidades da utopia | <i>Presença n. 08</i> | Rio de Janeiro | Ago./86 |
| Leandro Konder | Os direitos fundamentais do cidadão | <i>Presença n. 09</i> | Rio de Janeiro | Fev./87 |
| Leandro Konder | Flora Tristan: feminismo e socialismo | <i>Presença n. 10</i> | Rio de Janeiro | Jul./87 |
| Leandro Konder | O <i>sacrificium intellectus</i> e o bonde da história | <i>Presença n. 11</i> | Rio de Janeiro | Jan./88 |
| Leandro Konder | O falanstério. Um sonho faz 180 anos | <i>Presença n. 12</i> | Rio de Janeiro | Jul./88 |
| Leandro Konder | Nicolau de Cusa, o cardeal dialético | <i>Presença n. 13</i> | Rio de Janeiro | Mai./89 |
| Leandro Konder | Jacob Boehme, o sapateiro filósofo | <i>Presença n. 14</i> | Rio de Janeiro | Nov./89 |
| Leandro Konder | Denis Diderot | <i>Presença n. 15</i> | Rio de Janeiro | Abr./90 |
| Maria Alice R. de Carvalho | Universidade e política: esgotados os poderes da ciência? | <i>Presença n. 02</i> | São Paulo | Fev./84 |
| Maria Alice R. de Carvalho | Reinventando a tradição carioca | <i>Presença n. 04</i> | São Paulo | Out./84 |
| Maria Alice R. de Carvalho | <i>Cowboys</i> e selenitas na tradição do inconformismo americano | <i>Presença n. 07</i> | Rio de Janeiro | Mar./86 |
| Maria Alice R. de Carvalho | Universidade brasileira: uma agenda de problemas | <i>Presença n. 09</i> | Rio de Janeiro | Fev./87 |
| Maria Alice R. de Carvalho | Em tempo de "rambo"-fishes | <i>Presença n. 10</i> | Rio de Janeiro | Jul./87 |
| Maria Alice R. de Carvalho | Guerra no Rio | <i>Presença n. 11</i> | Rio de Janeiro | Jan./88 |
| Maria Alice R. de Carvalho | Opinião e modernidade | <i>Presença n. 13</i> | Rio de Janeiro | Mai./89 |
| Maria Alice R. de Carvalho | Opinião e modernidade (ii) | <i>Presença n. 14</i> | Rio de Janeiro | Nov./89 |

| | | | | |
|--------------------------------------|--|-----------------------|----------------|---------|
| Maria Alice R. de Carvalho | Doutos e loucos. Ensaio sobre a identidade dos intelectuais contemporâneos | <i>Presença n. 16</i> | Rio de Janeiro | Abr./91 |
| Maria Alice R. de Carvalho | Entre a cultura heroica e a cultura democrática | <i>Presença n. 17</i> | Rio de Janeiro | Nov./91 |
| Luiz Sérgio Henriques | Esquerda e Modernidade | <i>Presença n. 07</i> | Rio de Janeiro | Mar./86 |
| Luiz Sérgio Henriques | Possibilidades do símbolo na arte | <i>Presença n. 08</i> | Rio de Janeiro | Ago./86 |
| Luiz Sérgio Henriques | Razão, Iluminismo E Renovação Da Esquerda | <i>Presença n. 10</i> | Rio de Janeiro | Jul./87 |
| Luiz Sérgio Henriques | Gorender, a esquerda armada e a questão democrática | <i>Presença n. 12</i> | Rio de Janeiro | Jul./88 |
| Luiz Sérgio Henriques | Em torno do conceito de euro-esquerda | <i>Presença n. 14</i> | Rio de Janeiro | Nov./89 |
| Luiz Sérgio Henriques | Do PCI ao PDS: as incertezas de um novo início | <i>Presença n. 17</i> | Rio de Janeiro | Nov./91 |
| Maria Lucia T. Werneck Vianna | Ser ou não ser nacionalista? | <i>Presença n. 03</i> | São Paulo | Mai./84 |
| Maria Lucia T. Werneck Vianna | Constitucionalismo, participação ou equidade? | <i>Presença n. 05</i> | São Paulo | Jan./85 |
| Maria Lucia T. Werneck Vianna | O Rio de Janeiro depois das eleições e do Carnaval: a hora da verdade | <i>Presença n. 07</i> | Rio de Janeiro | Mar./86 |
| Maria Lucia T. Werneck Vianna | Alguns comentários sobre política social | <i>Presença n. 08</i> | Rio de Janeiro | Ago./86 |
| Maria Lucia T. Werneck Vianna | Política e proteção social: repensando incompatibilidades | <i>Presença n. 10</i> | Rio de Janeiro | Jul./87 |
| Maria Lucia T. Werneck Vianna | A máquina de fazer política | <i>Presença n. 11</i> | Rio de Janeiro | Jan./88 |
| Maria Lucia T. Werneck Vianna | Desproteção: outra face da pobreza | <i>Presença n. 18</i> | Rio de Janeiro | Jun./92 |